



Penacova
Conselho Local de Ação Social

DIAGNÓSTICO SOCIAL CONCELHO DE PENACOVA



MAIO 2019

Aprovado por unanimidade
no Plenário do CLAS a 08 de
maio de 2019

**“Porque TODOS, sem exceção, podemos fazer a diferença na construção
de uma sociedade mais justa e inclusiva.
POBREZA É FICAR INDIFERENTE!
JUNTOS POR UMA SOCIEDADE PARA TODOS.”**

Martinho, Edmundo (2010)

Ficha técnica

Título: Diagnóstico Social – maio de 2019

Coordenação: Sandra Ralha, Vereadora de Ação Social e Educação

Promotor: Rede Social de Penacova

- **Núcleo Executivo e Equipa Técnica**

- ✚ Ana Marisa Rente – Assistente Social - Centro de Saúde
- ✚ Ana Cardoso – Psicóloga – Gabinete de Inserção Profissional
- ✚ Ana Paula Martins – Assistente Social - Fundação Mário da Cunha Brito
- ✚ Ana Rita Leonardo – Gerontóloga - Câmara Municipal de Penacova
- ✚ Carla Marques - Assistente Social – Centro de Bem Estar Social da Freguesia de Figueira de Lorvão
- ✚ Cláudia Oliveira – Assistente Social - Instituto de Segurança Social, I. P. Centro Distrital da Segurança Social de Coimbra
- ✚ Cláudia Patrícia Silva – Assistente Social – Câmara Municipal de Penacova
- ✚ Fátima Jesus – Assistente Social – Associação de desenvolvimento Local Bairrada e Mondego
- ✚ Helena Henriques - Assistente Social – Grupo de Solidariedade Social, Desportiva, Cultural e Recreativa de Miro
- ✚ Isabel Brito - Assistente Social - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Figueira de Lorvão
- ✚ Isaura Madeira - Professora – Agrupamento de Escolas de Penacova
- ✚ Mariana Carvalho - Assistente Social – Centro Social e Paroquial de Lorvão
- ✚ Mónica Estevens - Assistente Social – Câmara Municipal de Penacova
- ✚ Paula Silva – Assistente Operacional - Câmara Municipal de Penacova
- ✚ Sílvia Marceneiro – Assistente Social – Santa Casa da Misericórdia de Penacova
- ✚ Vânia Almeida - Assistente Social – Santa Casa da Misericórdia de Penacova
- ✚ Zulmira Antunes - Chefe de Divisão do Serviço de Ação Social e Educação da CMP

- **Entidades que constituem o CLAS**

- ✚ Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego – ADELO
- ✚ Associação de Desenvolvimento Regional – ADESA
- ✚ Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de Penacova
- ✚ Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental – APPACDM – Cer Figueira de Lorvão
- ✚ Câmara Municipal de Penacova
- ✚ Casa do Povo Penacova

- ✚ Centro de Bem-Estar Social da Freguesia de Figueira de Lorvão
- ✚ Centro de Iniciativas Empresariais e Sociais - IEBA
- ✚ Centro de Saúde de Penacova
- ✚ Centro Social e Paroquial de Lorvão
- ✚ Cruz Vermelha Portuguesa – Centro Humanitário do Baixo Mondego
- ✚ Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares – DGEST (**Direção Serviços Região Centro**)
- ✚ Escola Beira Agueira - EBA
- ✚ Fundação Mário da Cunha Brito
- ✚ Grupo de Solidariedade Social, Desportivo, Cultural e Recreativo de Miro
- ✚ Guarda Nacional Republicana de Penacova
- ✚ Instituto de Emprego e Formação Profissional – Centro de Emprego de Coimbra
- ✚ ISS - I.P – Centro Distrital de Coimbra
- ✚ Junta de Freguesia de Carvalho
- ✚ Junta de Freguesia de Figueira de Lorvão
- ✚ Junta de Freguesia de Lorvão
- ✚ Junta de Freguesia de Penacova
- ✚ Junta de Freguesia de Sazes de Lorvão
- ✚ União de Freguesias de Friúmes e Paradela da Cortiça
- ✚ União de Freguesias de Oliveira do Mondego e Travanca do Mondego
- ✚ União de Freguesias de São Pedro de Alva e São Paio do Mondego
- ✚ Santa Casa da Misericórdia de Penacova
- ✚ Solar Billadonnes, Lda. (UCCI)

Edição: Rede Social de Penacova

Grafismo: Rede Social de Penacova

Capa: Rede Social de Penacova

N.º de exemplares:

Execução Gráfica:

Agradecimentos

Agradecimento a todos os recursos humanos e entidades envolvidas na elaboração do Diagnóstico Social – maio 2019:

- A Vereadora da Ação Social e Educação da Câmara Municipal de Penacova, Sandra Ralha, com competências delegadas pelo Presidente do CLAS;
- Aos representantes e colaboradores entidades parceiras do Conselho Local de Ação Social da Rede Social de Penacova, elementos do Núcleo Executivo da Rede Social, Equipa Técnica do concelho e outros elementos e entidades da comunidade, nomeadamente:

Ao Núcleo Executivo e Equipa Técnica:

-  Ana Marisa Rente
-  Ana Cardoso
-  Ana Paula Martins
-  Ana Rita Leonardo
-  Carla Marques
-  Cláudia Oliveira
-  Cláudia Patrícia Silva
-  Fátima Jesus
-  Helena Henriques
-  Isabel Brito
-  Isaura Madeira
-  Mariana Carvalho
-  Mónica Estevens
-  Paula Silva
-  Sílvia Marceneiro
-  Vânia Almeida
-  Zulmira Antunes

Às Entidades que constituem o CLAS:

-  Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego – ADELO
-  Associação de Desenvolvimento Regional – ADESA
-  Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de Penacova
-  Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental – APPACDM – Centro de Figueira de Lorvão
-  Câmara Municipal de Penacova
-  Casa do Povo Penacova
-  Centro de Bem-Estar Social da Freguesia de Figueira de Lorvão

- ✚ Centro de Iniciativas Empresariais e Sociais - IEBA
- ✚ Centro de Saúde de Penacova
- ✚ Centro Social e Paroquial de Lorvão
- ✚ Cruz Vermelha Portuguesa – Centro Humanitário do Baixo Mondego
- ✚ Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares – DGEST (Direção Serviços Região Centro)
- ✚ Escola Beira Agueira - EBA
- ✚ Fundação Mário da Cunha Brito
- ✚ Grupo de Solidariedade Social, Desportivo, Cultural e Recreativo de Miro
- ✚ Guarda Nacional Republicana de Penacova
- ✚ Instituto de Emprego e Formação Profissional – Centro de Emprego de Coimbra
- ✚ ISS - I.P – Centro Distrital de Coimbra
- ✚ Junta de Freguesia de Carvalho
- ✚ Junta de Freguesia de Figueira de Lorvão
- ✚ Junta de Freguesia de Lorvão
- ✚ Junta de Freguesia de Penacova
- ✚ Junta de Freguesia de Sazes de Lorvão
- ✚ União de Freguesias de Friúmes e Paradela da Cortiça
- ✚ União de Freguesias de Oliveira do Mondego e Travanca do Mondego
- ✚ União de Freguesias de São Pedro de Alva e São Paio do Mondego
- ✚ Santa Casa da Misericórdia de Penacova
- ✚ Solar Billadonnes, Lda. (UCCI)

A outros elementos e entidades parceiras da comunidade:

- ✚ Coordenador nomeado para os Contratos Locais de Desenvolvimento Social 4 G (CLDS 4G), Luís Francisco Cordeiro Marques, pela dedicação e disponibilidade na e compilação de informação e redação do Diagnóstico Social – maio 2019.
- ✚ Agrupamento de Escolas de Penacova
- ✚ Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Penacova
- ✚ Be You – Centro de iniciativas desportivas
- ✚ Câmara Municipal de Penacova
 - Gabinete de Acompanhamento e Aconselhamento Psicológico
 - Gabinete de Desenvolvimento Económico e Social
 - Setor de Ação Social
 - Setor da Cultura
 - Setor do Desporto
 - Setor da Educação
 - Setor do Apoio à Natalidade e Adoção

- Setor de Obras
 - Setor do Turismo
-  Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Penacova
-  Lar de Idosos o Cantinho dos Meus Velhos

Índice

Ficha técnica	2
Agradecimentos.....	4
Índice	7
Índice de Figuras	12
Índice de Gráficos	13
Índice de Tabelas	14
Prefácio	18
Introdução.....	19
PARTE I	21
Enquadramento Geral.....	21
1. Enquadramento nacional e local do programa Rede Social	22
1.1. Enquadramento legal e teórico	22
1.2. Contextualização da rede social no concelho de Penacova.....	23
2. Caraterização do concelho de Penacova.....	25
2.1. Breve nota histórica.....	25
2.2. Localização geográfica.....	26
2.3. Geomorfologia e clima do concelho	27
3. As Freguesias	28
3.1. Freguesia de Carvalho	28
3.2. Freguesia de Figueira de Lorvão	29
3.3. Freguesia de Lorvão	31
3.4. Freguesia de Penacova	32
3.5. Freguesia de Sazes do Lorvão	33
3.6. União das Freguesias de Friúmes e Paradela.....	34
3.7. União das Freguesias de Travanca do Mondego e Oliveira do Mondego.....	35
3.8. União das Freguesias de S. Pedro de Alva e S. Paio do Mondego	37
4. Metodologia	38
PARTE II	41
Leitura da Realidade por Áreas de intervenção	41
1. Família.....	41
1.1. Leitura da realidade	41
1.1.1. Natalidade e Mortalidade.....	42
1.1.2. Fecundidade	42
1.1.3. Casamento	43
1.1.4. O divórcio.....	43
1.2. Análise crítica da realidade.....	46
2. Educação.....	47
2.1. Leitura da Realidade	47

2.1.1 Natureza e distribuição geográfica dos espaços educativos	49
2.1.3. Estruturas físicas	52
2.2. Análise crítica da realidade	52
3. Emprego e formação profissional	54
3.1. Leitura da realidade	54
3.1.1. Estrutura da população	56
3.1.2. População empregada por freguesia – 2011	58
3.1.3. Emprego/Desemprego	59
3.1.3. Medidas de apoio ao emprego	61
3.1.3.1. Trabalho socialmente necessário (CEI e CEI+)	61
3.1.3.2. Estágios Profissionais	62
3.1.3.3. Medidas de apoio à contratação	63
3.1.3.4. Incentivo financeiro extraordinário para assegurar a manutenção dos postos de trabalho	64
3.1.4. Formação Profissional	64
3.1.4.1. Cursos de Formação Profissional de âmbito concelhio	64
3.1.4.2. Escola Profissional Beira Agueira	64
3.2. Caracterizações específicas	66
3.2.1. Poder de compra	66
3.2.2. Caracterização do Tecido Empresarial	66
3.2.3. Análise setorial	67
3.2.4. Emprego	68
3.2.5. Estruturas existentes de Apoio à Atividade Empresarial	68
3.2.5.1. Zonas Industriais	68
3.2.5.2. Parque Empresarial da Alagoa	69
3.2.5.3. Parque Empresarial dos Covais	69
3.3. Entidades de Apoio: Penaparque	70
3.4. Análise crítica da realidade	70
4. Saúde	72
4.1. Leitura da Realidade	72
4.2. Análise crítica da realidade	74
5. Habitação	76
5.1. Leitura da Realidade	76
5.2. Análise crítica da realidade	84
6. Mobilidade e transportes	85
6.1. Leitura da Realidade	85
6.1.1. Acessos rodoviários	85
6.1.2. Transportes públicos	87
6.2. Análise crítica da realidade	88
7. Cultura, turismo desporto e ambiente	88

7.1. Leitura da Realidade	88
7.1.1. Centro Cultural/ Biblioteca Municipal	88
7.1.1.1. Equipa	89
7.1.1.2. Atividades desenvolvidas	90
7.1.2. Posto de Turismo	91
7.1.3. Elenco de pontos de interesse turístico e cultural	91
7.1.4. Desporto	93
7.1.5. Ambiente	94
7.2. Análise crítica da realidade	94
8. Envelhecimento	95
8.1. Leitura da Realidade	95
8.1.1. Esperança média de vida aplicada ao concelho	101
8.2. Análise crítica da realidade	104
9. Emigração	105
9.1. Leitura da Realidade	105
9.2. Análise crítica da realidade	109
10. Calamidades Naturais	110
10.1. Descrição das circunstâncias	111
10.2. Respostas urgentes	113
10.2.1. Intervenção social no âmbito do incêndio de 15 de outubro de 2017	113
10.3. Respostas estruturantes, do domínio da prevenção	115
10.4. Partindo do Relatório da Comissão Técnica Independente	116
Parte III	119
Entidades e Respostas Sociais	119
1. Câmara Municipal de Penacova	119
1.1. Serviço de Ação Social da Câmara Municipal de Penacova	119
1.2. Apoio à Natalidade e Adoção	123
1.3. Programa de Teleassistência	126
1.4. Resposta Social do Município no contexto da Habitação Social	128
1.4.1. Fundo Social de Apoio à Habitação (FSAH)	128
1.5. Transporte Escolar da responsabilidade e/ou apoiado pela Câmara Municipal	129
1.5.1. Transporte Escolar	129
1.6. Gabinete Municipal de Aconselhamento Psicológico	132
1.6.1 Análise de dados	134
1.7. Setor da Educação da Câmara Municipal de Penacova	136
1.7.1. Atividades	137
1.7.2. Conselho Municipal de Educação (CME)	137
1.7.3. Medidas de Apoio à Educação	140
1.7.4. Programa de Generalização de Refeições do 1º Ciclo do Ensino Básico	140

1.7.5. Programa Regime da Fruta Escolar	141
1.7.6. Iniciativas de Educação para a Cidadania	141
1.7.7. Atividades de animação e de apoio à família da educação pré-escolar ...	142
1.7.8 Auxílios Económicos ao Primeiro Ciclo - Fichas de Trabalho/Atividades e Material Escolar	143
1.7.9. Atividades complementares curriculares	144
1.7.10. Refeições escolares	144
1.7.11. Bolsas de Estudo	145
1.7.12. Transportes escolares	146
1.7.13. Prémios de mérito escolar	146
1.7.14. Apoio a projetos educativos ou ações	147
1.7.15. Plano Inovador de Combate ao Insucesso Escolar da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra	148
2. Segurança Social	152
3. Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Penacova	161
4. Instituições Apoio Social	164
4.1. APPACDM de Vila Nova de Poiares – Centro de Figueira de Lorvão	164
4.2. Centro de Bem-Estar Social da Freguesia de Figueira de Lorvão	169
4.3. Centro Social Paroquial de Lorvão	172
4.4. Fundação Mário da Cunha Brito	184
4.5. Grupo Solidariedade Social Desportivo Cultural e Recreativo de Miro	189
4.6. Santa Casa da Misericórdia de Penacova	193
4.7. ERPI privada	205
5. Serviços de Saúde	207
Vigilância	210
Doença	211
6. Estruturas Educativas	224
6.1. Agrupamento de Escolas de Penacova	226
6.2. Escola Profissional Beira Agueira	233
7. Associações	238
7.1. Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Penacova	238
7.2. Associações de Desenvolvimento Local	239
7.2.1. ADELO	240
7.2.2. ADESA – Associação de Desenvolvimento Regional	241
7.2.3. Pensar – Associação de Desenvolvimento Integrado de Penacova	242
7.2.4. BE YOU – Centro de Iniciativas Desportivas	242
7.2.5. Listagem de outras Associações	243
8. Outras Entidades	248
8.1. Guarda Nacional Republicana de Penacova	248
Parte IV	250

Análise Crítica Global do Concelho.....	250
Parte V	257
Do Diagnóstico ao Plano de Desenvolvimento Social: PRIORIDADES DE AÇÃO	257
Considerações Finais.....	260
Bibliografia Geral.....	261

Índice de Figuras

Figura 1 - Mapa das Freguesias e União das Freguesias de Penacova	26
Figura 2 - Parque Empresarial da Alagoa	69
Figura 3 - Parque Empresarial dos Covais	70
Figura 4 - Plano de transporte escolares (ano letivo 2019/2020)	132
Figura 5 - Entrada da Segurança Social de Penacova	153
Figura 6 - APPACDM de Vila Nova de Poiares – Centro de Figueira de Lorvão	164
Figura 7 - APPACDM de Vila Nova de Poiares – Centro de Figueira de Lorvão	164
Figura 8 - Centro de Bem-Estar Social da Freguesia de Figueira de Lorvão	169
Figura 9 - Centro de Bem-Estar Social da Freguesia de Figueira de Lorvão	169
Figura 10 - Centro de Bem-Estar Social da Freguesia de Figueira de Lorvão	169
Figura 11 - Logótipo da Fundação Mário da Cunha Brito	184
Figura 12 - Fundação Mário da Cunha Brito	184
Figura 13 - Grupo de Solidariedade Social Desportivo Cultural e Recreativo de Miro	189
Figura 14 - Santa Casa da Misericórdia de Penacova	193
Figura 15 - Santa Casa da Misericórdia de Penacova	193
Figura 16 - Santa Casa da Misericórdia de Penacova	194
Figura 17 – Lar de Idosos “O Cantinho dos meus Velhos”	205
Figura 18 - Mapa de localização do Concelho de Penacova no Distrito de Coimbra.....	207
Figura 19 - Conselho Diretivo da ARS, I.P.....	207
Figura 20 - Agrupamentos de Centros de Saúde da ARSC	207
Figura 21 - Mapa de localização do Concelho de Penacova no Distrito de Coimbra.....	208
Figura 22 - Estrutura Orgânica ACES	208
Figura 23 - Logótipo Unidade de Cuidados Continuados Solar Billadonnes	222
Figura 24 - Agrupamento de Escolas de Penacova.....	226
Figura 25 - Logótipo Agrupamento de Escolas de Penacova.....	226
Figura 26 - Logótipo da Guarda Nacional Republicana de Penacova.....	248
Figura 27 - Guarda Nacional Republicana de Penacova.....	248

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Proporção de casais com filhos em Penacova	44
Gráfico 2 - Proporção de indivíduos viúvos	45
Gráfico 4 – Índice de Renovação da População Ativa	102
Gráfico 5 - Nº de famílias com perda total ou parcial de 1ª habitação por Freguesia/União de Freguesia.....	114
Gráfico 6 - Realojamento de famílias/tipo e realojamento	114
Gráfico 7 - Nº de famílias apoiadas pelo FES (por freguesia e/ou união de freguesia)	122
Gráfico 8 - Verba atribuída por tipo de apoio do Fundo de Emergência Social	123
Gráfico 9 - Outras associações: modalidade/atividade 2014 e 2015.....	247
Gráfico 10 - Outras associações: modalidade/atividade 2016.....	247

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Dados referentes à população residente em Carvalho (Dados dos Censos 2011) ..	29
Tabela 2 - Dados referentes à freguesia de Figueira de Lorvão (Dados dos Censos de 2011)	30
Tabela 3 - Dados referentes à freguesia de Lorvão (Dados dos Censos de 2011)	32
Tabela 4 - Dados referentes à freguesia de Penacova (dados dos Censos de 2011)	33
Tabela 5 - Dados referentes à freguesia de Sazes de Lorvão (Dados dos Censos de 2011) ...	34
Tabela 6 - Dados referentes à união das freguesias de Friúmes e Paradela	35
Tabela 7 - Número de eleitores da União das Freguesias de Oliveira do Mondego e Travanca do Mondego.....	36
Tabela 8 - Dados referentes à união das freguesias de São Pedro de Alva e São Paio do Mondego.....	38
Tabela 9 - Número de população empregada: Total e por sexo	56
Tabela 10 - Taxa de atividade e taxa de desemprego (%)	56
Tabela 11 - Estrutura da população ativa por sectores de atividade (Nº e %)	57
Tabela 12 - População residente empregada segundo grupos de profissões em 2011 (Nº)	57
Tabela 13 - População economicamente ativa e empregada, segundo o ramo de atividade, por freguesia- 2011.....	58
Tabela 14 - Desemprego registado no concelho de Penacova segundo o género, o tempo de inscrição e a situação face à procura de emprego (Nº)	59
Tabela 15 - Desemprego registado por concelho segundo o grupo etário.....	60
Tabela 16 - Desemprego registado no concelho de Penacova segundo os níveis de escolaridade	60
Tabela 17 - População inativa: total e por sexo (Nº).....	61
Tabela 18 – Poder de Compra Concelhio (2002-2011)	66
Tabela 19 - Principais indicadores de saúde em Penacova	74
Tabela 20 – Edifícios segundo a unidade geográfica (Censos 2011)	77
Tabela 21 - Edifícios segundo zona geográfica (Censos 2011)	78
Tabela 22 - Alojamentos segundo a zona geográfica (INE)	79
Tabela 23 - Alojamentos com necessidade de reparação.....	81
Tabela 24 - Domicílios com e sem dispositivo de descarga	82
Tabela 25 - A Biblioteca Municipal em números (2007-2017)	91
Tabela 26 - Esperança média de vida	102
Tabela 27 - Movimentos Migratórios Internos em Penacova.....	106
Tabela 28 - Imigrantes por Freguesia	108
Tabela 29 - Outro tipo de intervenção social efetuada	115
Tabela 30 - Número de atendimentos do Serviço de Ação Social da Câmara Municipal de Penacova (2016-2018).....	120

Tabela 31 - Número de visitas domiciliárias do Serviço de Ação Social da Câmara Municipal de Penacova (2016-2018).....	120
Tabela 32 -Número de munícipes que recorreram ao Cantinho Solidário da Câmara Municipal de Penacova (2016-2018).....	121
Tabela 33 - Número de famílias apoiadas pelo FES (2016-2019).....	122
Tabela 34 - Candidaturas do Apoio à Natalidade e Adoção (2016-2018).....	124
Tabela 35 - Candidaturas deferidas/indeferidas e arquivadas e/ou desistências (2016-2018)	125
Tabela 36 - Apoio à Natalidade e Adoção - artigos comparticipados por setores (em ordem decrescente).....	126
Tabela 37 - Número de equipamentos ativos no serviço de teleassistência (2016-2018)	127
Tabela 38 - Número de instalações no serviço de teleassistência (2016-2018)	127
Tabela 39 - Número de assistências técnicas no serviço de teleassistência (2016-2018)	127
Tabela 40 - Habitação Municipal: Famílias apoiadas (2016-2018).....	128
Tabela 41 - Tipologia de famílias em habitação social	128
Tabela 42 - Nº de candidaturas do FSAH (2016-2018)	129
Tabela 43 - Transporte Escolar: Aluguer	130
Tabela 44 - Transporte Escolar: Municipais.....	130
Tabela 45 - Transporte Escolar: outros serviços	131
Tabela 46 - Gabinete Municipal de Apoio Psicológico: Número de munícipes e número total de consultas (2016-2018).....	136
Tabela 47 - Estabelecimento de Educação Pré-Escolar com AAAF	143
Tabela 48 - Nº de refeições por estabelecimento de educação e ensino.....	145
Tabela 49 - Entidades representadas na CPCJ de Penacova	161
Tabela 50 - Elementos pertencentes à Comissão Restrita.....	162
Tabela 51 - Caracterização da APPACDM de Vila Nova de Poiares – Centro de Figueira de Lorvão.....	164
Tabela 52 - APPACDM: Serviço de transportes públicos entre povoações e para o centro da Vila	168
Tabela 53 - Centro de Bem-Estar Social da Freguesia de Figueira de Lorvão: Capacidade/Acordo de Cooperação/Total de Utentes e/ou Utilizadores	170
Tabela 54 - Horário de funcionamento do CBSFFL.....	171
Tabela 55 - Centro Social e Paroquial de Lorvão: Caracterização das Áreas de Intervenção	177
Tabela 56 - Caracterização da Fundação Mário da Cunha Brito.....	184
Tabela 57 - Recursos Humanos da Fundação Mário da Cunha Brito (2016-2018)	187
Tabela 58 - Fundação Mário da Cunha Brito: Capacidade/Acordo de Cooperação/Total de Utentes/Nº médio de dias de espera.....	187
Tabela 59 – Grupo de Solidariedade Social Desportivo, Cultural e Recreativo de Miro: Capacidade/Acordo de Cooperação/Total de Utentes e/ou Utilizadores/ Nº médio de espera	192

Tabela 60 - Santa Casa da Misericórdia de Penacova: Recursos Humanos por área	202
Tabela 61 - Santa Casa da Misericórdia de Penacova: Capacidade/Acordo de Cooperação/total de Utentes e/ou Utilizadores	204
Tabela 62 - Lar de Idosos "O Cantinho dos meus velhos": Capacidade/Total de Utentes e/ou Utilizadores/Nº médio de dias de espera	205
Tabela 63 - Composição dos Serviços de Saúde do ACES Baixo Mondego	209
Tabela 64 - Utentes inscritos na UCSP Penacova	210
Tabela 65 - Consultas de Planeamento Familiar e Saúde Materna da UCSP Penacova	210
Tabela 66 - Consultas Saúde Infantil e Saúde Juvenil na UCSP Penacova	211
Tabela 67 - Consultas de Saúde do Adulto e Domicílios na UCSP Penacova	211
Tabela 69 - Crianças e Jovens abrangidas no NACIR de Penacova	214
Tabela 70 - Crianças e Jovens abrangidas na EPVA de Penacova	215
Tabela 71 - Crianças acompanhadas pela ELI Penacova	216
Tabela 72 - Recursos de saúde da comunidade - Farmácias e Laboratórios	216
Tabela 73 - Recursos de saúde da comunidade - Clínicas	217
Tabela 74 - Utentes referenciados para a RNCCI	219
Tabela 75 - Acompanhamento de utentes no CRI e na UA	220
Tabela 76 - Unidade de Cuidados Continuados de Solar Billadonnes: Capacidade/Total de Utentes e/ou Utilizadores	222
Tabela 77 - Agrupamento de Escolas de Penacova: Anos de Ensino/Cursos (2016-2019)	227
Tabela 78 - Agrupamento de Escolas de Penacova: triénio (2015-2018)	227
Tabela 79 - Agrupamento de Escolas de Penacova: Alunos em abandono ou risco de abandono escolar (2015-2019)	228
Tabela 80 - Agrupamento de Escolas de Penacova: Taxa de progressão/retenção	229
Tabela 81 - Agrupamento de Escolas de Penacova: Nº de alunos que beneficiam de ação social escolar	229
Tabela 82 - Agrupamento de Escolas de Penacova: Número de alunos que recebem reforço alimentar	229
Tabela 83 - Agrupamento de Escolas de Penacova: Alunos com necessidades educativas especiais e apoios	230
Tabela 84 - Agrupamento de Escolas de Penacova: Número de alunos com NEE de caráter permanente	230
Tabela 85 - Agrupamento de Escolas de Penacova: Tipologia das necessidades educativas especiais de caráter permanente	231
Tabela 86 - Agrupamento de Escolas de Penacova: Doenças pouco comuns e número de alunos	231
Tabela 87 - Agrupamento de Escolas de Penacova: Ocorrência de situação de indisciplina na escola	232

Tabela 88 - Escola Profissional Beira Agueira: Recursos humanos por área	236
Tabela 89 - Escola Profissional Beira Agueira: Tipo de estágio	237
Tabela 90 - Total de associações do concelho de Penacova (número de associações com atividades para crianças/jovens/número de inquéritos respondidos)	243
Tabela 91 - Associações com atividades para crianças/jovens e que responderam ao inquérito	246
Tabela 92 - Número de crianças/jovens inscritos nas associações entre 2014 e 2016	246
Tabela 93 - Análise Swot do Eixo 1: "Família, Comunidades e respostas sociais"	251
Tabela 94 - Análise Swot do Eixo 2: " Educação, Formação Profissional e Emprego"	253
Tabela 95 - Análise Swot do Eixo 3: "Saúde e qualidade de vida"	255
Tabela 96 - Análise Swot do Eixo 4: "Envelhecimento"	255
Tabela 97 - Análise Swot do Eixo 5: "Intervenção emergencial em situações de calamidade natural e promoção do desenvolvimento das comunidades locais"	256

Prefácio

Leio o presente Diagnóstico Social e há minha frente desenha-se o mapa do concelho de Penacova, 220Km² distribuídos por oito freguesias. Uma área territorial ampla com localidades muito dispersas e, em alguns casos, isoladas, com uma conjuntura social e económica que vulnerabiliza as famílias. Que fazer? Como fazer? Que estratégia definir e como colocá-la em prática?

Em outubro de 2018, a Comissão de Proteção das Crianças e Jovens de Penacova, elaborou, no âmbito do Projeto “Tecer a Prevenção”, o Plano Local de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens do Concelho de Penacova, diagnóstico, que permite, de uma forma bem estruturada conhecer melhor a realidade do nosso concelho ao nível da infância e juventude e definir, de uma forma clara e precisa, os eixos de intervenção, numa resposta articulada entre a CPCJ de Penacova, o município e os demais parceiros locais.

Hoje, com a elaboração, por uma equipa multidisciplinar, do Diagnóstico Social do Concelho de Penacova, damos mais um passo muito assertivo, de uma forma clara, objetiva e segura, para desenvolvermos e consolidarmos, os problemas sociais do nosso concelho na nossa consciência coletiva, contribuindo com a definição de eixos estratégicos, para a ativação ou, nalguns casos, revitalização das respostas que podemos dar e para a otimização dos recursos existentes.

Definiram-se 10 áreas de intervenção estratégica que, após uma profunda e detalhada análise, nos permitiram fazer uma leitura do tecido social do concelho. Destas, foram isolados cinco eixos. Os cinco eixos que permitiram que, esta equipa dedicada, multifacetada, multidisciplinar, sustentasse de forma prática e objetiva a elaboração do Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Penacova para o triénio 2019-2021.

Leio e releio ambos os documentos e não posso deixar de pensar em todos os passos de uma caminhada que se iniciou em 2009 e que hoje, com mais instrumentos e mais técnicos especializados se desafia a otimizar as respostas existentes, a trabalhar “em rede e na Rede”, num esforço coletivo na busca das melhores soluções e respostas para os problemas que diariamente são identificados.

Bem-haja a todos os que direta ou indiretamente contribuíram para a elaboração do Diagnóstico e para a definição do Plano de Desenvolvimento Social que, nos permitirá, continuar a apostar num maior acompanhamento no terreno, apoiado por um trabalho de rede devidamente articulado com os diversos parceiros, com medidas inovadoras, nomeadamente na área da intervenção precoce, em prol do bem-estar das pessoas, populações e comunidade.

Humberto José Baptista Oliveira
Presidente da Câmara Municipal de Penacova

Introdução

Este documento surgiu com a necessidade de atualizar o Diagnóstico Social aprovado em 2004. É um documento estratégico na área social que irá permitir projetar o concelho de Penacova de forma mais abrangente, alavancando projetos, ações e atividades que irão contribuir para melhorar as dinâmicas locais das pessoas que vivem no concelho. Tem como principal objetivo, não só aprofundar um conjunto de informações (quantitativas e, particularmente qualitativas) mas também identificar as problemáticas evidenciadas pelos atores locais de forma a se poderem propor estratégias ou medidas de intervenção. Os dados estatísticos tem por base os últimos censos, a atualização de informação existente no último Diagnóstico, dados disponibilizados pelas entidades envolvidas, dados estatísticos dos indicadores, preferencialmente dos anos: 2016, 2017 e 2018. É um documento definido como o aprofundamento das dinâmicas de mudança, das potencialidades e dos obstáculos, sendo um processo permanente, aberto e sempre inacabado. Uma base de informação essencial foi o Sistema de Informação da Rede Social de Penacova para a qual foi fundamental o contributo dos parceiros e representantes das entidades locais. Este documento permitiu fazer uma comparação dos dados, assim como analisar a evolução das intervenções na área do social, das estratégias e medidas de apoio existentes no concelho. Ao longo da elaboração deste documento, houve a preocupação de fazer uma articulação com os instrumentos de planeamento nacionais com vista a recolher indicadores de base locais.

A Rede Social é considerada uma plataforma de articulação de diferentes parceiros públicos e privados que tem por objetivo combater a pobreza e exclusão social e promover a inclusão e coesão sociais; promover o desenvolvimento social integrado; promover um planeamento integrado e sistemático, potenciando sinergias, competências e recursos; garantir uma maior eficácia e melhor cobertura e organização do conjunto de respostas e equipamentos sociais a nível local; criar canais regulares de comunicação e informação entre parceiros e a população em Geral. A rede Social assenta no trabalho de parceria alargada, efetiva e dinâmica e visa o planeamento estratégico da intervenção social, que articula a intervenção dos diferentes agentes locais, com vista ao desenvolvimento social local. O Diagnóstico Social representa um instrumento essencial de caracterização e de análise territorial, identificando problemáticas, necessidades e estabelecendo prioridades e linhas estratégicas de intervenção a nível local. A elaboração de diagnósticos sociais e de planos de desenvolvimento social a nível territorial faz parte dos objetivos das redes sociais locais, previstas no âmbito do artigo 34º do Decreto-Lei 115/2006, de 14 de junho, com vista a estruturar o desenvolvimento social dos territórios, promover a rentabilização dos recursos concelhios e fomentar uma cobertura equitativa e adequada de serviços e equipamentos locais. Assim, com o presente documento, pretende-se, identificar problemas prioritários de intervenção no concelho de Penacova, para o período, aproximadamente, de maio de 2019 a maio de 2021.

Este documento divide-se em cinco partes, nomeadamente, I parte com uma breve caracterização do concelho a nível demográfico, escolaridade e emprego, na II parte com a identificação dos principais problemas concelhios e necessidades prioritárias de intervenção,

estruturados por áreas temáticas de intervenção, na III parte temos as entidades e principais respostas de intervenção nas diversas áreas, na IV parte fez-se a uma análise crítica global do concelho, e na V e última parte perspetivou-se, com base neste documento, o Plano de Desenvolvimento Social, a três anos (2019-2021), assim como, as suas prioridades de ação, finalizando com algumas considerações finais.

Pretende-se com este documento, alertar para a persistência e para a emergência de novos e de tradicionais fenómenos associados à pobreza e exclusão social, bem como identificar problemas e estratégias prioritárias de intervenção concelhias, com vista a um melhor desenvolvimento social de Penacova.

PARTE I

Enquadramento Geral

O programa da Rede Social tem como pretensão desenvolver e consolidar uma consciência coletiva dos problemas sociais, bem como contribuir para a ativação/revitalização das respostas consequentes e para a otimização dos recursos. Aposta na definição conjunta de prioridades, propondo a realização de diagnósticos que sustentem um planeamento integrado de intervenção social. A finalidade última é melhorar as condições de vida da população e combater a exclusão social, mediante a promoção do desenvolvimento social local.

Há décadas que as instituições locais, presentes na geografia concelhia de Penacova, trabalham na área da intervenção social, de tal forma que podemos afirmar que, não apenas conhecem os problemas, como também o que caracteriza as especificidades dos mesmos e as suas justificações últimas. As problemáticas sociais assumem formas complexas e multidimensionais, obrigando à multidisciplinaridade da ação em vários domínios e a diferentes níveis.

Entendemos que as medidas de política social não podem ser vistas numa perspetiva setorial e, acima de tudo, que a responsabilidade de promover o desenvolvimento local e de melhorar as condições de vida da população é uma responsabilidade coletiva e transversal.

Neste sentido, vamos, no horizonte da 'Ação Social' inventariar os recursos/respostas existentes, bem como apresentar os maiores constrangimentos que as Instituições e os agentes que intervêm no terreno identificam.

É importante, na nossa perspetiva, capitalizar experiências, criar sinergias e fortalecer os projetos com diversidade de contributos. Nesse sentido, vamos caracterizar Entidades públicas e privadas diretamente ligadas à intervenção social.

A estratégia de ação nesta área tem sido pautada pelo desenvolvimento de parcerias, que articulam a intervenção social, sendo fundamental reconhecer o papel que as Instituições têm tido em todo o processo de melhoria da qualidade de vida dos grupos populacionais mais vulneráveis ou fragilizados.

Um dos pressupostos fundamentais, que estão na base do trabalho que se tem vindo a realizar, assenta na existência de equipas multidisciplinares que, de uma forma articulada, promovem ações para resolução dos problemas, evitando o subaproveitamento de recursos e, essencialmente, o desgaste das famílias e da população-alvo.

O presente diagnóstico social será sistematizado em dez áreas de intervenção estratégica, tendentes a fornecer uma leitura bastante aproximada do tecido social do concelho de Penacova, de forma a servir de alicerce e alavanca de intervenção social das estruturas de resposta concelhias, de modo amplo e transversal. Desta análise serão isolados cinco eixos, que sustentarão a redação do plano de desenvolvimento social para o horizonte 2019-2021.

1. Enquadramento nacional e local do programa Rede Social

1.1. Enquadramento legal e teórico

A Rede Social foi criada através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de novembro, e faz parte de uma nova geração de políticas sociais ativas, que tem por base a mobilização de esforços, o mais localizados possível, e a responsabilização de atores sociais de diferentes naturezas e áreas de intervenção, com vista à promoção do desenvolvimento social local.

Esta medida de Política Social impulsiona um trabalho de interajuda alargada e constitui um novo tipo de parceria entre entidades públicas e privadas, que atuam nos mesmos territórios, baseada na procura de respostas e na concertação das ações a desenvolver, tendentes à definição de um plano integrado de desenvolvimento da comunidade.

Tendo em consideração as perspetivas humana, social e local, que estão subjacentes, na contemporaneidade, para a concetualização da noção de “Desenvolvimento Local” é fundamental mobilizar os intervenientes em torno de objetivos concretos, que visem a solução dos problemas, dinamizando as forças endógenas e exógenas disponíveis para objetivar a criação de uma dinâmica territorial estruturada e estruturante. Esta dinâmica deve ter como alicerces ações multidimensionais e transversais, que permitam avançar com o estabelecimento de prioridades, a circunscrever num plano global e comum a todos os atores sociais de uma comunidade.

É neste contexto que surgiu o Programa de Apoio à Implementação da Rede Social, regulamentado pelo despacho normativo n.º 08/2002, de 12 de fevereiro, que previu como objetivos específicos os seguintes:

- Induzir o diagnóstico e o planeamento participados;
- Promover a coordenação das intervenções ao nível concelhio e de freguesia;
- Procurar soluções para os problemas das famílias e pessoas em situação de pobreza e exclusão social;
- Formar e qualificar agentes envolvidos nos processos de desenvolvimento local;
- Promover uma cobertura adequada do concelho por serviços e equipamentos;
- Potenciar e divulgar o conhecimento sobre as realidades concelhias.

Assim, face aos objetivos previstos, o processo de implementação da medida deve apresentar como resultados, no espaço de tempo previsto em candidatura própria, os seguintes:

- Organização formal da Parceria Alargada consubstanciada na constituição do CLAS (Conselho Local de Ação Social) e CSF (Comissões Sociais de Freguesia).
- Elaboração do Regulamento Interno.
- Realização do Diagnóstico Social.

- Realização do Plano de Desenvolvimento Social.
- Organização de um sistema de informação.

Após este longo itinerário de reflexão e trabalho concreto de terreno, emergiu a necessidade de avaliar e atualizar os documentos existentes, para os aproximar de modo mais adequado da realidade, com o intuito de possibilitar que o concelho abrace outros programas e desafios, que permitirão um incremento social qualitativamente significativo.

1.2. Contextualização da rede social no concelho de Penacova

As Instituições do concelho de Penacova que focalizam a sua atenção na área da intervenção social têm vindo a fazer esforços consideráveis, ao longo dos últimos anos, para aderirem e responderem às medidas de Política Social implementadas no território nacional, recorrendo à rentabilização de meios e sinergias existentes, consubstanciada através do trabalho de equipa que já decorre neste contexto há diversos anos.

A Câmara Municipal, tendo como pano de fundo esta forma de estar das Instituições Locais e consciente da mais-valia obtida, na última década, com as diferentes experiências de trabalho em parceria que se têm realizado no Concelho, em prol do bem-estar dos munícipes, promoveu, no início do ano 2001, a realização de uma ação de sensibilização sobre a Rede Social dirigida às Instituições, Juntas de Freguesia e outras entidades do Concelho.

Nessa primeira ação, concluiu-se que as Instituições, além de partilharem iniciativas e rentabilizarem recursos, devem intervir tendo por suporte um plano partilhado e estratégico. Estavam assim criadas as condições para o Concelho de Penacova manifestar a sua vontade em participar no Programa de Implementação da Rede Social ao então IDS (Instituto para o Desenvolvimento Social), o qual selecionou este município para ser incluído na segunda fase do alargamento do Programa ao nível nacional.

O passo seguinte teve a ver com a constituição do grupo dinamizador que viria a ser, em termos operacionais, o Núcleo Executivo do CLAS, que se propôs criar as condições necessárias para elaborar o Regulamento Interno, dada a necessidade de se estabelecerem regras de organização e de funcionamento e apoiar na constituição do Conselho Local de Ação Social.

Em fevereiro de 2002, foi regulamentado o Programa de Apoio à implementação da Rede Social, ao qual a Câmara Municipal apresentou uma candidatura. Este programa, regido pelas regras aplicáveis no âmbito do quadro do Fundo Social Europeu, Programa Operacional, Emprego, Formação e Desenvolvimento, veio proporcionar as condições de sustentação necessárias à Implementação da Rede Social nos concelhos.

A candidatura da Autarquia foi aprovada em junho de 2002, tendo-se dado início às ações previstas no início do 2º semestre desse mesmo ano.

- **Conselho Local de Ação Social**

O CLAS foi constituído em vinte e seis de outubro de dois mil e um e dele fazem parte as seguintes entidades:

AD ELO – Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego

ADESA- Associação de Desenvolvimento Regional da Serra do Açor

Associação de Pais e Encarregados de Educação de Penacova

Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão com Deficiência Mental – APPACDM –

Centro de Figueira de Lorvão

Câmara Municipal de Penacova

Casa do Povo de Penacova

Centro de Bem-Estar Social da Freguesia de Figueira de Lorvão

Centro de Saúde de Penacova

Centro Social e Paroquial de Lorvão

Cruz Vermelha Portuguesa – Centro Humanitário do Baixo Mondego

DGEST - Direção de Serviços da Região Centro

Escola Beira Agueira de Penacova

Fundação Mário da Cunha Brito

Grupo de Solidariedade Social, Desportivo, Cultural e Recreativo de Miro

Guarda Nacional Republicana

IEBA – Centro de Iniciativas Empresariais e Sociais

ISS-I.P - Centro Distrital de Coimbra

Junta de Freguesia de Carvalho

Junta de Freguesia de Figueira de Lorvão

Junta de Freguesia de Lorvão

Junta de Freguesia de Penacova

Junta de Freguesia de Sazes do Lorvão

União das Freguesias de Friúmes e Paradela

União das Freguesias de Oliveira do Mondego e Travanca do Mondego

União das Freguesias de S. Pedro d’Alva e S. Paio do Mondego

Santa Casa da Misericórdia de Penacova

Solar Billadonnes, Lda. [UCCI]

Com o decurso do tempo, esta estrutura foi sofrendo alterações espontâneas, quer decorrentes do decréscimo de atividade de algumas associações e sua conseqüente ausência, quer em função da entrada de outras entidades que, entretanto, emergiram no espaço social concelhio.

Núcleo Executivo

O Núcleo Executivo é uma estrutura integrante da Rede Social, decorrente do Decreto-Lei nº 115/2006, no seu artigo 27 [n.osº 1, 2, 3]. No contexto da Rede Social de Penacova, esta plataforma estruturou-se fundada no Regulamento Interno do CLAS, artigo 16 [n.osº 1-2].

ISS-I.P Centro Distrital de Coimbra

Câmara Municipal de Penacova

Centro de Saúde de Penacova

GIP – Gabinete de Inserção Profissional

DGEST – Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares

AD ELO – Associação de Desenvolvimento Local Bairrada e Mondego

APPACDM – Centro de Figueira de Lorvão – em representação das IPSS's do Concelho

Equipa Técnica

A equipa técnica da rede social reúne mensalmente e emergiu como necessidade e corolário lógico do exercício do trabalho em rede, visando a criação de sinergias, a permuta de especificidades e o fortalecimento de um dinamismo que se quer mais transversal e englobante. Esta plataforma assume como agenda a análise de casos sociais, a redação do plano de ação e o esboço e aprovação do relatório de atividades.

- Esta equipa é constituída pelo Núcleo Executivo e pelos técnicos representantes de cada uma das IPSS's do Concelho de Penacova.

2. Caraterização do concelho de Penacova

2.1. Breve nota histórica

A reconstituição da história de Penacova revela-se difícil, na medida em que os documentos existentes são escassos ou contraditórios e as tradições se perderam ao longo do tempo.

A povoação de Penacova aparece documentada pela primeira vez num documento de 1105 que relata uma contenda, entre os habitantes da Vila e os monges do Mosteiro de Lorvão, que só ficou resolvida com a intervenção pessoal de D. Afonso Henriques.

Uma das hipóteses apontadas para o nome de Penacova vem do cantábrico PEN – quase (ainda em fins do século passado se escrevia PEN – COVA, possível evolução de PEN A COVA) ou de PENA, de origem germânica, que significa “pequeno castelo”.

A primeira hipótese supõe que a vila terá sido construída (ou reconstruída) por populações vindas dos Cantábricos, o que seria muito provável nos tempos da reconquista aos mouros, com as vindas dos povos de todo o centro e norte da península, atraídos pelas regalias que lhes eram concedidas nas terras recentemente reconquistadas. Nesse tempo já existia o apoio do Mosteiro de Lorvão, uma vez que o rei de Coimbra, apesar de mouro, tolerava o culto

da religião católica, pelo que não admira que os frades se não admira se tenham fixado em Penacova e na região.

A segunda hipótese, permite supor que a fundação da vila é mais remota, do tempo dos invasores de origem germânica e, portanto, muito anterior ao tempo dos Muçulmanos. Por outro lado, leva a concluir que Penacova teve castelo ou pequeno castelo nos seus primeiros tempos.

Por todo o Concelho existem vestígios da passagem de povos diversos, desde os Fenícios aos Árabes, que nunca se chegaram a fixar com carácter definitivo, bem como de lutas no período da Primeira Reconquista Cristã, nos séculos IX e X, que conduziam ao seu abandono.

O segundo documento conhecido que se refere a Penacova, o mais importante da sua história, é o Foral de Penacova concedido por D. Sancho I, em 1193 (ou 1192, segundo diz Pinho Leal) que conseguiu a fixação das populações a determinadas povoações, colaborando no seu desenvolvimento e progresso. Foi através deste Foral que Penacova progrediu, visto que antes todos os antigos habitantes acabavam por sair da terra. Mais tarde, D. Afonso II tomou a iniciativa de confirmar o Foral numa das suas vindas a Coimbra, em 6 de novembro de 1217.

A 31 de dezembro de 1513, D. Manuel I concedeu novo Foral à Vila de Penacova e em 1605 esta foi elevada à categoria de concelho.

Atualmente, Penacova caracteriza-se como um concelho de segunda ordem, pertencente ao distrito de Coimbra. Possui um vasto património cultural, do qual se salienta: o Mosteiro de Lorvão, que data do século VI; a Igreja Matriz, do século XVI, dedicada a Nossa Senhora da Assunção; a Pérgola de Raul Lino; a Capela de Nossa Senhora do Monte Alto, do século XVIII; o Pelourinho, que foi transformado em cruzeiro, remontando ao século XVI.

2.2. Localização geográfica

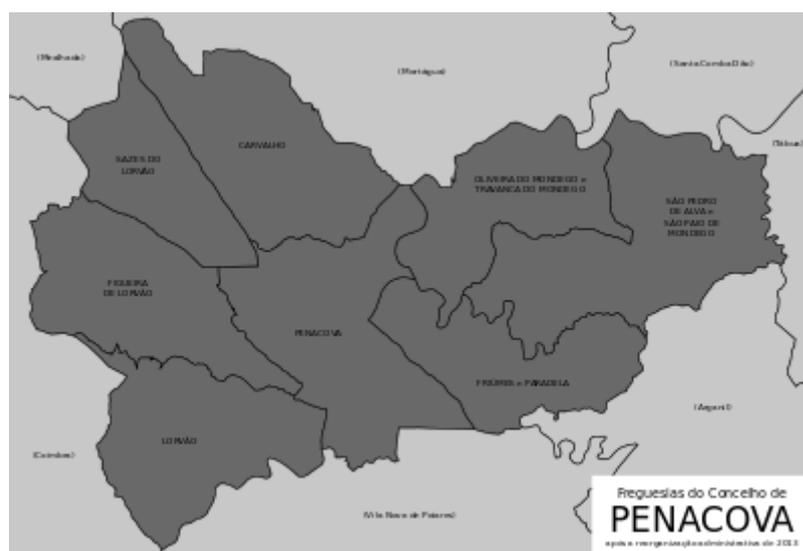


Figura 1 - Mapa das Freguesias e União das Freguesias de Penacova

O concelho de Penacova localiza-se na região centro do país, mais especificamente na zona Este do Distrito de Coimbra, integrando de forma mais alargada a sub-região do Baixo Mondego.

Os seus limites territoriais confinam, a sul com Vila Nova de Poiares, a sudoeste com Arganil, a norte com Mortágua e Santa Comba Dão, a nascente com Tábua e a poente com Mealhada e Coimbra. Situa-se a 226km de Lisboa, a 150km de Vilar Formoso, a 142Kms do Porto e a 22km da cidade de Coimbra, mais precisamente a 20 minutos pelo IP3, um dos itinerários principais em termos de acessibilidade rodoviária, que proporciona ao concelho o acesso à rede nacional de rodovias. Também importante, mas como itinerário complementar, é o IC6 (ex. IC7), que serve as Uniões de Freguesias de S. Pedro de Alva e S. Paio do Mondego e Oliveira do Mondego e Travanca do Mondego.

O rio Mondego atravessa o Concelho, repartindo-o sensivelmente em duas partes iguais, tendo como afluentes, do lado nascente, o Rio Alva e as Ribeiras de S. Paio, Lagares e Ribas e, a poente, as ribeiras de Gondelim, Selgã, Lorvão, Vale Bom, Eiras e Fornos. O Mondego sempre foi de extrema importância para o desenvolvimento do Concelho, tanto ao nível das atividades agrícolas, como no tocante às atividades ligadas ao turismo. Neste rio foram erguidas duas importantes obras de produção de energia hidráulica, a Barragem da Aguieira e a Barragem da Raiva, que proporcionam uma regularização dos caudais hídricos e um aproveitamento hidroagrícola do Baixo Mondego.

2.3. Geomorfologia e clima do concelho

Penacova é um Concelho montanhoso, apresentando vales profundos, resultantes dos acidentes tectónicos verificados ao longo da sua história geológica e do processo erosivo a que esteve sujeito. A rede hidrográfica está orientada segundo a fracturação existente, tendo os seus vales condições excelentes para uma agricultura de subsistência, devido à acumulação de sedimentos nos vários meandros que constituem o perfil das principais linhas de água, complementando os rendimentos do agregado familiar. Contudo, a densa floresta que cobre o Concelho continua a ser uma das suas maiores riquezas.

Neste contexto, existe uma predominância do pinheiro bravo e do eucalipto, encontrando-se também acácia mimosa nas vertentes íngremes do vale do Mondego, dedicando-se alguns agregados familiares à silvicultura, como proprietários ou como trabalhadores por conta de outrem.

As cotas mais elevadas são observadas na Serra do Buçaco, com o seu ponto culminante a 540m de altitude, no limite Norte/Oeste do concelho, encontrando-se no seu alinhamento para sul, a serra da Atalhada.

O clima, genericamente, é considerado temperado, sendo o concelho fortemente influenciado pelas massas de ar de origem atlântica. As características morfológicas do Concelho influenciam a orientação dos ventos, resultando pontualmente em condições microclimáticas.

Esta situação é bem visível pelas temperaturas e índices de humidade relativa observados na Serra do Roxo, bastante exposta às massas de ar húmidas de quadrante noroeste e às massas de ar mais secas, quentes e secas no Verão e frias e secas no Inverno de quadrante Este. As características planálticas desta Serra facilitam o referido anteriormente.

3. As Freguesias

Até ao ano de 1855, apenas 5 freguesias faziam parte do concelho de Penacova onde aliás se mantêm. Eram além de Penacova, Carvalho, Figueira de Lorvão, Lorvão e Sazes do Lorvão. Nesta data a fisionomia do concelho alterou-se profundamente em consequência das grandes Reformas Administrativas em que aquele século foi pródigo. Foram criadas, suprimidas ou reagrupadas muitas das autarquias locais por todo o país.

Penacova conheceu grandes benefícios, continuou sede de concelho e recebeu, para a sua jurisdição, mais 4 freguesias sem perder qualquer das que já integravam o seu pequeno concelho. Farinha Podre (que tinha sido concelho até há pouco, hoje designada S. Pedro de Alva), Friúmes, Oliveira do Cunhedo (atualmente Oliveira do Mondego) e Travanca do Mondego. Ao findar do século, em 1898, mais duas freguesias vieram enriquecer o concelho: S. Paio da Farinha Podre (hoje S. Paio do Mondego) e Paradela da Cortiça.

Na mais recente reorganização administrativa o concelho de Penacova conheceu outras alterações. Constituído por 207 lugares, alguns deles dispersos da sede, passaram a estar organizados, em 8 freguesias, três destas constituídas em União das Freguesias (Carvalho, Figueira de Lorvão, Lorvão, Oliveira do Mondego e Travanca do Mondego, Friúmes e Paradela da Cortiça, Penacova, S. Pedro d'Alva e S. Paio de Mondego, Sazes de Lorvão,) que perfazem uma área total de 216,7 Km².

As assimetrias demográficas e socioeconómicas da população residente no concelho são, muitas vezes, o reflexo das características geográficas das próprias freguesias. Deste modo, consideramos pertinente fazer uma breve caracterização destas.

3.1. Freguesia de Carvalho

Situada na encosta norte da serra com o mesmo nome e a nordeste da Serra do Buçaco, data do séc. XI o seu povoamento primitivo, pertencendo, no início do séc. XII, a Domingos Feirol que instituiu o Morgado de Carvalho. Antiga freguesia de Nossa Senhora da Conceição, foi-lhe atribuído Foral por D. Manuel I a 8 de junho de 1514. Eram seus donatários os Morgados de Carvalho, entre cujos descendentes figura o Conde de Oeiras e Marquês de Pombal. A povoação possui um pelourinho, prova da sua importância no passado.

A freguesia de Carvalho foi anexada ao concelho de Penacova em 1927. Apesar de se situar a uma distância de 10 Kms da sede de Penacova, a sua população esteve sempre muito

isolada, devido aos maus acessos e conseqüentemente ao número reduzido de transportes públicos.

A freguesia de Carvalho tem uma área de 32 Km². De acordo com os Censos de 2011, tem uma população de 846 habitantes, distribuídos pelas seguintes localidades: Ameal, Aveledo, Caldures, Capitorno, Carvalhais, Carvalho, Carvalho Velho, Caselho, Cerquedo, Gavião, Lourinhal, Mata, Ouraça, Pendurada, Póvoa, Quinta do Pomar, Ribeira de Aveledo, Ribeira de Carvalho, Santo António do Cântaro, S. Paulo, Seixo, Soalhal, Vale da Carvalha, Vale da Formiga, Vale das Éguas e Vale de Ana Justa.

De acordo com os Censos de 2011, assiste-se a um decréscimo da população residente nesta freguesia, tendo atualmente um número total que ronda os 846 habitantes.

Nesta freguesia prevalecem as atividades referentes ao sector primário, com o predomínio florestal e com uma agricultura pouco fértil.

Relativamente a Associações Culturais, Desportivas e Recreativas podemos destacar a Associação Cultural e Recreativa do Lourinhal, a Associação Desportiva e Recreativa de Vale da Formiga e o Centro Cultural de S. Paulo e o Pólo de Carvalho da Santa Casa da Misericórdia de Penacova, com as respostas sociais de Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário. [Associação Póvoa]

Decorrente da sua natureza, do seu objeto, da sua adequação à contemporaneidade, da sua dinâmica humana, a atividade de algumas associações é oscilante, realidade que se reflete numa proporcional predominância e implementação social.

População Residente Total	846
----------------------------------	------------

Tabela 1 - Dados referentes à população residente em Carvalho (Dados dos Censos 2011)

3.2. Freguesia de Figueira de Lorvão¹

Figueira de Lorvão é uma freguesia do concelho de Penacova, situada no centro-Oeste do concelho, entre a Serra do Buçaco e a Serra da Aveleira, com 28,32 km² de área e 2737 habitantes (2011), distando 7 km da sede do Concelho. Densidade: 100,3 hab/km². Dela fazem parte os seguintes 13 lugares: Agrêlo, Alagoa, Casqueira, Feira, Figueira de Lorvão, Gavinhos, Golpinhal, Granja, Mata do Maxial, Monte Redondo, Póvoa, Sernelha e Telhado. Os limites desta freguesia são os seguintes: a norte, Sazes de Lorvão; a sul, Lorvão; a nascente, Penacova; e a poente a freguesia de Botão, do concelho de Coimbra.

Antiga freguesia de São João Baptista, diz o povo que a localidade obteve o seu nome porque na Idade Média passaram por lá frades de Lorvão que costumavam parar junto a uma

¹ Cfr., http://jf-figueiradelorvao.pt/conteudos.php?id_ct=4, acessido a 25 de fevereiro de 2019.

figueira e daí Figueira de Lorvão, por outro lado, grande parte do seu território pertencia ao Mosteiro de Lorvão, por doação de particulares, desde o ano de 967.

Em termos paisagísticos, Figueira de Lorvão está inserida numa área de rara beleza, com montanhas de média altitude, grande biodiversidade, proporcionando um panorama deslumbrante aos visitantes.

Trata-se de uma área predominantemente agrícola e florestal. A agricultura familiar é uma das principais fontes de rendimento da população, com destaque para a cultura da vinha e da oliveira. A floresta, com destaque para o pinheiro bravo, o eucalipto e a acácia, representa também um importante recurso económico. A pecuária, ao nível da produção caseira, é ainda um complemento para os agregados familiares.

No setor secundário predominam as pequenas empresas de construção e obras públicas, dando emprego a uma percentagem importante da população.

O setor terciário caracteriza-se essencialmente pelos serviços, existindo algum comércio.

No que concerne aos equipamentos sociais e coletivos podemos encontrar um Centro de Bem-Estar Social da Freguesia de Figueira de Lorvão, com resposta social de Centro de Dia, Apoio Domiciliário, Estrutura Residencial para Idosos [ERPI], Creche e ATL; Associação Social Cultural e Desportiva da Granja; o Grupo Desportivo de Monte Redondo; Grupo Desportivo Recreativo e Cultural de Telhado; União Futebol Clube de Figueira de Lorvão; Associação Cultural e Recreativa “As Rosinhas de Agrêlo”; Associações de Agricultores e Melhoramentos de Gavinhos e Associação de Agricultores Filantrópica de Figueira de Lorvão, APPACDM de Figueira de Lorvão com o Centro de Ocupacionais, o Centro de Formação Profissional e o Solar Billadonnes.

A proximidade à sede de concelho, Penacova, e à cidade de Coimbra, permite que muitas pessoas aí trabalhem nas mais diversas áreas, o que é facilitado pelas boas vias de acesso.

Decorrente da sua natureza, do seu objeto, da sua adequação à contemporaneidade, da sua dinâmica humana, a atividade de algumas associações é oscilante, realidade que se reflete numa proporcional predominância e implementação social.

População Residente Total	2737
População Residente Homens	1307
População Residente Mulheres	1430
População Presente Total	2647
População Presente Homens	1223
População Presente Mulheres	1424
Famílias	1003
Alojamentos	1209
Edifícios	1164

Tabela 2 - Dados referentes à freguesia de Figueira de Lorvão (Dados dos Censos de 2011)

3.3. Freguesia de Lorvão²

Lorvão é uma vila do concelho de Penacova, sede de freguesia com 28,3 km² de área e 3 898 habitantes (2011). Densidade: 151,3 hab/km². Está situada no extremo sudoeste do concelho de Penacova, em vale profundo e de exuberante vegetação, na margem direita do rio Mondego, distando sete quilómetros da vila de Penacova. A freguesia de Lorvão, a mais populosa do Concelho, é constituída pelas seguintes povoações: Aveleira, Chelinho, Chelo, Foz do Caneiro, Granja do Rio, Lorvão, Paradela, Rebordosa, Roxo e São Mamede, confrontando com as freguesias de Figueira de Lorvão, Penacova, Brasfemes, Torres do Mondego, São Paulo de Frades e Arrifana.

Trata-se de uma freguesia de enorme relevância, quer pelo interesse histórico, quer pela atratividade turística que o seu Mosteiro contém.

Uma das principais tradições que tornou famoso o povo lorvanense, é o fabrico de palitos. Segundo a tradição, o fabrico caseiro de palitos, de pá e bico teve a sua origem no Mosteiro pois, de início, eram feitos pelas Freiras e posteriormente houve divulgação na população e povoações vizinhas. Atualmente, as paliteiras são cada vez mais uma raridade, no entanto a sua produção continua a ser uma das principais atividades económicas locais, a par da indústria de extração de madeira, a serralharia e a construção civil. A agricultura, por outro lado, é uma atividade que visa apenas o autoconsumo, em pequenas propriedades.

O sector terciário, por seu turno, também se encontra representado em Lorvão.

O Centro Social Paroquial de Lorvão possui um elenco significativo de respostas sociais diversificado, traduzido em Creche, Centro de atividades de Tempos Livres [CATL], Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário [SAD] e ERPI.

Na promoção e desenvolvimento de atividades culturais, desportivas e recreativas para a população temos um conjunto de Associações que são as seguintes: Grupo Etnográfico de Lorvão; Filarmónica Boa Vontade Lorvanense; Agrupamento Musical “Os Ringos”; Grupo Musical “Banda Pacifico”; União Desportiva Lorvanense; Associação Desportiva de S. Mamede; Centro Recreativo e Cultural da Aveleira; Associação Recreativa Lorvanense; Centro Cultural e Recreativo do Roxo; Futebol Clube de Paradela; Grupo Desportivo Foz do Caneiro; União Popular da Rebordosa e a União Popular e Cultural de Chelo.

Decorrente da sua natureza, do seu objeto, da sua adequação à contemporaneidade, da sua dinâmica humana, a atividade de algumas associações é oscilante, realidade que se reflete numa proporcional predominância e implementação social.

População Residente Total	3898
População Residente Homens	1851
População Residente Mulheres	2047
População Presente Total	3769
População Presente Homens	1771

² Cfr., http://freguesiadelorvao.pt/conteudos.php?id_ct=4, acessido a 25 de fevereiro de 2019.

População Presente Mulheres	1998
Famílias	1497
Alojamentos	1994
Edifícios	1869

Tabela 3 - Dados referentes à freguesia de Lorvão (Dados dos Censos de 2011)

3.4. Freguesia de Penacova³

Sede de Freguesia e do Concelho, a antiga freguesia de Nossa Senhora da Assunção, nasceu a partir do desenvolvimento da população do antigo castelo. A freguesia de Penacova situa-se na margem direita do rio Mondego e talvez devido à sua posição central foi escolhida para sede de Concelho. Desconhece-se a data da sua fundação, e a referência mais antiga data de 911. Em 1192, foi-lhe atribuído Foral por D. Sancho I, confirmado a 06 de novembro de 1217 por Afonso II. Em 1513, D. Manuel atribuiu-lhe Foral Novo e, em 1605, no reinado de D. Filipe II, foi elevada à categoria de Concelho.

A freguesia de Penacova, tem uma área de 32 Km² e, de acordo com os Censos de 2011, tem uma população de 3 254 habitantes, distribuída pelas seguintes localidades: Água do Soito, Azenha do Rio, Barca do Concelho, Belfeiro, Besteiro, Boas Eiras, Casal de Santo Amaro, Casalito, Carvalhal de Mansores, Carvoeira, Chã, Chainho, Cheira, Felgar, Ferradosa, Galiana, Gondelim, Hospital, Penacova, Ponte, Quinta da Ribeira, Quinta dos Penedos, Riba de Baixo, Riba de Cima, Ribela, Ronqueira, Sanguinho, Soito, Travasso, Vale de Sapos, Vale Gonçalves, Várzea e Vila Nova.

No âmbito dos equipamentos sociais existe a Santa Casa da Misericórdia, com Centro de Dia, SAD, ERPI, Creche; o Grupo de Solidariedade Social Desportivo Cultural e Recreativo de Miro, com a resposta social CATL, o Cantinho dos Meus Velhos, com ERPI.

No que concerne a equipamentos coletivos podemos encontrar: a Biblioteca Municipal e Centro Cultural; a Casa do Povo de Penacova [Filarmónica, Teatro e outras]; as Piscinas Municipais; a Associação Desportiva Cultural e Recreativa de Riba de Baixo e Soito; a Associação Recreativa e Cultural de Vila Nova; o Centro Cultural e Recreativo do Casalito; o Centro Cultural e Recreativo do Travasso; o Centro Cultural Desportivo e Recreativo de Ribela; o Centro Desportivo de Gondelim; o Centro Desportivo e Cultural da Ronqueira; o Grupo Desportivo da Ponte; o Grupo Recreativo do Casal de Santo Amaro; Mocidade Futebol Clube da Cheira; a Sociedade Propaganda e Progresso de Penacova e a União Recreativa Carvoeirense.

Decorrente da sua natureza, do seu objeto, da sua adequação à contemporaneidade, da sua dinâmica humana, a atividade de algumas associações é oscilante, realidade que se reflete numa proporcional predominância e implementação social.

População Residente Total	3254
----------------------------------	------

³ Cfr., <http://www.cm-penacova.pt/pt/pages/penacova>, acessado a 25 de fevereiro de 2019.

População Residente Homens	1532
População Residente Mulheres	1722
População Presente Total	3111
População Presente Homens	1449
População Presente Mulheres	1662
Famílias	1261
Alojamentos	1790
Edifícios	1567

Tabela 4 - Dados referentes à freguesia de Penacova (dados dos Censos de 2011)

3.5. Freguesia de Sazes do Lorvão⁴

Antiga freguesia de Santo André de Sazes do Lorvão tem a sua primeira referência em 1152. Situada na zona oeste do concelho, na margem direita do rio Mondego, Sazes do Lorvão é uma freguesia portuguesa pertencente ao Distrito de Coimbra e concelho de Penacova, do qual dista cerca de 10 quilómetros.

A própria natureza do terreno demarca os limites da Freguesia, o rio Mondego a sudeste e a serra do Buçaco a nordeste. Tal como na centúria de setecentos, a autarquia confronta, a norte, com a freguesia do Luso (concelho da Mealhada), a sul, com a de Penacova, a nascente, com a de Carvalho e, a poente, com as de Figueira de Lorvão e União das Freguesias de Souselas e Botão (Concelho de Coimbra).

A configuração morfológica do terreno condicionou, sobremaneira, quer a estabilidade populacional, quer a organização do espaço rural, ou não se localize entre os 125 e os 500 metros de altitude.

Com efeito, todas as cotas acima dos 400 metros referem-se a locais bastante rochosos, tais eram as dificuldades sentidas pelo Mosteiro em demarcar as suas propriedades na freguesia de Sazes, no seu limite com a de Carvalho: “nam se podiam medir por varas por serem muito fragosas”. (cf. Demarcação dos lugares de Contenças, Sazes, Tojal, Midões e Palmazes em AUC, Inventário dos Próprios Nacionais, convento de Santa Maria de Lorvão, Tombo de Sazes, Contenças, Midões, Tojal e Palmazes).

Porque integra já a região denominada de “meia-serra”, Sazes do Lorvão concorre para a distribuição entre o Portugal húmido da região atlântica e o Portugal menos húmido e mais frio das regiões interiores.

A freguesia de Sazes do Lorvão abrange os lugares de Azevinheiro, Cácemes, Contenças, Covas, Covelo, Espinheira, Galhano, Palheiros, Palmazes, Ponte da Mata, Midões e Sazes, que é a sede da freguesia.

Nesta freguesia existem duas minas abandonadas, uma de chumbo denominado Quinta da Berrenha e outra de ferro, denominada Cácemes, de que era concessionária a Sociedade de Minas, Lda.

⁴ <http://jfsazesdolorvao.pt/caracterizacao.php>, acessido a 25 de fevereiro de 2019.

Nesta freguesia existe um equipamento social, o Pólo das Contenças, do Centro de Bem Estar Social da Freguesia de Figueira de Lrvão, com ERPI, Centro de Dia e SAD. Contempla ainda algumas outras estruturas de âmbito coletivo: Centro Desportivo e Cultural da Espinheira; Pavilhão Social, Recreativo e Desportivo dos Palheiros; Salão Recreativo e Cultural de Cécemes e União Recreativa e Cultural de Sazes e Midões.

Decorrente da sua natureza, do seu objeto, da sua adequação à contemporaneidade, da sua dinâmica humana, a atividade de algumas associações é oscilante, realidade que se reflete numa proporcional predominância e implementação social.

População Residente Total	749
População Residente Homens	365
População Residente Mulheres	384
População Presente Total	702
População Presente Homens	330
População Presente Mulheres	372
Famílias	285
Alojamentos	375
Edifícios	368

Tabela 5 - Dados referentes à freguesia de Sazes de Lrvão (Dados dos Censos de 2011)

3.6. União das Freguesias de Friúmes e Paradela⁵

Localizada no extremo sudeste do concelho, a União das Freguesias de Friúmes e Paradela, agrega as Freguesias de Friúmes e Paradela, ao abrigo da Lei 11-A/2013.

Na margem esquerda do rio Alva, Friúmes foi curato da apresentação do Prior de Penacova, aparecendo já mencionada em documentos do séc. X, com o nome "Framianes". Na antiga freguesia de S. Mateus, destaca-se a Igreja Matriz datada de 1747 e, na proximidade de Miro, uma velha mina abandonada a que o povo chama a "Toca da Moura".

O território da freguesia de Friúmes localiza-se no extremo sudoeste do concelho, na margem esquerda do Rio Alva e do Mondego e dista 10 km da sede do concelho. Criada por desanexação da freguesia de Penacova, pertenceu a Poiães até à data de 24 de outubro de 1855.

O Grupo de Solidariedade Social Desportivo Cultural e Recreativo de Miro (GSSDCR Miro) é a única Instituição de suporte da freguesia ao nível do apoio social, através das respostas sociais de ERPI, SAD, Centro Dia, Creche e CATL (funciona em Penacova). A aldeia de Miro além do Grupo Social e das suas atividades culturais e recreativas tais como Associação para Atividades de Lazer e Desportos Radicais, Associação Amigos da Caça e Pesca, Rancho Típico "os Barqueiros do Mondego", Rancho Infantil "os Meninos da Escola" existem também a Associação de Festeiros de Miro, Irmandade Nossa Senhora das Febres e a Comissão Fabriqueira da Capela. Na freguesia existem ainda o Centro de Convívio e Cultura do Zagalho e

⁵ <http://www.cm-penacova.pt/pt/pages/friumesparadela>, acedido a 25 de fevereiro de 2019.

Vale do Tronco, Associação Amigos Vale do Tronco, Rancho Folclórico do Zagalho e Vale do Conde e União Clube Friumense.

O território da freguesia de Paradela da Cortiça situa-se no extremo sudoeste do concelho, na margem direita do Rio Alva e faz fronteira com o concelho de Arganil. A antiga freguesia de S. Sebastião da Paradela, foi curato de apresentação do vigário de Farinha Podre ou, segundo a Estatística Paroquial (1862), do padroado real. Pertenceu aos concelhos de Tábua, Arganil e de Farinha Podre, até à sua extinção em 1853, passando a integrar o concelho de Tábua em 7 de setembro de 1895, sendo incorporada no concelho de Penacova em 13 de janeiro de 1898.

Esta freguesia regista alguns problemas de acessibilidade, nomeadamente à sede do Concelho, da qual dista 35 Kms, visto que não existem transportes públicos, nem médico de família neste local. Deste modo, a população opta por utilizar os serviços de Arganil por estarem mais próximos do que Penacova.

Os habitantes desta freguesia estão distribuídos pelos seguintes lugares: Cortiça; Paradela da Cortiça; Quinta da Cortiça e Sobreira.

A União das Freguesias de Friúmes e Paradela possui uma área de 23 Km² e, segundo os Censos 2011, uma população de 870 habitantes, distribuída pelas seguintes localidades: Carregal, Cortiça, Friúmes, Miro, Outeiro Longo, Paradela, Quinta da Cortiça, Sobreira, Vale do Conde, Vale do Meio, Vale do Tronco, Vale Maior e Zagalho.

Decorrente da sua natureza, do seu objeto, da sua adequação à contemporaneidade, da sua dinâmica humana, a atividade de algumas associações é oscilante, realidade que se reflete numa proporcional predominância e implementação social.

	Friúmes	Paradela
População Residente Total	645	225
População Residente Homens	303	108
População Residente Mulheres	342	117
População Presente Total	613	216
População Presente Homens	281	101
População Presente Mulheres	332	115
Famílias	235	83
Alojamentos	439	163
Edifícios	436	163

Tabela 6 - Dados referentes à união das freguesias de Friúmes e Paradela

3.7. União das Freguesias de Travanca do Mondego e Oliveira do Mondego⁶

Localizada na margem esquerda do Mondego, a antiga freguesia de São Tiago Maior de Travanca situa-se no Nordeste do Concelho, perto da antiga confluência com o Dão. A União

⁶ <http://www.cm-penacova.pt/pt/pages/oliveiratranvanca>, acedido a 25 de fevereiro de 2019.

das Freguesias de Oliveira do Mondego e Travanca do Mondego, agrega as antigas Freguesias de Oliveira do Mondego e Travanca do Mondego, ao abrigo da Lei 11-A/2013.

Oliveira do Mondego, já chamada de Oliveira do Cunhedo, antiga freguesia de Santa Marinha de Cunhedo, pertenceu ao extinto concelho de Farinha Podre, tendo sido incorporado no concelho de Penacova em 24 de outubro de 1855. Na sua área geográfica, que beneficiou imenso, no domínio turístico e paisagístico, da melhoria da rede viária e da construção das barragens da Aguieira e do Coiço, localizou-se o Porto da Raiva, um dos portos fluviais mais importante do rio Mondego. Situada no sopé de um monte na margem esquerda do Mondego, a 10 Kms da sede do Concelho.

Nesta freguesia existe um défice de equipamentos sociais e coletivos, na medida em que não existe qualquer Instituição de suporte social e a União Desportiva Cultural e Recreativa de Paredes é a única associação dirigida para a população em geral.

Localizada na margem esquerda do Mondego, a antiga freguesia de São Tiago Maior de Travanca situa-se no nordeste do concelho na margem esquerda do rio Mondego, perto da antiga confluência com o Dão. Pertencia ao extinto concelho de Farinha Podre. Anexa ao concelho de Tábua a 31 de dezembro de 1853 e ao de Penacova em 24 de outubro de 1855, reintegraria o concelho de Tábua entre 7 de setembro de 1895 e 13 de janeiro de 1898, data em que integrou definitivamente o concelho de Penacova.

A barragem da Aguieira foi o empreendimento de maior envergadura da freguesia, trazendo na altura da construção, nas décadas de 60 a 80, um aumento da população.

A Associação Recreativa e Cultural de Travanca do Mondego é o principal equipamento social e coletivo existentes nesta freguesia.

A União das Freguesias de Oliveira do Mondego e Travanca do Mondego tem uma área de 22 Kms² e, de acordo com os Censos 2011, possui uma população de 1079 habitantes, distribuída pelas seguintes localidades: Aguieira, Alto das Lamas, Arieiro, Arroteia, Bairro Martins Soares, Coiço, Covais, Coval, Cunhedo, Lagares, Lavradio, Oliveira do Mondego, Paredes, Portela, Porto da Raiva, Quinta da Conchada, Quintela, Silveirinho, Travanca do Mondego e Vale da Serra.

Decorrente da sua natureza, do seu objeto, da sua adequação à contemporaneidade, da sua dinâmica humana, a atividade de algumas associações é oscilante, realidade que se reflete numa proporcional predominância e implementação social.

Número de Eleitores	1100
----------------------------	-------------

Tabela 7 - Número de eleitores da União das Freguesias de Oliveira do Mondego e Travanca do Mondego

3.8. União das Freguesias de S. Pedro de Alva e S. Paio do Mondego⁷

A anterior freguesia de São Pedro de Alva encontra-se situada entre os rios Alva e Mondego, junto à Barragem da Aguieira. Foi elevada a vila devido às suas características, nomeadamente face ao desenvolvimento dos ramos de atividade económica e às infraestruturas viárias.

Está situada na zona leste do concelho, distando, sensivelmente, 17 Kms da vila de Penacova. Ocupa uma área de 28,4 km², com 1.812 habitantes (censos 2011), com a densidade populacional de 63,8 habitantes / km². Confina com Travanca do Mondego a Norte, Paradela da Cortiça e São Martinho da Cortiça a Sul, S. Paio de Mondego a Este, Oliveira do Mondego e Friúmes a Oeste. Distribuída pelos seguintes lugares; Arroiteia, Atouguia, Beco, Bica, Cabecinha, Carvalhal, Castinçal, Cavaleiro, Cruz do Soito, Hombres, Laborins, Lufreu, Mocejo, Parada, Peixoto, Quintela, Rebolo, Relvão, Ribeira, S. Pedro de Alva, Silveirinho, Sobral, Vale do Barco, Vale da Ribeira, Vale da Serra, Vale da Vinha, Valeiro Grande, Vimieiro e Zarroeira.

S. Pedro de Alva, foi em tempos, considerada a capital da Casconha, sub-região natural que se limita a norte e poente pelo rio Mondego e a nascente pela serra da Moita. Foi sede do antigo concelho de São Pedro de Farinha Podre, extinto em 31 de dezembro de 1853. Era constituído pelas freguesias da sede, Oliveira do Cunhedo, Paradela, São Paio de Farinha Podre, Travanca, Cortiça e Covelo. Tinha, em 1849, 5 935 habitantes.

Na sede de freguesia existe a Fundação Mário Cunha Brito com Centro de Dia, Apoio Domiciliário, Lar de Idosos, Centro de Reabilitação e Atividades de Tempos Livres a única Instituição Social na zona nordeste do concelho.

Relativamente a equipamentos coletivos podemos encontrar a Associação Desportiva e Cultural de S. Pedro D'Alva e a Casa do Povo de S. Pedro D'Alva com o Folclore e Filarmónica, Associação de Melhoramento, Cultura, Progresso de Hombres e a Associação Desportiva e Recreativa Laboriense.

São Paio de Mondego, conhecida por S. Paio de Farinha Podre até 1986 situa-se a 4 km a sul da margem esquerda do rio Mondego, no extremo nordeste do Concelho, a cerca de 2 km do IC7 e a 17 km da sede de Concelho, Penacova, ocupando uma área de 9 km², sendo a 2ª mais pequena freguesia do concelho.

No que diz respeito ao património paisagístico, S. Paio disfruta de um quadro magnífico proporcionado pelo rio Mondego e pelas suas margens, e pela Albufeira da Barragem da Aguieira. Alguns sobreiros e outras árvores aqui presentes, têm a sua origem nos peregrinos de todo o país que visitavam anualmente as Ermidas de São Paio de Mondego, como por exemplo o Sobreiro.

Desde o início do século e devido às suas características tem vindo a perder a sua população, sendo atualmente constituída pelas seguintes povoações: Ermidas, Estrela d' Alva,

⁷ Cfr., http://www.uf-spaspm.pt/conteudos.php?id_ct=4, acessido a 25 de fevereiro de 2019.

Forno, Gândara, S. Paio, Vale das Casas e Vale das Ermidas. Confina com as Freguesias de São Pedro D´Alva (Concelho de Penacova), São Martinho da Cortiça (Concelho de Arganil), Ázere e Covelo (Concelho de Tábua).

Esta freguesia é, na sua maioria, ocupada por floresta, no entanto, detém ainda pequenas zonas agrícolas.

Ao nível associativo, conta apenas com a Associação Cultural e Desportiva de São Paio.

Decorrente da sua natureza, do seu objeto, da sua adequação à contemporaneidade, da sua dinâmica humana, a atividade de algumas associações é oscilante, realidade que se reflete numa proporcional predominância e implementação social.

	S. Pedro de Alva	S. Paio do Mondego
População Residente Total	1607	211
População Residente Homens	748	92
População Residente Mulheres	859	119
População Presente Total	1520	202
População Presente Homens	698	89
População Presente Mulheres	822	113
Famílias	636	80
Alojamentos	1026	144
Edifícios	990	142

Tabela 8 - Dados referentes à união das freguesias de São Pedro de Alva e São Paio do Mondego

4. Metodologia

O presente documento surge a partir da atualização dos problemas e necessidades identificadas no último Diagnóstico Social de Penacova [2004], nos recentes relatórios da Ação Social e Educação do Município, na análise da realidade em equipa multidisciplinar e empreendida no terreno por diversas instituições parceiras. Este documento foi estruturado tendo como objetivo dotar o concelho de um texto estratégico para a ação nos próximos anos.

O Núcleo Executivo da Rede Social de Penacova assumiu, como dado inerente à sua identidade, a tutela da redação do [novo] texto de Diagnóstico Social. Como primeiro passo, desenhou uma ‘ficha de recolha de dados’, que enviou em versão eletrónica para as entidades que protagonizam a ação social no Concelho, congregando nos serviços da autarquia uma plataforma humana de reunião dos dados recolhidos. Seguidamente, esta equipa multidisciplinar iniciou o processo de esboço de uma matriz de texto, que sujeitou ao escrutínio e ao sugestionamento de uma equipa multidisciplinar mais alargada. Estas reuniões foram-se sucedendo, alargando os seus participantes, para que o texto pudesse enriquecedoramente acolher uma mais ampla e verosímil multiplicidade de contributos.

A informação aqui apresentada resultou deste progressivo processo. O mesmo foi complementado paralelamente com a consulta de recentes análises sociais e estatísticas concelhias e nacionais, estudos e documentos concelhios, relatórios da intervenção técnica no

âmbito da ação social concelhia, intervenção no âmbito dos equipamentos sociais e entidades locais, da avaliação dos instrumentos sociais da Rede Social de Penacova, da atual evolução socioeconómica do concelho, de reuniões técnicas, do Núcleo Executivo e do CLAS. Foram utilizadas metodologias de estudo e de investigação, de ação e de intervenção direta, todas elas participadas e articuladas com diferentes entidades com intervenção no concelho.

Ao nível dos documentos de suporte, foram utilizados como referência os anteriores instrumentos de trabalho, tais como Diagnóstico Social, Plano de Desenvolvimento Social e Relatório de Atividades e Contas do Município de Penacova, as fichas de Diagnóstico preenchidas pelas entidades parceiras e outros documentos estruturados através da intervenção social concelhia. As diversas reuniões de trabalho, convocadas e coordenadas pela Vereação da Ação Social, congregando uma equipa multi e interdisciplinar, que aglutinou os elementos do Núcleo Executivo e da Equipa Técnica da Rede Social, acolhendo contributos técnicos localizados e relevantes, foram dando corpo e conteúdo textual ao percurso de reflexão partilhada que se foi efetivando.

Na **I Parte** do documento efetua-se, de forma muito genérica, um enquadramento nacional e local da Rede Social e uma caracterização social, geográfica e histórica do concelho de Penacova.

Na **II Parte** empreende-se uma leitura da realidade, segundo dez áreas de intervenção, de acordo com a observação empírica e técnica levada a cabo em sede de equipa multidisciplinar, a partir da recolha de dados de diversos agentes com significativas responsabilidades na dimensão social. Apresenta-se, ainda, uma análise crítica em cada área, elencando os pontos fortes e menos fortes, bem como as oportunidades e as ameaças mais prementes. Ainda neste ponto, efetua-se a remissão para as entidades, onde se efetivam as respostas consequentes e possíveis às problemáticas sinalizadas.

Na **III Parte**, identifica-se a capacidade estruturada de respostas, a sua priorização e a projeção de eventuais novas respostas, consideradas oportunas, no quadro das diversas entidades do setor público, privado e do terceiro setor, que procuram cobrir a amplitude do tecido humano, geográfico e social do concelho de Penacova, com as suas vicissitudes e peculiaridades próprias.

A **IV Parte** resume, organiza e sistematiza a análise crítica do concelho de Penacova, apontando aspetos fortes e fracos e sinalizando oportunidades e ameaças. Este capítulo procurará enunciar os indicadores mais predominantes, que permitirão extrair com mais acuidade e fundamentação, os eixos de intervenção social prioritária para o próximo triénio.

A **V Parte** deste documento textualiza cinco eixos estratégicos para o desenho de um Plano de Desenvolvimento Social do concelho de Penacova, a esboçar no horizonte das plataformas autárquicas de concertação social.

A **Conclusão Geral** testemunha a identidade aberta deste documento, que carece de permanente revisibilidade e adequação, reclamadora de uma permanente e incisiva leitura da realidade e de um conseqüente esforço operativo concertado.

PARTE II

Leitura da Realidade por Áreas de intervenção

O esforço analítico da geografia humana e social do concelho será distendido por 10 áreas de intervenção, isoladas em razão da sua pertinência para a tessitura da coesão social. Longe de ser um mapeamento esgotador da realidade, acreditamos, ainda assim, na sua coerência e rigor, sustentados na consensualidade que ele gerou entre os diversos atores sociais com responsabilidade na amplitude do terreno concelhio. Sem negar a subjetividade inerente a todo e qualquer observador, que não é absolutamente neutro, mas sempre implicado, estamos em crer que o elenco de áreas apresentado vai de encontro, não apenas à realidade estritamente considerada, como também à interpretação que a comunidade, transversal e genericamente tida em conta, dela empreende. Somos observadores participantes e isso faz de nós simultaneamente analistas e protagonistas da transformação social requerida.

A divisão da segunda parte deste estudo persegue o intento de uma leitura da realidade, de uma análise crítica desta, assinalando as propostas e as respostas àquela, gizadas no quadro de diversas entidades públicas, privados e do terceiro setor, que serão objeto de pormenorização no capítulo terceiro. **Família, educação, emprego, saúde, habitação, mobilidade, cultura, envelhecimento, emigração e calamidades naturais** são as áreas indicadoras concretas a que, ainda que de modo embrionário, este texto se dedicará nos capítulos seguintes.

1. Família

1.1. Leitura da realidade

As famílias são inequivocamente núcleo irrenunciável da sociedade. Deste modo, ao nível do dinamismo de intervenção social que quer construir o bem-estar comum, terão de ser sempre consideradas parte da solução. Respeitar a sua dignidade e autonomia, capacitá-las como agentes de diagnóstico e dotá-las de meios de intervenção, em cooperação com o poder público, serão caminhos tendentes ao sucesso. Que cada um contribua subsidiariamente com a sua especificidade, concorrendo assim para a coesão orgânica do tecido social é o desejo.

O lento rejuvenescimento da população, decorrente da baixa natalidade e do desequilíbrio da pirâmide etária [63 nados vivos, em 2017, em paralelo com 189 óbitos]⁸ desenham um tecido familiar conseqüente.

A deficiente fixação das franjas mais jovens resulta da insuficiente oferta de emprego, da geomorfologia e dos condicionalismos de atratividade genérica, como os relativos aos equipamentos estruturais.

⁸ Dados do Instituto Nacional de Estatística.

1.1.1. Natalidade e Mortalidade

De acordo com dados do INE, no território de Penacova no período compreendido entre os anos 1991 e 2000, nasceram 1264 e morreram 1825 pessoas. Na década 2001-2010, o número de nascimentos desceu para 1199, ao passo que os óbitos ascenderam a 1983. Em termos de taxas, os números dividem-se em 7,9% [natalidade] e 13% [mortalidade]. A tendência concelhia segue a lógica nacional, de diminuição dos nascimentos e aumento da esperança média de vida, com o conseqüente envelhecimento populacional. Este decorre dos progressos da ciência médica e da melhoria das condições socio-económicas, sendo que “a longevidade foi acompanhada pela alteração do perfil das causas de morte. «As doenças infecciosas e parasitárias dão lugar às doenças crónicas e degenerativas.»” A leitura do indicador de baixa natalidade difere, de acordo com o âmbito de análise. “No plano institucional e social a natalidade é uma preocupação atual e de futuro.⁹” Se na esfera pública este é o entendimento generalizado, no espaço privado, no dizer de António Barreto, “o «problema» de ter poucos filhos não é um problema, é uma situação, muitas vezes uma escolha, uma decisão, quantas vezes uma condição, mas não um problema.¹⁰”

1.1.2. Fecundidade

Em 2013, segundo o Pordata, o índice de fecundidade em Portugal era de 1,21, aquém do necessário para a regeneração geracional, dado que “o nível ideal deve estar, de acordo com o padrão das Nações Unidas, acima de 2,1 crianças por mulher em idade fértil.¹¹” Na região Centro, em 2013, o índice de fecundidade situava-se em 1,11. Em Penacova, o mesmo indicador cifrava-se em 1,2, em 2001, tendo descido para 0,9, em 2013, colocando o Concelho na posição 270 a nível nacional.

Adiar a maternidade constitui uma tendência contemporânea, resultante das alterações paradigmáticas nos modelos de conjugalidade, de parentalidade e maternidade. Tal dado advém ainda das mutações na escolaridade, nas carreiras profissionais e no mercado de trabalho. É inegável o impacto destas características na fertilidade, na fecundidade e na demografia. “Penacova passou de uma idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho de 24,7 anos em 1991, para os 30,4 anos da mãe, em 2011.¹²” O Concelho enquadra-se, a este nível, na

⁹ Paulo Cunha Dinis e Filipa de Castro Henriques, *Penacova visto pela demografia*, Lugar da Palavra Editora, Rio Tinto, 2015, p. 50.

¹⁰ *Ibid.*

¹¹ *Ibid.*, pp. 53-54.

¹² Paulo Cunha Dinis e Filipa de Castro Henriques, *Penacova visto pela demografia*, Lugar da Palavra Editora, Rio Tinto, 2015, p. 56.

dinâmica global do país, genericamente com experiências de maternidade mais tardias e um progressivo reduzido número de filhos.

1.1.3. Casamento

O casamento constituiu, ao longo do tempo, o alicerce primordial da edificação da instituição familiar. Com a marca remota da contratualidade romana e da sacramentalidade cristã, foi sobrevivendo às alterações sociológicas, ainda que reconfigurado por diversas condicionantes externas e por mutações nas convicções e nas práticas individuais. “Em Portugal, o casamento foi um ato predominantemente católico, até ao ano de 2007. Neste ano 52% dos casamentos passaram a ser celebrados fora da esfera religiosa.¹³” O dado mais visível acaba por ser o crescimento exponencial dos casamentos fora da esfera da religião. Segundo o INE, em Portugal, em 2012, 62% dos casamentos eram não católicos, contra 38% celebrados catolicamente.

1.1.4. O divórcio

Uma das ‘novidades’ introduzidas nas últimas décadas na dinâmica da reconfiguração familiar foi o divórcio. De zero, em 1984, para 106 casamentos, caminhou-se para 25, em 2012, para 36 casamentos, o que dá uma proporção de 69,4%, ainda assim inferior à média nacional do mesmo ano, de 73,7%, de acordo com dados estatísticos do INE. Esta oscilação relacional, com múltiplos antecedentes explicativos, contribui para esboçar um desenho da instituição familiar marcado pela complexidade.

Um dado acrescido a esta reflexão diz respeito ao adiamento do casamento. Em 2012, o homem casou, em média, aos 31,4 anos de idade, ao passo que a mulher contraiu matrimónio aos 29,9 anos. “Para estes indivíduos a constituição de descendência ocorre mais tarde e, no geral o nascimento do primeiro filho é próximo da idade de 30 anos da mulher.¹⁴”

Outra realidade deste âmbito merecedora de uma palavra analítica é a evolução do número de casais com filhos. “No período 2001-10 houve uma diminuição de 7% em Penacova”, sendo que 45% dos casais não têm filhos, pautando-se o número nacional por 41%, de acordo com o registo do INE.

¹³ *Ibid.*, p. 57.

¹⁴ *Ibid.*, p. 61.

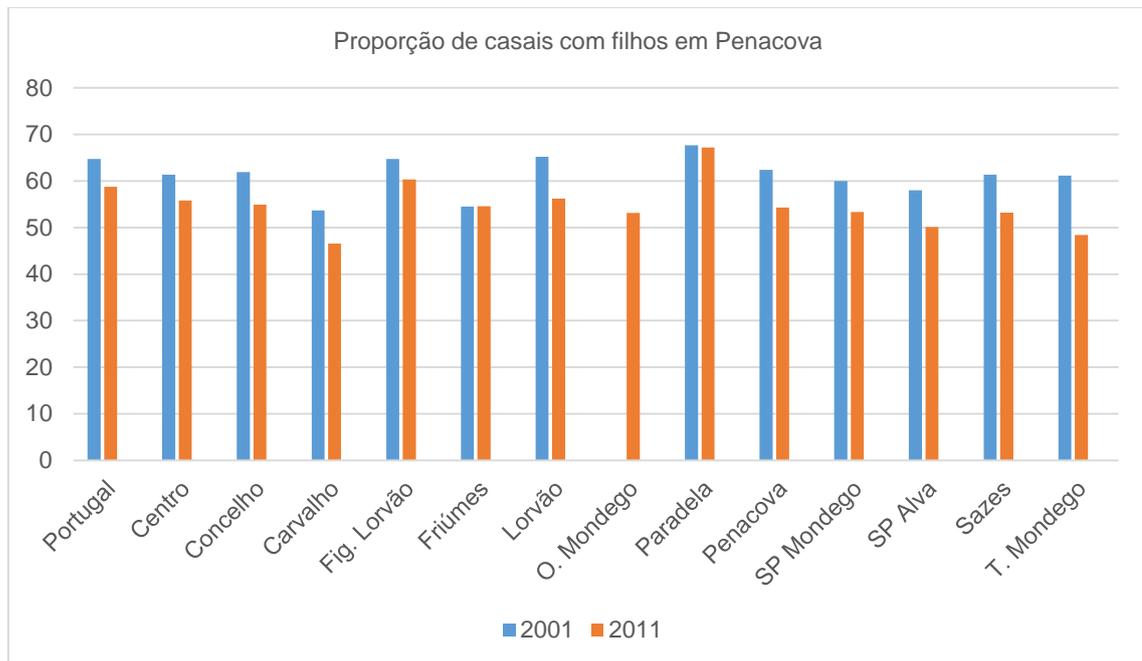


Gráfico 1 - Proporção de casais com filhos em Penacova

Um evidente sinal dos novos desenhos familiares prende-se com o facto de se ter esbatido o outrora inquebrantável nexa entre fecundidade e casamento. De acordo com o INE, em Penacova, o número de filhos nascidos à margem da instituição matrimonial tradicional passou de 10, em 1995, para 26, em 2012.

O espaço familiar unipessoal é outra realidade sobre a qual importa deter um olhar analítico. Tem múltiplas causas, possibilita amplas leituras e reclama diversa respostas. “Contrariamente aos grupos mais jovens, para quem a vida a sós é frequentemente voluntária e desejada, nos mais velhos ela decorre, na maior parte das vezes, de acontecimentos que não dependem do próprio, como a partida dos filhos ou a morte do cônjuge. Nestes casos, não se escolhe viver sozinho; fica-se a viver só. Ainda que possa constituir uma situação involuntária ou não procurada, não significa forçosamente que seja uma situação indesejada, ou que promova necessariamente solidão.¹⁵” O respeito pela individualidade e a sensibilidade e a criatividade da intervenção social hão-de pautar, quer a observação, quer a resposta a esta problemática. No território concelhio de Penacova, esta realidade não é uniforme, ainda que “onde os lugares são dispersos, isolados e onde se torna difícil atender às necessidades¹⁶”, o isolamento de pessoas idosas reclame uma maior responsabilização social. Que o número de idosos a viverem sozinhos aumenta, é uma evidência. “No entanto, isso não significa que as pessoas mais velhas vivam

¹⁵ Paulo Cunha Dinis e Filipa de Castro Henriques, *Penacova visto pela demografia*, Lugar da Palavra Editora, Rio Tinto, 2015, p. 63.

¹⁶ *Ibid.*, p. 64.

maioritariamente sozinhas, mas sim que aquelas que vivem sós tendem a aumentar em função da idade, tornando inevitável uma relação entre a vida a sós e o processo de envelhecimento. A viuvez é, assim, a principal causa para a vida a sós.¹⁷

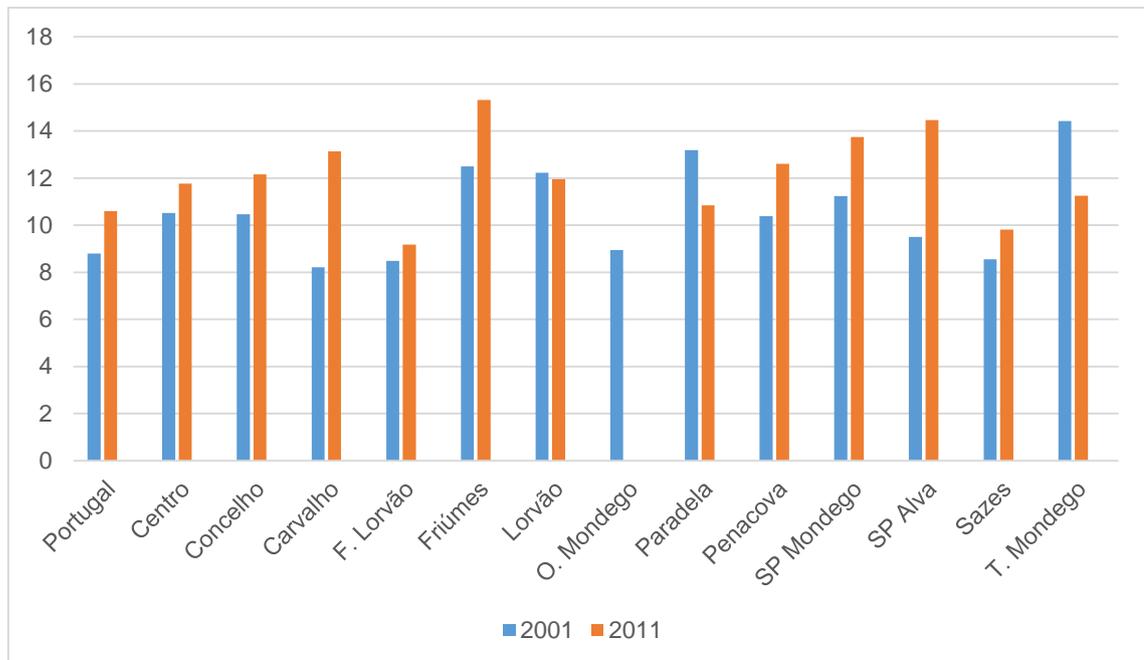


Gráfico 2 - Proporção de indivíduos viúvos

“A relação da comunidade penacovense com os seus idosos tem um grau considerável de proximidade.¹⁸ Diversas IPSS’s cobrem o terreno concelhio, disponibilizando à comunidade as respostas sociais de apoio domiciliário, centro de dia e estrutura residencial. Face a circunstâncias de isolamento geográfico, ao défice de retaguarda familiar e a circunstâncias de debilidade económica, esta presença é absolutamente decisiva. De acordo com os Censos Sénior de 2018, a GNR sinalizou no concelho de Penacova, ainda assim, 4 casos de pessoas isoladas e 56 em situação de vulnerabilidade. Daqui resulta que este trabalho de acompanhamento da pessoa idosa nunca pode ser dado por concluído. A Comissão Municipal de Proteção e Promoção dos Direitos dos Idosos, proposta pelo projeto de lei nº 526/VIII, já em 2012, pode ser um instrumento a criar, decisivo para gizar propostas estruturantes que se constituam como resposta a este indicador sociológico.

Outro dos aspetos que alterou a configuração das famílias do concelho de Penacova foram os fluxos emigratórios, sobretudo para a Europa, iniciados no último quartel do século XX, conduziram muitos habitantes a cruzar a fronteira na busca de melhores condições de vida.

¹⁷ *Ibid.*

¹⁸ Paulo Cunha Dinis e Filipa de Castro Henriques, *Penacova visto pela demografia*, Lugar da Palavra Editora, Rio Tinto, 2015, p. 64.

Muitos dos seus descendentes deram continuidade, por profissão e casamento, a essa permanência no estrangeiro, mantendo as ligações à origem somente em período ocasional de férias. Trata-se de um elemento de multiculturalidade, a reclamar que a criatividade pública e privada o transforme em potencialidade, ao invés de o contabilizar como limite.

A proximidade [fundamentalmente] com a cidade de Coimbra, nomeadamente no período posterior ao à construção do IP3, como via estruturante, aumentou de modo significativo a deslocação diária nesse sentido em razão do emprego. Também as deslocações comerciais e de lazer se tornaram rotineiras, o que, a par, por exemplo, do incremento democratizante da tecnologia, ajuda a configurar um 'estilo de vida urbano' no 'modus vivendi' das famílias mais jovens do Concelho.

A subsistência de problemáticas, ainda que nenhuma geográfica ou culturalmente específica, são percalços no desenvolvimento harmonioso da instituição familiar. Destacamos a ascendência de um androcentrismo dominador, o alcoolismo e violência. Acrescem a estes indicadores, o facto de os mesmos serem socialmente tolerados. Do ponto de vista estrutural, dificuldades económicas, endividamento e degradação de habitações são igualmente elementos inibidores de um dinamismo familiar crescente e positivo.

A intervenção social na área da família, no espaço territorial do concelho de Penacova, situa-se ao nível de diversas entidades públicas, privadas e de terceiro setor, que descreveremos detalhadamente na terceira parte deste documento.

1.2. Análise crítica da realidade

Como síntese, sublinham-se alguns pontos fortes, destacando-se, em concreto:

- Implementação das medidas de política social de apoio à família de âmbito nacional.
- Existência de diversas IPSS's, cobrindo o território concelhio e apoiando as famílias, sobretudo no cuidado com as crianças e com os idosos.
- Existência de uma cultura de parceria interinstitucional local e intermunicipal.
- Atividades lúdicas dinamizadas por diversas entidades, tendo as famílias como destinatários preferenciais.
- Dinâmica de ação social institucional, nomeadamente com equipamentos com resposta ao nível da ocupação dos tempos livres dos jovens, para prevenção de comportamentos de risco.
- Articulação interinstitucional na programação de atividades/respostas conjuntas para a comunidade.
- Estrutura de apoio na prestação de cuidados de saúde continuados.
- Medidas municipais de apoio às famílias em situação de carência (FES e apoio à natalidade)
- Implementação do projeto 'Tecer a Prevenção – CPCJ de Penacova.

Uma visão realista, com distância crítica, persuade-nos a elencar, como elementos menos fortes:

- O marcado isolamento geográfico e social de algumas famílias, com destaque para os idosos e para pessoas portadoras de deficiência.
- Instituições a funcionar em instalações provisórias e em condições precárias e/ou inadequadas (com realce para a área da deficiência)
- Instalações insuficientes para alargar/inovar serviços e/ou outras respostas complementares de apoio.
- Ausência de resposta de acolhimento de crianças e jovens em perigo.
- Falta de respostas para acompanhamento especializado de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconómica e terapia familiar.
- Violência doméstica, familiar e no namoro.

Na certeza da necessidade de muito empenhamento concreto, intuímos, ainda assim, algumas oportunidades para uma eventual prossecução de projetos. Como mais significativas, apontamos as seguintes:

- Programas Nacionais e Comunitários de apoio ao desenvolvimento social, que podem ser objeto de candidatura e implementação no Concelho.
 - Medidas de Prevenção e combate à violência doméstica aprovada em Conselho de Ministros a 7 de março de 2019, que podem ser acolhidas e adequadas à realidade concelhia.
- Num esforço analítico de visão mais ampla e de perspetivação de futuro, parece-nos preventivo atender a algumas 'ameaças' descortinadas, entre as quais destacamos:
- Deficitário sistema de informação interno e externo no que diz respeito a candidaturas a Programas de Desenvolvimento Social.
 - Impossibilidade de contratação de mais recursos humanos (técnicos).
 - Insuficientes recursos financeiros das IPSS's para a concretização de novos projetos.
 - Conjuntura socioeconómica do País.
 - Baixa taxa de natalidade e envelhecimento generalizado da população.

2. Educação

2.1. Leitura da Realidade

A educação é um 'por-maior' estruturante da construção do bem-estar comum no entretencimento ininterrupto e amadurecido da pessoa e da comunidade. Trata-se de uma realidade transversal a todas as políticas e que reclama pactos de convergência para que perdure além do imediato. Educar implica assumir a responsabilidade de conduzir e o espaço de oportunidade para fazer desabrochar em cada um o melhor que o habita. Atende, por isso, à complexidade da pessoa, *psico-afetiva-racional-somática-social*... Convoca e incorpora responsabilmente o seu contexto relacional, humano e social, no processo educativo e aspira a que os seus frutos desaguem, não apenas na solidificação da personalidade individual, como

também num exercício de cidadania comprometido com o bem comum. De uma visão da educação como alavanca do progresso, o entendimento comum sobre “a educação passa a ter objetivos mais pragmáticos e mais concretos.¹⁹” Um posicionamento predominantemente pró-economicista reflete “a educação como um contributo fundamental para o crescimento económico e para o aumento da competitividade das empresas.²⁰” Uma outra linha de pensamento, centrada na questão social, “mostra a importância da educação no combate ao desemprego, às disparidades sociais e à exclusão social.²¹” O concelho de Penacova bebe deste horizonte cultural, onde o utilitarismo é paradigma ético.

Na esteira do espírito e da letra preconizados pela Lei de Bases do Sistema Educativo e pelo Decreto Lei nº 7/2003 de 15 de janeiro, a Câmara Municipal de Penacova elaborou, em 2007, a sua Carta Educativa, com a coordenação científica do Prof. Doutor António Rochette e uma equipa de trabalho da Faculdade de Letras, coordenada com diversos técnicos da Autarquia. O texto “apresenta-se como um instrumento preferencial de planeamento e ordenamento prospetivo do sistema educativo a nível municipal, com vista a uma melhor utilização dos recursos existentes, de acordo com o desenvolvimento demográfico e socio-económico.²²” Entre outros, a Carta concretiza os seguintes objetivos: “minimizar disparidades inter e intra-regionais, promovendo a igualdade de acesso ao ensino, numa perspetiva de adequação da rede escolar às características regionais e locais, assegurando a coerência dos princípios normativos no todo nacional; orientar a expansão do sistema educativo num determinado território, me função do desenvolvimento económico, sócio-cultural e urbanístico, prevendo uma resposta adequada às necessidades de redimensionamento da rede escolar, colocadas pela evolução da política educativa, pelas oscilações da procura da educação e pela rentabilização do parque escolar existente; fundamentar tecnicamente as tomadas de decisão relativas à construção de novos equipamentos, em especial do ensino básico, ao sempre difícil encerramento de escolas e à reconversão e adaptação do parque, otimizando a funcionalidade da rede existente e a respetiva expansão, bem como a definição de prioridades.²³” É um texto de revisitação obrigatória, mesmo se crítica e criativa, no tocante às suas prioridades abrangentes. A análise da demografia escolar lança desafios diversos e talvez tenha de nos colocar a refletir, numa sustentada projeção do futuro, no quadro intermunicipal, numa perspetiva de ajustamento permanente da oferta educativa à sua [as]simétrica procura.

¹⁹ AA. VV., *Carta Educativa de Penacova*, Edição da secção de textos da FLUC, Coimbra, 2007, p. 5.

²⁰ *Ibid.*

²¹ *Ibid.*

²² *Ibid.*

²³ *Ibid.*, p. 6.

Numa leitura abrangente, podemos afirmar que o concelho de Penacova interiorizou quase plenamente a centralidade da educação como elemento civilizacionalmente definidor. As taxas de pré-escolarização, de escolarização no ensino básico e secundário e de transição/conclusão no ensino secundário regular aproximam-se dos 90%, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística de 2017.

Da evidência do quantitativo, havemos de adentrar-nos na análise qualitativa, mais condicionada e marcada pela subjetividade. Os frutos do presente não-de vislumbrar-se no futuro, sendo que o cuidado da árvore há-de ser sempre critério e objetivo a perseguir. A baixa escolaridade da população ativa evidencia que, no passado, quer nas expetativas pessoais, quer na proposta pública de ofertas, esta prioridade talvez não tenha estado tão evidenciada. Em sentido inverso e crescente, na contemporaneidade, verifica-se um despertar cultural, regulado pela escolaridade obrigatória, alimentado pelo auto-didatismo e democratização da informação veiculada pela tecnologia.

No ideário concreto, “o Município de Penacova tem como prioridade o desenvolvimento de uma política ativa, que vise a promoção de uma Escola que favoreça a inclusão e que promova o sucesso escolar das nossas crianças e jovens, através de uma educação de qualidade.²⁴” A autarquia pretende ainda, “em parceria com o Agrupamento de Escolas²⁵, a Escola Beira Agueira e outras entidades, elaborar uma estratégia que vise alargar e consolidar a oferta de novas oportunidades, quer para os jovens que abandonaram prematuramente o sistema educativo, quer para os adultos que não tiveram a possibilidade de prosseguir os seus estudos.²⁶” A convicção de base radica na ideia segundo a qual a educação e a formação são “a chave para o desenvolvimento económico e social.²⁷”

Como limite, no tocante a instrumentos educativos da Comunidade, com destaque para a população adulta, sublinha-se o desaparecimento dos meios de comunicação social clássicos, que outrora existiram, a imprensa escrita e a rádio.

Como peculiaridade identitária local, cumpre sublinhar a oferta de formação profissional, virada para o mercado concreto de trabalho, na APPACDM [com a sua população alvo muito específica], no Agrupamento de Escolas e na Escola Beira Agueira. Esta com a particularidade multicultural de acolher estudantes de diversos países africanos de expressão portuguesa. Além disso, também a Escola de Artes é um relevante contributo para a formação integral das crianças e jovens, integrando a estética como fator estruturante da construção da sensibilidade humana.

2.1.1 Natureza e distribuição geográfica dos espaços educativos

²⁴ *Ibid.*, p. 12.

²⁵ À época dois Agrupamentos, hoje somente um.

²⁶ *Ibid.*

²⁷ *Ibid.*

No quadro da educação, existe no concelho de Penacova um Agrupamento de Escolas e uma Escola Profissional, que obedecem à Lei nº 85/2009 de 27 de agosto, determinante do regime de escolaridade obrigatória e dos vários ciclos de educação básica, e a toda a legislação vigente, incluindo as portarias que regulam os Cursos Profissionais e os Cursos de Educação e Formação.

Importa visualizar a geografia do concelho de Penacova, no tocante à distribuição de estabelecimentos de ensino e respetivo grau.

A resposta social para a primeira infância é da exclusiva das Instituições Particulares de Solidariedade Social.

No contexto da educação pré-escolar, o Concelho está abrangido por uma rede pública, que cobre todo o território. Para este ciclo de formação, a Carta Educativa aponta[va] como prioridades “a obtenção da universidade de frequência no grupo etário dos 3 aos 6 anos, a melhoria dos espaços e recursos educativos e dos equipamentos e da dinâmica da componente de apoio à família e a promoção da equidade de oportunidades pela ação social.”²⁸ Tal objetivo foi atingido.

O Primeiro Ciclo do Ensino Básico está coberto pelas Escolas/Centros Escolares do Seixo [freguesia de Carvalho], Figueira de Lorvão, Lorvão, Aveleira, Penacova e S. Pedro d’Alva. Como prioridade para este ciclo de estudos, a Carta Educativa aponta[va] o objetivo de “melhorar as condições físicas dos estabelecimentos de ensino [...] e dotá-los dos recursos materiais necessários, possibilitando um ambiente motivador à aprendizagem e potenciador do sucesso escolar.”²⁹

O encerramento de alguns estabelecimentos de ensino constitui-se como reconfiguração reativa à diminuição do número de alunos, ao isolamento geográfico e social, à desadequação de alguns edifícios e à insuficiência e incapacidade de disseminar respostas ao nível dos apoios educativos e de recursos humanos. Esta opção não tem estado isenta de resistências. Se, do ponto de vista pedagógico, o encerramento das Escolas traz vantagens, devido ao facto dos alunos passarem a ter acesso a horizontes mais vastos, tanto a nível de conhecimento, como de relacionamento humano, certo é, também, que, em muitas localidades, o único vínculo cultural e de impacto social resume-se à Escola. Daí que esta situação seja sempre polémica, podendo constituir uma dificuldade. É de referir, no entanto, que a Autarquia tem efetuado grandes esforços para proporcionar o transporte de todas as crianças que são deslocadas, como aliás a lei indica, e para dotar as Escolas receptoras de novos alunos, que vão sendo transformadas em grandes polos educativos, com melhores instalações e equipamentos. Esta é, também, uma

²⁸ Cfr., AA. VV., *Carta Educativa de Penacova*, Edição da secção de textos da FLUC, Coimbra, 2007, p. 12.

²⁹ AA. VV., *Carta Educativa de Penacova*, Edição da secção de textos da FLUC, Coimbra, 2007, p. 12.

estratégia mais adequada para a prestação de apoios educativos, uma vez que estes são mais agilizados criando alguma escala, concentrando alunos num menor número de Escolas.

A resposta ao nível do segundo Ciclo encontra-se no Agrupamento de Escolas de Penacova, em S. Pedro d'Alva e em Penacova, na Escola sede.

A construção da escola de S. Pedro D'Alva data da década de 90, tendo iniciado as atividades no ano letivo 1995/96. Tal edificação naquela freguesia, na época, não foi uma realidade pacífica. Se, por um lado, o alto do concelho não tinha resposta para este nível de escolaridade, por outro, a freguesia de Lorvão, que apresentava um maior número de alunos, ficou a descoberto, continuando estes a engrossar o já elevado número de alunos existente na Escola Básica 2, 3 de Penacova. Esta circunstância contextual permanece. Acresce a esta realidade o facto de o número de alunos da escola de S. Pedro d'Alva ter vindo a diminuir ao longo do tempo. A vantagem que advém desta redução é que as instalações têm capacidade para acolher atualmente os alunos do 1º Ciclo de S. Pedro D'Alva e de algumas localidades limítrofes, proporcionando-lhes outro tipo de respostas, nomeadamente refeições, mais conforto e mais possibilidades de relacionamento com os alunos de diferentes idades e latitudes.

O terceiro ciclo do ensino básico está coberto pela Agrupamento de Escolas de Penacova, nas escolas de Penacova e de S. Pedro de Alva. No segundo e terceiros ciclos e no Secundário, a Carta Educativa elenca[va] como prioridades o apoio às atividades das escolas, a cooperação no Desporto Escolar, a qualificação escolar e profissional dos jovens com cursos de formação e a criação de condições para que os mesmos cumpram a integralidade do programa nacional de escolaridade.³⁰

Na área do Ensino e Formação Profissional há a salientar a Escola Beira Aguireira, Pólo de Penacova, que iniciou atividades no ano letivo 1994/95. Funciona em instalações cedidas pela Câmara Municipal, reconstruídas, ampliadas e adaptadas à medida para o funcionamento da mesma. O número de alunos nesta Escola tem vindo a aumentar. Regista-se a grande importância desta oferta educativa diferenciada, que tem contribuído para travar o abandono escolar precoce, para fomentar a integração de alguns jovens no mercado de trabalho e para favorecer o crescimento multicultural dos jovens, acolhendo alunos oriundos de países africanos de expressão portuguesa. Tal como referido anteriormente, o Agrupamento de Escolas também possui propostas educativas de formação profissional.

Na dependência do Município de Penacova, entre os que trabalham fisicamente no setor de Educação e aqueles que estão distribuídos pelos diversos estabelecimentos de ensino, contabilizam-se 53 Assistentes Operacionais, 4 Assistentes Técnicas e uma Técnica Superior. Para o desenvolvimento do complemento de horário e acompanhamento das refeições, no ano

³⁰ Cfr., AA. VV., *Carta Educativa de Penacova*, Edição da secção de textos da FLUC, Coimbra, 2007, pp. 12-13.

letivo 2017/2018 havia 44 trabalhadoras distribuídas pelos vários estabelecimentos de educação e ensino.

Nos Jardins de Infância de Figueira de Lrvão, Penacova, S. Pedro de Alva, EB1 de Figueira de Lrvão, S. Pedro de Alva e Penacova, foram celebrados Protocolos com o Centro de Bem Estar Social da Freguesia de Figueira de Lrvão (CBESFLL) e a Santa Casa da Misericórdia de Penacova (SCMP), que preveem a colaboração com o Município de Penacova no desenvolvimento do complemento de horário e acompanhamento das refeições dos alunos, com 21 recursos humanos.

Ainda foi celebrado um Protocolo com a Associação de Pais e Encarregados de Educação de Penacova para prestação de apoio pedagógico a crianças com necessidades educativas especiais.

2.1.3. Estruturas físicas

No que se refere ao tipo de equipamento escolar e às instalações físicas, os espaços têm de ser genericamente classificados como suficientes e em razoável estado de conservação, segundo os dados recolhidos junto dos responsáveis pelos vários estabelecimentos de ensino.

A articulação entre a Autarquia e as Escolas/Agrupamento pautou-se pelas constantes visitas e vistorias às instalações. Deste modo, procedeu-se a uma atualização das necessidades de intervenção, aquisição, reparação, abate e remoção de equipamentos e seu encaminhamento para as entidades e serviços respetivos.

O parque escolar do Município de Penacova é um património diversificado, que implica um investimento considerável na sua manutenção, conservação e apetrechamento.

É neste sentido e fomentando uma política de proximidade com as comunidades educativas, que foram celebrados protocolos de descentralização de competências nas Juntas de Freguesia com vista à manutenção dos edifícios.

A intervenção social na área da educação, no espaço territorial do concelho de Penacova, situa-se ao nível de diversas entidades públicas, privadas e de terceiro setor, que descreveremos detalhadamente na terceira parte deste documento.

2.2. Análise crítica da realidade

Como síntese, sublinham-se alguns pontos fortes, destacando-se, em concreto:

- Diminuição da taxa de abandono escolar.
- Boa cobertura de equipamentos escolares e de componentes de âmbito social.
- Existência de todos os níveis de ensino no concelho, à exceção do ensino superior.
- Cobertura no âmbito Componente de Apoio à Família nos Jardins de Infância.
- Maior intervenção na área da infância e juventude pelas IPSS's, (creche, prolongamento de horário, CATL, férias escolares)
- Atividades extracurriculares promovidas pelo Agrupamento e por várias outras entidades.

- Cobertura da ação social escolar e reforço alimentar
- Realização de ações de formação a pessoal auxiliar das Escolas.
- Contratação de técnicos especializados para apoio às Escolas por parte da Autarquia.
- Implementação de um plano inovador da CIM de combate ao insucesso escolar
- Ensino articulado através da Escola de Artes de Penacova.
- Rede de transportes de apoio às escolas Funcionamento integral da componente de apoio à família da Educação Pré-Escolar (refeição e atividades extraescolares). 100% dos Jardins de Infância do Concelho estão abrangidos por este programa.
- Ligação de todas as Escolas do 1º Ciclo à INTERNET.
- Curso de Alfabetização, implementação do Letras para a Vida.
- Existência de uma escola profissional.

Uma visão realista, com distância crítica, persuade-nos a elencar, como elementos menos fortes:

- Recursos humanos insuficientes de apoio às Escolas.
- Baixo nível económico de algumas famílias do concelho com crianças a frequentar o ensino obrigatório.
- Aumento do n.º de alunos de educação especial e diminuição de professores especializados.
- Baixo nível de instrução de uma grande percentagem da população (escalões etários mais elevados (> = de 40 anos).
- Analfabetismo (14,40%) ao nível dos escalões etários mais elevados (população idosa).
- Rede de transportes escolares desadequada dos horários escolares.

Na certeza da necessidade de muito empenhamento concreto, intuímos, ainda assim, algumas oportunidades para uma eventual prossecução de projetos. Como mais significativas, apontamos as seguintes:

- Boas instalações escolares na generalidade dos estabelecimentos.
- Ampla cobertura da educação pré-escolar
- Envolvimento do Município na concretização de projetos educativos
- Envolvimento das escolas do Agrupamento com a comunidade
- Corpo docente estável e qualificado
- Projetos educativos ao nível Nacional
- Capacidade das escolas para desenvolver projetos europeus.

Num esforço analítico de visão mais ampla e de perspetivação de futuro, parece-nos preventivo atender a algumas 'ameaças' descortinadas, entre as quais destacamos:

- Recursos humanos insuficientes de apoio às Escolas.
- Baixo nível económico de algumas famílias do concelho com crianças a frequentar o ensino obrigatório.

- Aumento do n.º de alunos de educação especial e diminuição de professores especializados
- Baixo nível de instrução de uma grande percentagem da população (escalões etários mais elevados (> = de 40 anos).
 - Analfabetismo (14,40%) ao nível dos escalões etários mais elevados (população idosa).
 - Rede de transportes escolares desadequada dos horários escolares.

3. Emprego e formação profissional

3.1. Leitura da realidade

A atividade económica no concelho de Penacova e, em concreto, o seu tecido empresarial são, predominantemente, caracterizados pelos setores tradicionais.³¹ Uma percentagem elevada, cerca de 75%, do emprego e do volume de negócios das empresas penacovenses concentram-se nas áreas de comércio por grosso e a retalho, construção, indústrias transformadoras, de transportes e de armazenagem. A localização geográfica e topográfica do concelho condiciona, em muitas circunstâncias, a acessibilidade, a comunicação com centros económicos nevrálgicos, a organização do espaço e a expansão do mesmo.

No **setor primário**, a agricultura é praticada em pequenas explorações familiares, minifúndio, muito em resultado da morfologia acidentada do território. A atividade de cultivo é habitualmente empreendida a tempo parcial, sendo, ainda assim, uma fonte de rendimento importante para colmatar debilidades do orçamento familiar. Os solos delgados não são de grande fertilidade devido à sua acidez, excetuando as ínsuas do rio Mondego e Alva. Cerca de 70% do concelho é constituído por zona florestal, sendo que os restantes solos produzem alguns cereais, batatas, milho, legumes e fruta. As culturas da vinha e da oliveira possuem uma significativa relevância económica. A pecuária, em termos de produção caseira, assume alguma centralidade, sobretudo para o mercado local, para além de constituir uma fonte de rendimento adicional para o agregado familiar agrícola.

Na contemporaneidade, num tempo de retorno afetivo à terra, tem-se registado um aumento do interesse dos jovens em técnicas agrícolas de empreendedorismo e vanguarda, como a área dos frutos vermelhos, o kiwi, o mel e a produção de cogumelos. Prevê-se e deseja-se um maior incremento da instalação de vários jovens agricultores no concelho nestas áreas de produção, como alavanca de um sustentado rejuvenescimento da agricultura.

A silvicultura é, porém, a maior fonte de riqueza do concelho. A floresta é uma fonte de matéria-prima para diferentes atividades industriais, sendo também um recurso económico relevante e de valor acrescentado para cada família. Predominam espécies como o pinheiro bravo, o eucalipto e a acácia. Dada a predominância da floresta, existem no concelho unidades industriais ligadas à exploração de madeiras, nomeadamente serrações, carpintarias, fábrica de

³¹ <http://www.cm-penacova.pt/pt/pages/atividadeeconomica>, acedido a 25 de fevereiro de 2019.

móveis e fábrica de colmeias, dinamizadora da economia, geradoras de riqueza e fomentadoras do emprego e da fixação de pessoas. A apicultura é uma atividade económica com alguma expressão em algumas zonas do concelho, funcionando como um complemento económico ao agregado familiar. Realiza-se todos os anos, na época de São Martinho, a Feira do Mel e do Campo, em que, entre outros, os produtores de mel de Penacova são convidados a mostrar o seu produto.

No **setor secundário**, predominam as pequenas empresas da construção e obras públicas, que correspondem à atividade económica que mais pessoas emprega no concelho de Penacova, sendo de salientar igualmente as empresas de indústria transformadora. Existe ainda o artesanato e outras atividades tradicionais.

É de salientar a unidade industrial de engarrafamento de água mineral natural "Caldas de Penacova". É um importante centro de emprego no concelho, dando preferência à mão-de-obra jovem. Trata-se de um investimento localizado junto à vila de Penacova e que promove, através do seu produto, o nome deste concelho no país e no estrangeiro, sendo uma das maiores empresas exportadoras do setor e a empresa nacional que mais água vende (em litros).

Em Lorvão está localizada uma atividade económica importante - o fabrico dos palitos. Existe um conjunto de pequenas empresas que fabricam, embalam e comercializam este produto para todo o país.

Tem-se registado um aumento da atividade no setor da metalomecânica, que em Penacova se concretiza com o investimento avultado da empresa "JTSL" no Parque Empresarial da Alagoa. Esta empresa será em breve a maior empregadora do concelho, com um índice elevado de exportações face ao seu volume total de negócios anual.

O **setor terciário** caracteriza-se, essencialmente, pelo comércio e pelos serviços, dos quais se destacam o Comércio por Grosso e a Retalho, os Transportes e Armazenagem. A Câmara é um importante empregador neste setor, bem como os serviços existentes no Concelho de Penacova e os serviços existentes na cidade de Coimbra, dada a proximidade com Penacova.

Ao nível do comércio, esta atividade é relevante pelo número de estabelecimentos que estimulam a criação de emprego por conta própria. O comércio no concelho, nomeadamente nas vilas de Penacova, Lorvão e S. Pedro de Alva tem sofrido uma evolução sustentada e estável, quer tocante ao número de estabelecimentos, quer na qualidade dos produtos oferecidos. É, pois, um comércio com capacidade de resposta para as solicitações dos munícipes e daqueles que visitam o concelho. Ao nível de estabelecimentos, estão representados todos os setores de comércio por grosso e a retalho.

A chamada economia social desempenha um papel estruturante na economia local, sobretudo protagonizado pelo significativo número de instituições públicas e privadas de apoio social. De modo direto, com a criação de emprego e com a transação de bens e produtos, são um fator incontornável de dinamização económica, sendo uma realidade vital em algumas localidades, sobretudo nas mais distantes. De modo indireto, como cooperantes das famílias,

contribuem para a vitalidade da economia, dado o alívio que significam para os orçamentos familiares, com a conseqüente libertação de algum capital. Em algumas zonas, sobretudo mais distantes, são absolutamente imprescindíveis como agentes ativadores da dinâmica social global das comunidades.

No conjunto das atividades económicas, destacam-se, tanto em número de empresas como em volume total de negócios, o setor de Comércio por Grosso e a Retalho e, a nível de emprego, o setor da Construção. Os últimos dados, do INE de 2017, mostram que as empresas sedeadas em Penacova tiveram um volume total de negócios de cerca de 129 milhões de euros e empregam 1.696 pessoas.

3.1.1. Estrutura da população

Como podemos constatar no quadro x, entre 2001 (6.940) e 2011 (6.117) houve uma diminuição da população empregada. Não obstante, de em ambos os períodos temporais, o número de trabalhadores feminino ser inferior ao número de trabalhadores masculino, houve um aumento de população feminina empregue de 2001 (2.722) face 2011 (2.815).

Ano	Total	Sexo Masculino	Sexo Feminino
2001	6.940	4.218	2.722
2011	6.117	3.302	2.815

Tabela 9 - Número de população empregada: Total e por sexo³²

A taxa de atividade representa o número de ativos por cada 100 pessoas com 15 e mais anos. Os ativos são a mão-de-obra disponível para trabalhar, incluindo-se na população ativa os trabalhadores que estão empregados e desempregados.

Em termos percentuais, como se pode constatar no quadro seguinte, de 2001 para 2011 houve uma diminuição da taxa de atividade e um aumento da taxa de desemprego. O mais recente recenseamento geral de população indica que o concelho de Penacova apresenta uma taxa de atividade de 50,1%, e uma taxa de desemprego de 8,8%.

Ano	Taxa de Atividade	Taxa de Desemprego
2001	50,8	5,3
2011	50,1	8,8

Tabela 10 - Taxa de atividade e taxa de desemprego (%)³³

³² Fontes de Dados: INE - X, XII, XIV e XV

Recenseamentos Gerais da População

Fonte: PORDATA

³³ Fontes de Dados: INE - X, XII, XIV e XV

Recenseamentos Gerais da População

Fonte: PORDATA

Em 2001, a população ativa no concelho repartia-se pelos setores de atividade da seguinte forma: 8,6% estava inserida no primário, 37,2% no secundário e 54,2 % no terciário.

Atualmente, a situação é inversa, pois nos últimos anos tem-se assistido a um aumento substancial dos ativos no sector terciário e uma diminuição no secundário. Assim, em 2011, a repartição da população ativa e empregada por sectores apresenta-se deste modo: primário 3,2%, secundário 28,4% e terciário 68,4,2%.

Ano	Setores						Total
	Primário		Secundário		Terciário		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº
2001	597	8,6	2.583	37,2	3.760	54,2	6940
2011	198	3,2	1.740	28,4	4.179	68,4	6117

Tabela 11 - Estrutura da população ativa por sectores de atividade (Nº e %)³⁴

Como podemos constatar pelo quadro 3, a maior parte da população empregada pertence ao grupo 5 (Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores), seguido do Grupo 9 (Trabalhadores não qualificados) e por fim do Grupo 7 (Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices). Com menos elementos (29) temos o Grupo 0 (Profissões das Forças Armadas) e o Grupo 6 (Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta), com 196 pessoas.

Zona Geogr.	Total	Grupo 1 C.N.P.	Grupo 2 C.N.P.	Grupo 3 C.N.P.	Grupo 4 C.N.P.	Grupo 5 C.N.P.	Grupo 6 C.N.P.	Grupo 7 C.N.P.	Grupo 8 C.N.P.	Grupo 9 C.N.P.	Grupo 0 Forças Armadas
Penacova	6117	349	481	415	417	1235	196	1196	578	1221	29

Tabela 12 - População residente empregada segundo grupos de profissões em 2011 (Nº)

Legenda:

- Grupo 0 - Profissões das Forças Armadas
- Grupo 1 - Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos
- Grupo 2 – Especialistas das atividades intelectuais e científicas
- Grupo 3 -Técnicos e profissões de nível intermédio
- Grupo 4 - Pessoal administrativo
- Grupo 5 - Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores
- Grupo 6 - Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta
- Grupo 7 - Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices
- Grupo 8 - Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem
- Grupo 9 - Trabalhadores não qualificados

³⁴ Fontes de Dados: INE - X, XII, XIV e XV

Recenseamentos Gerais da População

Fonte: PORDATA

3.1.2. População empregada por freguesia – 2011

A economia de um país pode ser dividida em setores (primário, secundário e terciário) de acordo com os produtos produzidos, modos de produção e recursos utilizados.

O setor primário está relacionado a produção através da exploração de recursos da natureza (ex: agricultura, mineração, pesca, pecuária, extrativismo vegetal e caça). É o setor primário que fornece a matéria-prima para a indústria de transformação

O setor secundário é o que transforma as matérias-primas (produzidas pelo setor primário) em produtos industrializados (ex: roupas, máquinas, automóveis, alimentos industrializados, eletrónicos, casas).

O setor económico relacionado aos serviços é o terciário, em que os serviços são produtos não materiais em que pessoas ou empresas prestam a terceiros para satisfazer determinadas necessidades (ex: comércio, educação, saúde, turismo, serviços bancários e administrativos).

O quadro que a seguir se apresenta é elucidativo quanto às assimetrias existentes entre as várias freguesias, no que se refere à repartição da população por setores de atividade económica.

Zona Geográfica	HM	H	Primário	Secundário	Terciário
Concelho de Penacova	6117	3302	198	1740	4179
Carvalho	271	171	35	105	131
Figueira de Lorvão	1175	633	25	319	831
Friúmes	231	120	23	59	149
Lorvão	1711	850	22	461	1228
Oliveira do Mondego	220	138	8	75	137
Paradela	83	56	7	25	51
Penacova	1328	707	28	374	926
São Paio do Mondego	76	39	7	15	54
São Pedro de Alva	561	328	30	160	371
Sazes do Lorvão	300	168	7	93	200
Travanca do Mondego	161	92	6	54	101

Tabela 13 - População economicamente ativa e empregada, segundo o ramo de atividade, por freguesia- 2011³⁵

O quadro X revela-nos que maioritariamente a população do Concelho de Penacova trabalha no setor terciário (4179 pessoas) e que a maioria destas trabalha em atividades relacionadas com a atividade económica. O número elevado (1829) de penacovenses a trabalhar em serviços

³⁵ INE – Censos 2001

de natureza social é elevado pode ser explicado através da alta empregabilidade ao nível das IPSS do concelho, assim como da anterior existência do Hospital psiquiátrico de Lorvão.

De forma específica as freguesias com mais fregueses a trabalhar neste setor são as de Lorvão (1228), Penacova (926) e Figueira de Lorvão (831). Há que fazer uma referência à freguesia de Figueira de Lorvão que apresenta uma percentagem bastante representativa de população que trabalha no sector terciário, situação que se deve a diversos fatores, tais como a existência de diversos serviços da área da Saúde, Educação, Apoio Social.

Ao nível do setor secundário esta tendência mantém-se, ou seja são as mesmas três freguesias que apresentam uma maior percentagem populacional. Podemos explicar estes números dada a concentração de empresas que se faz sentir nestas freguesias, assim como pela aproximação destes lugares ao centro urbano de Coimbra.

Finalmente, o setor primário não tem praticamente representatividade ao nível do Concelho, pois apenas 198 pessoas trabalham nesse setor. A freguesia com mais população a trabalhar nessa área é a de Carvalho (35). Este dado pode ser explicado pelo fato desta freguesia se encontrar geograficamente inserida em plena serra, assim como pelos dados demográficos que lhe dizem respeito (elevada percentagem de pessoas de grupos etários mais altos).

3.1.3. Emprego/Desemprego

Como se pode constatar no quadro seguinte o número de desempregados desceu significativamente desde 2011, pois atualmente temos 289 desempregados, enquanto que em 2011 tínhamos 533. No entanto há dados que continuam a ir no mesmo sentido, nomeadamente o maior número de pessoas do sexo feminino desempregado, assim com uma maior procura de novo emprego, em comparação com os que procuram novo emprego. Em ambos períodos temporais registaram-se menores valores de desempregados de longa duração (DLD), do que inscritos há menos de um ano. Por exemplo, em 2019 tínhamos 113 DLD e 176 inscritos com menos de um ano de inscrição no centro de emprego.

Ano	Género		Tempo de Inserção		Situação face à procura de emprego		Total
	Masculino	Feminino	< 1 ano	1 ano e mais	1º emprego	Novo emprego	
2011	257	276	313	220	51	482	533
2019	124	165	176	113	32	257	289

Tabela 14 - Desemprego registado no concelho de Penacova segundo o género, o tempo de inscrição e a situação face à procura de emprego (Nº)³⁶

No que diz respeito ao grupo etário das pessoas desempregadas e inscritas no IEFPP podemos constatar que quer em 2011, quer em 2019, o grupo dos 35 aos 54 anos foi aquele que

³⁶ FONTE: IEFPP (dados referentes a janeiro)

tinha mais elementos da população. Em 2019 houve uma diminuição drástica dos candidatos com idade situada entre os 25 e os 34 anos (passaram de 117 para 47), assim como do grupo etário seguinte (35-54 anos).

Ano	Grupo Etário < 25 anos	Grupo Etário 25-34 anos	Grupo Etário 35-54 anos	Grupo Etário 55 anos e mais	Total
2011	76	117	224	116	533
2019	41	47	107	94	289

Tabela 15 - Desemprego registado por concelho segundo o grupo etário³⁷

Dos dados do quadro seguinte podemos depreender que em 2011 a maior parte da população tinha uma escolaridade muito baixa, dado que 184 pessoas tinham apenas o 1º ciclo de ensino básico. De referir que no 3º ciclo do ensino básico constava o segundo maior número de desempregados (89).

Em 2019 estes números alteram-se significativamente pois a maior parte da população desempregada possui o nível secundário de escolaridade. De destacar que as diferenças, em termos numéricos entre o 1º ciclo de escolaridade e o nível secundário, são residuais. Podemos constatar que não existe uma discrepância ao nível da escolaridade tão grande como em 2011.

Ano	Nível Escolar < 1º Ciclo EB	Nível Escolar 1º Ciclo EB	Nível Escolar 2º Ciclo EB	Nível Escolar 3º Ciclo EB	Nível Escolar Secundário	Nível Escolar Superior	Total
2011	34	184	76	104	89	46	533
2019	16	63	52	53	65	40	289

Tabela 16 - Desemprego registado no concelho de Penacova segundo os níveis de escolaridade

Esta diminuição do número de desempregados pode ser explicada por vários fatores.

Um deles prende-se com o fato dos setores básicos da economia, como a indústria, a construção e a agricultura, terem perdido trabalhadores a um ritmo alucinante e vários adultos foram obrigados a emigrar para encontrar emprego.

Mas existem mais fatores que contribuíram para esta descida de percentagens de desempregados inscritos no IEFP, uma delas é a subida da população inativa, nesta incluem-se as pessoas que desistiram de p

rocurar emprego. O INE define-os como “população que, independentemente da idade, no período de referência, não podia ser considerada economicamente ativa, i.e., não estava empregada, nem desempregada” (Fonte: site do INE).

Os dados que temos são apenas de 2001 e de 2011 (quadro seguinte), mas em ambos podemos constatar que existe um maior número de pessoas inativas do que por exemplo da população empregada (ver quadro sobre população empregada).

³⁷ FONTE: IEFP (dados referentes a janeiro de 2019)

Ano	Total	Sexo Masculino	Sexo Feminino
2001	7.089	2.506	4.583
2011	6.670	2.692	3.978

Tabela 17 - População inativa: total e por sexo (Nº)³⁸

Outra situação que pode explicar a diminuição da taxa de desemprego é a que refere a diminuição da taxa de desemprego jovem. Esta pode ser explicada, não como o resultado de uma maior empregabilidade dos jovens, mas como o reflexo de um problema maior: a redução pura e simples da população jovem ativa (entre os 15 e os 24 anos e disponível para trabalhar). Apesar das tendências demográficas adversas continuarem a ser o principal fator de redução desta força de trabalho, muitos jovens começaram a investir mais na sua formação e prolongaram os estudos, ou integraram o grupo dos ‘desencorajados’ (ex: não estudam, não trabalham e desistiram de procurar emprego).

Nos últimos anos também temos observado uma diminuição do desemprego de longa duração (que é habitualmente considerado o mais preocupante pelos efeitos negativos que tem ao nível da pobreza e do risco de exclusão social). Esta redução pode ser explicada, por um lado, pela diminuição do número de pessoas que passa do desemprego de média duração para o desemprego de muito longa duração e por outro do aumento do número de pessoas que consegue transitar para o emprego ou que acaba por ir para situação de reforma.

De acordo com o Observatório das desigualdades, existem outros fatores que explicam como se têm “mascarado” as taxas de desemprego e que juntam à parcela do desemprego quatro categorias de desempregados não contabilizadas pelos números oficiais: os inativos desencorajados, os subempregados, os indisponíveis e os ocupados em programas operacionais do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP). Por exemplo, este estudo concluiu que o desemprego real no terceiro trimestre de 2017 era mais do dobro do oficial.

3.1.3. Medidas de apoio ao emprego

3.1.3.1. Trabalho socialmente necessário (CEI e CEI+)

Os contratos emprego inserção (CEI) e os contratos emprego inserção + (CEI+), de acordo com o IEFP (Portaria n.º 128/2009) vieram substituir os programas Ocupacionais (portaria 192/96, de 30 de Maio) e têm como objetivos: promover a empregabilidade de pessoas em situação de desemprego, preservando e melhorando as suas competências socioprofissionais, através da manutenção do contacto com o mercado de trabalho; fomentar o contacto dos desempregados com outros trabalhadores e atividades, evitando o risco do seu isolamento, desmotivação e marginalização e a satisfação de necessidades sociais ou coletivas, em particular ao nível local ou regional. Existem públicos-alvo diferentes para estas medidas, assim

³⁸ Fontes de Dados: INE - X, XII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População
 Fonte: PORDATA

o CEI são medidas para beneficiários de subsídio de desemprego, enquanto que os CEI + são para os seguintes destinatários: beneficiários do rendimento social de inserção, desempregados de longa duração, desempregados que integrem família monoparental, desempregados cujos cônjuges ou pessoas com quem vivam em união de facto se encontrem igualmente desempregados e vítimas de violência doméstica.

As vantagens destes programas passam pelo fato de proporcionar aos desempregados que estejam em situação de exclusão social ou não uma ocupação socialmente útil, enquanto não é possível a integração no mercado normal de trabalho. Desta forma, estão em constante contacto com outros trabalhadores e outras atividades, prevenindo, deste modo, o isolamento social e a tendência para a desmotivação e marginalização.

No entanto, prevalecem os aspetos negativos, uma vez que o carácter temporário da medida não promove a estabilidade psicossocial nem facilita a inserção profissional, dado que em mais de metade das situações os serviços, quando um CEI termina, colocam outra pessoa, também através de um CEI.

No concelho de Penacova temos assistido, nas últimas décadas, à realização de centenas de candidaturas a estes programas da parte de diversas instituições, como a Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, IPSS, Bombeiros, Pensar, entre muitas outras, no entanto, o número de pessoas inseridas é pouco significativa. A exceção no concelho de Penacova são as IPSS que se o utente realizar um bom desempenho e tiver interesse em permanecer na instituição tem uma grande possibilidade de ser integrado profissionalmente.

3.1.3.2. Estágios Profissionais

A medida “Estágios Profissionais” foi criada através portaria n.º 268/97, de 18 de abril, estando atualmente legislada pela portaria n.º 70/2019, de 27 de fevereiro.

De acordo com o IEFP, considera-se estágio profissional “o desenvolvimento de uma experiência prática em contexto de trabalho com o objetivo de promover a inserção de jovens no mercado de trabalho ou a reconversão profissional de desempregados”. Para além disso, este traduz-se numa forma de transição para a vida ativa e não pode consistir na ocupação de posto de trabalho.

Ao longo da última década dezenas de entidades candidataram-se a esta medida, tendo algumas contratado posteriormente o estagiário (não temos dados concretos sobre as colocações).

Em 2017 saiu legislação específica para os concelhos afetados pelos incêndios (Portarias n.º 254/2017, de 11 de agosto e n.º 347-A/2017, de 13 de novembro) cujo objetivo, de acordo com o IEFP é “promover a realização de estágios profissionais nos concelhos afetados pelos incêndios no sentido de facilitar a inserção no mercado de trabalho ou a reconversão profissional de pessoas em situação de desemprego diretamente causada pelos incêndios”. Esta portaria prevê uma majoração no apoio económico dado às empresas que solicitem o estágio, assim

como diminui a exigência ao nível dos utentes elegíveis para a medida, pois apenas exige que o desempregado seja residente no concelho e esteja inscrito no IEFP.

Enquanto a medida do IEFP se dirige a pessoas singulares ou coletivas de natureza jurídica privada, com ou sem fins lucrativos, existem também estágio profissionais específicos para a função pública.

Assim, de acordo com o site da Bolsa de emprego Público, “o Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública Central (PEPAC) enquadra-se no âmbito do Programa "Garantia Jovem" e visa proporcionar uma nova oportunidade para os jovens à procura de primeiro emprego, jovens licenciados em situação de desemprego e jovens que, embora se encontrem empregados, exerçam uma ocupação profissional não correspondente à sua área de formação e nível de qualificação. Esta medida resulta, assim, de uma aposta na promoção da empregabilidade, valorizando as qualificações e competências dos jovens licenciados, mediante o contacto com as regras, boas práticas e sentido de serviço público”.

No concelho de Penacova existe já uma larga experiência de candidaturas a estes programas e, na nossa perspetiva, tem permitido a inserção profissional de diversos jovens nos serviços locais. A título de exemplo a Câmara Municipal já realizou candidaturas na área da Engenharia eletrónica, psicologia, gerontologia, arquitetura entre outros e a maioria das pessoas abrangidas pelo programa foram posteriormente contratadas.

3.1.3.3. Medidas de apoio à contratação

Ao longo dos anos têm sido desenvolvidos e aplicados diversos programas de apoio à contratação, sendo que o atual tem a designação de Contrato-Emprego (Portaria n.º 34/2017, de 18 de janeiro). Este consiste na concessão, à entidade empregadora, de um apoio financeiro à celebração de contrato de trabalho com desempregado inscrito no IEFP e de acordo com esta entidade tem como objetivos: prevenir e combater o desemprego; fomentar e apoiar a criação líquida de postos de trabalho; incentivar a inserção profissional de públicos com maior dificuldade de integração no mercado de trabalho; promover a melhoria e a qualidade do emprego, incentivando vínculos laborais mais estáveis; fomentar a criação de postos de trabalho localizados em territórios economicamente desfavorecidos, de forma a reduzir as assimetrias regionais.

Há dois anos foi lançada legislação específica (Portarias n.º 254/2017, de 11 de agosto e n.º347-A/2017, de 13 novembro) cujo objetivo é promover a criação de postos de trabalho nos concelhos afetados pelo incêndio, através da contratação de pessoas em situação de desemprego diretamente causada pelo mesmo ou residentes naqueles concelhos. Esta portaria prevê uma majoração no apoio dado às empresas, assim como diminui a exigência ao nível dos desempregados elegíveis para a medida, apenas exige que o desempregado seja residente no concelho e esteja inscrito no IEFP.

Na última década esta medida tem sido muito utilizada pelas empresas locais para apoio à contratação, algumas vezes após a realização de um cei pelo utente, ou após a realização de um estágio profissional (no caso de entidades privadas).

3.1.3.4. Incentivo financeiro extraordinário para assegurar a manutenção dos postos de trabalho

A portaria indicada em cima regula também a atribuição de um incentivo financeiro extraordinário às entidades empregadoras afetadas pelos incêndios ocorridos no nosso concelho, desde que demonstrem a necessidade do apoio para assegurar a manutenção dos postos de trabalho. Este era destinado, exclusivamente, apoiar o cumprimento das obrigações retributivas, incluindo o apoio à alimentação e o subsídio de Natal, assim como apoiar os encargos com o transporte em situações previstas na portaria. O Gabinete de desenvolvimento económico de social da Câmara Municipal visitou todas as empresas do concelho afetadas pelos incêndios e em parceria com o IEFP ajudou na elaboração desde pedidos.

3.1.4. FORMAÇÃO Profissional

3.1.4.1. Cursos de Formação Profissional de âmbito concelhio

A maioria dos projetos de formação/qualificação promovidos no concelho tiveram como população-alvo pessoas e grupos desfavorecidos em situação de desemprego, de precariedade económica, pobreza e exclusão social. Em termos de objetivos pretendeu-se, com a variedade de cursos realizados, contribuir para a sensibilização e formação de pessoas que se encontravam fora do mercado normal de trabalho, levando-as a investir pessoal e profissionalmente em atividades proporcionadoras de rendimentos, consolidando o seu “projeto de vida”.

3.1.4.2. Escola Profissional Beira Agueira

A Escola Profissional Beira Agueira, propriedade da EBA – Formação Profissional, Lda., é uma sociedade por quotas, privada, constituída por contrato em 24 de agosto de 1990, nos termos do disposto no decreto-lei 4/98 de 8 de janeiro. Localizada em Penacova, o objetivo central da EBA recai na implementação de ações inovadoras, as quais pretendem reforçar a qualidade do Projeto Educativo e imprimir uma dinâmica renovada à Instituição.

Atualmente desenvolvem quatro cursos profissionais: Técnico de Cozinha/Pastelaria, Técnico de Turismo, Técnico Auxiliar de Saúde e Técnico de Restaurante-Bar. De realçar que estes cursos se aptam perfeitamente às necessidades concelhias, pois investem no nosso ponto forte que é o turismo, seja na vertente de atendimento seja na vertente de restauração, assim como numa grande área de grande empregabilidade concelhia (IPSS), através do curso de auxiliar de saúde.

Por altura do último diagnóstico social, a Câmara através do Gabinete de Ação Social, realizou uma sondagem junto dos estabelecimentos de restauração do concelho a fim de obter informação sobre as necessidades sentidas pelos profissionais desta área. Verificou-se que a totalidade dos proprietários dos estabelecimentos inquiridos concordavam com a criação de cursos na área hoteleira e identificaram esta iniciativa como uma necessidade. Concluiu-se, assim, que a formação profissional nesta área específica era necessária por constituir um fator importante para a melhoria da qualidade dos serviços prestados.

Atualmente a sua população estudantil tem diversas origens geográficas distribuídas de norte a sul do país, assim como inúmeros estudantes de origem de países de língua oficial portuguesa.

Nos últimos anos podemos destacar algumas entidades que desenvolveram formação profissional no concelho nas mais variadas áreas:

- AD ELO – Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego
- PENSAR - Associação de Desenvolvimento Integrado –
- APPACDM de Vila Nova de Poiares
- CPCJ de Penacova
- Competir
- Cruz Vermelha Portuguesa
- Frouco Henriques e Associados
- Global-Training - Consultoria e Formação Profissional Lda.

De realçar a importante atuação do serviço de formação do IEFP, pois desenvolveu até 2018 vários cursos de educação e formação de adultos, assim formação modular. Esta descentralização tem sido possível através da parceria com a Câmara Municipal de Penacova, nomeadamente no que diz respeito à cedência de espaço.

De acrescentar que através da Portaria n.º 347-A/2017, de 13 de novembro, houve uma majoração significativa na bolsa de formação para desempregados não subsidiados, ou seja, utentes do concelho que queiram frequentar formação profissional recebem o equivalente ao indexante dos apoios sociais (acrescido de subsídio de refeição e de transporte).

De uma forma estrutural em termos de formação de jovens também devemos referir a importância do Agrupamento António José de Almeida que permite que os jovens frequentem diversos percursos escolares (ex: ensino regular, ensino profissional). Durante um período de tempo o agrupamento também teve um centro de Novas Oportunidades que permitiu a muitos adultos aumentar o seu nível de escolaridade através de processos de RVCC.

3.2. Caracterizações específicas

3.2.1. PODER DE COMPRA

A dificuldade de, à escala concelhia, encontrar medidas quantificadas sobre o rendimento ou o consumo das famílias no sistema estatístico português levou a que fosse adotado o “estudo sobre o poder de compra concelhio” do Instituto Nacional de Estatística como documento de referência para a análise das dinâmicas económicas do Concelho de Penacova.

	2002	2004		2005		2007		2011	
Portugal	100	100		100		100		100	
Penacova	47,74	51,19	7,23%	54,71	6,88%	51,84	- 5,25%	52,84	1,00%
Baixo Mondego	100,31	99,06	-1,25%	103,36	4,34%	102,3	- 1,04%	100,31	- 1,99%
Cantanhede	67,46	70,18	4,03%	71,22	1,48%	71,33	0,15%	73,51	2,18%
Coimbra	136,7	132,47	-3,09%	137,64	3,90%	139,1	1,08%	144,88	5,78%
Condeixa-a-Nova	71,43	75,9	6,26%	82,3	8,43%	76,27	- 7,33%	78,45	2,18%
Figueira da Foz	95,23	93,49	-1,83%	99,29	6,20%	96,59	- 2,72%	96,83	0,24%
Mira	64,2	67,29	4,81%	71,02	5,54%	66,48	- 6,39%	66,51	0,03%
Montemor-o-Velho	54,24	58,58	8,00%	65,37	11,59%	67,78	3,69%	72,72	4,94%
Soure	58,69	60,06	2,33%	66,05	9,97%	60,65	- 8,18%	63,25	2,60%

Tabela 18 – Poder de Compra Concelhio (2002-2011)

De acordo com este estudo, o indicador de poder de compra (IpC) do Concelho de Penacova apresenta um valor muito inferior à média nacional. Adicionalmente, é o município com o valor mais baixo dentro da NUT do Baixo Mondego. É de realçar, contudo, que, nos últimos anos, houve uma aproximação aos níveis nacionais de poder de compra, com especial ênfase no período de 2002 a 2005, apesar do decréscimo verificado entre 2005 e 2007.

3.2.2. Caracterização do Tecido Empresarial

Foi realizado um levantamento do tecido empresarial do Concelho de Penacova, que nos leva a concluir que existe uma terciarização da economia local. O sector terciário é predominante, com 57% (228) de todas as empresas, dos quais se destacam o Comércio por grosso e a retalho e os Transportes, enquanto 35% (143) operam no sector secundário, com evidência para a Construção e as Indústrias Transformadoras. O sector primário representa apenas cerca de 8% (32) do número total de empresas, sendo a Agricultura o ramo com maior representatividade.

O Volume de Negócios (VN) total das empresas do concelho atingiu os 134,74 Milhões de Euros em 2009. Conforme podemos observar no gráfico abaixo, o VN registou um aumento nos anos de 2007 e 2008, na casa dos dois dígitos. Ainda assim, em 2009, Penacova não conseguiu escapar à forte recessão que se registou no nosso País, e as empresas não evitaram

um decréscimo de cerca de 8% do seu VN. Mais recentemente, em 2010, começou a verificar-se um aumento do VN.

Podemos verificar, ao analisar o gráfico acima, que o tecido empresarial de Penacova registou uma ligeira subida no valor das exportações no ano de 2010. Este indicador representa 7% do total do volume de negócios das empresas sediadas em Penacova, ao passo que a nível nacional representa 15,86% do volume total de negócios, ou seja, cerca de duas vezes o registado no concelho de Penacova.

Tendo em conta os dados disponibilizados pelo Ministério da Justiça, assinalamos a evolução negativa (2010), do número de empresas que possuem atividade internacional.

À data dos últimos dados obtidos (2010), as empresas do concelho não afetam recursos humanos exclusivamente à atividade de Investigação e Desenvolvimento.

No ano de 2009, apenas um total de sete empresas penacovenses possui uma plataforma de comércio eletrónico. O facto de ser um número tão reduzido também explica a evolução significativa, de três dígitos, neste ano (133%). Contudo, em 2010, temos uma evolução significativa do número de empresas com comércio eletrónico, chegando mesmo atingir 34 empresas.

Analisando o endividamento e o Retorno do Capital Próprio (RCP), verificamos duas situações distintas. A primeira é que as empresas do concelho de Penacova encontram-se mais endividadas que a média nacional, apesar de existir uma tendência de convergência registada no período assinalado (2006-2010), como a seguir se apresenta:

Quanto à segunda situação, o RCP, as empresas de Penacova possuem, atualmente, um RCP inferior (5,14%), que a média nacional (13,21%).

3.2.3. Análise setorial

Como referido anteriormente, a atividade económica com maior representatividade no concelho de Penacova é, dentro do setor Terciário, o Comércio por Grosso e a Retalho, que, além de representar 39,5% de todas as empresas, é igualmente responsável por cerca de 40% do volume de negócios total gerado em Penacova no período 2006-2009. Esta atividade diretamente correlacionada com o consumo, sofreu uma forte quebra no seu volume de negócios no ano de início da recessão (2009). Por outro lado, este ramo não é o maior responsável pelo emprego no concelho – 24,05% em 2009, ficando atrás da Construção (ver 2.4.2.3. Emprego).

A Construção tem um papel económico muito forte no município, logo a seguir ao Comércio por Grosso e a Retalho, e mesmo tendo um aumento residual no peso do volume total de negócios (1%), o total absoluto aumentou 19% para cerca de 24 milhões de euros, conforme podemos verificar no gráfico seguinte.

Além destes dois ramos de atividade, sobressaem as Indústrias Transformadoras e os Transportes e Armazenagem. Estes dois sectores representam, tanto no emprego (ver 2.4.2.3. Emprego) como no volume de negócios, valores próximos dos 10% do total do concelho.

Para terminar, tendo em conta que mais de 75% do emprego e do volume de negócios se concentram nestes quatro ramos de atividade, podemos concluir que o tecido empresarial penacovense é, predominantemente, caracterizado pelos sectores tradicionais de atividade económica nacional.

3.2.4. Emprego

Iniciamos a análise à população empregue com uma fragmentação por atividades económicas.

Da análise ao gráfico, conclui-se logicamente o seguinte:

- O setor da construção é o maior empregador no concelho de Penacova, apesar de ser segundo quanto ao peso no VN total do concelho;
- 75% do total de pessoas empregues no concelho encontram-se distribuídas por apenas quatro áreas de atividade;
- Seis áreas de atividade empregam 10 pessoas ou menos.

O número total de trabalhadores teve uma evolução positiva no período 2006-2008, e regista, no ano de 2009, uma descida de cerca de 5%. Esta descida está conforme os valores de redução do VN (8,47%) e consistente com a situação de crise verificada em 2009. Em 2010 regista uma ligeira evolução positiva.

O número tão reduzido de pessoas empregues no tecido empresarial de Penacova pode ser explicado pela elevada mobilidade laboral.

Segundo os dados mais recentes (2001), quase metade (48,9%) da população residente empregue trabalha fora do concelho, e destes, 72% trabalham nos Municípios que constituem a Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego.

3.2.5. Estruturas existentes de Apoio à Atividade Empresarial

3.2.5.1. Zonas Industriais

A Câmara Municipal investiu cerca de 1 milhão de euros nos Pavilhões para a instalação de Indústrias, Comércio e Serviços, no Parque Industrial da Espinheira.

A Zona Industrial tem uma área coberta de cerca de 3000 m² e comporta 12 armazéns, com as seguintes tipologias:

- 4 de 363 m²;
- 4 de 246 m²;
- 4 de 121 m².

Possui também zona de serviços comuns de apoio, casa de guarda, bar, refeitório, instalações sanitárias e ainda um edifício administrativo. Nesta infraestrutura existem, atualmente, 3 salas com 18m² de área útil, com acesso à internet, eletricidade e telefone, e uma sala de formação (capacidade para 15 a 20 formandos), tendo em vista a captação de empresas que, no futuro, possam instalar-se definitivamente no Município de Penacova.

3.2.5.2. Parque Empresarial da Alagoa

A Zona Industrial da Alagoa, situada na freguesia de Figueira de Lorvão, em terrenos junto ao IP3, localizada entre os nós de Lorvão e da Espinheira, tem uma área total de 104.000 m², sendo a área para implantação de lotes para unidades industriais de 39.729 m².

Está prevista a divisão do terreno em 27 lotes, que terão uma superfície entre os 1.136 e 2.211 m². A área destinada a equipamentos e serviços será constituída por equipamentos públicos que darão apoio aos trabalhadores e habitantes da zona, com a possibilidade de lá se instalarem empresas na fase de arranque.

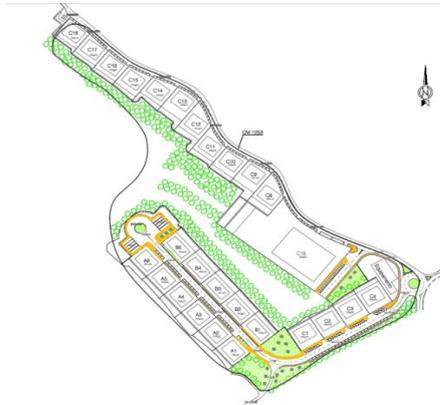


Figura 2 - Parque Empresarial da Alagoa

3.2.5.3. Parque Empresarial dos Covais

A Zona Industrial dos Covais, está situada na freguesia de Travanca do Mondego, junto à EN 532, com ligação ao IP3, na Barragem da Aguieira, e ao IC6 no Silveirinho. A operação urbanística do loteamento industrial integra uma área de 48.784,69 m², dos quais 15.544,20 m² são para a implantação de lotes de unidades industriais, ficando uma área sobrance de 82.295,31 m² para a futura expansão da Zona Industrial. Estão previstos lotes com uma superfície mínima de 1.225 m².



Figura 3 - Parque Empresarial dos Covais

3.3. Entidades de Apoio: Penaparque

A Penaparque, EM, é uma empresa pública sujeita à superintendência da Câmara Municipal de Penacova. O seu objetivo é a gestão de espaços industriais e comerciais, sendo responsável atualmente pela gestão do Parque Industrial da Espinheira. A sua sede é neste parque, no edifício Administrativo.

A intervenção social na área do emprego e formação profissional, no espaço territorial do concelho de Penacova, situa-se ao nível de diversas entidades públicas, privadas e de terceiro setor, que descreveremos detalhadamente na terceira parte deste documento.

3.4. Análise crítica da realidade

Como síntese, sublinham-se alguns pontos fortes, destacando-se, em concreto:

- Criação de incentivos à fixação de empresas no Concelho (terrenos a baixos custos).
- Explorações agrícolas de pequena dimensão.
- Exploração florestal com grande importância no Concelho (sobretudo na plantação de eucalipto).
- Dinamização/criação de parques industriais em alguns locais do Concelho.
- Proximidade e facilidade no acesso aos grandes centros urbanos.
- Potencial ao nível dos recursos paisagísticos e cinegéticos para o desenvolvimento do turismo, e que pode levar à criação de novos postos de trabalho.
- Apoio ao investimento e comercialização de produtos locais.
- Cursos da Extensão Educativa.
- Formação Profissional na área da restauração (Escola Beira Agueira).
- Boas acessibilidades (ex: IP3)
- Existência de um Gabinete de Inserção Profissional que presta apoio a jovens à procura de primeiro emprego, assim como a população desempregada.
- Existência de um Gabinete de Desenvolvimento Económico e Social que presta apoio empresas, assim como os potenciais empresários.

Uma visão realista, com distância crítica, persuade-nos a elencar como, elementos menos fortes:

- Agricultura de carácter tradicional e de subsistência praticada por uma população envelhecida.
- Baixas qualificações profissionais e escolares.
- Envelhecimento da população.
- “Fuga” de jovens para concelhos mais urbanos.
- Rede de transportes públicos insuficiente/inadequada que dificulta o acesso ao trabalho/formação profissional.
- Fraco tecido empresarial no Concelho.
- Falta de postos de trabalho para integração dos formandos.
- Fraca adesão na contratação de profissionais com formação específica na área da restauração no seio das estruturas locais.
- Falta de postos de trabalho para quadros médios e superiores.
- Insuficiência de respostas em termos de emprego protegido.

Na certeza da necessidade de muito empenhamento concreto, intuímos, ainda assim, algumas oportunidades para uma eventual prossecução de projetos. Como mais significativas, apontamos as seguintes:

- Surgimento de novas oportunidades no sector terciário que permitem a absorção de mão-de-obra.
- Candidaturas a Cursos de Formação Profissional adaptados às necessidades locais.
- Devido à grande área florestal do concelho podem ser desenvolvidos vários projetos com apoio de fundos comunitários.
- Por termos sido um concelho afetado pelos incêndios o IEFP tem um conjunto de medidas majoradas economicamente (ex: estágios, formação).
- Criação de incentivos à fixação de empresas no Concelho (terrenos a baixos custos).
- Existência de algumas empresas com franca expansão económica que projetam o nome de Penacova a nível nacional e internacional.

Num esforço analítico de visão mais ampla e de perspetivação de futuro, parece-nos preventivo atender a algumas ‘ameaças’ descortinadas, entre as quais destacamos:

- Conjuntura económica atual frágil.
- Falta de iniciativa da população para a criação do próprio emprego.
- Insuficiente informação sobre os programas do Centro de Emprego.
- Fraco investimento da população no concelho.
- Deficitária rede de transportes em algumas Freguesias do Concelho que dificulta o acesso ao emprego.
- Fraca aposta dos empresários da área da restauração na qualificação profissional.
- Baixo nível de competitividade da maioria das empresas no Concelho.

4. Saúde

4.1. Leitura da Realidade

De acordo com a Organização Mundial de Saúde, “saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não simplesmente a ausência de doença ou enfermidade”.

Neste sentido, o Serviço Nacional de Saúde (SNS), resultou de uma evolução de mais de 40 anos, que se constituiu num esforço notável do conjunto do país:

- Criaram-se hospitais servidos por um considerável número de especialidades médicas;
- Aperfeiçoaram-se serviços de saúde pública, para lidar com as principais ameaças à saúde das populações;
- Estabeleceu-se uma rede de Centros de Saúde, por todo o país, destinados a dar uma resposta mais eficaz às necessidades mais comuns em cuidados de saúde;
- Promoveu-se a proteção da saúde e a prevenção da doença;
- Desenvolveram-se os "cuidados continuados" para as pessoas que, por motivos de doença deixam de ser capazes de viver sem o apoio de outrem.

No decurso dos últimos anos estes quatro sectores – saúde pública, cuidados de saúde primários, cuidados hospitalares e cuidados continuados – sofreram importantes transformações, nomeadamente:

- Na saúde pública, adotou-se um Plano Nacional de Saúde (PNS), e nesse âmbito, começaram-se a desenvolver “planos locais de saúde” a partir das unidades de saúde pública dos Centros de Saúde;
- Os Centros de Saúde reorganizaram-se em várias unidades funcionais, (como, por exemplo, as Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados, as Unidades de Saúde Familiar, as Unidades de Cuidados na Comunidade, as Unidades de Saúde Pública e as Unidades de Recursos Assistenciais Partilhados), permitindo um melhor acesso das pessoas aos cuidados de saúde;
- Nos hospitais desenvolveu-se a “cirurgia em regime ambulatorio” e o “hospital de dia” dispensando-se o internamento quando este não é necessário;
- Nos cuidados continuados prossegue o aumento gradual e a diversificação da sua capacidade de reposta.

No entanto, o objeto de um sistema de saúde (e das políticas de saúde) será sempre o cidadão e também a comunidade onde este se insere. Quando se põe a ênfase na centralidade do cidadão no sistema de saúde, isso significa que para além de este ser “o objeto” da atenção dos serviços de saúde, ele deve também passar a ser “o sujeito” no sistema de saúde. A centralidade do cidadão também significa o seu envolvimento e participação naquilo que diz respeito à proteção e promoção da sua saúde e à dos seus concidadãos.

Neste sentido, o PNS, conta com o contributo de cada um dos cidadãos para maximizar a obtenção de ganhos em saúde sustentáveis, tendo a intenção de trazer valor acrescentado ao Sistema de Saúde Português.

Deste modo, salientam-se como METAS DE SAÚDE em 2020:

- Reduzir a mortalidade prematura (≤ 70 anos), para um valor inferior a 20%
- Aumentar a esperança de vida saudável aos 65 anos de idade em 30%
- Reduzir a prevalência do consumo de tabaco na população com ≥ 15 anos e eliminar a exposição ao fumo ambiental.
- Controlar a incidência e a prevalência de excesso de peso e obesidade na população infantil e escolar, limitando o crescimento até 2020

O PNS pressupõe que os ganhos em saúde resultarão da melhor adequação entre necessidades de saúde e serviços, e da melhor relação entre recursos e resultados, ou seja, do melhor desempenho, tendo em vista a melhoria da saúde da população, a sustentabilidade do Sistema de Saúde e o envolvimento e participação das comunidades e das suas organizações.

Assim, como EIXOS ESTRATÉGICOS, salienta-se:

- CIDADANIA EM SAÚDE

A Cidadania em Saúde emerge, em 1978, da Declaração de Alma-Ata como “o direito e dever das populações em participar individual e coletivamente no planeamento e prestação dos cuidados de saúde” (Alma-Ata, 1978).

- EQUIDADE E ACESSO ADEQUADO AOS CUIDADOS DE SAÚDE

Entende-se equidade em saúde como a ausência de diferenças evitáveis, injustas e passíveis de modificação, no estado de saúde de grupos populacionais oriundos de contextos sociais, geográficos ou demográficos diversos (Marmot M et al., 2008; Marmot M, 2007; WHO, 2010b).

- QUALIDADE NA SAÚDE

A Qualidade em Saúde pode ser definida como a prestação de cuidados de saúde acessíveis e equitativos, com um nível profissional ótimo, que tenha em conta os recursos disponíveis e consiga a adesão e satisfação do cidadão (Saturno P et. al., 1990). Implica, ainda, a adequação dos cuidados de saúde às necessidades e expectativas do cidadão e o melhor desempenho possível.

- POLÍTICAS SAUDÁVEIS

Políticas Saudáveis são políticas do governo, autarquias e outros sectores que definem prioridades e parâmetros para a ação: i) na resposta a necessidades de saúde; ii) na distribuição de recursos para a saúde; iii) na potencialização de impactos positivos para a saúde, ou mitigação de impactos negativos, da resposta a outras prioridades políticas (Glossary. WHO 1998). Traduzem-se em medidas legislativas, de regulamentação, normativas, administrativas ou outras que visem criar condições ambientais, socioeconómicas e sociais favoráveis à saúde individual e coletiva. Estas medidas devem contribuir para facilitar as escolhas saudáveis por parte dos cidadãos, tornando-as mais acessíveis a todos. Expressam uma preocupação explícita com a saúde e a equidade, bem como com a prestação de contas relativamente aos impactos

na saúde decorrentes das decisões políticas assumidas pelos diferentes sectores da governação (WHO. Declaração de Adelaide, 1988).

Tendo em vista as orientações para a implementação do PNS, procurou-se que estivessem alinhadas com os princípios da Estratégia 2020 (OMS, 2014), focando-se no conceito de smart governance definido pela OMS-Euro (WHO, 2012).

Assim, a sua implementação deve assentar em sete princípios orientadores que se constituem também como desafios:

- Prevenção e Controlo da Doença
- Promoção e Proteção da Saúde
- Colaboração Intersectorial
- Capacitação dos cidadãos
- Promoção de ambientes saudáveis
- Divulgação e implementação de boas práticas
- Fortalecimento da Saúde Global

A resposta social na área da saúde, no espaço territorial do concelho de Penacova, situa-se ao nível de diversas entidades públicas, privadas e de terceiro setor, que descreveremos detalhadamente na terceira parte deste documento.

4.2. Análise crítica da realidade

No Concelho de Penacova, os principais indicadores de saúde apresentados no quadro, permitem analisar um conjunto de dados sobre o envelhecimento da população, dependência e longevidade.

Verifica-se que os índices de envelhecimento têm vindo a aumentar ao longo dos anos, refletindo-se no maior envelhecimento da população e no decréscimo de população juvenil.

Principais Indicadores da Saúde em Penacova		2015	2016	2017
População	População residente	14 399	14 200	13 999
	Índice de dependência de jovens	17,3	16,7	16,3
	Índice de dependência de idosos	42,9	43,9	44,9
	Índice de envelhecimento	247,4	262,6	275,8
Natalidade	Nados-vivos	98	69	63
	Taxa bruta de natalidade	6,8	4,8	4,5
Mortalidade	Taxa bruta de mortalidade	12,9	14,1	13,4
	Taxa quinquenal de mortalidade infantil	2013 - 2017		
		2,6		

Tabela 19 - Principais indicadores de saúde em Penacova

Como síntese, sublinham-se como pontos fortes:

- Um Concelho com recursos de saúde relativamente próximos da população (Centro de Saúde, Clínicas, Farmácias, Laboratórios) e com proximidade geográfica ao Hospital Central que dispõe de várias especialidades;

- Existência de serviços de transporte de doentes assegurados pela Associação dos Bombeiros Voluntários de Penacova e pela Cruz Vermelha Portuguesa – Centro Humanitário do Baixo Mondego; serviços de saúde ao nível dos Cuidados de Saúde Primários - Centro de Saúde de Penacova com Equipa Multidisciplinar (Médico: MGF e Saúde Pública, Enfermeiro, Assistente Social e Técnica de Saúde Ambiental);

Centro de Saúde de Penacova com cobertura assistencial para toda a população do Concelho com atribuição de Médico de Família; existência de Equipas Multidisciplinares no Centro de Saúde de Penacova com intervenção especializada na área da infância e juventude, nomeadamente o Núcleo de Apoio a Crianças e Jovens em Risco (NACJR) e a Intervenção Precoce, através do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância com uma Equipa Local de Intervenção (ELI Penacova) multidisciplinar (Assistente Social, Professor/Educador, Terapeutas, Psicólogo);

- Existência de estrutura da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) com unidade de cuidados continuados com resposta de Unidade de Média Duração e Reabilitação e Unidade de Longa Duração e Manutenção; existência de apoio psicológico em diversas entidades, nomeadamente no Gabinete Municipal de Aconselhamento Psicológico da Câmara Municipal de Penacova, no Gabinete Rumos Cruzados da Cruz Vermelha Portuguesa com intervenção em matéria de violência doméstica e no Agrupamento de Escolas de Penacova com o Serviço de Orientação Profissional e intervenção em Projetos de Educação para a Saúde.

Relativamente aos elementos menos fortes, destacam-se:

- A baixa literacia em saúde da população do Concelho; resposta insuficiente e em tempo útil dos serviços de saúde especializados;

- Acesso aos cuidados de saúde com tempos de espera prolongados para consultas e cirurgias, principalmente nos serviços hospitalares; dificuldades económicas da população para aquisição de medicamentos e realização de tratamentos; falhas na articulação entre serviços hospitalares e Cuidados de Saúde Primários;

- Falta de mais recursos humanos no Centro de Saúde de Penacova em diversas áreas (Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Nutrição, Psicologia, Medicina Dentária); falta de resposta no âmbito da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) no Centro de Saúde de Penacova, com Equipa de Cuidados Continuados Integrados para a prestação de cuidados de saúde especializados no domicílio;

- Falta de hábitos de estilos de vida saudáveis que promovem comportamentos de risco na população ao nível alimentar, exercício físico, sexual e consumo de substâncias: álcool, tabaco e drogas; consumo de substâncias entre os jovens (álcool, tabaco e drogas); falta de resposta na área da doença mental com acompanhamento de Equipa especializada; ausência de unidades de internamento na área da Saúde Mental; dificuldade na articulação entre serviços especializados na área da Saúde Mental ao nível hospitalar e entidades de apoio às famílias;

aumento de situações em acompanhamento pela área da psicologia e psiquiatria na sequência do incêndio de 15 outubro e explosão de pirotecnia;

- E aumento considerável de pedidos para acompanhamento psicológico no Gabinete Municipal de Acompanhamento Psicológico (GMAP).

Na certeza da necessidade de muito empenhamento concreto, consideramos como oportunidades:

- A promoção de estilos de vida saudáveis, através de campanhas de sensibilização com dinamização de atividades divulgadas por diversas entidades locais;

- A articulação entre as entidades locais e o Centro de Saúde de Penacova para a concretização de prestação de cuidados de saúde (sinalização, acompanhamento e tratamento);

- As Entidades locais dotadas de recursos humanos com capacitação na área da saúde (Enfermeiros, Psicólogos, Assistentes Sociais, Fisioterapeutas, entre outros).

Num esforço analítico de perspetivação de futuro e como forma preventiva de colmatar algumas ameaças, entre as quais se salienta:

- A dificuldade na acessibilidade aos cuidados de saúde, devido a situações de dependência e insuficiência económica;

- Uma insuficiente capacidade de resposta na prestação dos cuidados de saúde em situações de recusa de acompanhamento e tratamento; e a dificuldade de sensibilização de entidades, serviços e comunidade local para a importância da integração pessoal, social e profissional de doentes com problemas de saúde mental ou com comportamentos de risco (consumo de substâncias: álcool, tabaco e drogas).

5. Habitação

5.1. Leitura da Realidade

“O Município de Penacova [...] apresenta uma distribuição populacional fortemente condicionada pela existência de barreiras geográficas, o que lhe confere uma certa heterogeneidade morfológica, que se traduz por algumas assimetrias municipais, relacionadas com as maiores ou menores dificuldades nas acessibilidades.³⁹ Na globalidade, parece ser mais verosímil definir o concelho de Penacova como ‘predominantemente rural, dado que somente as freguesias de Penacova e Lorvão são definidas como ‘Área Medianamente Urbana’ [AMR], sendo as restantes classificadas como ‘Área Predominantemente Rural’ [APR], no enquadramento da Tipologia das Áreas Urbanas, apresentada pelo INE.⁴⁰

³⁹ AA. VV., *Carta Educativa de Penacova*, Edição da secção de textos da FLUC, Coimbra, 2007, p. 78.

⁴⁰ Cfr., *Ibid.* p. 79. Integram as Áreas Predominantemente Urbanas [APU] as freguesias urbanas, as freguesias semiurbanas contíguas às freguesias urbanas, segundo orientações e critérios de

Numa visão macro e ampla, a população e as suas habitações distribuem-se “em pequenos aglomerados dispersos um pouco por todo o território municipal.⁴¹” O setor Sudoeste, composto pelas freguesias de Penacova, Lorvão e Figueira de Lorvão, registou um crescimento do parque habitacional, edificado do centro para a periferia do território. A fração oriental do território concelhio, nomeadamente na União de Freguesias de S. Pedro de Alva e S. Paio do Mondego, registou um crescimento da construção de habitações associado ao incremento da rede viária. O território a Noroeste, mormente a freguesia de Carvalho, mais periférica, distribuiu-se em pequenos núcleos residenciais de cariz rural, nomeadamente em função do constrangimento morfológico advindo da Serra do Buçaco. Na freguesia de Penacova, a orografia complexa condiciona inibidoramente a construção de novas infraestruturas.

No concelho de Penacova existiam, à data do último recenseamento geral da população, 7876 edifícios. De acordo com o INE, entende-se por edifício uma construção independente, coberta, limitada por paredes exteriores ou paredes meias que vão das fundações à cobertura, destinada a servir de habitação (com um ou mais alojamentos/fogos) ou outros fins. Destes, a parcela mais relevante pertence aos espaços residenciais [com a maior parte da área útil destinada a habitação], sendo residual a percentagem de edifícios não residenciais [com a maior parcela de área útil destinada a outros fins].⁴² As tabelas seguintes possibilitam a visualização destas afirmações, no quadro comparativo do território concelhio e na inserção de Penacova num horizonte mais amplo.

Unidade Geográfica	Nº Total de Edifícios [nºs absolutos]	Edifícios principalmente residenciais [% em linha]	Edifícios principalmente não residenciais [% em linha]
Centro	1 111 952	99,4	0,8
Baixo Mondego	128 139	99,2	0,8
Penacova	7 876	99,5	0,5

Tabela 20 – Edifícios segundo a unidade geográfica (Censos 2011)

funcionalidade/planeamento, freguesias semiurbanas constituindo por si só áreas predominantemente urbanas, segundo orientações e critérios de funcionalidade/planeamento, freguesias sedes de concelho com população residente superior a 5000 habitantes. Integram as Áreas Medianamente Urbanas [AMU] as freguesias semiurbanas não incluídas na área predominantemente urbana, as freguesias sede de concelho não incluídas na área predominantemente urbana. Integram as Áreas Predominantemente Rurais [APR] os restantes casos.

⁴¹ AA. VV., *Carta Educativa de Penacova*, Edição da secção de textos da FLUC, Coimbra, 2007, p. 80.

⁴² Cfr., Município de Penacova, *Lugar do plano, gestão do território e cultura*, Plano Diretor Municipal, Caracterização da Habitação [Estudo prévio não publicado], Penacova, 2015, pp. 5-6.

Zona Geográfica	Total		Edifícios Principalmente Residenciais [% em linha]	Edifícios Principalmente não Residenciais [% em linha]
	nº absol.	% [em coluna]		
Penacova - concelho	7876	100	99,5	0,5
Carvalho	579	7,4	100,0	0,0
Figueira de Lorvão	1164	14,8	99,8	0,2
Friúmes	436	5,5	100,0	0,0
Lorvão	1869	23,7	99,8	0,2
Oliveira do Mondego	379	4,8	98,9	1,1
Paradela	163	2,1	100,0	0,0
Penacova	1567	19,9	98,8	1,2
São Paio de Mondego	142	1,8	100,0	0,0
São Pedro de Alva	990	12,6	98,7	1,3
Sazes do Lorvão	368	4,7	100,0	0,0
Travanca do Mondego	219	2,8	100,0	0,0

Tabela 21 - Edifícios segundo zona geográfica (Censos 2011)

“De entre os edifícios principalmente residenciais, que representam pelo menos 99% na totalidade dos edifícios existentes nas três unidades territoriais em análise, aproximadamente 95% são exclusivamente residenciais⁴³, representando os parcialmente residenciais um peso relativo compreendido entre os 5,2% registados na região Centro e os 2,4% no concelho de Penacova.⁴³” Uma percentagem elevada dos edifícios principalmente residenciais – 71% - está concentrada nas freguesias de Lorvão, Penacova, Figueira de Lorvão e S. Pedro de Alva. Tal facto atesta as dinâmicas demográficas e a densidade populacional, constituindo-se como indicador de opções estruturantes e de respostas sociais.

Os edifícios habitacionais concelhios são predominantemente constituídos por dois ou três pisos. Na construção sublinha-se o uso preferencial de betão armado [51%], assinalando-se igualmente a existência de paredes de alvenaria argamassa, com placa [21%] e sem placa [23%]. As paredes de alvenaria de pedra solta ou adobe cifram-se nos 5%. Uma parcela relevante dos edifícios, 95%, está revestida com o reboco tradicional ou marmorite, assumindo os outros materiais um peso residual. A cobertura inclinada, com telha, é a mais utilizada, 98%, sendo residual a cobertura mista, com terraço e telha.⁴⁴ Tais referências ganham realce especial num período após o grande incêndio de 2017 e numa época em que as preocupações ecológicas vão ocupando um espaço cada vez mais nuclear.

⁴³ Município de Penacova, *Lugar do plano, gestão do território e cultura*, Plano Diretor Municipal, Caracterização da Habitação [Estudo prévio não publicado], Penacova, 2015, p. 8.

⁴⁴ *Ibid*, pp. 9-10.

“Os 7876 edifícios sinalizados no concelho de Penacova traduzem-se na existência de 8357 alojamentos.⁴⁵” De acordo com o INE, destes, 98% são alojamentos familiares e 0,2% são alojamentos coletivos, destinados a mais que uma família. “Os 8 340 alojamentos familiares clássicos existentes, à data, no concelho eram maioritariamente utilizados como residência habitual⁶ (67,8%), sendo, contudo, significativo o peso que o uso sazonal ou secundário detém, no concelho, bem como o número de alojamentos familiares clássicos vagos.⁴⁶” A antiguidade dos edifícios é outro condicionante com relevo, dado que, comparativamente e nos extremos, 711 foram construídos até 1945, ao passo que somente 462 se edificaram entre 2001 e 2011. Tal facto permite antever problemas sociais vários, nomeadamente ligados à desadequação e/ou manutenção dos edifícios. As tabelas seguintes plasmam graficamente estes dados.

Zona Geográfica	Total Geral		Alojamentos Familiares		Alojamentos Coletivos	
	Nº Absol.	% em coluna	Nº Absol.	% em coluna	Nº Absol.	% em coluna
Penacova [concelho]	8 357	100,0	8 343	100,0	14	100,0
Carvalho	583	7,0	583	7,0	0	0,0
Figueira de Lorzão	1 209	14,5	1 207	14,5	2	14,3
Friúmes	439	5,3	438	5,2	1	7,1
Lorzão	1 994	23,9	1 993	23,9	1	7,1
Oliveira do Mondego	399	4,8	399	4,8	0	0,0
Paradela	163	2,0	163	2,0	0	0,0
Penacova	1 790	21,4	1 781	21,3	9	64,3
São Paio de Mondego	144	1,7	144	1,7	0	0,0
São Pedro de Alva	1 026	12,3	1 025	12,3	1	7,1
Sazes do Lorzão	375	4,5	375	4,5	0	0,0
Travanca do Mondego	235	2,8	235	2,8	0	0,0

Tabela 22 - Alojamentos segundo a zona geográfica (INE)

No espaço geográfico do concelho de Penacova, os alojamentos familiares representam a quase totalidade do parque edificado, 99,5%. Em algumas freguesias são mesmo os únicos alojamentos existentes. Na sua maioria, falamos de alojamentos tipificados como clássicos, isto é, distintos, independentes e de carácter permanente.

⁴⁵ *Ibid.*, p. 10.

⁴⁶ Município de Penacova, *Lugar do plano, gestão do território e cultura*, Plano Diretor Municipal, Caracterização da Habitação [Estudo prévio não publicado], Penacova, 2015, p. 12.

Ao nível da ocupação das residências, a descontinuidade concelhia é mais significativa. “Embora a residência habitual seja a forma de ocupação dominante, em todas as freguesias, dos alojamentos familiares clássicos, o peso que a mesma detém varia significativamente, atingindo o valor mínimo de 50,9% na Freguesia de Paradela, e o valor máximo de 79% na de Figueira de Lorvão.⁴⁷” A ocupação sazonal é a que merece maior sinalização, encerrando em si um conjunto amplo de questionamentos e desafios sociais.

As famílias clássicas no concelho de Penacova passaram de 5732, em 2001, para 5841, em 2011. Deste modo, num “contexto de aumento do número de famílias clássicas é previsível o aumento da pressão sobre o parque habitacional concelhio, dadas as necessidades crescentes de alojamentos que lhe estão associadas.⁴⁸” Ainda assim, tal facto “não significa que todas as famílias tenham possibilidades de viver num alojamento condigno, dados os custos associados ao mesmo, incomportável para alguns agregados familiares.⁴⁹” O quadro seguinte espelha a evolução das famílias clássicas e dos alojamentos clássicos entre 2001 e 2011.

O quadro seguinte sistematiza “a informação relativa aos alojamentos familiares clássicos segundo a forma de ocupação, sendo possível constatar, como anteriormente referenciado, a existência, no concelho, de um número significativo de alojamentos desta natureza vagos.⁵⁰” Ainda assim, as diferentes realidades geográficas do concelho encerram em si diversas variações relativas a este índice analítico.

Segundo dados do INE, existiam, em 2001, 981 alojamentos clássicos vagos. Tal existência “não significa, por si só, a satisfação das necessidades habitacionais das famílias, dada a importância que os fatores socioeconómicos detêm na decisão de adquirir ou arrendar um alojamento.⁵¹” A idade média dos edifícios habitacionais de Penacova – 36 anos, em 2001 - é outro índice analítico que merece um olhar atento. O quadro seguinte mostra um olhar panorâmico do estado de conservação das habitações concelhias. Apesar das assimetrias concelhias, a este nível, com concentrações de focos mais problemáticos, sobretudo na freguesia de Carvalho, merece realce a dimensão quase residual de edifícios muito degradados no todo do parque habitacional concelhio.

⁴⁷ *Ibid.*, p. 16.

⁴⁸ Município de Penacova, *Lugar do plano, gestão do território e cultura*, Plano Diretor Municipal, Caracterização da Habitação [Estudo prévio não publicado], Penacova, 2015, p. 20.

⁴⁹ *Ibid.*

⁵⁰ *Ibid.*, p. 22.

⁵¹ Município de Penacova, *Lugar do plano, gestão do território e cultura*, Plano Diretor Municipal, Caracterização da Habitação [Estudo prévio não publicado], Penacova, 2015, p. 26.

Zona Geográfica	Total	Sem necessidade de reparação		Com necessidade de reparação		Muito degradado	
		Nº Absol.	%	Nº Absol.	%	Nº Absol.	%
Penacova – Concelho	7876	5767	73,2	2046	26,0	63	0,8
Carvalho	579	419	72,4	137	23,7	23	3,9
Figueira de Lorrão	1164	682	58,6	473	40,6	9	3,9
Friúmes	436	354	81,2	73	16,7	9	2,1
Lorrão	1869	1361	72,8	508	27,2	0	0,0
Oliveira do Mondego	379	328	86,5	51	13,5	0	0,0
Paradela	163	126	77,3	36	22,1	1	0,6
Penacova	1567	1224	78,1	343	21,9	6	0,0
São Paio do Mondego	142	111	78,2	30	21,1	1	0,7
São Pedro de Alva	990	770	77,8	214	21,6	6	0,6
Sazes do Lorrão	368	253	68,8	106	28,8	9	2,4
Travanca do Mondego	219	139	63,5	75	34,2	5	2,3

Tabela 23 - Alojamentos com necessidade de reparação

No que concerne ao equipamento das habitações, em 2001, data dos últimos dados censitários a este respeito, existiam no concelho de Penacova 30 alojamentos sem eletricidade, representado 0,5% do total das habitações concelhias. Uma significativa parcela deste número – 60% - situava-se no conjunto das freguesias de Lorrão, Penacova e São Pedro de Alva.

No tocante ao sistema de esgotos, em 2011, 109 das habitações do concelho de Penacova não possuíam instalações sanitárias. Uma percentagem de 38% destas faziam parte da freguesia de Lorrão, representando 3% das casas desta freguesia, parcela somente superada pelos 4% de casas da freguesia de Carvalho sem instalações sanitárias. Na mesma data, e sempre segundo o INE, 42 moradias [8% do total] do Concelho, apesar de possuírem casa de banho, não detinham dispositivo de descarga. De referir, neste particular, que, dos domicílios com tal dispositivo, a maior parte se encontra ligado a sistemas particulares de esgotos. A tabela seguinte exemplifica e concretiza esta realidade.

Unidade Geográfica	C/ Dispositivo de Descarga					Sem Dispositivo de Descarga				
	Total	%	Ligado à rede pública de esgotos	Ligado a sistema particular de esgotos	Outros casos	Total	%	Ligado à rede pública de esgotos	Ligado a sistema particular de esgotos	Outros casos
Baixo Mondego	127006	100,0	75,6	23,7	0,7	743	100,0	42,3	51,3	6,5
Penacova - Concelho	5498	100,0	34,4	64,5	1,0	42	100,0	40,5	52,4	7,1
Carvalho	302	100,0	1,7	98,3	0,0	0	0,0	0,0	0,0	0,0
Figueira de Lorvão	933	100,0	1,9	97,2	0,9	6	100,0	16,7	66,7	16,7
Friúmes	225	100,0	2,2	97,8	0,0	2	100,0	50,0	50,0	0
Lorvão	1409	100,0	58,4	40,8	0,8	11	100,0	36,4	54,5	0,0
Oliveira do Mondego	252	100,0	19,8	79,0	1,2	1	100,0	0,0	100,0	0,0
Paradela	81	100,0	14,8	85,2	0,0	0	0,0	0,0	0,0	0,0
Penacova	1213	100,0	63,1	36,2	0,7	14	100,0	71,4	28,6	0,0
São Paio do Mondego	77	100,0	66,2	33,8	0,0	1	100,0	0,0	100,0	0,0
São Pedro de Alva	584	100,0	19,9	77,7	2,4	6	100,0	16,7	66,7	16,7
Sazes do Lorvão	271	100,0	15,9	82,7	1,5	0	0,0	0,0	0,0	0,0
Travanca do Mondego	151	100,0	3,3	94,7	2,0	1	100,0	0,0	100,0	0,0

Tabela 24 - Domicílios com e sem dispositivo de descarga

A fonte continua a ser o INE, com os dados a serem recolhidos no estudo prévio para a redação do PDM do Concelho de Penacova que temos vindo a citar. Atentemos, agora e por um instante, no número de edifícios licenciados no território em análise: 201, em 2001; 150, em 2004; 142, em 2006; 70, em 2010; 69, em 2001. Tamanho decréscimo numérico poderá ser explicado pela diminuição da natalidade e pelos fluxos migratórios acentuados neste intervalo censitário. Os números relativos aos edifícios concluídos percorrem uma tendência simétrica: 2017, em 2001; 134, em 2004; 94, em 2006; 85, em 2010; 74, em 2011. O simples facto de as edificações concluídas superarem as licenciadas obriga a refletir sobre a capacidade de estruturação de critérios e a questionar a operacionalização dos mesmos.

Ainda de acordo com o mesmo texto, verificamos, em 2011, a existência de 98,8% de habitações com água canalizada, sendo que, em números absolutos, 26 residências não possuíam à data este recurso no alojamento. Deste elenco, 11 estavam concentradas na freguesia de Lorvão. Falando de um recurso tão nuclear, um caso que seja deve merecer sinalização e pronta intervenção. Na mesma linha, 96% das casas usufruem do equipamento de duche e banho, encontrando-se, em 2011, 26 casas sem tal requisito. A idade média elevada dos edifícios não será um elemento alheio a este facto, bem como a dificuldade de o orçamento familiar fazer face às necessárias obras de requalificação. Em semelhante 'cumprimento de onda', no inquérito censitário de 2011, 7 casas do Concelho não dispunham de cozinha ou equipamento similar. Por fim, 83% das residências incorporava algum tipo de aquecimento. Numa percentagem de 14%, aquecimento era central, sendo que 3,5% de habitações não possuía qualquer tipo de aquecimento. Nos territórios de Figueira de Lorvão, Friúmes, Lorvão, Penacova e São Pedro de Alva estavam concentrados 85% das residências sem este equipamento.

Em síntese, de acordo com o estudo que temos seguido de perto, verificamos que existem mais alojamentos clássicos que famílias. Decorre daqui que a carência de habitação não será um problema social. Indicador diferente é a elevada idade média das habitações, o seu estado de degradação e a conseqüente necessidade de obras de restauro. Tal facto, associado à escassez dos recursos familiares, indicia ser no auxílio a esta dinâmica da adequação e reconstrução dos edifícios que se deverá concentrar prioritariamente a intervenção social.

Tendencialmente, as zonas habitacionais mais urbanas apresentam residências em bom estado de conservação. Em regra, as habitações situadas em territórios mais isolados geograficamente manifestam, além de mais 'simplicidade' e deficientes condições de conforto, maiores sinais de degradação.

As sinalizações de carência habitacional são respondidas no quadro de respostas sociais de âmbito municipal e nacional. Como salvaguarda de circunstâncias emergenciais imprevistas, deve assinalar-se que se reserva um espaço habitacional para resposta de emergência. As entidades de âmbito social constituem-se como pazeiros, agentes sinalizadores de situações de carência habitacional.

Numa análise de amplo contorno ao parque habitacional privado, parece inegável o crescimento dos padrões de conforto e de salubridade, sendo que esta não é ainda uma realidade absoluta. Do mesmo modo, o aproveitamento energético, com o recurso a energias renováveis, parece ser um espaço com alargada margem de progressão, até para capitalizar as características naturais da geomorfologia concelhia.

Uma parcela significativa das habitações do concelho de Penacova compagina o espaço do lar familiar, com equipamentos, por mínimos que sejam, destinados à atividade da agricultura e da pecuária. Não pouco comum é, ainda, a construção de residências das segundas gerações

nas proximidades de uma das famílias de origem, fator que, agregado ao anterior, tipifica um desenho e uma dinâmica social peculiar.

Uma leitura tão telegráfica, longe de esgotar a realidade, há-de ser porta de entrada e alavanca de ação concreta, mesclando a resposta a situações de debilidade com a proposta para sustentadamente repensar o futuro.

A resposta social na área da habitação, no espaço territorial do concelho de Penacova, situa-se ao nível de diversas entidades públicas, privadas e de terceiro setor, que descreveremos detalhadamente na terceira parte deste documento.

5.2. Análise crítica da realidade

Como síntese, sublinham-se alguns pontos fortes, destacando-se, em concreto:

- Recolha de resíduos sólidos em todo o concelho.
- Distribuição de ecopontos em vários locais do Concelho e abrangendo todas as freguesias.
- Aumento do n.º de estações de tratamento de águas residuais.
- Recuperação/construção de habitações para famílias vulneráveis.
- Equipa multidisciplinar e interinstitucional de intervenção no terreno em situação de calamidade.

Uma visão realista, com distância crítica, persuade-nos a elencar como, elementos menos fortes:

- Insuficiência de resposta ao nível da Habitação Social.
- Fraco mercado de arrendamento.
- Resposta insuficiente para a reconstrução ou realização de obras em habitação própria para famílias em situação de carência económica.
- Existência de habitações devolutas em risco de degradação.
- Não cobertura total do sistema de esgotos através do saneamento.
- Endividamento das famílias que adquiriram habitação
- Perdas totais e parciais de 1ª e 2ª habitação nos incêndios de 15 de outubro de 2017.

Na certeza da necessidade de muito empenhamento concreto, intuímos, ainda assim, algumas oportunidades para uma eventual prossecução de projetos. Como mais significativas, apontamos as seguintes:

- Programa de Incentivos à recuperação de habitações.
- Programa de apoio à reconstrução de habitação permanente CCDR (incêndios).
- Medidas de apoio municipal (FSAH).
- Existência de edifícios para a prática de turismo rural.

Num esforço analítico de visão mais ampla e de perspetivação de futuro, parece-nos preventivo atender a algumas 'ameaças' descortinadas, entre as quais destacamos:

- Pouca oferta de habitações para arrendamento.

- Rendas elevadas.
- Tendência para a degradação das habitações que se encontram devolutas devido à desertificação de algumas freguesias.
- Dificuldades de crédito para habitação (Particulares e Autarquias).
- Falta de limpeza das áreas florestais próximas das habitações.

6. Mobilidade e transportes

6.1. Leitura da Realidade

6.1.1. ACESSOS RODOVIÁRIOS

“O Município de Penacova, no quadro das mobilidades internas, apresenta constrangimentos, associados, de uma forma evidente, a uma orografia complexa e também à localização de importantes cursos de água, nomeadamente os rios Mondego e Alva. Como facilmente se depreende, este fator influencia, de uma forma decisiva, a implementação de infraestruturas viárias, bem como a própria natureza do seu traçado.⁵²”

O concelho de Penacova é servido por um sistema de transportes terrestres, predominantemente rodoviários. Não se registam serviços de transportes fluviais pois, apesar de o concelho ser atravessado pelo rio Mondego, não apresenta condições, atualmente, de navegabilidade que possibilitem esse tipo de transporte. As linhas de caminho de ferro mais próximas do concelho são a do Norte, que passa em Coimbra e a da Beira Alta, que passa em Mortágua e Santa Comba Dão.

O território concelhio é servido por um Itinerário Principal 3 (IP3), construído em 1991 e um Itinerário Complementar IC6, construído em 1994. O IP3 é a principal via estruturante e positivamente condicionante do concelho em termos de acessibilidade rodoviária, permitindo que “as mobilidades de índole regional sejam rápidas e diretas⁵³”, atenuando dificuldades geomorfológicas. Assim, a deslocação para o litoral, para Norte e para Sul faz-se através do IP3, com ligação à A1 e IC2. A deslocação para o interior Norte realiza-se pelo Itinerário Principal 3 (IP3), via Viseu, fazendo a ligação à A25, via Vilar Formoso e ao IP4. Além disso, o IP3 transforma o Município em ponto de passagem obrigatório [nas] deslocações regionais e através dos diversos nós de acesso existentes [...], potenciando, de igual modo, rápidas deslocações locais.⁵⁴” Ainda assim, todo o progresso se reveste de ambiguidade. Este via de comunicação acaba por se constituir, concomitantemente, como barreira arquitetónica entre os aglomerados

⁵² AA. VV., *Carta Educativa de Penacova*, Edição da seção de textos da FLUC, Coimbra, 2007, p. 77.

⁵³ *Ibid.*

⁵⁴ *Ibid.*

populacionais e, “na medida em que a existência de separação entre os diferentes nós obriga à construção de túneis e viadutos para o trânsito local.⁵⁵”

O IC6, situado no ‘alto Concelho, “onde o relevo causa menos entraves às mobilidades⁵⁶”, permite acesso à Guarda e Vilar Formoso, fazendo a ligação à ‘estrada da Beira’ (EN17) e funcionando como via de comunicação com os Municípios vizinhos de Arganil e Tábua. Juntos, o IP3 e o IC6 projetaram para “o Município de Penacova um espaço de circulação rodoviária privilegiado na região, muito diferente do observado no passado.⁵⁷”

A vila de Penacova é ainda servida pela EN110, a chamada “Estrada do Mondego ou Estrada Verde”.

No que se refere aos acessos às diferentes freguesias do concelho, a de Penacova é servida diretamente pelo IP3. As de Lorvão e Figueira de Lorvão são servidas também pelo IP3, através do Nó de Lorvão e a de Sazes, pelo Nó da Espinheira. Esta é, também, servida ainda pela ex. EN235, que liga Penacova ao Luso/Mealhada. As freguesias de Friúmes e de Oliveira do Mondego, no tocante à acessibilidade, beneficiam significativamente da proximidade do IP3. As freguesias de S. Pedro D’Alva, Travanca do Mondego e S. Paio do Mondego são servidas pelo IC6. A freguesia de Paradela da Cortiça viu diminuir um pouco a distância que a separava da sede do concelho com a construção do IC6, apesar de este não lhe proporcionar acesso direto. Esta freguesia é servida pela estrada da Beira. A construção destas principais vias de comunicação (IP3 em 1991 e IC6 em 1994), tornou mais central a localização do concelho tornou-se e as suas características de interioridade ficaram bem mais atenuadas.

Há previsão das obras de requalificação do IP3 arrancarem em 2019 e deverão estar terminadas até ao final de 2022.

É, ainda, importante referir como se processa a ligação interna entre freguesias. As estradas e caminhos municipais “foram, até há algumas décadas, os eixos fundamentais de ligação do Município, quer à capital de distrito, quer ao interior, assumindo-se como decisivas no desenvolvimento dos diferentes lugares e freguesias.⁵⁸” Deve ser sublinhado o esforço que o poder Local tem vindo a realizar no sentido de desenvolver uma rede viária de ligação, não só do município a outros como também entre as freguesias. Assim, têm sido efetuadas diversas obras de melhoramento em numerosas vias rodoviárias.

Houve uma intervenção de fundo nas estradas que apresentavam perfil de caminhos florestais, tendo sido adaptadas para estradas de acesso a viaturas. O exemplo mais paradigmático, digno de referência, é a freguesia de Carvalho. Também se destacam as diversas

⁵⁵ *Ibid.*, p. 78.

⁵⁶ *Ibid.* p. 77.

⁵⁷ *Ibid.*

⁵⁸ AA. VV., *Carta Educativa de Penacova*, Edição da secção de textos da FLUC, Coimbra, 2007, p. 77.

obras de melhoramento realizadas nas vias de ligação a locais de interesse turístico e de pavimentação de arruamentos em diversas localidades, que se têm realizado nos últimos anos.

A título de conclusão, podemos afirmar que o concelho obteve enormes mais-valias em termos de acessos rodoviários, que permitiram a melhoria da qualidade de vida dos seus munícipes, atenuar a interioridade e facilitar a comunicação interna e com o exterior. Atualmente, a maior preocupação está na melhoria dos acessos rodoviários na freguesia de Carvalho, já em projeto e para avançar com os procedimentos de execução.

6.1.2. TRANSPORTES PÚBLICOS

Ao nível dos transportes públicos, tem-se assistido a uma diminuição quase galopante do número de viaturas ao serviço dos transportes coletivos nos últimos anos. Os baixos índices de ocupação das carreiras efetuadas não se compadecem com os critérios economicistas dos operadores privados, que têm como objetivo último a obtenção do lucro e não tanto a satisfação das necessidades da população.

O percurso que apresenta mais respostas é o de Penacova-Coimbra e vice-versa, realizando-se várias viagens ao longo do dia, embora nas franjas, o que origina relevantes tempos de espera. O acesso a Coimbra faz-se, ainda, de vários locais do concelho, em alguns autocarros provenientes de outras latitudes, existindo, igualmente, algumas ligações a outros concelhos.

O problema maior reside nos transportes públicos internos, isto é, nas ligações entre freguesias e das freguesias à sede do concelho. Alguns lugares do concelho não possuem uma ligação direta a Penacova ou este acontece muito cedo e com regresso tardio, facto que causa um desconforto relevante na vida das pessoas. A agravar esta situação, no período de férias escolares a maior parte dos transportes públicos não se realiza. A população fica, deste modo, com possibilidades reduzidas de deslocação à sede do concelho durante um período largo de tempo (junho a setembro).

As dificuldades de transporte têm sido uma das problemáticas mais identificadas pela população do concelho e é, efetivamente, uma das maiores vulnerabilidades sentidas por serviços, pois têm criado sérios problemas na programação e realização de atividades diversas, além do transtorno causado às agendas pessoais.

Parece-nos que é urgente tomar medidas que minimizem este problema, nomeadamente as empresas que efetuam o transporte público e a Autarquia devem procurar soluções alternativas, como, por exemplo, a criação de um sistema de transporte para zonas de fraca densidade populacional e reduzida utilização de transportes públicos. Ainda assim, a autarquia tem um protocolo com uma empresa privada a operar no setor, no sentido de minimizar este impacto negativo e suprir as suas lacunas.

A resposta social na área da mobilidade e transportes, no espaço territorial do concelho de Penacova, situa-se ao nível de diversas entidades públicas, privadas e de terceiro setor, que descreveremos detalhadamente na terceira parte deste documento.

6.2. Análise crítica da realidade

Como síntese, sublinham-se alguns pontos fortes, destacando-se, em concreto:

- Vias de comunicação estruturantes de relevo, com destaque para a IP3 e o IC6.
- Proximidade com significativos centros urbanos.
- Esforço de cobertura dos lugares do Concelho com transportes públicos.

Uma visão realista, com distância crítica, persuade-nos a elencar como, elementos menos fortes:

- A geomorfologia do território dificulta alguma comunicação.
- Algumas estradas intra-concelhias apresentam algumas debilidades.
- Alguns horários de transportes públicos são menos adequados às necessidades da população e esta oferta diminui fora do horário escolar.

Na certeza da necessidade de muito empenhamento concreto, intuímos, ainda assim, algumas oportunidades para uma eventual prossecução de projetos. Como mais significativas, apontamos as seguintes:

- Aproveitamento de financiamentos para melhorar a rede viária e de transportes, numa lógica supra concelhia.
- Possibilidade de rentabilização de transportes amigos do ambiente.

Num esforço analítico de visão mais ampla e de perspetivação de futuro, parece-nos preventivo atender a algumas 'ameaças' descortinadas, entre as quais destacamos:

- a desertificação de alguns território dificulta a manutenção de uma rede de transportes consentânea.

7. Cultura, turismo desporto e ambiente

7.1. Leitura da Realidade

7.1.1. CENTRO CULTURAL/ BIBLIOTECA MUNICIPAL⁵⁹

A primeira referência à Biblioteca Municipal de Penacova remonta a 28 de junho de 1902, quando o Presidente da Câmara Municipal propôs a criação de uma biblioteca, porque estava preocupado com a "instrução das pessoas". Dias depois, o Jornal de Penacova louvou aquela iniciativa e mencionou que esta biblioteca ia funcionar numa sala dos Paços do Concelho.

Em 1930 numa ata camarária fala-se que a Biblioteca Municipal ia mudar de instalações para uma sala "mais ampla e mais própria e adequada".

Em 1964 a Fundação Calouste Gulbenkian, enviou um ofício à Câmara Municipal de Penacova, relacionado com a instalação de uma biblioteca fixa. Estas duas entidades estabeleceram normas e regras de convivência que permitiram fixar no concelho a Biblioteca

⁵⁹ Cfr., <http://www.cm-penacova.pt/pt/pages/biblioteca>, acessido a 28 de fevereiro de 2019.

Fixa n.º 106, que se instalou na Rua Conselheiro Alberto Leitão, numa sala onde funciona atualmente a Junta de Freguesia.

Com o aumento do número de leitores e documentos existentes, surge novamente a necessidade de mudança para um outro espaço, de maiores dimensões, mais central e amplo, instalando-se assim, em 1982 na Rua da Eirinha. A biblioteca passa para o piso superior do edifício do minimercado, com uma localização favorável relativamente aos percursos principais da vila e numa zona habitacional em estudo próximo do centro.

Em dezembro de 2002 a Fundação Calouste Gulbenkian doou o espólio da Biblioteca Fixa 106 à Câmara Municipal. Atualmente todas as aquisições são suportadas pela autarquia.

Com o objetivo de criar e fortalecer os hábitos de leitura nas crianças assinou a 8 de julho de 2010, um acordo de cooperação com a Rede Nacional de Bibliotecas Escolares.

Hoje, graças aos esforços da Câmara Municipal, o espaço físico da Biblioteca funciona desde 23 de maio de 2011, no Centro Cultural oferecendo-se ao leitor um ambiente mais aprazível, onde encontra à sua disposição, com empréstimo gratuito e domiciliário, um acervo bibliográfico de aproximadamente 18 000 volumes, abrangendo todos os ramos do conhecimento.

O Centro Cultural é a plataforma nuclear no tocante ao dinamismo da cultura no concelho de Penacova, com amplitude de programa e abrangência de áreas e de público.

A metodologia de atuação desta biblioteca insere-se nos padrões preconizados pelo Manifesto da Unesco sobre Bibliotecas Públicas, seguindo uma política de informação e divulgação do livro enquanto veículo para a promoção individual, “com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social” . A BMP, ainda de acordo com o Manifesto da Unesco para as Bibliotecas Públicas é uma “porta de acesso local ao conhecimento – fornece as condições básicas para uma aprendizagem contínua, para uma tomada de decisão independente e para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos sociais.

A BMP/CC está disponível para outras utilizações por parte da comunidade, nomeadamente: exposições, colóquios, espetáculos, etc. A utilização da BMP/CC funciona como um importante centro social de encontro e de aprendizagem. Assim, procuramos assegurar a utilização e gestão eficientes deste espaço, com o objetivo de fazer o melhor uso possível dele, para benefício de toda a comunidade.

7.1.1.1. Equipa

A equipa da BMP é composta por: 1 Técnico Superior (com formação em biblioteca e documentação); 2 Assistentes Técnicos (1 com formação em biblioteca e documentação); 3 Assistentes Operacionais (1 com formação em biblioteca e documentação). Ao longo do ano tivemos outros colaboradores, nomeadamente: 2 Contratos Emprego Inserção (um que deu apoio ao arquivo e outro que deu apoio na limpeza do edifício).

7.1.1.2. Atividades desenvolvidas

No âmbito das suas competências, no seio do Serviço de Cultura. Biblioteca. Museus, a Biblioteca Municipal desenvolveu um conjunto de atividades e serviços regulares, transversais a toda a comunidade, em plena articulação com os objetivos do Plano Nacional de Leitura e a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, pois é um elemento da Rede de Bibliotecas de Penacova.

Ao longo do ano de 2017 evocaram-se vários dias mundiais e datas comemorativas. No concernente a exposições realizaram-se treze. No ano de 2017 os colaboradores da BMP participaram em vários encontros.

Com o fim de desenvolver hábitos de leitura para todos os grupos etários, a BMP, continuou a desenvolver uma política de aquisições adequada às necessidades locais, diligenciando dentro dos recursos disponíveis a compra de livros de qualidade e que traduzam as tendências do atual panorama literário, bem como obras de carácter didático.

Os livros adquiridos foram tecnicamente tratados, segundo o convencionado pelas regras de catalogação, classificação e indexação, no programa informático da Bibliosoft, ficando à disposição dos utilizadores, quer para consulta de presença, quer de domicílio.

A BMP presta atualmente os seguintes serviços presenciais: animação e promoção da leitura; acesso gratuito à internet e ao empréstimo domiciliário de monografias, cd's e dvd's; atividades culturais; Bibli(Ó)Férias; consulta de revistas e jornais; visitas guiadas.

Das atividades dinamizadas, destacamos o projeto Letras em Viagem dirigido às crianças dos jardins-de-infância e escolas do 1.º ciclo do concelho. A Câmara Municipal assegura o transporte, pelo menos uma vez por período, para estas crianças poderem assistir a uma hora do conto na Biblioteca Municipal. Para estas horas do conto as colaboradoras da biblioteca criam objetos alusivos à história para motivar as crianças para a promoção do livro e da leitura. Depois de cada história as crianças participam ainda em ateliês sobre o conto ouvido.

O projeto Conversas e Memórias dirige-se ao público sénior. Um projeto que a par das histórias, da hora do conto faz o levantamento de património imaterial do concelho. Assim os idosos vêm à biblioteca, visualizam algumas fotografias de artes e ofícios de Penacova, ou então assistem à demonstração ao vivo de alguns artesãos e falam das suas vivências ligadas a esses trabalhos. Para o público sénior dinamizamos também o “Dançar é cuidar dos nossos avós”. Um baile bimensal que permite num momento de alegre convívio exercitar o corpo.

As aulas de Informática Sénior, a decorrer à 4.ª feira, em três turmas estão a tornar os seus frequentadores autónomos ao nível das literacias informáticas.

Durante o período de férias letivas as crianças do concelho podem assistir na Biblioteca ao programa de Bibli(Ó)Férias. Onde são proporcionadas atividades ligadas à hora do conto, ateliês de artes plásticas, passeios e cinema.

A Biblioteca Municipal de Penacova em números:

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Leitores	991	799	855	525	1749	2123	3114	4714	5798	6059	6061
Livros requisitados	1712	1443	1819	1001	3237	3530	4878	6728	7657	7839	7993
Presenças Periódicos	491	269	603	436	586	590	656	1150	1764	1771	1700
Utilizadores Internet	1993	1854	1575	1662	2609	2609	3532	4433	4252	4885	4474
Atividades	404	405	1262	1602	3393	5502	15061	19580	20868	25952	25997
Audiovisuais								2112	1950	1136	974

Tabela 25 - A Biblioteca Municipal em números (2007-2017)

A um nível mais descentralizado, o concelho de Penacova é povoado por Casas do Povo, Filarmónicas, Ranchos Folclóricos e diversas outras associações culturais e desportivas, que se configuram como agentes de grande dinâmica na múltipla oferta de atividades à comunidade transversalmente considerada, nos índices etários, na distribuição geográfica e nos interesses.

7.1.2. Posto de Turismo⁶⁰

Existe um Posto de Turismo em Penacova, que funciona no Largo Alberto Leitão (junto ao antigo tribunal de Penacova), com horário amplo de acordo com as necessidades da população e dos visitantes. Ali podem ser encontradas as informações mais relevantes, no que diz respeito à oferta turística no território concelhio.

7.1.3. Elenco de pontos de interesse turístico e cultural⁶¹

Para a conhecer é preciso chegar e perder-se entre vales, respirar o ar puro da serra e do rio, deixar o verde da paisagem invadir os nossos sentidos. É assim Penacova, terra de rios e ribeiras, miradouros e penedos, de moinhos e azenhas, de vento e água.

No centro da Vila o destaque vai para a Pérgola Raúl Lino, da autoria do arquiteto com mesmo nome. Poderá encontrar também bem perto, no Largo Alberto Leitão, o busto, da autoria de Cabral Antunes, de António José de Almeida, 6º presidente da República Portuguesa, natural de Vale da Vinha, São Pedro de Alva. A autarquia adquiriu a sua residência e projetou, em protocolo com o Centro de Investigação da Universidade de Coimbra CEIS XX, a instauração desse espaço de um museu da República.

⁶⁰ <http://www.cm-penacova.pt/pt/pages/postodeturismo>, acedido a 28 de fevereiro de 2019.

⁶¹ <http://www.cm-penacova.pt/pt/pages/oquenaopodeperder>, acedido a 28 de fevereiro de 2019.

Próximo dali, a Igreja Matriz, dedicada à Senhora Assunção⁶², convida a que se percorra a calçada, se observe os rostos daqueles com que nos cruzamos e se descubra o pitoresco das fachadas ou o antigo pelourinho hoje transformado em cruzeiro.

Na proa da vila, o “cabeço do castelo”. Deslumbremo-nos com o Mirante Emydio da Silva. Daqui a vista é soberba, e o esplendor do vale inunda os ângulos da nossa visão. Os miradouros assumem um destaque especial na pitoresca geomorfologia do concelho, pormenor onde a vila de Penacova pontifica.

Ali bem próximo, dispostos quase verticalmente, como livros num instante, os quartzíticos silúricos formam o mais importante Monumento Natural do Concelho, a Livraria do Mondego.

A geografia do terreno, com serranias e vales, com o Mondego e o Alva a serpentear, com praias fluviais e zonas de lazer, proporciona, a quem procura atividades mais radicais, os locais ideais para a prática de Escalada, Rappel, Slide, TT, Downhill, entre outros. Mas, é sem dúvida o BTT, o Trail Running, a Canoagem e o Kayaking que colocam Penacova no mapa nacional dos destinos turísticos de natureza. Existe um Centro de BTT e Trail Running que conta vários percursos.

Distando 4 km da sede do Concelho, o Mosteiro de Lorvão, com um museu de arte sacra, ergue-se imponente nos seus 15 séculos de história, designado monumento nacional em 1910. Radicou-se aqui a primeira comunidade feminina da Ordem de Císter. Foi este o berço da doçaria conventual celebrada anualmente pelo Concelho.

Do Mondego, chegam as lampreias que dão o mote ao Festival, que em fevereiro faz deslocar a Penacova milhares de apreciadores desta iguaria, ícone da oferta gastronómica do Concelho.

No concelho, muitos são artesãos, grupos etnográficos e associações locais que mantêm acesas as artes e tradições mais antigas, nomeadamente, o fabrico manual de palitos, as descamisadas, a recuperação de barcos para a travessia do Mondego, a construção de réplicas da barca serrana, ou a reconstrução de azenhas e moinhos. No contexto da barca serrana, destaca-se a memória da ancestral importância do Porto da Raiva, facilitadora das trocas comerciais agilizadas na navegação pelo Mondego.

É aqui, no concelho de Penacova que se localiza um dos mais importantes conjuntos molinológicos nacionais. Distribuídos por todo o concelho, moinhos de vento, rodas e azenhas fazem jus às palavras de Nemésio que, David Mourão Ferreira, aqui mesmo, em Penacova, apelidou de "incansável moleiro das palavras". Na Portela de Oliveira, o Museu do Moinho homenageia Vitorino Nemésio, que lhe dá o nome, e permite que quem o visite observe um magnífico espólio dedicado a esta arte ancestral.

⁶² Em cada freguesia do concelho de Penacova, a respetiva Igreja Matriz constitui um equipamento cultural incontornável.

Penacova continua a ter muito bom ar, mas também uma oferta cultural diversificada, um calendário de eventos que animam o concelho durante todo o ano, coroado, em julho com as Festas do Município.

7.1.4. Desporto

O setor de Desporto da Câmara Municipal de Penacova estrutura a sua dinâmica combinando a sua proposta própria de atividades e eventos, com o apoio aos projetos de outras entidades parceiras. Este serviço autárquico planifica, gere e coordena a prática desportiva formalizada no Concelho, constituindo-se como plataforma de sincronização de energias.

Os objetivos essenciais desta estrutura concelhia concretizam-se nas ideias seguintes: definir e estabelecer objetivos para o desenvolvimento e futuro desportivo do concelho; gerir os espaços desportivos do concelho, efetuando uma correta gestão dos recursos humanos, financeiros, técnicos e desportivos.

O Setor do Desporto intervém nas seguintes áreas: escolas, associativismo, recreação e lazer, instalações desportivas. No que concerne à gestão destas instalações, cabe ao Setor do Desporto gerir as instalações desportivas municipais onde são analisados diversos indicadores: a vocação, missão e objetivos do equipamento face à potencial procura desportiva; a potencialidade do equipamento em relação à sua utilização; a capacidade de gestão da estrutura orgânica e funcional do equipamento; a dinâmica e a capacidade das entidades, desportivas ou não, da zona de influência do equipamento desportivo.

Este sector deve garantir o bom funcionamento das instalações através de um rigoroso controlo de custos, de um equilíbrio entre as atividades rentáveis e não rentáveis, de um sistemático incremento da imagem social, de uma programação de atividades inovadoras, de uma procura de parceiros e diversificação da oferta.

Como espaços físicos estruturais públicos para a prática desportiva, são incontornáveis as Piscinas Municipais, o Pavilhão Municipal, e o espaço Cardio Fitness. Neste elenco não sinalizamos os abundantes espaços naturais potenciadores e favorecedores da prática desportiva.

Além de eventos pontuais, destacamos, como atividades mais significativas do âmbito do Setor do Desporto, os seguintes projetos:

Desporto Escolar

Férias Desportivas

Desporto para todos, com hidroginástica e gerontomotricidade

Centro de Trail

Centro de BTT

Com nove edições, a Gala Anual do Desporto, celebra todo o trabalho desportivo, premiando quem mais de destacou, reconhecendo méritos e estimulando outros a desafiarem as suas fasquias pessoais de superação.

7.1.5. Ambiente

A ecologia e a preservação do ambiente constituem uma agenda contemporânea incontornável, quando o bem-estar comum é o ensejo e este é pensado sustentadamente a longo prazo. O “roteiro do arista” pode aglutinar transversalmente o desejo de tornar a ecologia uma preocupação individual e cultural, nos ideários e nas práticas concretas dos indivíduos e das comunidades.

“Penacova tem bom ar” é um refrão entoado e disseminado pelo Autarquia, que pretende incrementar o esforço de renovação do rosto físico dos equipamentos concelhios, mas, paralelamente atrair a atenção para um recurso de excelência que tem para oferecer, o ar puro.

Daí o aludido “Roteiro do Arista”. Em jeito de resumo, o roteiro consiste na seleção de oito locais de grande expressão turística do concelho, número de letras que compõem a palavra P-E-N-A-C-O-V-A. As pessoas são convidadas a encontrar cada uma das letras, colocadas em locais eleitos como esplendorosos e a desfrutar dos bons ares e da natureza. Cada uma das oito letras foi instalada, em formato gigante, para que os turistas possam vê-las, “obrigando-os” a percorrer o território e a colecioná-las através de fotos colocadas depois num “passaporte” virtual ou em papel. O ‘preenchimento’ do passaporte completo é premiado pela Câmara.

São de rara beleza os locais que constam no Roteiro. Desde os conceituados Mosteiro de Lorvão e Livraria do Mondego, passando pelas praias fluviais do Vimieiro e do Reconquinho, sem deixar de fora os altivos Penedo do Castro e Moinhos de Gavinhos. Os Fomos da Cal e o Mirante engrossam o lote de locais a visitar neste roteiro de “cortar a respiração”.

A resposta social nas áreas da cultura, turismo, desporto e ambiente, no espaço territorial do concelho de Penacova, situa-se ao nível de diversas entidades públicas, privadas e de terceiro setor, que descreveremos detalhadamente na terceira parte deste documento.

7.2. Análise crítica da realidade

Como síntese, sublinham-se alguns pontos fortes, destacando-se, em concreto:

- O Centro Cultural/Biblioteca como equipamento de referência na área cultural.
- A capacidade de atração turística de muita da realidade endógena do concelho, desde a paisagem até à gastronomia.
- A crescente sensibilidade ecológica e de proteção do ambiente.
- A ampla oferta cultural e desportiva da diversificada dinâmica associativa do concelho de Penacova.

Uma visão realista, com distância crítica, persuade-nos a elencar como, elementos menos fortes:

- As assimetrias sociais e de sensibilidade não permitem, muitas vezes uma concertação da oferta e uma ampla conjugação de esforços.
- Lento rejuvenescimento do Mosteiro de Lorvão, como centro cultural de referência.
- Insuficiência da oferta hoteleira no espaço do Concelho.

Na certeza da necessidade de muito empenhamento concreto, intuímos, ainda assim, algumas oportunidades para uma eventual prossecução de projetos. Como mais significativas, apontamos as seguintes:

- O território é uma fonte inesgotável de potencialidade cultural, turística e ambiental.
- Possibilidade de explorar de modo diferente a proximidade com agentes culturais diversos sitiados em Coimbra.
- Possibilidade de atração de personalidades culturalmente relevantes residentes no Concelho, conferindo-lhes um espaço de maior protagonismo.

Num esforço analítico de visão mais ampla e de perspetivação de futuro, parece-nos preventivo atender a algumas 'ameaças' descortinadas, entre as quais destacamos:

- Insuficiente hábito de debate crítico positivo, o que pode gerar estagnação.
- Horizonte global de pouca aposta na cultura.

8. Envelhecimento

8.1. Leitura da Realidade

“O conceito de envelhecimento demográfico designa, no essencial, a progressiva diminuição do peso das gerações mais jovens a favor das gerações mais velhas.⁶³ Verifica-se uma redução da base masculina e feminina na pirâmide etária, com um conseqüente aumento da população sénior no topo. Paralelamente, aumenta a esperança média de vida e os incrementos científicos e tecnológicos em escala ampla e, em concreto, aplicados à medicina favorecem a diminuição do risco de mortalidade. A emigração de adultos ativos é, ainda, um outro fator explicativo do envelhecimento demográfico. Simetricamente a este, vimos a assistir, finalmente, a um “decréscimo continuado da fecundidade.⁶⁴”

“Qualquer que seja a causa primeira do envelhecimento demográfico, as mudanças do peso relativo de cada estrutura no conjunto da população são sempre condicionadas pelas dinâmicas demográficas. O envelhecimento ou o rejuvenescimento das populações dependem do «desempenho» da natalidade, da mortalidade e das migrações. Na medida em que esse «desempenho» é também social, económico, político e cultural, o envelhecimento demográfico, além de demográfico, é também social.⁶⁵”

O paradigma demográfico inverteu a sua tendência nas últimas décadas, tendo passado do crescimento para o envelhecimento. Projetando a realidade, *Jacques Légaré*, antecipa que “durante o século XXI será crescente o aumento do número de idosos, [...] [mas assistir-se-á] a

⁶³ AA. VV., *Dinâmicas Demográficas e envelhecimento da população portuguesa, 1950-2011, evolução e perspetivas*, Edição Francisco Manuel dos Santos, Lisboa, 2014, p. 17.

⁶⁴ *Ibid.*, p. 29.

⁶⁵ *Ibid.*, p. 18.

uma «democratização da velhice», uma vez que esta fase da vida se alarga e não está apenas reservada a alguns.⁶⁶”

As consequências do envelhecimento demográfico ultrapassam em amplitude as problemáticas estritamente inerentes à demografia. Como se reestruturaria o nosso território se, por exemplo, os nossos emigrantes optassem pelo regresso às origens, maioritariamente agora em idade não ativa? Este simples exercício especulativo conduz espontaneamente a nossa reflexão para questões relativas ao todo componente da dinâmica social. Não se trataria somente de lidar com a factualidade do aumento da população envelhecida, mas de indagar como o modo como Estado e Sociedade Civil se teriam de reequacionar, para lidar com essa novidade.

Amplamente, convirá consciencializar a convicção de nos situarmos, em concreto o concelho de Penacova, na região Centro do País, a qual, apesar de ser a terceira maior ao nível do crescimento populacional, se encontra em franca perda de dinâmica. De 2001 a 20011, período de recenseamento, o Centro registou um dinamismo populacional cifrado em 5,1% negativos, segundo dados no INE, no horizonte de um crescimento anual médio efetivo de 0,52%. Entre outros elementos, tal cenário traduz-se na não recuperação de população e na acentuação da dicotomia litoral/interior. Como “resultado da conjugação de diferentes dinâmicas e circunstâncias⁶⁷”, assiste-se uma “inversão da pirâmide de idades⁶⁸”, conduzindo ao que usualmente se designa por “pirâmide em urna.⁶⁹”

No tocante ao envelhecimento no topo piramidal, encontramos como fator explicativo “as melhorias das condições de vida, de bem-estar, bem como das condições de saúde, médicas e assistenciais.⁷⁰” Estas “refletem-se na diminuição da mortalidade e, conseqüentemente, no alongamento da esperança de vida.⁷¹” Simetricamente encontramos uma diminuição populacional na base da pirâmide, genericamente explicada pela “diminuição da fecundidade.⁷²” Ainda assim, os argumentos fundamentadores dos extremos devem ser conjugados “com os efeitos das migrações (emigração e imigração)⁷³”, dado que as oscilações populacionais, além de dependentes, parecem muito paralelas com movimentos de deslocação de pessoas. Em regra, estas itinerâncias “respondem a estímulos e procura de melhores condições

⁶⁶ *Ibid.*, p. 29.

⁶⁷ AA. VV., *Dinâmicas Demográficas e envelhecimento da população portuguesa, 1950-2011, evolução e perspectivas*, Edição Francisco Manuel dos Santos, Lisboa, 2014, p. 36.

⁶⁸ *Ibid.*

⁶⁹ *Ibid.*

⁷⁰ *Ibid.*, p. 38.

⁷¹ *Ibid.*

⁷² *Ibid.*

⁷³ *Ibid.*

socioeconómicas⁷⁴”, bem como à predominância de uma certa “centralidade urbana⁷⁵”, como registo de sedutora atratividade.

O desenho amplo da evolução populacional no domínio da população idosa, conduzirá à conclusão da existência de um duplo envelhecimento. Por um lado, assistimos a uma redução do número de jovens, facto que faz diminuir o seu índice de dependência. Por outro, verifica-se um aumento do número de idosos, com o conseqüente aumento do seu índice de dependência. Desta forma, o cenário desemboca no aumento dos índices de envelhecimento e de longevidade, numa lógica dinâmica de perda da população ativa. De acordo com os dados do INE, de 2011, o índice de envelhecimento do país situava-se em 127,8 %, ao passo que o mesmo indicador no Pinhal Interior atingia o patamar de 203,4%. Esta é umas das regiões do território nacional onde estes indicadores estão mais marcados, tendo sido crescentes ao longo das últimas décadas e encontrando-se consolidados em 2011.⁷⁶

No quadro da reflexão sobre o território, as tensões mais habituais situam-se nas dualidades Norte/Sul, Litoral/Interior, Rural/Urbano. Esta última, quer na geografia, quer na mentalidade cultural, parece ser aquela a partir da qual melhor se pode pensar o concelho de Penacova, tripartível em quatro realidades geográficas, passíveis de uma tipificação própria: a vila de Penacova, o Alto Concelho, o Baixo Concelho e a serra do Buçaco. No horizonte do país, o litoral corresponde à maior extensa área urbanizada. Nas últimas décadas, assistimos ao advento de zonas híbridas, com “espaços onde as características do rural se misturam com as do urbano.⁷⁷” No território concelhio de Penacova, encontramos espaços com esta configuração nas vilas de Penacova, Lorvão, S. Pedro de Alva e em algumas zonas contíguas às vias mais privilegiadas de comunicação. Neste sentido, convirá anotar que as “tendências estruturais tendem a esbater-se, fruto do progressivo encurtar de distâncias, da uniformização dos padrões de consumo e dos estilos de vida e da progressiva urbanização e terciarização da sociedade.⁷⁸” No caso de Penacova e na perspetivação da realidade do envelhecimento, importar sublinhar que a população concelhia é fruto desta dinâmica, deverá ser cuidado com a potenciação das virtuosidades desta conjuntura, mas, sobretudo, é decisivo que se antecipe a novidade de que se revestirá a população sénior num futuro imediato.

A década de 90 marca o início da consolidação do Portugal envelhecido, ainda “que com contornos diferentes quanto à sua intensidade e expressão territorial.⁷⁹” O centro do País, onde

⁷⁴ *Ibid.*, p. 52.

⁷⁵ *Ibid.*

⁷⁶ Cfr., *Ibid.*, p. 40.

⁷⁷ AA. VV., *Dinâmicas Demográficas e envelhecimento da população portuguesa, 1950-2011, evolução e perspetivas*, Edição Francisco Manuel dos Santos, Lisboa, 2014, p. 64.

⁷⁸ *Ibid.*

⁷⁹ *Ibid.*, p. 68.

se enquadra Penacova é um espaço predominantemente envelhecido. Acrescendo às enfraquecidas taxas de fecundidade e natalidade, “os fluxos migratórios fizeram sobressair o envelhecimento no topo.⁸⁰” Esta não é, contudo, uma realidade negativa ou um problema social em si mesmo. É, como tudo o que é humano e social, marcada por ambiguidades. Assim, “a possibilidade de envelhecer foi uma grande conquista das sociedades humanas. Contudo, o aumento da duração média de vida para limites considerados inalcançáveis há algumas décadas [...] apresenta-se hoje associado à emergência de desequilíbrios nas estruturas populacionais que põem em causa o modo de funcionamento das sociedades modernas. Pelo que rapidamente se passou de uma história de sucesso a uma verdadeira «catástrofe». Fortemente afeto à desaceleração do crescimento demográfico, o processo de envelhecimento da população tende a ser associado à fragilização da economia, à limitação da capacidade de empreender e inovar, ao agravamento dos custos indiretos do trabalho e ao agravamento das despesas com os cuidados de saúde.⁸¹” Estas são as questões que preenchem regularmente as debate público, que ocupam os investigadores, que preenchem as inquietações da sociedade civil, que preocupam os decisores políticos...

Ainda assim, “ao que tudo indica, a maior capacidade para uma sobrevivência saudável varia segundo as características sociodemográficas dos indivíduos.⁸²” Desta forma, há que ampliar o debate, acrescentando-lhe massa crítica e transversalidade disciplinar, recorrendo ao cruzamento de múltiplas variáveis.

Predominantemente, a um acréscimo dos níveis de instrução correspondem “melhores competências para gerir a [...] saúde através de maior conhecimento e maior capacidade de resolução.⁸³” No específico do território de Penacova, este dado terá de ser duplamente interpretado. Por um lado, atendendo à generalizada insuficiente instrução da população sénior, o cuidado social terá de pensar modos de minimização e/ou supressão destas lacunas. Por outro, atendendo ao incremento da formação nos grupos etários mais jovens, intui-se logicamente uma alteração do perfil sénior das gerações futuras, o que persuadirá obrigatoriamente a uma reconfiguração das respostas de cuidado social. Da consciencialização e adequação antecipadas deste futuro dependerá a qualidade dos projetos de intervenção social vindouros. De acordo com dados do INE, o grupo etário a partir dos 65 anos apresenta “mais fracos recursos escolares, com especial incidência no feminino.⁸⁴” Os números do INE, de 2011, indicam que, na população masculina, 20 a 30% das pessoas não possui a escolaridade mínima, ao passo

⁸⁰ *Ibid.*, p. 69.

⁸¹ *Ibid.*, p. 82.

⁸² *Ibid.*, p. 83.

⁸³ *Ibid.*, p. 84.

⁸⁴ AA. VV., *Dinâmicas Demográficas e envelhecimento da população portuguesa, 1950-2011, evolução e perspectivas*, Edição Francisco Manuel dos Santos, Lisboa, 2014, p. 85.

que, nas mulheres, estes valores sobem para o intervalo entre 38 e 50%. Genericamente constata-se a predominância do ensino básico. Dado que, nos grupos etários mais jovens, se verifica a prevalência feminina, antevê-se uma clara novidade na tipologia futura do idoso, em geral, e por sexo, em particular.

Um significativo nível de instrução, cruzado com um melhor estatuto económico, corresponde, em regra, a “um melhor acesso a cuidados de saúde ou a serviços de apoio médico e social.⁸⁵” Uma vez mais, neste campo, a hermenêutica social terá de caminhar em duas direções. Numa intervenção imediata, casuística, urgente, capaz de cuidar com diferenciação positiva, sem perder critérios de justiça, mas tendo no horizonte o bem-estar comum e o reequilíbrio social. Importa ainda perspetivar um cuidado social futuro que esteja preparado para a excelência, com capacidade de resposta para a exigência de superior qualidade reclamada pela sociedade civil e com espaço para integrar a capacidade crítica e de intervenção social que subsistirá na população envelhecida.

No tocante à dinâmica de emprego, “o conceito de envelhecer em atividade já se tornou um lugar-comum no âmbito de uma matriz da gestão pública da velhice dominada por fortes contradições.⁸⁶” Na contemporaneidade torna-se necessário trabalhar até mais tarde, quer para contribuir para o reequilíbrio do sistema de segurança social, quer para reforçar e aforrar o orçamento familiar. Tais obrigações decorrem de muitos desarranjos sociais estruturais, mas decorrem igualmente de uma precariedade laboral, transversal a toda a vida. Uma vez mais, uma intervenção social que se quer estrutural, deve procurar isolar a raiz do problema para sobre ele atuar. Alguns destes desacertos colocaram-nos, contemporaneamente “na presença dos denominados jovens idosos, categoria que inclui todos aqueles que são definidos simultaneamente como demasiado idosos para trabalhar e demasiado jovens para se reformar.⁸⁷” São amplos os desafios, nesta esfera, sendo que a manutenção da simples subsidiodependência se revelará a médio-longo prazo uma realidade insustentável e geradora de novos e insolúveis problemas. A análise ampla da empregabilidade, nos grupos etários mais avançados, manifesta uma desvantagem feminina, com uma taxa de desemprego maior. Acrescidamente, algumas dificuldades mais candentes das mulheres no acesso a pensões de reforma e na sobrevivência digna a partir das mesmas, resultam de um trabalho ativo mais precário e mal pago. Em consequência, a população feminina constitui-se predominantemente como grupo social mais vulnerável e carente de auxílio. Uma vez mais, a prevalência de mulheres no mercado laboral, nos grupos etários mais jovens, alterará a tipologia da população sénior futura. O adiamento da entrada na vida ativa e o retardamento da saída, em conjugação com o declínio da taxa de atividade [não apenas de emprego], conduz a consequências significativas no

⁸⁵ *Ibid.*, p. 84.

⁸⁶ *Ibid.*, p. 89.

⁸⁷ *Ibid.*

modo como o tempo de reforma é preparado e amplia o leque de problemáticas emergentes e reclamadoras de respostas proporcionadas.

O estado civil é também uma variável “determinante ao nível do modo de vida, da saúde (física e psíquica) e do rendimento.⁸⁸” Até ao grupo etário dos 75 anos prevalecem os casados. Dos 80 anos em diante, predominam os viúvos, com acentuação a partir dos 85 anos. De referir, que nos deparamos fundamentalmente com viúvas, em razão da maior esperança média de vida. Nos grupos etários envelhecidos, os divorciados são uma realidade residual. O futuro aponta para a redução da expressividade da viuvez nas idades seniores, “tendência que se articula com os crescentes ganhos em anos de sobrevivência.⁸⁹” No concelho de Penacova, não será difícil intuir a instauração desta tendência, na medida que a sociedade tende a libertar-se dos estereótipos sociais e, sobretudo, religiosos, que rotula[va]m negativamente circunstâncias pessoais de reconstrução de cenários de conjugalidade.

“Em síntese, a distribuição da população sénior por estado civil segue um padrão diferenciado sexualmente. Os homens dos 65 aos 89 anos de idade são sobretudo casados e dos 90 aos 100 e mais anos são sobretudo viúvos. Já as mulheres diversificam mais o estado civil ao longo das idades seniores. Isto na medida em que são sobretudo casadas dos 65 anos aos 74 anos e são sobretudo viúvas dos 75 anos aos 100 e mais anos. No entanto, dos 90 aos 100 e mais anos as solteiras conseguem-se superiorizar às casadas. O mesmo é dizer que no patamar dos 90 e mais anos de idade as mulheres são sobretudo viúvas ou celibatárias. Ao que tudo indica, as mulheres não só duram mais tempo do que os homens como possivelmente a sua longevidade, por via sobretudo do impacto da viuvez, é menos associada, do que a masculina, à vivência de uma situação em conjugalidade. Isto está de acordo com o facto de a maior parte das unidades domésticas constituídas por uma só pessoa serem femininas e também concorre para uma feminização da maior parte da população sénior institucionalizada. Isto porque o viver só é uma condição determinante para recorrer com mais frequência à institucionalização, sobretudo em idades mais tardias em que dependências várias se começam a manifestar.⁹⁰” No concelho de Penacova, não será difícil intuir a instauração desta tendência, na medida que a sociedade tende a libertar-se dos estereótipos sociais e, sobretudo, religiosos, que rotula[va]m negativamente circunstâncias pessoais de reconstrução de cenários de conjugalidade.

A institucionalização da comunidade constitui-se como a resposta social mais típica no tocante à população sénior, como forma de supressão das debilidades inerentes à rede de cuidado familiar e de proximidade. Ainda assim, “o recuo no número de institucionalizados, de

⁸⁸ *Ibid.*, p. 96.

⁸⁹ AA. VV., *Dinâmicas Demográficas e envelhecimento da população portuguesa, 1950-2011, evolução e perspectivas*, Edição Francisco Manuel dos Santos, Lisboa, 2014, p. 97.

⁹⁰ *Ibid.*, p. 99.

2001 para 2011, remete [...] para a hipótese de uma melhoria no estado de saúde da população sénior, sobretudo nas idades abaixo dos 85 anos ou, ainda, para um maior protagonismo por parte das redes de apoio familiar.⁹¹ No concelho de Penacova, apesar de tudo, as instituições de apoio social cobrem toda a área territorial, constituindo-se como dinâmicas irrenunciáveis, em virtude das situações de debilidade pessoal, de isolamento humano e social, de insuficiência das redes de cuidado informal. A população sénior institucionalizada ascende a 4,21%, sendo que este número aumenta no grupo etário acima dos 85 anos, é adiada progressivamente e é acentuada na parcela feminina da comunidade.

Em paralelo, verifica-se “o aumento das unidades domésticas constituídas por uma só pessoa e a diminuição da dimensão média das famílias clássicas.⁹² Tal facto reclama, por exemplo, que as estruturas sociais e o poder local não absolutizem a institucionalização como único mecanismo de resposta, suscitando reflexão transversal e incrementando uma criatividade que respeite ritmos e pertenças pessoais de cada indivíduo. É pertinente que se sinalize o facto das situações de circunscrita solidão atingirem números na ordem dos 20%. Convirá encontrar respostas preventivas e perscrutar eventuais ‘danos colaterais’ decorrentes deste apontamento.

8.1.1. ESPERANÇA MÉDIA DE VIDA APLICADA AO CONCELHO

“A esperança média de vida é o número de anos que um grupo de indivíduos [...] pode aspirar viver.⁹³ Trata-se de um indicador relevante quando se pretende programar o futuro, procurando antecipar cenários, priorizar opções adequadas à realidade e racionalizar proporcionadamente os custos. No dizer do sociólogo António Barreto, “hoje nasce-se muito melhor e com mais esperança de vida. Nasce-se em melhores condições, com melhor ideia, por parte dos pais, do que é um projeto de vida.⁹⁴ O quadro seguinte mostra uma leitura da esperança média de vida, no quadro geográfico do Baixo Mondego, onde se insere Penacova, por comparação com o Centro do País e o todo do território nacional continental.

⁹¹ *Ibid.*, p. 102.

⁹² *Ibid.*

⁹³ DINIS, Paulo Cunha e HENRIQUES, Filipa de Castro, Penacova visto pela demografia, Lugar da Palavra Editora, Rio Tinto, 2015, p. 66.

⁹⁴ *Ibid.*

Local de Residência	Continente			ARS Centro			Baixo Mondego		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Triénio 1996-1998	75,8	72,2	79,4	76,6	73,1	80,1	76,8	73,4	80,2
Triénio 2010-2012	80,6	77,3	83,7	80,8	77,6	83,8	81,1	77,6	84,3

HM- Homens e Mulheres | H- Homens | M- Mulheres

Tabela 26 - Esperança média de vida

“Uma sociedade cujo índice de dependência da população idosa é predominante, como é o caso de Penacova, significa que em breve a população ativa não será suficiente para sustentar o sistema. Esta é uma região em risco social, e será difícil reverter esta espiral de envelhecimento.⁹⁵ Não desistir de alterar esta tendência, reclama empenhamento político, congregação de massa crítica capaz de produzir reflexão, incorporação e promoção do mais inovador conhecimento, capacidade decisória de passagem do diagnóstico à operacionalização... De acordo com dados do INE, o índice de dependência total, em Penacova, em 2011, situava-se em 58,21%, dividido em 19,44% [dependência de jovens] e 38,77% [dependência de idosos]. O realismo factual não pode ser sinónimo de resignação.

“Com o fenómeno do aumento da esperança média de vida e a diminuição dos nascimentos, [...] assistiremos [...] ao comprometimento da estabilidade da população ativa nos próximos vinte anos.⁹⁶ Medidas como as de apoio à natalidade são louváveis e merecedoras de esforço multiplicativo. Paralelamente, o incremento do emprego tem de ser prioridade permanente. Ainda assim, parece claro que um problema estrutural como este relativo à estrutura demográfica, carece de uma reflexão ‘política’ ampla e convergente, que assuma a construção da ‘pólis’ [cidade] como uma tarefa responsável de cidadania. No quadro seguinte tomamos consciência de que a [in] capacidade de renovação da população “não é um processo de carácter localizado”, mas um produto de vicissitudes globais, dado que nos remete para a necessidade e incorporação do concelho em plataformas supra concelhias e para a urgência de persistir num espírito analítico crítico e proponente das decisões centrais.

⁹⁵ *Ibid.*, p. 69.

⁹⁶ *Ibid.*, p. 68.

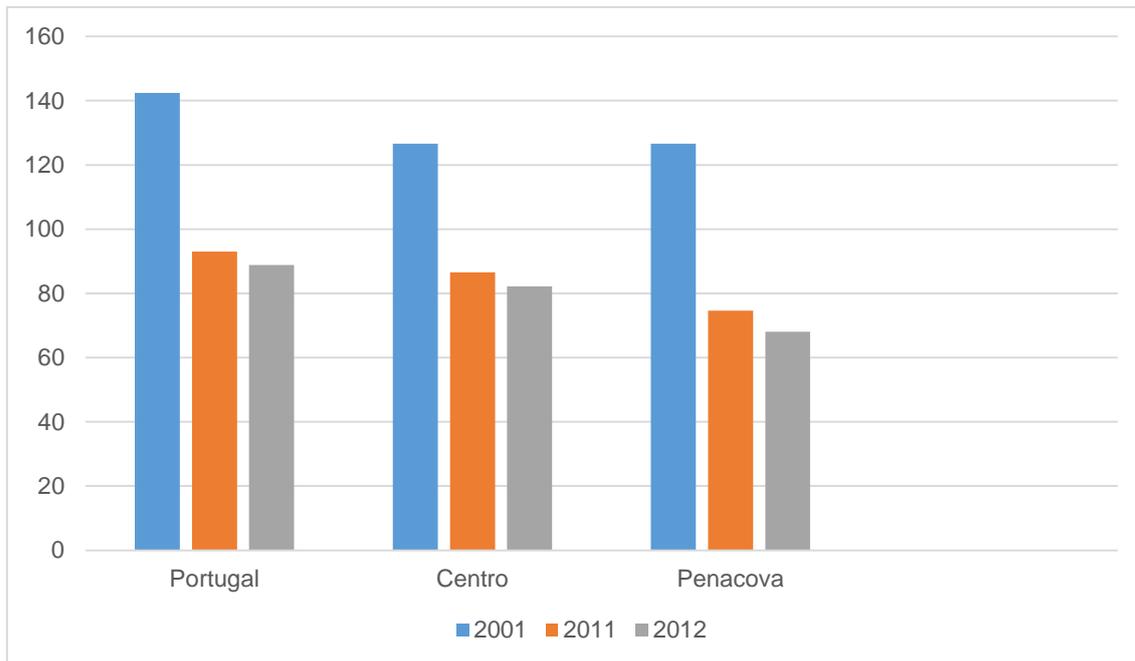


Gráfico 3 - Índice de Renovação da População Ativa

Neste eixo de intervenção, tendente ao cuidado com a população sénior, o concelho de Penacova caracteriza-se pelo envelhecimento demográfico crescente, com marcas de isolamento geográfico e solidão, com deficitária assistência e retaguarda familiar. De acordo com os dados do INE, em 2001, num universo de 16725, os jovens representavam 14%, os idosos 20%, situando-se 66% da população na denominada população ativa. Em 2011, em 15251 habitantes, 12,3% são jovens, 24,5% idosos, cifrando-se em 63,2% a população ativa.

Acrescendo a estes elementos diversas outras carências socioeconómicas, sinalizam-se múltiplos contextos de vulnerabilidade, que convocam o Município, outras Instituições e a sociedade civil em geral para a sua missão de promoção da dignidade da pessoa e da edificação do bem comum. As respostas sociais, neste horizonte, a nível concelhio, situam-se no âmbito da Câmara Municipal propriamente dita, de diversas Instituições Particulares de Solidariedade Social e de outras estruturas que, na concretização dos seus objetivos, assumem o cuidado com a população mais envelhecida como um dos objetos da sua ação.

Um olhar amplo, aponta para uma tendência de melhoria global dos recursos, ainda que em paralelo com o agravamento do nível de alguns rendimentos e com um final de vida ativa mais precário. Genericamente, as pessoas passam mais anos em contexto de conjugalidade, refazendo a vida familiar e fazendo com isso recuar o índice de viuvez. Algumas mulheres seniores debatem-se com maiores dificuldades económicas, em resultado da persistência de desigualdades sexuais em contexto laboral. Assistimos a uma feminização progressiva da sociedade no grupo etário superior a 75 anos, com uma iliteracia que persistente e com o advento de situações de solidão e isolamento.

O futuro aponta para mais literacia, mais cultura e mais recursos. Paralelamente reclamará paradigmas novos de intervenção social.

A resposta social na área do envelhecimento, no espaço territorial do concelho de Penacova, situa-se ao nível de diversas entidades públicas, privadas e de terceiro setor, que descreveremos detalhadamente na terceira parte deste documento.

8.2. Análise crítica da realidade

Como síntese, sublinham-se alguns pontos fortes, destacando-se, em concreto:

- Recursos humanos qualificados existentes nas Instituições e serviços públicos do concelho.

- Instituições com espírito de iniciativa e abertas à inovação.

- Cobertura das IPSS's em todas as freguesias do concelho.

- Disponibilidade das IPSS's locais para a criação e alargamento de outras respostas.

- Edifícios escolares devolutos cedidos pela Autarquia às IPSS's e associações locais.

- Adesão dos munícipes às valências criadas pelas IPSS's do concelho. Realização de ações de sensibilização/formação para a população e técnicos no âmbito da intervenção social.

- Projeto Teleassistência

- Informática sénior

- Realização de ações dinamização comunitária para pessoas com + de 65 anos.

- Gerontomotricidade.

- Estrutura de apoio na prestação de cuidados de saúde continuados.

- Aumento da esperança média de vida.

- Aumento generalizado das condições de acesso aos cuidados de saúde.

Uma visão realista, com distância crítica, persuade-nos a elencar como, elementos menos fortes:

Insuficiência de transportes para idosos em zonas isoladas;

insuficiência de retaguarda familiar;

Insuficiente formação e/ou conhecimento dos cuidadores para tratar de pessoas acamadas/dependentes;

Insuficiente valorização do estatuto do cuidador; aumento da lista de espera para a valência de lar e para Cuidados Continuados;

Maior isolamento, envelhecimento e dependência da população.

Na certeza da necessidade de muito empenhamento concreto, intuímos, ainda assim, algumas oportunidades para uma eventual prossecução de projetos. Como mais significativas, apontamos as seguintes:

- Gerações jovens de cuidadores, técnicos e dirigentes mais preparadas e com outra exigência crítica, capazes de alavancar outro tipo de respostas mais adequadas à realidade.

- Exploração de novos paradigmas de intervenção, aproveitando, nomeadamente a investigação científica realizada no quadro das instituições de ensino superior próximas.
 - Aproveitamento das tecnologias, passíveis de serem aplicadas à comunicação e ao cuidado.
 - Aproveitamento das tecnologias de informação para o estabelecimento de pontes e protocolos com experiências na área do envelhecimento geograficamente distantes.
- Num esforço analítico de visão mais ampla e de perspetivação de futuro, parece-nos preventivo atender a algumas ‘ameaças’ descortinadas, entre as quais destacamos:
- Conjuntura nacional e internacional instável e passível de inibir projetos e concretizações, sobretudo ao nível das insuficiências de financiamento.
 - Insuficiente renovação dos quadros locais, tendencialmente mais atreitos à manutenção e menos disponíveis para inovar.
 - Possibilidade do registo de trabalho em rede ser inibido pelo acicatar de regionalismos diversos.
 - Perigo de ‘ideologização’ da solidariedade ao nível das diferentes instituições e insuficiente capacidade de cooperação e consensos.

9. Emigração

9.1. Leitura da Realidade

Tendente a uma aproximação a ‘traço largo’ à realidade dos movimentos migratórios, principiemos com uma referência ao texto ‘Competitividade, coesão e convergência: a ótica específica das regiões portuguesas, Região Centro’, de 2005, da responsabilidade da sociedade de advogados ‘Augusto Mateus & Associados’. Aí se diz que “a comunidade portuguesa é das maiores espalhadas pelo mundo. Os consulados portugueses contabilizam mais de 3,5 milhões de registos (não obrigatórios). [...] Cerca de 1,5 milhões dos portugueses residentes em Portugal em 2011 já tinham vivido no estrangeiro. Na última década, as comunidades brasileiras e do Leste Europeu destronaram a maioria tradicional dos PALOP. Portugal manteve a tradição de país emissor, com as saídas a superarem as entradas em mais de 30 mil pessoas no final da década de 1980; entre 1993 e 2002, as entradas ultrapassaram e alargaram a distância face à saídas do país e Portugal assumiu a condição de país recetor; a partir de 2003, a imigração inicia um processo de desaceleração, com o abrandamento do mercado imobiliário, a própria expansão dos países emissores e a intensidade da crise económica a preparar também o contexto para uma nova vaga de emigração.⁹⁷”

O raciocínio que nos interessa é dedutivo. Se importa enquadrar o concelho de Penacova na amplitude sociológica global, é decisivo que se analisem as consequências ‘micro’,

⁹⁷ Paulo Cunha Dinis e Filipa de Castro Henriques, *Penacova visto pela demografia*, Lugar da Palavra Editora, Rio Tinto, 2015, p. 73.

decorrentes da alteração de cenário local a este respeito. “A força de trabalho dos Penacovenses dirigiu-se após a Segunda Guerra Mundial principalmente para a Europa Central, em maior número para França e Alemanha e, no final do século XX, para Luxemburgo e Suíça.⁹⁸” Os destinos eram países carenciados de mão-de-obra barata, centrada nos setores primário e secundário.

Entretanto, com aceleração na primeira década do século XXI, “na última década do século XX foi estabelecida uma ligação entre Penacova e novas latitudes.⁹⁹” Espanha e Reino Unido contam-se entre os novos destinos, sendo que os países de africanos de língua portuguesa re-ganharam capacidade de sedução. O denominador comum é a requisição de trabalhado cada vez menos indiferenciado e tendencialmente especializado. As facilidades contemporâneas de comunicação favorecem o movimento de ida, com o auxílio na integração em países de destino oferecido pela comunidade que ‘abriu caminho’. O inverso é igualmente verdade, dado que o retorno à terra de origem é igualmente mais frequente, possibilitando a manutenção de laços. Peculiar é ainda a opção dos habitantes do concelho de Penacova por trabalhos sazonais, na agricultura ou na construção, em países estrangeiros, que complementa o financiamento do orçamento familiar.

No tocante aos movimentos migratórios internos, o Concelho é predominantemente território de saída, dada a maior atratividade de alguns territórios vizinhos, sendo Coimbra o que ocupa o lugar privilegiado. Penacova “é também para uma pequena parte do habitante uma alternativa à fuga aos centros urbanos. Penacova tem qualidades de excelência de meio ambiente¹⁰⁰” e possibilita, aos amantes dessa opção, uma singular “fixação de residência no meio da natureza.¹⁰¹”

Censos [2001 e 2011] Ano de referência	1995	1999	2005	2009
Freguesia onde reside atualmente	14535	15976	12586	14077
Outra freguesia do Concelho	222	83	300	136
Mudou residência na mesma freguesia	-	-	1071	608

Tabela 27 - Movimentos Migratórios Internos em Penacova

⁹⁸ *Ibid.*

⁹⁹ *Ibid.*

¹⁰⁰ *Ibid.*, p. 75.

¹⁰¹ *Ibid.*

No respeitante aos movimentos imigratórios, a realidade concelhia em Penacova tem sofrido as oscilações consequentes das vicissitudes socioeconómicas nacionais, com repercussões locais. O quadro seguinte facilita uma visualização panorâmica deste dinamismo.

País Origem	Género	Imigrantes por Freguesia																	
		Município Penacova		Carvalho		F. Lorvão		Friúmes/Paradela		Lorvão		Oliveira/Trav. Mondego		Penacova		SP Alva/S. Paio		Sazes do Lorvão	
		2005	2011	2005	2011	2005	2011	2005	2011	2005	2011	2005	2011	2005	2011	2005	2011	2005	2011
França	M	57	23	4	4	4	1	2	3	16	7	9	1	6	1	13	4	3	2
	H	78	32	13	9	7	1	2	1	19	7	7	3	11	6	16	3	3	2
Alemanha	M	4	1							1				2			1		
	H	9	3			2	1			2				3	1	1	1	1	
Itália	M	2	2			1								1	2				
	H	1				1													
Reino Unido	M	7	3	2		1		1	1			1	2	1		1			
	H	9	5	2		1		1	1			2	2	2	1	1	1		
Espanha	M																		
	H	3	5				3	1			2			2					
Bélgica	M	1														1			
	H	2	1			1	1									1			
Luxemburgo	M	2														2			
	H	6	2	2	1											4	1		
Suíça	M	13	3							4	1			5				2	2
	H	16	2							6				4				2	2
Andorra	HM	1								1									
	H	1								1									
Roménia	M																		
	H	1	1																
Ucrânia	M									1									
	H																		

PALOP	M	8	2							1				8	2				
	H	5												4					
EUA	M	2	1			2	1												
	H	5	1			5	1												
Canadá	M	1	1										1						1
	H	1	1										1						1
Brasil	M	11	3			3	2							1	1	3			
	H	5	2			1	2									1			
Outros	M	2	1										1						
	H	2	3				1						1						
Total	M	112	40	6	4	13	4	3	3	27	12	11	2	24	6	23	5	5	4
	H	144	58	17	10	22	10	4	2	32	14	11	3	26	8	26	6	6	5

Tabela 28 - Imigrantes por Freguesia

“A fixação do imigrante está dependente do trabalho e a crise económica não veio ajudar, porque a falência de empresas e a diminuição dos postos de trabalho deu um forte empurrão na saída da população. Encontramos aqui o maior condicionante do imigrante, que veio para Penacova tentar a sua sorte e construir uma vida diferente daquela que deixara no seu país. Portanto, a encruzilhada de vidas na saída permanente ou temporária, a entrada e saída dos imigrantes, o regresso à terra de origem dos penacovenses é uma característica deste território que sofre com dificuldades de desenvolvimento prolongado no tempo.¹⁰²” Um dado deste enquadramento imigratório, relativamente recente em Penacova, é o acolhimento de alunos oriundos dos PALOP's para a frequência dos cursos de formação oferecidos na Escola Profissional Beira Agueira. Por se tratar de uma realidade globalmente irregular, nas proveniências, nas pessoas, nas motivações, a imigração carece de um olhar permanentemente acutilante e criativo. O futuro Gabinete do de apoio ao Imigrante, a criar pela Câmara Municipal de Penacova, certamente que constituirá espaço privilegiado de concertação de sinergias adequadas a desenhar as respostas reclamadas por tamanho indicador social.

Sendo a mobilidade humana uma nota da contemporaneidade, o concelho de Penacova é também marcado pela multiculturalidade. Procurando concretizar e sintetizar, destacamos, como fenómenos emigratórios, no começo do século XX, os fluxos de pessoas para a América Latina e, na segunda metade do século passado, a deslocação para países europeus, com a França em destaque. Das famílias deslocadas para o continente americano, sublinham-se duas

¹⁰² Paulo Cunha Dinis e Filipa de Castro Henriques, *Penacova visto pela demografia*, Lugar da Palavra Editora, Rio Tinto, 2015, p. 78.

notas. Os que regressaram, genericamente constituíram negócios no território do concelho, gerando riqueza e emprego. Ainda assim, muitos permaneceram definitivamente no país de acolhimento, com realce para o Brasil. Do fluxo para a Europa sobressai o regresso ao concelho, com as condições pessoais de vida substancialmente melhoradas e a permanência das segundas gerações nos países de acolhimento, em muitos casos com a contração de casamento. Da avaliação destes fenómenos migratórios, resulta como consequência um tecido humano marcado pela multicularidade, nomeadamente no tempo de Verão.

Merece uma palavra, neste quadro, a mobilidade de cidadãos do concelho dentro do território português, estabelecidos em diversos pontos do país e em diferentes áreas de serviços, sendo de reconhecer o destaque da Casa do Concelho de Penacova em Lisboa e o trabalho associativo aí desenvolvido.

Como movimento imigratório mais relevante, tem relevo especial o acolhimento de estudantes provenientes, sobretudo, de países africanos de expressão portuguesa, com o intuito de realizarem a sua formação na Escola Profissional Beira Agueira. Tal facto resulta igualmente num entrelaçamento cultural entre estes jovens e a população residente.

Para a consistência do futuro, importa que os movimentos migratórios sejam analisados como desafios plenos de potencialidade, mesmo se encerrar em si alguns limites. Para tal, carecemos de “um movimento que se levante na vila e se estenda a todo o concelho, a todos os penacovenses espalhados pelo mundo e à Casa de Penacova de Lisboa”. Globalizar o localmente relevante e acolher o globalmente relevante será o desígnio de um movimento migratório que se quer amplo, humanizante e construtor do bem comum.

A resposta social na área da emigração, no espaço territorial do concelho de Penacova, situa-se ao nível de diversas entidades públicas, privadas e de terceiro setor, que descreveremos detalhadamente na terceira parte deste documento.

9.2. Análise crítica da realidade

Como síntese, sublinham-se alguns **pontos fortes**, destacando-se, em concreto:

- A capacidade a acolhimento de emigrantes.
- O espírito de iniciativa migratório de alguns habitantes do Concelho.
- A proatividade de muitos cidadãos que regressam de outras latitudes, incrementando a economia local.

Uma visão realista, com distância crítica, persuade-nos a elencar como, elementos **menos fortes**:

- Muitos cidadãos do Concelho optam por emigrar, pelo facto de aqui não encontrarem condições de vida favoráveis, com as consequências daí advindas, nomeadamente de desertificação e envelhecimento do território.

Na certeza da necessidade de muito empenhamento concreto, intuímos, ainda assim, algumas **oportunidades** para uma eventual prossecução de projetos. Como mais significativas, apontamos as seguintes:

- A possibilidade de exploração da relação de multiculturalidade enriquecedora com os cidadãos que emigram para Penacova.
- A possibilidade de ‘explorar’ os Penacovenses na diáspora, com a criação de ‘Casas de Penacova’ e/ou outras plataformas associativas.

Num esforço analítico de visão mais ampla e de perspetivação de futuro, parece-nos preventivo atender a algumas **ameaças** descortinadas, entre as quais destacamos:

- A ameaça de desertificação de alguns territórios concelhios.

10. Calamidades Naturais

Como se depreende de uma análise lógica, este eixo de intervenção concretiza-se, num primeiro momento, pela capacidade de reação ágil a uma circunstância de emergência. Adiante apresentaremos uma descrição pormenorizada das situações e respetivas respostas. Em concreto, o concelho de Penacova foi significativamente fustigado pelo «mega incêndio» de outubro de 2017. Este é o facto próximo que nos persuade a deter um olhar analítico nesta área de intervenção social. Num horizonte mais amplo e, no que nos é possível, antecipativo, precisamos de considerar, pelo menos e ainda que sempre como realidades indesejáveis, a possibilidade de derrocadas [atente-se na geomorfologia propícia], de cheias [recordem-se os rios e outros fluxos de água] e as vagas extremas de frio e calor.

Em perspetivação do futuro, importará que as respostas se concentrem no auxílio ao luto, junto de pessoas e comunidades em contexto de fragilidade decorrente das calamidades acontecidas. Tal intervenção terá de ser sempre multidisciplinar e sistémica, compreendendo o horizonte das perdas humanas, mas igualmente as resultantes da ausência dos espaços afetivos de outrora, do desmoronamento de projetos e de expetativas de vida e do enfraquecimento das atitudes de positividade e esperança face à existência e ao futuro.

Numa instância paralela e completar, cumpre aos agentes sociais formais e não formais, a geração de mecanismos de alteração cultural, nomeadamente no tocante à relação com a floresta, mediante uma formação consciencializadora da comunidade. Este eixo deve compreender ainda a efetivação de alterações estruturais concretas, como as respeitantes aos critérios de reforestação e aos acessos aos espaços agrícolas e florestais. Em conjugação, e completando este triângulo virtuoso, importa capacitar de meios humanos e físicos as estruturas de resposta emergencial. Esta área de intervenção, por se revestir de um carácter de excecionalidade, vai requerer uma análise também ela distinta [na forma] das realizadas nos pontos anteriores.

10.1. Descrição das circunstâncias

O incêndio mais significativo deflagrou no concelho de Penacova de 15 para 16 de outubro de 2017, atingindo globalmente 28 habitações permanentes [total ou parcialmente], cerca de uma dezena de empresas, segundas habitações, anexos e queimando 6 mil hectares de floresta. Toda a margem esquerda do Mondego [no concelho de Penacova] foi atingida pelas chamas. A outra margem do rio também foi afetada, mas em menor escala. Nesse dia assistimos a indicadores excecionais de “persistência de condições meteorológicas favoráveis à ocorrência em número significativo de incêndios grandes e severos.¹⁰³” “No dia 15 de outubro os índices de perigo meteorológico de incêndio [...] alcançaram valores extraordinariamente altos na generalidade do território continental¹⁰⁴”, sendo o incêndio que deflagrou no território concelhio “consequência direta da influência do [furacão Ophelia]¹⁰⁵”, com pelo menos um precedente no mundo, em 1978.

A perda de 5 vias humanas foi o primeiro e o principal prejuízo, irremediável e de consequências pouco mensuráveis.¹⁰⁶

As 28 primeiras habitações completamente destruídas ou ardidas em parte desalojaram várias famílias, todas acolhidas por familiares e em cooperação com entidades com instituições particulares de solidariedade social. As primeiras habitações construídas de raiz foram entregues em janeiro de 2019, almejando-se a entrega total até ao final do primeiro semestre de 2019.

Sobre as segundas habitações e infraestruturas como armazéns, equipamento agrícola e animais perdidos nas chamas, o levantamento foi realizado e os apoios foram acontecendo [e estão a acontecer] por via institucional, particular e com a solidariedade espontânea de diversas entidades.

¹⁰³ Comissão Técnica Independente, Guerreiro J., Fonseca C., Salgueiro A., Fernandes P., Lopez Iglésias E., de Neufville R., Mateus F., Castellnou Ribau M., Sande Silva J., Moura J. M., Castro Rego F. e Caldeira D. N. – [Coords.], *Avaliação dos incêndios ocorridos entre 14 e 16 de outubro de 2017 em Portugal Continental. Relatório Final. Comissão Técnica Independente, Assembleia da República*. Lisboa, 2018, p. 51.

¹⁰⁴ *Ibid.*, p. 59.

¹⁰⁵ *Ibid.*, p. 53.

¹⁰⁶ O incêndio de 15 de outubro originou 48 mortes. A ignição Vilarinho-Lousã, que percorreu o concelho de Penacova, teve um impacto de 14 mortes, em 11 locais. No território concelhio aconteceram 5 mortes, em 4 locais. As vítimas mortais ocorreram entre as 17.30h, de 15 de outubro, e as 3.45h, de 16 de outubro. Muitas em casa, sem sinais genéricos de gestão de combustível, mas com baixos índices de combustibilidade. Muitos surpreendidos de noite, na generalidade homens e mais velhos. Por comparação com Pedrogão, menos pessoas optaram pela fuga e mais decidiram resistir e tentar salvar os seus bens.

As limitações no abastecimento de água e energia elétrica foram sendo resolvidas com a concertação de esforços das diferentes entidades competentes. Na altura de urgência aguda, o Município criou um 'ponto de entrega' de "bens destinados às vítimas", na Casa do Povo de São Pedro de Alva, "onde os interessados poderiam entregar os seus donativos, destacando-se designadamente, num primeiro instante, a necessidade de bens alimentares, roupa, calçado, fraldas, lençóis, cobertores, eletrodomésticos, mobiliário, comida para animais e materiais de construção. O mais estruturante foi objeto de intervenções mais consistentes. O edifício dos Paços do Concelho e a Biblioteca/Centro Cultura de Penacova foram, igualmente, lugares de entrega de auxílios de primeira necessidade.

"Os mega-incêndios de 15 de outubro individualizaram-se, para além da sua inusitada dimensão e velocidade de expansão, por serem os primeiros desta grandeza a ocorrer no outono, em Portugal e no Sul da Europa.¹⁰⁷" Dificilmente o absolutamente novo e excecional poderia ser cabalmente respondido por um conjunto de estruturas que nunca se tinham defrontado com nada de semelhante. Doravante, há necessariamente que refazer modelos de intervenção globais e a memória terá de constituir um recurso positivo e operacionalizável. Os "mega-incêndios são extraordinários pela sua dimensão, mas são definidos mais precisamente pelo facto de colapsarem a capacidade dos sistemas de supressão e provocarem elevados impactos sociais, económicos e ambientais, profundos e duradouros.¹⁰⁸"

Concretamente o incêndio que percorreu o concelho de Penacova adveio da ignição ocorrida em Vilarinho-Lousã, segundo a Comissão Técnica Independente "com origem na rede de transporte de energia.¹⁰⁹" Tratou-se do "maior de que há registo em território nacional.¹¹⁰ E atingiu velocidades muito expressivas, entre 6km e 8,8km, que "terão certamente sido facilitadas pelas abundantes projeções resultantes da predominância do eucalipto no trajeto do fogo.¹¹¹"

Foi [está a ser] necessário o apoio de todos, a fim de que, desde o cidadão ao Estado, todos possam contribuir para minimizar e superar prejuízos tão elevados, optando preferencialmente pelos mais fragilizados, que acabam por ser, normalmente e também nestas alturas, os mais afetados.

¹⁰⁷ Comissão Técnica Independente, Guerreiro J., Fonseca C., Salgueiro A., Fernandes P., Lopez Iglésias E., de Neufville R., Mateus F., Castellnou Ribau M., Sande Silva J., Moura J. M., Castro Rego F. e Caldeira D. N. – [Coords.], *Avaliação dos incêndios ocorridos entre 14 e 16 de outubro de 2017 em Portugal Continental. Relatório Final. Comissão Técnica Independente, Assembleia da República*. Lisboa, 2018, p. 60.

¹⁰⁸ *Ibid.*, pp. 117-118.

¹⁰⁹ *Ibid.*, p. 67.

¹¹⁰ *Ibid.*

¹¹¹ *Ibid.*

10.2. Respostas urgentes

10.2.1. INTERVENÇÃO SOCIAL NO ÂMBITO DO INCÊNDIO DE 15 DE OUTUBRO DE 2017

A equipa da Ação Social e de Psicologia da Câmara Municipal, com o apoio de elementos da equipa da Educação e em articulação com a Segurança Social e com a Rede Local de Intervenção Social, nomeadamente a Santa Casa de Penacova, o Centro de Bem Estar de Lorvão, o Grupo de Miro e Fundação Mário da Cunha Brito intervieram desde o primeiro momento da catástrofe diagnosticada, no apoio a dar à população. No dia 15 e 16 foi prestado apoio a 104 munícipes que foram alojados no Pavilhão Municipal e na Fundação Mário da Cunha Brito.

A partir do dia 16 e até final de dezembro as equipas da Ação Social e da Psicologia trabalharam com a equipa de obras municipal assim como com outras entidades, nomeadamente Segurança Social, Centro de Saúde, Equipa de Saúde Mental do CHUC e Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Foi delineado por estas equipas, com a coordenação do executivo camarário, o Plano de Intervenção na fase aguda da crise, que consistiu:

Na evacuação da população atingida no Pavilhão Municipal

Na recolha de dados na zona afetada respeitantes a PESSOAS, BENS E ANIMAIS, com a criação da ficha de registo-emergência, com objetivo de levantamento/articulação de dados e de definição de estratégias de intervenção nas diversas áreas. A resposta às necessidades foi sendo dada 'caso a caso', sublinhado a necessidade de uma visão multidisciplinar/multissetorial.

Na preparação do local de recolha e organização de bens de primeira necessidade

Na distribuição de bens de primeira necessidade à população vítima dos incêndios

Na planificação da intervenção em rede no curto/médio prazo

Na constituição da Equipa Local de Saúde, composta por elementos dos cuidados de saúde primários e da saúde mental, a funcionar no Centro de Saúde de Penacova, dentro do horário de serviço em horário de acordo com as necessidades da população. A Câmara Municipal e o Centro de Saúde assumiram a coordenação local, enquanto que a equipa de Psiquiatria e Saúde Mental do CHUC ficou responsável pela definição/supervisão nesta área. Além do apoio à comunidade em geral, foi sinalizada a necessidade de auxílio às crianças [via pedopsiquiatria] e o cuidado dos cuidadores continuamente exposta a circunstâncias de trauma.

Posteriormente e ao fim de duas semanas de trabalho intenso no terreno passou-se ao Plano de Diagnóstico da situação/ Avaliação/ Intervenção.

Da intervenção realizada e no que se refere ao apoio de primeira linha do serviço de ação social, destaca-se a realização de cerca de 222 visitas domiciliárias, o apoio financeiro, a atribuição de bens de primeira necessidade, o apoio e encaminhamento para outro tipo de serviços e respostas específicas.

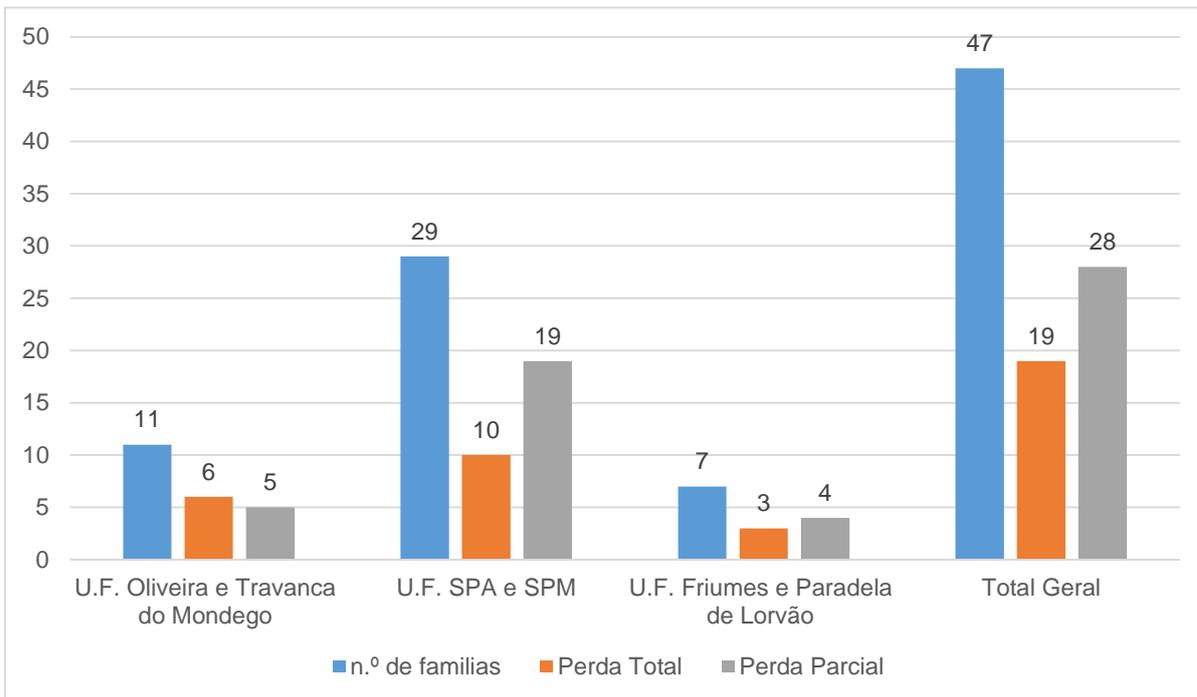


Gráfico 4 - Nº de famílias com perda total ou parcial de 1ª habitação por Freguesia/União de Freguesia

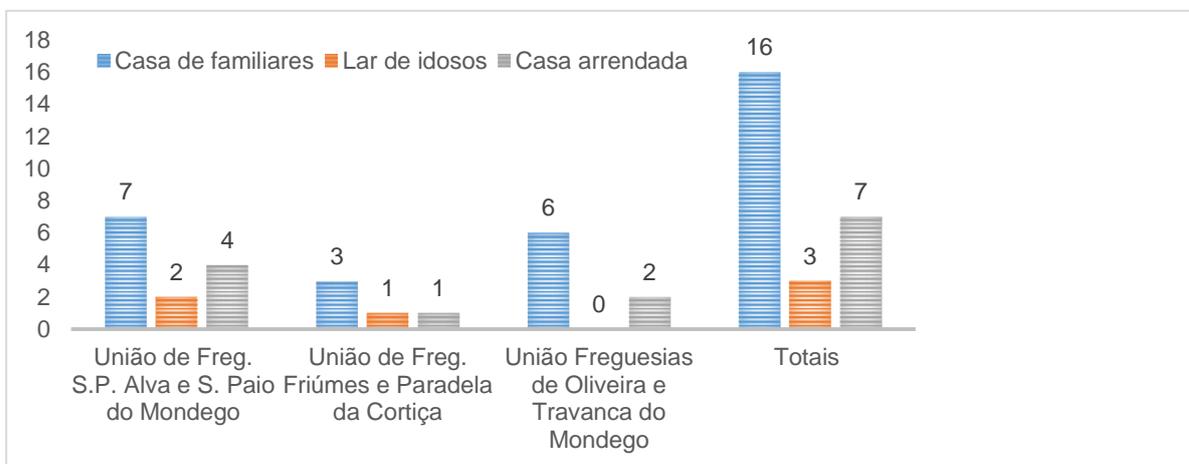


Gráfico 5 - Realojamento de famílias/tipo e realojamento

Outro tipo de Intervenção social efetuada	União de Freg. S.P.A e S. Paio do Mondego	União de Freg. Friúmes e Paradela da Cortiça	União de Freg. De Oliveira e Travanca do Mondego	Totais
Apoio Psicossocial	70	13	28	111
Encaminhamento para cuidados de saúde	5	2	0	7
Encaminhamento para apoio psicológico	8	2	0	10
Apoio às vítimas através da segurança social	14	3	6	23
Bens de 1ª necessidade	65	7	29	101
Encaminhamento para Gabinete do Ministério da Agricultura	54	8	15	77

Tabela 29 - Outro tipo de intervenção social efetuada

Durante o mês de janeiro/2018 e, no âmbito da iniciativa Espaço Cidadão Móvel, uma das carrinhas dotadas de serviços públicos, incluindo o apoio às populações afetadas pelos incêndios, percorreu durante 3 dias as localidades do concelho de Penacova afetadas pelo incêndio. Nesta iniciativa integraram funcionários dos serviços públicos: Instituto da Segurança Social, I.P. - Centro Distrital de Coimbra (Unidade de Desenvolvimento Social e Unidade de Prestações e Contribuições), INATEL, AMA – Espaço Móvel, CCDR e do IRN. Houve ainda articulação com a Câmara Municipal de Penacova, com a União de Freguesias de Friúmes e Paradela, com a União de Freguesias de S. Pedro de Alva e S. Paio do Mondego, com a União de Freguesias de Oliveira e Travanca do Mondego, com o Centro de Saúde de Penacova, entre outros, por forma a divulgar a iniciativa e a promover a sua intervenção.

10.3. Respostas estruturantes, do domínio da prevenção

O Gabinete Técnico Florestal do Município de Penacova foi criado em maio de 2005, ao abrigo de um protocolo celebrado entre a extinta Agência para a Prevenção de Incêndios Florestais (APIF) e o Município de Penacova.

Este Gabinete conta com um técnico florestal e tem como principal objetivo centralizar as atribuições da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (CMDFCI), ao nível Municipal/Intermunicipal, traduzidas em ações de defesa da floresta contra incêndios (DFCI).

Os seus objetivos resumem-se no seguinte elenco: Elaboração do Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndios; Apoio à Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios; Articular a atuação dos organismos com competências em matérias de incêndios florestais; Propor projetos de investimento na área da DFCI; Promover a sensibilização dos munícipes de acordo com o estabelecido no Plano Nacional de Prevenção e Proteção da Floresta Contra Incêndios Florestais; Promover a criação de grupos de autodefesa dos aglomerados populacionais adjacentes a áreas florestais e municiá-los de meios de intervenção, garantindo formação e

segurança; Elaborar cartografia de infraestruturas florestais e de zonas de risco de incêndio; Sinalizar as infraestruturas florestais; colaborar na divulgação do risco diário de incêndio; Aprovar planos de fogo controlado apresentados por entidades competentes; Apoiar tecnicamente, em situações de catástrofe ou calamidade, o Centro Municipal de Operações de Emergência e Proteção Civil.

A seguinte listagem elenca concretamente alguns dos serviços prestados por este gabinete: Atualização do Sistema de Informação Geográfica [SIG] florestal para o Concelho. Atualização do Inventário dos Meios de Defesa da Floresta Contra Incêndios. Formação a Brigadas de Vigilância Contra Incêndios; Aconselhamento Técnico em ações de arborização, exploração e outras [silvicultura]; Esclarecimento sobre legislação em vigor; Esclarecimento sobre apoios comunitários e nacionais ao investimento na floresta; Avaliação de pedidos de autorização de mobilização de terreno; Avaliação de pedidos de autorização para realização de queimadas e fogo controlado.

Datado de 16 abril de 2014, o Município tem aprovado um 'Plano Municipal de Defesa da Floresta contra incêndios do concelho de Penacova', com um primeiro caderno dedicado à informação de base diagnosticada e um segundo dedicado ao plano de ação propriamente dito.

Nomeadamente na esteira das ações de sensibilização do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, a Câmara Municipal de Penacova tem assumido empenhadamente a divulgação e a operacionalização de diversas medidas formativas e preventivas de incêndios.

Um pouco por todo o concelho de Penacova existiram as necessárias e obrigatórias ações de limpeza de terrenos, por parte de proprietários particulares. De igual, algumas associações vocacionadas para esse mesmo fim foram estruturando e incremento a sua intervenção, um pouco por todo o espaço. Da mesma forma, as Juntas de Freguesia foram dando prioritária atenção a este facto, quer com a gestão de faixas de segurança, quer com a ampliação de caminhos vicinais. Este é, ainda assim, um trabalho sempre 'por fazer', pelo que importa, não apenas manter a intenção, como também intensificar 'clássicas' e novas formas de prevenção, nomeadamente incorporando o melhor do conhecimento científico sobre o tema.

10.4. Partindo do Relatório da Comissão Técnica Independente

A tipologia de incêndios como aquele que avançou pelo território de Penacova em outubro de 2017 "é relacionável com as alterações climáticas, sendo de esperar a sua repetição num futuro próximo.¹¹²"

¹¹² Comissão Técnica Independente, Guerreiro J., Fonseca C., Salgueiro A., Fernandes P., Lopez Iglésias E., de Neufville R., Mateus F., Castellnou Ribau M., Sande Silva J., Moura J. M., Castro Rego F. e Caldeira D. N. – [Coords.], *Avaliação dos incêndios ocorridos entre 14 e 16 de outubro de 2017 em Portugal Continental. Relatório Final. Comissão Técnica Independente, Assembleia da República*. Lisboa, 2018, p. 232.

Requer-se, assim, a necessária e proporcional “capacidade de monitorizar e prever estes episódios rápidos e catastróficos, através da implantação de capacidades de acompanhamento e monitorização.¹¹³” No entanto, há que traduzir esse conhecimento em “possibilidades de autoproteção ou evacuação da população,¹¹⁴ com “recomendações concretas e específicas e definição clara das ações a tomar pela população¹¹⁵” e “informação atempada e antecipada da previsão de risco.¹¹⁶”

Dado o papel absolutamente central dos corpos de bombeiros na amplitude da proteção civil, além do estrito combate a incêndios, “torna-se inadiável desenvolver um trabalho de rigorosa identificação do [seu] estado atual [...] e delinear uma estratégia de robustecimento.¹¹⁷”

Na difusão e acolhimento de alertas, a Comissão Técnica Independente recomenda que para o grande público sejam usados diferentes meios, considerando inadiável que se retire a carga de hermenêutica subjetiva na definição dos diferentes estádios das circunstâncias. Agilizar e precisar a comunicação parece ser a nota alavancadora de uma boa intervenção social nesta área.

No que toca à gestão de combustível, a comissão aponta a construção de faixas de gestão, mas anota como opção mais eficiente a construção de mosaicos que tornem a paisagem mais heterogénea, alternando produção agrícola e produção florestal. Um aturado trabalho de sensibilização individual de proprietários, de colaboração em dinâmicas associativas, de atração de investimento e de voluntariado pode acontecer a partir desta sinalização. Denuncia a Comissão que “os apoios públicos à floresta [...] revelam um forte desajuste do tipo de medidas que foram priorizadas [...] com as áreas de pequena e média propriedade¹¹⁸”, que são as mais relevantes no concelho de Penacova. Pressionar a tutela central e, ao mesmo tempo, congregiar esforços corporativos locais para responder às lacunas sistémicas é um desafio que se coloca à intervenção social, no sentido “do apoio às ações na vertente da prevenção estrutural¹¹⁹” e do “impulso muito mais decidido do reordenamento e gestão ativa desses territórios.¹²⁰”

¹¹³ *Ibid.*

¹¹⁴ *Ibid.*

¹¹⁵ *Ibid.*

¹¹⁶ *Ibid.*

¹¹⁷ Comissão Técnica Independente, Guerreiro J., Fonseca C., Salgueiro A., Fernandes P., Lopez Iglésias E., de Neufville R., Mateus F., Castellnou Ribau M., Sande Silva J., Moura J. M., Castro Rego F. e Caldeira D. N. – [Coords.], *Avaliação dos incêndios ocorridos entre 14 e 16 de outubro de 2017 em Portugal Continental. Relatório Final. Comissão Técnica Independente, Assembleia da República.* Lisboa, 2018, p. 234.

¹¹⁸ *Ibid.*, p, 240.

¹¹⁹ *Ibid.*, p. 242.

¹²⁰ *Ibid.*

Como urgências, a Comissão Técnica Independente destaca:

- Que se incentive a “gestão florestal, através do modelo ZIF ou de outras modalidades de associativismo florestal.”
- Que se promova um “impulso muito mais determinado das fórmulas de gestão comum das terras florestais.”
- Que se priorizem “iniciativas de promoção da gestão ativa e produtiva das terras.”
- Que se considere como “crucial minimizar os tempos de deteção e de primeira intervenção.¹²¹”
- Que se cuide da pastorícia como uma boa forma de gestão do território, renovando as pastagens.¹²²

Em todos estes aspetos a concertação do associativismo local pode e deve ter um papel determinante. Na mesma linha, a Comissão reclama que os apoios financeiros sejam aplicados [somente o eucalipto cresceu] na diversificação de espécies e privilegiem espaços agroflorestais, ao invés de estritamente florestais.

Numa linha mais estruturante e de longo prazo, a mesma Comissão recomenda uma aposta na produção e incorporação de conhecimento científico, “não só do conhecimento acumulado por experiências pessoais.¹²³” Neste sentido, poderiam ser desafiadas a uma realocação diversas unidades de investigação académica ou criados laboratórios colaborativos, convocando as instituições próximas de ensino superior e estruturando localmente diversos níveis de formação. T tamanha medida poderia contribuir para concretizar o objetivo de “definição de novas estratégias e de novas políticas, para além da identificação de novos protagonistas para darem conteúdo às funções que esses territórios [do interior] podem e devem desempenhar.¹²⁴” Precisamos, portanto, de operacionalizar um esforço analítico empírico e científico, de carácter preventivo, aumentando a [eventualmente] necessária capacidade emergencial e incrementando medidas estruturais, de alteração concreta e de mutação dos paradigmas ‘culturais’.

¹²¹ *Ibid.*, p. 106.

¹²² Cfr., *Ibid.*, p. 117.

¹²³ *Ibid.*, p. 244.

¹²⁴ Comissão Técnica Independente, Guerreiro J., Fonseca C., Salgueiro A., Fernandes P., Lopez Iglésias E., de Neufville R., Mateus F., Castellnou Ribau M., Sande Silva J., Moura J. M., Castro Rego F. e Caldeira D. N. – [Coords.], *Avaliação dos incêndios ocorridos entre 14 e 16 de outubro de 2017 em Portugal Continental. Relatório Final. Comissão Técnica Independente*, Assembleia da República. Lisboa, 2018, pp. 244-245.

Parte III

Entidades e Respostas Sociais

‘Entidades e respostas sociais’ constitui o terceiro capítulo deste documento. Depois de uma leitura preambular de cada uma das dez áreas identificadas como alicerce e foco de um plano estratégico de desenvolvimento social, gizado a médio prazo, elencamos neste apartado o elenco das entidades que se configuram como agentes sociais protagonistas no terreno concreto do concelho de Penacova e capacitados para lhe responder em conformidade.

Em cada um dos pontos do anterior capítulo, sinalizámos a remissão para a resposta consequente e concreta. Neste espaço, teremos oportunidade encontrar a escalpelização dessa resposta e de consciencializar uma visão de conjunto das diversas instituições, dos setores público ao privado, que favorecerá, posteriormente, o tracejamento global da panorâmica social do concelho.

A ‘divisão por entidades’ constitui somente uma opção metodológica, que visa distinguir sem separar. É fundamental que se lance um olhar sistémico e transversal, ao invés de fragmentado[r] e estanque, que se constitua como alavancagem de sinergias, que redundarão em êxito, eficiência, profundidade e amplitude de tudo o que resultar em projeto social orgânico do concelho de Penacova.

1. Câmara Municipal de Penacova

1.1. Serviço de Ação Social da Câmara Municipal de Penacova

O **Serviço de Ação Social da Câmara Municipal** desenvolve diversas atividades e implementa determinados programas, na sua maioria em parceria com as entidades locais, para responder, reparar e prevenir situações de carência e de desigualdade socioeconómica, exclusão e/ou vulnerabilidades sociais.

Compete ao serviço de ação social, numa perspetiva de trabalho em rede, promover a integração das pessoas e apoiar no desenvolvimento das suas capacidades e dos seus projetos de vida, disponibilizando informação e mobilizando os recursos necessários e adequados à sua situação.

Na sua vertente preventiva, o serviço de ação social, em parceria com outros serviços municipais e demais entidades, promove políticas ativas de intervenção em diversas frentes de ação, nomeadamente:

- Acompanhamento psicossocial e psicológico efetuado por uma equipa constituída por Assistentes Sociais, Psicólogas e Gerontóloga;
- Prestação de apoio económico a situações de risco social, utilizando as ferramentas do Fundo de Emergência Social;
- Promoção da melhoria das condições de habitabilidade dos munícipes que apresentam maiores dificuldades económicas;

Desenvolvimento do Programa Teleassistência, destinado a idosos e pessoas dependentes e que vivem em situação de isolamento;

- Prestação de Apoio à Natalidade e Adoção, como forma de incentivo à natalidade e à melhoria das condições de vida dos jovens casais;

- Realização de atividades recreativas e lúdicas destinadas à população sénior e que se encontra em situação de maior isolamento;

- Organização de ações de sensibilização e de formação destinadas a diversos públicos-alvo, com o objetivo de desenvolver competências e melhorar as respostas aos munícipes.

A intervenção junto da população no concelho de Penacova é efetuada em rede e com as demais Instituições de Solidariedade Social e as Associações de Desenvolvimento que estão ligadas à intervenção social, que integram a comunidade e que, em conjunto, têm a responsabilidade de promover a melhoria de condições de vida das pessoas em situação de maior vulnerabilidade económica e social e, conseqüentemente, contribuir para o desenvolvimento global do concelho.

Ano	N.º de atendimentos
2016	329
2017	434
2018	235

Tabela 30 - Número de atendimentos do Serviço de Ação Social da Câmara Municipal de Penacova (2016-2018)

A acompanhamento social utiliza uma metodologia de trabalho fundamental, que está relacionada com a realização de **visitas domiciliárias**, que tem como objetivo conhecer e verificar *in loco* as condições de vida das pessoas, assim como fazer o levantamento dos recursos familiares e institucionais que existem na comunidade em que as pessoas se inserem. A visita domiciliária, aliada ao atendimento, constitui também uma estratégia de intervenção, fundamental para a construção de programas de inserção e de projetos de vida individuais e familiares.

Ano	N.º de visitas domiciliárias
2016	216
2017	194*
2018	181

Tabela 31 - Número de visitas domiciliárias do Serviço de Ação Social da Câmara Municipal de Penacova (2016-2018)

(*) Não estão contabilizadas as VD's dos incêndios. Serão objeto de detalhe noutra espaço.

De modo a dar uma resposta atempada às necessidades de cada munícipe, o serviço de ação social tem ao dispor:

1.1.1.Cantinho Solidário: é um espaço situado nas instalações da Câmara Municipal – Serviço de Ação Social, que tem ao dispor bens e equipamentos diversificados destinados à população que revela vulnerabilidade económica e social identificada pelos diversos Serviços Locais de Ação Social.

Pretende-se com o Cantinho Solidário colmatar e/ou atenuar as necessidades imediatas de indivíduos e/ou famílias carenciadas através da atribuição de bens, contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos munícipes em situação de maior vulnerabilidade e potenciar o envolvimento da sociedade civil, empresas, instituições e de toda a comunidade na recolha dos bens.

O Cantinho Solidário dispõe de bens ou produtos doados por particulares, empresas ou IPSS's, que se encontram em boas condições de higiene e/ou utilização, com a finalidade de serem reutilizados, designadamente: têxteis; vestuário; acessórios; calçado; brinquedos; equipamentos de apoio a recém-nascidos; mobiliários, entre outros.

No âmbito do acompanhamento de situações de indivíduos/ famílias em situação de carência extrema e devidamente fundamentadas, o município atribui bens alimentares de primeira necessidade.

Podem recorrer ao Cantinho Solidário pessoas ou famílias em situação de vulnerabilidade social e/ou com carência económica ou com necessidades de apoio de bens específicos.

O Município de Penacova celebrou um protocolo com a empresa H. Sarah Trading, Operador de Gestão de Resíduos Têxteis, responsável pela colocação e gestão de contentores de recolha de têxteis e calçado no concelho de Penacova que, no âmbito do referido protocolo estabeleceu uma parceria com o serviço de ação social, através da qual presta apoio de bens sempre que solicitado, tais como mobiliário, eletrodomésticos, roupa de cama, vestuário, calçado, entre outros bens.

Existem parcerias também com as IPSS locais e Cruz Vermelha Portuguesa – Pólo de Laborins, que atribuem bens alimentares a famílias em situação de extrema carência e sinalizadas pelo serviço de ação social municipal e outras entidades concelhias.

O Cantinho Solidário localiza-se no Edifício das Piscinas Municipais e Biblioteca Municipal, de 2ª a 6ª das 09H00 às 17H00 239 470 318.

Há também a referir o apoio concedido através do Cantinho Solidário da Câmara Municipal, medida de apoio através da qual são distribuídos bens, tais como roupas de cama, vestuário, calçado, brinquedos e bens alimentares:

Ano	N.º de munícipes que recorreram ao Cantinho Solidário
2016	60
2017	117
2018	59

Tabela 32 -Número de munícipes que recorreram ao Cantinho Solidário da Câmara Municipal de Penacova (2016-2018)

1.1.2. Fundo de Emergência Social (FES): esta medida de apoio social tem em vista os estratos sociais mais desfavorecidos da população que se encontram em situação de grave carência económica, face à conjuntura social, económica e financeira do país e tem como objetivo primordial a prossecução dos interesses próprios e comuns dos munícipes em causa, direcionando a intervenção para a promoção e melhoria das suas condições de vida.

O apoio atribuído pelo FES teve por base um estudo criterioso das situações mais graves de carência económica, no sentido de reparar e de prevenir o agravamento daquelas que apresentavam um maior risco social.

Para a atribuição das prestações previstas foi necessário comprovar a inexistência ou insuficiência de outros recursos, nomeadamente da segurança social, para além de ter sido elaborado um diagnóstico técnico com informação partilhada em rede com os restantes serviços de ação social do concelho e juntas de freguesia.

Ano	N.º de famílias/munícipes apoiados pelo FES
2016	34 Famílias /90 munícipes
2017	30 Famílias / 58 munícipes
2018	34 Famílias / 78 indivíduos

Tabela 33 - Número de famílias apoiadas pelo FES (2016-2019)

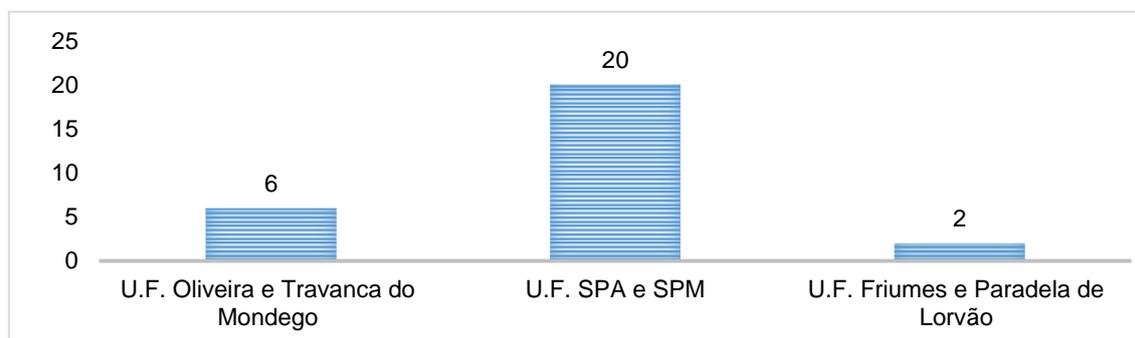


Gráfico 6 - Nº de famílias apoiadas pelo FES (por freguesia e/ou união de freguesia)

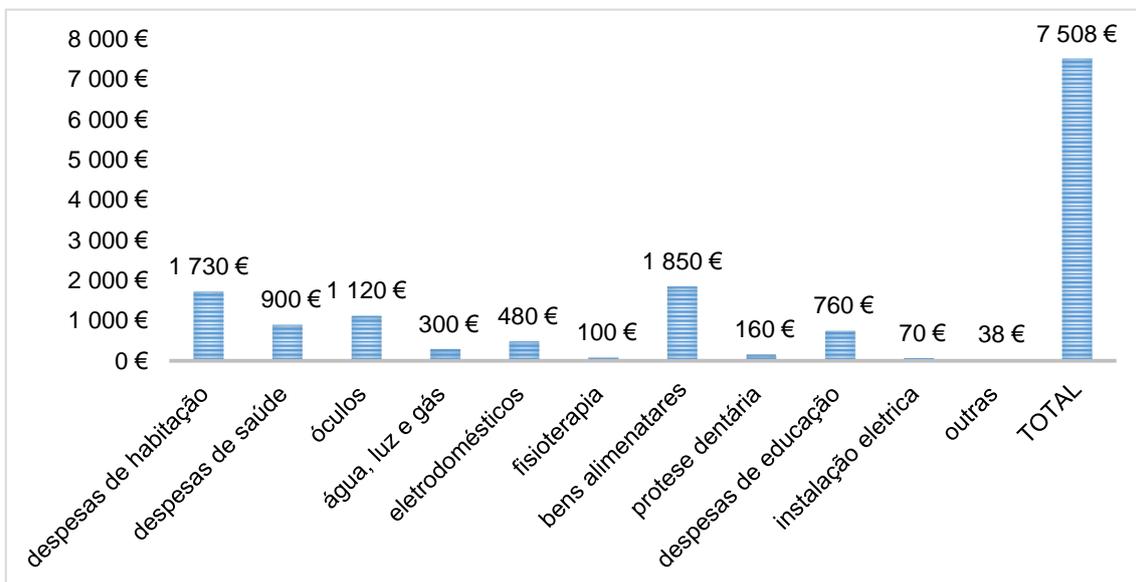


Gráfico 7 - Verba atribuída por tipo de apoio do Fundo de Emergência Social

1. 2. Apoio à Natalidade e Adoção

A medida de **Apoio à Natalidade e Adoção** entrou em vigor no início do ano de 2014 e tem como objetivo promover a melhoria das condições de vida dos casais e pais de crianças até aos três anos de idade, de forma a incentivar o nascimento de mais crianças, com a intenção de inverter a tendência dos últimos anos da baixa natalidade e do envelhecimento acentuado da população, fatores que influenciam negativamente o desenvolvimento económico do território. Esta medida de apoio tem também como objetivo fomentar a economia do concelho, uma vez que os bens destinados às crianças têm que ser adquiridos no comércio local.

O Apoio à Natalidade e Adoção efetua-se através da atribuição de um subsídio mensal, a pagar a partir do mês do nascimento da criança, ou do decretamento de adoção, e a terminar no mês em que a criança complete 36 meses de idade. Concretiza-se sob a forma de reembolso de despesas efetuadas na área do Município de Penacova, com a aquisição de bens e/ou serviços considerados indispensáveis ao desenvolvimento harmonioso da criança.

O valor do apoio à natalidade corresponde ao reembolso de despesas, fixado de acordo com a idade da criança, nos termos seguintes:

- a) Dos zero (0) aos doze (12) meses – até cem euros (100,00€) mensais;
- b) Dos treze (13) aos vinte e quatro (24) meses – até setenta e cinco euros (75,00€) mensais;
- c) Dos vinte e cinco (25) aos trinta e seis (36) meses – até cinquenta euros (50,00€) mensais.

O valor do apoio à natalidade é majorado em 10% a partir do nascimento do segundo filho.

No ano de 2016 foram aprovadas 48 candidaturas, no ano de 2017 foram aprovadas 53 candidaturas e no ano de 2018 foram aprovadas 50 candidaturas. Nestes três anos foram indeferidas 9 candidaturas, foi arquivada 1, tendo havido 2 desistências por parte dos requerentes. Desde 2016 até ao final do ano de 2018 foram abrangidas 151 crianças.

Candidaturas do Apoio à Natalidade e Adoção (2016 a 2018)									
Nº de candidaturas deferidas			Nº de candidaturas indeferidas			Nº de candidaturas arquivadas/desistência			Total crianças abrangida 2016, 2017 e 2018
2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018	
48	53	50	1	4	4	1	1	1	151

Tabela 34 - Candidaturas do Apoio à Natalidade e Adoção (2016-2018)

No que se refere ao local de residência das famílias e crianças, fixando-nos no ano de 2018, verifica-se que é na Freguesia de Lorvão que vive o maior número de famílias/crianças abrangidas pelo programa (12), seguida da União das Freguesias de São Pedro de Alva e São Paio de Mondego (11) e Penacova (10). A freguesia de Figueira de Lorvão surge em quarto lugar com 8 famílias/crianças abrangidas. Em quinto lugar, a União das Freguesias de Oliveira do Mondego e Travanca do Mondego com 4 famílias/crianças abrangidas. De seguida, em sexto lugar, aparece a freguesia de Carvalho com 2 famílias/crianças abrangidas. Por último, a União das Freguesias de Friúmes e Paradela com 1 família/criança abrangida.

Nº de candidaturas do Apoio à Natalidade e Adoção por freguesia									
FREGUESIAS	2016			2017			2018		
	Deferidas	Indeferidas	arquivadas /desistências	Deferidas	Indeferidas	arquivadas /desistências	Deferidas	Indeferidas	arquivadas /desistências
Carvalho	2	0	0	1	0	1	2	0	0
Figueira de Lorvão	10	0	1	10	0	0	8	2	1
Lorvão	15	1	0	11	1	0	12	2	0
Penacova	10	0	0	15	2	0	10	0	0
Sazes do Lorvão	2	0	0	3	1	0	2	0	0
UF Friúmes e Paradela	1	0	0	3	0	0	1	0	0
UF Oliveira do Mondego e Travanca do Mondego	2	0	0	3	0	0	4	0	0
UF São Pedro de Alva e São Paio de Mondego	6	0	0	7	0	0	11	0	0
TOTAL	48	1	1	53	4	1	50	4	1

Tabela 35 - Candidaturas deferidas/indeferidas e arquivadas e/ou desistências (2016-2018)

Mensalmente é efetuada a análise criteriosa dos documentos de despesas, apresentados pelos requerentes. Tendo por base o ano de 2018, podemos concluir que é na alimentação das crianças que é feito o maior investimento das famílias, seguindo-se os bens relacionados com a higiene e puericultura, em terceiro lugar o vestuário e calçado, em quarto lugar o pagamento de creche, em quinto lugar a medicação, em sexto lugar o mobiliário, em sétimo lugar o equipamento e por último surge, com um valor pouco expressivo, o investimento em consultas e exames.

Apoyo à Natalidade e Adoção - artigos participados, por setores, em ordem decrescente		
2016	2017	2018
1º Alimentação	1º Alimentação	1º Alimentação
2º Higiene e puericultura	2º Higiene e puericultura	2º Higiene e puericultura
3º Vestuário e calçado	3º Vestuário e calçado	3º Vestuário e calçado
4º Medicação	4º Creche	4º Creche
5º Creche	5º Medicação	5º Medicação
6º Consultas/Exames	6º Consultas/Exames	6º Mobiliário
7º Equipamento	7º Equipamento	7º Equipamento
8º Mobiliário	8º Mobiliário	8º Consultas/exames

Tabela 36 - Apoio à Natalidade e Adoção - artigos participados por setores (em ordem decrescente)

1.3. Programa de Teleassistência

O Município de Penacova tem ao dispor o **Programa de Teleassistência** que tem como objetivo providenciar o serviço de assistência via telefone a pessoas idosas, dependentes, doentes ou com deficiência, em situação de isolamento social, independentemente da sua situação económica. No âmbito do desenvolvimento do projeto foi definido um período experimental, de abril a junho de 2012, em que participaram 10 munícipes do concelho de Penacova. A triagem e identificação dos possíveis participantes no projeto piloto, na área do concelho de Penacova, foram efetuadas junto das IPSS's, das famílias acompanhadas pelos serviços de Ação Social do Município e pelo Programa Conforto Habitacional para Idosos, a decorrer em simultâneo no concelho. Os equipamentos foram colocados no mês de abril às 10 pessoas previamente identificadas.

Apesar do Programa prever que, no final do período experimental de 3 meses, os aparelhos seriam retirados, tal não se verificou tendo ficado definido, em reunião realizada no âmbito da equipa de acompanhamento e na presença de representantes dos diversos municípios, que os equipamentos se manteriam com os utentes até que fossem definidas as metodologias a implementar no futuro. Após a definição dos procedimentos necessários para a implementação definitiva do programa nos concelhos aderentes, foi elaborado um protocolo entre a CIM-BM e os dez municípios que a integram, tendo o mesmo sido aprovado em Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Penacova realizada no dia 8 de outubro de 2012. O Executivo Municipal deliberou que, tendo em consideração a época de crise que o País atravessa e dada a importância de um apoio deste género, que se pretende dê resposta aos munícipes que se encontram em situação de maior isolamento e com fragilidades económicas.

O equipamento de teleassistência é um tipo de apoio prestado através de um acompanhamento telefónico/móvel, pensado para melhorar a qualidade de vida, saúde, segurança e autoestima das pessoas que se encontram em situação de isolamento/solidão.

Presta um serviço de 24/24H de assessoria médica telefónica e garante uma intervenção imediata em situações de emergência, nas quais é acionado o envio de ambulância ou de equipa de saúde, assim que o utente pressiona o botão indicado para o efeito. O acesso permanente aos profissionais de saúde e de apoio social é efetuado através de um equipamento de comunicação - telefone de alerta - simples de usar pelos utentes e suportado por rede móvel ou fixa de telefone.

Este equipamento destina-se a todos os munícipes com idade igual ou superior a 65 anos, com baixos rendimentos, que vivam sós, sem apoio de retaguarda e que sejam detentores de telefone móvel ou fixo. As candidaturas poderão ser apresentadas pelos próprios munícipes ou, em alternativa, pelos seus familiares.

Ano	Número de equipamentos ativos
2016	22
2017	20
2018	26

Tabela 37 - Número de equipamentos ativos no serviço de teleassistência (2016-2018)

Ano	Número de instalações
2016	7
2017	8
2018	7

Tabela 38 - Número de instalações no serviço de teleassistência (2016-2018)

Ano	Número de assistências técnicas
2016	8
2017	11
2018	6

Tabela 39 - Número de assistências técnicas no serviço de teleassistência (2016-2018)

A par do trabalho desenvolvido no âmbito do acompanhamento das situações diagnosticadas e tratadas em rede pela equipa técnica do Concelho, foram organizadas e realizadas **atividades lúdicas, recreativas e formativas** e **formação para técnicas** numa parceria constituída pela autarquia, IPSS'S, Juntas e Uniões de Freguesias.

No Plano de Ação aprovado no início do ano ficaram inscritas diversificadas ações destinadas maioritariamente à população sénior e mais vulnerável.

Toda a divulgação e preparação/organização das atividades é efetuada pela Divisão de Ação Social, havendo, ano após ano um cada vez maior envolvimento das outras entidades parceiras da Rede Social, nomeadamente das Instituições Particulares de Solidariedade Social, que colaboram na organização e assumem a realização de algumas atividades, efetuando um investimento financeiro substancial e de reconhecido valor.

1.4. Resposta Social do Município no contexto da Habitação Social

A Câmara Municipal presta apoio habitacional através do acompanhamento processual e desenvolvimento de programas de apoio, nomeadamente:

- Levantamento das situações de carência habitacional no concelho;
- Realização de propostas de realojamento de famílias em situação emergência social;
- Regime de renda apoiada em Habitação Municipal;
- Apoio e acompanhamento psicossocial de famílias residentes nas habitações de arrendamento social da Câmara;
- Apoio na aquisição de equipamento doméstico para a habitação em situações de comprovada carência económica;
- Integração, acompanhamento e apoio financeiro de munícipes que apresentam candidaturas ao Fundo Social de Apoio à Habitação (FSAH).

Habitação municipal:

Apoio e acompanhamento psicossocial a 12 famílias residentes nas habitações de arrendamento social da Câmara

Ano	N.º de famílias			
	Bloco Habitacional	Moradia Chainho	Moradia Oliveira do Mondego	Moradia Espinheira
2016	9	1	1	1
2017	9	1	1	1
2018	9	1	1	1

Tabela 40 - Habitação Municipal: Famílias apoiadas (2016-2018)

Atualmente a Tipologia de famílias em habitação social são as seguintes:

TIPOLOGIA DE FAMÍLIAS	N.º
Isolado feminino (>=65 anos)	3
Isolado masculino	2
Monoparental feminina	3
Nuclear sem filhos	3
Nuclear com filhos	1

Tabela 41 - Tipologia de famílias em habitação social

Em 2017 foi realizado um levantamento de carências de obras de melhoramento ou de resolução de problemas apontados no edifício de habitação social municipal, foi efetuado parecer para justificação da necessidade de realização de obras de melhoramentos para juntar ao orçamento apresentado e a apresentação de proposta para reorganização dos processos de contratos de arrendamento, para cumprimento da legislação que entrou em vigor no início de abril de 2015.

1.4.1. FUNDO SOCIAL DE APOIO À HABITAÇÃO (FSAH)

Os apoios concedidos através do FSAH destinam-se à comparticipação de obras necessárias para garantir as condições mínimas de conforto, segurança e salubridade, nas habitações de famílias carenciadas residentes no concelho de Penacova.

A última alteração ao Regulamento Interno do Fundo Social de Apoio Habitação da Câmara Municipal de Penacova foi aprovada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 05/12/2014 e pela Assembleia Municipal, em reunião ordinária de 20/12/2014 e entrou em vigor a 1 de janeiro de 2015.

Prevê a apresentação de candidatura em formulário próprio junto do Serviço de Ação Social, seguida de um estudo socioeconómico prévio, da verificação das condições existentes e análise ao orçamento apresentado relativo às obras necessárias.

O montante a atribuir depende do escalão de rendimentos do agregado familiar, previstos numa fórmula em anexo no regulamento, sendo atribuídos pela Câmara Municipal, mediante despacho superior.

Ano	n.º de candidaturas
2016	6
2017	7
2018	2

Tabela 42 - N.º de candidaturas do FSAH (2016-2018)

1.5. Transporte Escolar da responsabilidade e/ou apoiado pela Câmara Municipal

1.5.1. TRANSPORTE ESCOLAR

Para preencher as graves lacunas existentes com o transporte da população e, especialmente, da população estudantil, a Câmara Municipal tem vindo a aumentar substancialmente os transportes escolares, quer através da utilização das suas viaturas que circulam pelo concelho, quer por via da contratação de serviços a entidades privadas e IPSS do concelho para a realização de circuitos especiais. A abrangência dos transportes efetuados pelas viaturas da Autarquia é ampla e atua em zonas que estão mais 'a descoberto'. Seguramente será necessário melhorar o transporte escolar ao nível do tempo de duração do respetivo transporte particularmente na Freguesia de Carvalho e na União das Freguesias de São Paio e São Pedro D'Alva.

No ano letivo 2018/2019 existem cinco viaturas e respetivos motoristas afetos ao Município de Penacova a realizar transportes escolares assim como, transportes realizados pela transportadora Transdev e outros circuitos especiais contratados especificamente para os circuitos necessários para dar resposta às necessidades.

Circuitos do ano letivo: 2018/2019

• **Aluguer**

	Circuito nº1	Circuito nº 2	Circuito nº 3	Circuito nº 4	Circuito nº 5
Localidades	Friúmes – Carregal – Zagalho - Vale Maior - Vale do Conde – Miro - Vila Nova - Penacova	Cortiça – Paradela da Cortiça – Hombres – São Pedro de Alva	Cunhede – Oliveira do Mondego – Agueira – Travanca do Mondego – S. Pedro de Alva - Silveirinho – Quintela – S. Pedro de Alva	Ribeira de Carvalho – Ribeira de Aveledo – Casqueira – Covas – Penacova	Alagoa – Telhado – Figueira de Lorvão – Mata do Maxial – Agrêlo – Granja – Figueira de Lorvão
Número de alunos	55	17	36	7	63*
Entidade	UTS	UTS	UTS	UTS	CBESFFL
* este é o número de pedidos não corresponde à realidade					

Tabela 43 - Transporte Escolar: Aluguer

• **Municipais**

Viatura/Matrícula/Lugares	13-CE-53 (28 lugares)	27-DQ-34 (23 lugares)	28-BA-36 (16 lugares)	47-CF-37 (9 lugares)	05-72-ZG (28 lugares)
Localidades	S. Paio-Cruz do Soito-Vale do Barco-Parada-Sobral-Zarroeira-Relvão-Castinçal-Paredes-Lavradio-Carvalhal-Laborins-Beco-Arroteia-Vale da Vinha-SPA	Coiço-Gondelim-Carvalhais-Boas Eiras-Besteiro-Carvalhal-Espinhreira-Contenças-Palheiros-Ponte da Mata-Sazes-Palmazes-Ribela-Casalito-Casal-Galiana*-Água do soito*-Penacova	S. Mamede-Roxo-Aveleira-Rebordosa-Chelinho-Chelo-Lorvão	Gondelim*-Mata de Carvalho-S. Paulo-Carvalho Velho-Carvalho-Cerquedo-Ameal-Ribeira de Carvalho-Póvoa-Capitorno-Seixo	Belfeiro-Riba de Cima-Ferradosa-Felgar-Travasso-Ronqueira - Carvoeira-Ponte*-Penacova
Número de alunos	58	48	51	24	61
		*sem direito a transporte		*sem direito a transporte	*sem direito a transporte
		a) esta viatura também realiza transporte para as piscinas			

Tabela 44 - Transporte Escolar: Municipais

• **Outros serviços:**

	Várzea e Cheira	Coimbra	Arganil	APPACDM Poiares	Piscinas - AEC	Piscinas - AEC
Localidade	Várzea-Cheira-Penacova	Cháinho-Ronqueira-Coimbra	Fronhas-Vale Matouco-Poços-S. Martinho da Cortiça-Sobreira-Vilarinho do Alva-Urgeira-Sail-Moita da Serra-Ponte Mucela-Picadouro-SPA	S. Paio do Mondego-Paradela da Cortiça-Poiares	Figueira de Lorvão-Lorvão-Seixo-Penacova	PP A-Penacova
Número de alunos	18	2	23	2	84	6
Entidade	Mocidade Futebol Clube	Grupo de Miro	UTS	Grupo de Miro	CBESFF L	Mlopestur
Valor adjudicado	7098	1 440	19318,80	4386	7722	2250
		1649,08				
		3089				
		Faltam 2º e 3º períodos				

Tabela 45 - Transporte Escolar: outros serviços



Figura 4 - Plano de transporte escolares (ano letivo 2019/2020)

Existem também circuitos públicos realizados por uma empresa privada, no sentido de satisfazer as necessidades concelhias. Foram criados mais dois circuitos públicos, este ano letivo 2018/2019, apoiados pelo Município e pelo POPH, no sentido de suprir o transporte dos alunos que frequentam a Escola Profissional Beira Azeira.

O município de Penacova investe uma parcela orçamental significativa em transportes por ano no sentido de dar melhor resposta aos municípios. No entanto, ainda há muito a melhorar particularmente no encurtamento. Perspetiva-se integração numa rede intermunicipal de mobilidade regional.

1.6. Gabinete Municipal de Aconselhamento Psicológico

O Gabinete Municipal de Aconselhamento Psicológico foi criado no final do ano de 2015 com a integração de uma psicóloga no Programa de Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL). Decorrido o ano 2017 foi integrada uma psicóloga em estágio para a Ordem dos Psicólogos Portugueses no âmbito da Medida Vida Ativa do Centro de Emprego e Formação Profissional de Coimbra. Atualmente o GMAP é composto por duas psicólogas.

O Gabinete tem como objetivo promover, prevenir e intervir no âmbito da saúde mental, nomeadamente, em situações de maior vulnerabilidade, em acontecimentos de vida stressantes com impacto no ajustamento psicológico, no funcionamento global e na qualidade de vida dos municípios.

Através da intervenção psicológica procura-se:

- Promover o bem-estar emocional, cognitivo, comportamental, interpessoal e familiar junto de crianças, jovens, adultos, idosos e famílias;
- Promover o desenvolvimento e bem-estar psicossocial, tendo por base uma visão sistémica, integrada e colaborativa, na ativação de competências individuais e familiares;
- Colmatar necessidades emergentes em áreas como a doença mental, a pobreza, a exclusão social, situações de risco/perigo, violência, isolamento, dependência de substâncias.

O ato psicológico é sustentado e contextualizado de acordo com a literatura científica e os modelos teóricos existentes. Os diversos processos terapêuticos ativos assentam em práticas clínicas reconhecidas como eficazes. Procura-se sustentar o ato psicológico em investigação empiricamente validada e recente, com consulta bibliográfica, participação em atividades formativas, acompanhamento e inovação de técnicas.

Partindo da análise de necessidades previamente estabelecidas, são desenvolvidas avaliação, intervenção psicológica e psicossocial junto de diferentes públicos (municípios e funcionários da Câmara Municipal de Penacova (CMP)), referenciados/encaminhados para o Gabinete Municipal de Aconselhamento Psicológico, pela Divisão de Ação Social e Educação (DASE), pelas entidades que compõem a Rede Social, pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), pelas equipas técnicas de intervenção no terreno (após o incêndio de 15 de outubro), pelo próprio serviço de Psicologia composto por duas psicólogas e, ainda, por solicitações dos próprios municípios.

Após o encaminhamento estabelece-se com o indivíduo e/ou família a duração e frequência às consultas, bem como os objetivos terapêuticos. As primeiras consultas têm duração aproximada de 90 minutos, e as seguintes aproximadamente de 60 minutos, com frequência quinzenal, trissemanal ou mensal, dependendo da avaliação inicial estabelecida.

São realizadas consultas de Psicologia que incluem componentes de avaliação e intervenção adequadas às problemáticas e sintomatologia, e ajustadas às idiossincrasias de cada caso. A definição de hipóteses/diagnósticos compreensivos dos casos e a definição de objetivos terapêuticos, apresenta-se como um marco na motivação para a mudança, apresentando como resultado terapêutico o colmatar das necessidades identificadas.

Ao longo de cada processo terapêutico, a equipa clínica obtém orientação/supervisão regular; participa em reuniões de equipa técnica multidisciplinar (Ação Social, CPCJ, equipa clínica, equipa psicossocial de intervenção em crise, saúde) para o desenvolvimento de competências de trabalho em equipa, ajustadas à realidade local; conceptualiza planos de intervenção psicoterapêuticos; realiza avaliações psicológicas/pareceres remetidos para a família, CPCJ ou para o Ministério Público; coorganiza ações formativas/de sensibilização em atividades do plano de ação, da Ação Social e da CPCJ. Por fim, participa em diversas atividades formativas, externas ou internas à CMP, para uma contínua aquisição de conhecimentos, competências e práticas de intervenção.

1.6.1 ANÁLISE DE DADOS

Ano 2016

O ano 2016 marcou a criação do serviço a partir da identificação de necessidades identificadas no âmbito da saúde mental. No decorrer do ano civil pretendeu-se, simultaneamente, consciencializar a população, para o importante papel da saúde mental e intervir em grupos de maior vulnerabilidade.

Decorreu intervenção com 17 municípios com idades compreendidas entre os 7 e os 50 anos de idade, com questões sobretudo marcadas pelas problemáticas do luto, depressão, relações familiares, problemáticas de comportamento, consumo de substâncias.

Realizou-se, ainda, junto do Agrupamento de Escolas de Penacova, em turma identificada pela escola, ciclos de workshops cuja temática, incidiu no bullying.

Ao longo do ano foram realizadas 144 consultas de psicologia.

Ano 2017

De uma forma geral, ao longo do ano de 2017, verificou-se um aumento considerável de municípios acompanhados no serviço de Psicologia o que evidencia uma maior sensibilização da comunidade para as problemáticas inerentes à saúde mental.

No decorrer do ano 2017 e a partir do incêndio de 15 de outubro de 2017, em situação de catástrofe e emergência, foi feita uma avaliação inicial pela equipa clínica da CMP que integrou a equipa psicossocial de intervenção no terreno. Posteriormente, as psicólogas constituíram uma equipa de saúde mental comunitária no terreno.

No âmbito da intervenção efetuada, para dar resposta às consequências deste incidente crítico, foram utilizadas as estratégias dos primeiros socorros psicológicos em situações de emergência, nomeadamente relacionadas com a assistência à população vítima de um incidente traumático como este, numa abordagem que procurou reduzir o distress inicial.

A equipa clínica avaliou as necessidades de acompanhamento psicológico e/ou psiquiátrico, realizando encaminhamentos para a psiquiatria, psicologia no GMAP e psicologia no Gabinete Rumos Cruzados da Cruz Vermelha Portuguesa. Neste sentido, integrou posteriormente, uma equipa multidisciplinar coordenada pelo Centro de Saúde de Penacova.

A intervenção psicológica no GMAP pautou-se pelo acompanhamento psicológico de indivíduos, onde o impacto emocional das perdas humanas e das perdas materiais constituiu um período de crise e de grande instabilidade emocional e comportamental, com choque emocional, reações agudas ao stress, e risco de evolução psicopatológica, como ansiedade, depressão e alterações comportamentais, especialmente em indivíduos com histórico psiquiátrico anterior (e com risco mais elevado de manifestar perturbação de stress pós-traumático, nomeadamente ex-combatentes e ex-colonos, depressões major e outras psicopatologias).

Nesta intervenção, procurou-se oferecer proteção e segurança às pessoas que direta ou indiretamente, viveram, ou foram vítimas de um incidente que é potencialmente traumático,

reduzir o distress associado e procurar uma melhoria da sintomatologia de reação aguda de stress, a estabilização emocional; identificar pessoas em risco de desenvolver perturbação aguda de stress e prevenir o desenvolvimento de perturbação de stress pós-traumático, procurando o encaminhamento para a psiquiatria sempre que se justificou. Foi realizado apoio e acompanhamento regular e em follow-up em situação de luto de pessoas ou bens.

No total foram 111 pessoas intervencionadas em primeiros socorros psicológicos.

Ao longo de todo o ano de 2017 ocorreu intervenção junto de 62 munícipes (21 são acompanhamentos decorrentes dos incêndios e, os restantes 41 encaminhados por diversos motivos), com idades compreendidas entre os 4 e os 91 anos de idade, com questões sobretudo marcadas pelas problemáticas do luto, depressão, problemáticas da personalidade, ansiedade, reações agudas ao stress, relações familiares, relações com os pares, dificuldades comportamentais e de autocontrolo.

Foram realizadas no total 373 consultas de psicologia.

A equipa de Psicologia participou na Coorganização no III Encontro de Geriatria, “Conferência Bullying - Uma abordagem pela Não Violência”, e Parentalidade Positiva – Vamos falar de Parentalidade Positiva?; Colaborou, ainda, em atividades do Plano de Ação, da Ação Social (Colónia Sénior, Passeio Sénior) e da CPCJ (atividades integradas no Mês de Prevenção dos Maus tratos na infância).

Ano 2018

O serviço manteve a sua tipologia de funcionamento, contudo a 4 de abril ocorreu um novo acontecimento potencialmente traumático com as explosões de pirotecnia na aldeia de Gondelim. A equipa de psicologia constituiu uma equipa de saúde mental comunitária no terreno deslocando-se a situações identificadas pelo pároco da aldeia e por técnicas que constituíram equipa de intervenção psicossocial comunitária. Esta equipa era constituída por uma assistente social da Divisão da Ação Social da CMP, pela assistente social da Segurança Social e pelas técnicas de acompanhamento social da RLIS.

Neste sentido, nas situações identificadas, a equipa de psicologia realizou intervenção em primeiros socorros psicológicos e uma avaliação inicial identificando situações em crise psicológica, ou seja, onde a vivência desta situação exigente, em que os mecanismos normais de adaptação e resolução de problemas não tiveram êxito, resultou num desequilíbrio psicológico (com sentimentos de ansiedade, medo, culpa, impotência, etc.) e diminuição do funcionamento adaptativo.

A intervenção pautou-se pela redução do distress associado, intervenção na sintomatologia de reação aguda de stress; na estabilização emocional e na prevenção do desenvolvimento de perturbação de stress pós-traumático ou outras. Este acompanhamento foi efetuado de forma sistemática, frequente e regular.

De uma forma geral, no decorrer do ano 2018, permaneceu o aumento considerável de munícipes acompanhados no serviço de Psicologia, com forte prevalência dos pedidos realizados de forma autónoma pelos munícipes ao serviço.

No total, nas explosões de pirotécnica, foram 34 pessoas intervencionadas em primeiros socorros psicológicos pela equipa de psicologia, e efetuadas 12 visitas domiciliárias a situações decorrentes dos incêndios realizadas por uma psicóloga e uma assistente social.

Ao longo do ano decorreu intervenção psicológica junto de 73 munícipes (21 acompanhamentos decorrentes dos incêndios, 6 decorrentes das explosões de pirotecnia, e os restantes 46 encaminhados por diversos motivos), com idades compreendidas entre os 3 e os 91 anos de idade, sendo que, tal como verificado no ano 2017, prevalecem questões sobretudo marcadas pelas problemáticas do luto, depressão, problemáticas da personalidade, ansiedade, reações agudas ao stress, relações familiares, relações com os pares, dificuldades comportamentais e de autocontrolo.

Foram realizadas no total 486 consultas de psicologia.

Partindo da investigação científica que reconhece que as vítimas de uma tragédia não são apenas aquelas que estão diretamente envolvidas na situação, e que a par destas estão os familiares e aqueles que prestam socorro – bombeiros, polícias, médicos e paramédicos etc. (Serra, 2003), a equipa de Psicologia desenvolveu uma Ação de Sensibilização junto dos Bombeiros Voluntários de Penacova.

Esta ação objetivou a sensibilização dos operacionais para os eventos traumáticos, reações aos eventos traumáticos, reações agudas de stress, promoção de estratégias para lidar com o stress e trauma, e foram, ainda, apresentadas propostas de intervenção junto destes profissionais, nomeadamente intervenção psicológica individual e intervenção grupal pela equipa de psicologia do GMAP.

	2016	2017	2018
Números de munícipes	171	621	731
Número total de consultas	144	373	486

Tabela 46 - Gabinete Municipal de Apoio Psicológico: Número de munícipes e número total de consultas (2016-2018)

Ao longo dos três anos em análise, verificamos a existência de munícipes que continuaram a ser acompanhados no ano seguinte ao início do acompanhamento.

1.7. Setor da Educação da Câmara Municipal de Penacova

O Serviço de Educação, da Divisão de Ação Social e Educação da Câmara Municipal de Penacova estrutura as respostas que se enquadram na esfera de competência do Município, reguladas pelo artigo 33, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro [alíneas u, gg e hh], que estabelece o quadro de transferência de competências para as autarquias locais. Os seus objetivos sintetizam-se no apoio a atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva,

recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças. É igualmente atribuição deste serviço assegurar, organizar e gerir os transportes escolares. Compete-lhe, ainda, deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente no que respeita a alimentação e atribuição de auxílios económicos a estudantes. Finalmente, designa os representantes do município nos conselhos locais.¹²⁵

Com o objetivo de estabelecer uma maior aproximação entre as Escolas e a comunidade tem vindo a dotar o serviço de Educação de recursos diversos, de forma a serem criadas as respostas necessárias à promoção da qualidade de vida da população do concelho ao nível socioeducativo.

Para atingir a finalidade proposta, a ação do serviço de Educação abrange os aspetos funcionais que lhe estão diretamente ligados e uma área de projetos e dinamização de atividades no âmbito da Educação formal e não formal.

1.7.1. ATIVIDADES

Do conjunto das diversas vertentes de intervenção, destacamos a defesa do meio ambiente, campanhas de saúde escolar, realização de ações de formação, apoios a iniciativas escolares, atividades no âmbito do lazer e do tempo livre.

Das ações realizadas destacam-se a criação do Centro de Recursos, que promove o empréstimo de material didático-pedagógico aos Estabelecimentos de Educação, e da Ludoteca Itinerante que realiza o empréstimo local de brinquedos e oferece a possibilidade das crianças manifestarem a sua ludicidade, deslocando-se às localidades mais isoladas e/ou mais desprovidas de recursos. Este serviço surgiu em 1999 no âmbito do Projeto de Luta Contra a Pobreza.

1.7.2. CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (CME)

O Conselho Municipal de Educação [CME] é uma instância de coordenação e consulta, que tem por objetivo promover, a nível municipal, a coordenação da política educativa, articulando a intervenção, no âmbito do sistema educativo, dos agentes educativos e dos parceiros sociais interessados, analisando e acompanhando o funcionamento do referido sistema e propondo as ações consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e eficácia do mesmo. Compete-lhe ainda articular a política educativa com outras políticas sociais, e em particular das áreas da saúde, ação social, formação e emprego.

A Lei 159/99, de 14 de setembro estabelece no seu artigo 19º. n.º 2, alínea b), a competência dos órgãos municipais para criar os Conselhos Locais de Educação. A Lei 169/99, de 18 de setembro – na alínea c) do n.º 4 do artigo 53º - atribui competência à Assembleia

¹²⁵ <http://www.cm-penacova.pt/pt/pages/educacao>, acedido a 21 de fevereiro de 2019.

Municipal para, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre a criação do Conselho Local de Educação, de acordo com a lei. O Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, alterou a denominação do Conselho Local de Educação, para Conselho Municipal de Educação, regulou as suas competências e composição, estipulando no artigo 8º que as regras de funcionamento constam do regimento a aprovar pelo Conselho. Nestes termos, é aprovado o regimento do Conselho Municipal de Educação de Penacova, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 41/2003, de 22 de agosto, n.º 6/2012, de 10 de fevereiro e pelo Decreto-Lei nº72/2015 de 11 de maio.

Para a prossecução dos seus objetivos, compete ao Conselho deliberar, em especial, sobre as seguintes matérias: a) Coordenação do sistema educativo e articulação da política educativa com outras políticas sociais, em particular nas áreas da saúde, da ação social e da formação e emprego; b) Acompanhamento do processo de elaboração e de atualização da carta educativa, a qual deve resultar de estreita colaboração entre os órgãos municipais e os serviços do Ministério da Educação com vista a, assegurando a salvaguarda das necessidades de oferta educativa do município, garantir o adequado ordenamento da rede educativa nacional e municipal; c) Participação na negociação e execução dos contratos de autonomia, previstos nos artigos 47º e seguintes do Decreto-Lei n.º 115 A / 98, de 4 de Maio; d) Apreciação dos projetos educativos a desenvolver no município e da respetiva articulação com o Plano Estratégico Educativo Municipal; e) Adequação das diferentes modalidades de ação social escolar às necessidades locais, em particular no que se refere aos apoios sócio educativos, à rede de transportes escolares e à alimentação; f) Medidas de desenvolvimento educativo, no âmbito do apoio a crianças e jovens com necessidades educativas especiais, da organização de atividades de complemento curricular, da qualificação escolar e profissional dos jovens e da promoção de ofertas de formação ao longo da vida, do desenvolvimento do desporto escolar, bem como do apoio a iniciativas relevantes de carácter cultural, artístico, desportivo, de preservação do ambiente e de educação para a cidadania; g) Programas e ações de prevenção e segurança dos espaços escolares e seus acessos; h) Intervenções de qualificação e requalificação do parque escolar; i) Participação no processo de elaboração e de atualização do Plano Estratégico Educativo Municipal.

Compete, ainda, ao Conselho analisar o funcionamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino, em particular no que respeita às características e adequação das instalações, ao desempenho do pessoal docente e não docente e à assiduidade e sucesso escolar das crianças e alunos, refletir sobre as causas das situações analisadas e propor as ações adequadas à promoção da eficiência e eficácia do sistema educativo.

Para o exercício das competências do Conselho devem os seus membros disponibilizar a informação de que disponham relativa aos assuntos a tratar, cabendo ainda, ao representante do Ministério da Educação apresentar, em cada reunião, um relatório sintético sobre o

funcionamento do sistema educativo, designadamente sobre os aspetos referidos no número anterior.

Integram o Conselho: a) O presidente da Câmara Municipal, que preside; b) O presidente da Assembleia Municipal; c) O vereador responsável pela Educação, que assegura a substituição do presidente, nas suas ausências ou impedimentos; d) Um presidente de uma junta de freguesia eleito pela Assembleia Municipal em representação das freguesias do concelho; e) O delegado regional de educação da direção de serviços da região cuja área territorial corresponda à do município, integrada na direção geral dos estabelecimentos escolares, ou a quem o diretor-geral dos estabelecimentos escolares designar em sua substituição; f) A/O diretor(a) do Agrupamento de Escolas de Penacova. Integram, ainda, o Conselho os seguintes membros: a) Um representante do pessoal docente do ensino secundário; b) Um representante do pessoal docente do ensino básico público; c) Um representante do pessoal docente da educação pré-escolar pública; d) O representante da associação de pais e encarregados de educação; e) Um representante das instituições particulares de solidariedade social que desenvolvem atividades na área da educação; f) Um representante dos serviços públicos de saúde; g) Um representante dos serviços de segurança social; h) Um representante dos serviços de emprego e formação profissional; i) Um representante dos serviços públicos na área da juventude e desporto; j) Um representante das forças de segurança; k) Um representante da Escola Profissional Beira Aguieira; l) Um representante do conselho municipal de juventude. De acordo com a especificidade das matérias a discutir no conselho municipal de educação, pode este deliberar que sejam convidadas a estar presentes nas suas reuniões personalidades de reconhecido mérito na área de saber em análise.¹²⁶

¹²⁶ Proposta de Regimento do Conselho Municipal de Educação de Penacova, in www.cm-penavoca.pt.

1.7.3. MEDIDAS DE APOIO À EDUCAÇÃO

Ao fazermos uma breve retrospectiva de que se tem realizado no concelho em prol da Educação verificamos que o balanço é consideravelmente positivo.

A nível global, atualmente, as maiores lacunas no campo da Educação prendem-se com a insuficiente articulação entre escolas dos diferentes ciclos, secundária e ATL.

A formação de Agrupamentos (neste concelho dois) e a tentativa dos respetivos conselhos executivos em combater essa insuficiente articulação tem tido alguns resultados positivos mas ainda há grande dificuldade em programar atividades conjuntas inter-escolas de níveis de escolaridade diferentes – as dinâmicas de protagonismo predominam em detrimento de dinâmicas de parceria.

As Escolas ainda deixam transparecer certos receios em se abrirem completamente à Comunidade. Estes aspetos estão patentes na elaboração e dinamização dos projetos educativos.

Os Projetos Educativos que deveriam ser documentos elaborados para orientar todas as atividades educativas, documentos dinâmicos e modificáveis em função da prática educativa, algo coletivo criado pelo conjunto dos membros da comunidade educativa em cujos resultados positivos acreditam, um facilitador do trabalho docente, ... são encarados, por vezes, como mais uma burocracia, um produto fechado, acabado e inalterável, um documento que só expressa o que se quer que seja conhecido, que se fecha na gaveta e que se mostra se for solicitado por órgãos superiores.

Estas situações não são generalizadas. Temos de nos congratular de existirem no nosso concelho bons projetos a serem desenvolvidos e que possivelmente poderiam decorrer com maior qualidade se fossem mais visíveis e, assim, passíveis de serem apoiados por entidades cujo contributo de parceria seria uma mais valia para concretizar com mais realce os objetivos propostos.

A comunidade educativa tem ao dispor, atualmente, um leque diversificado de facilidades e potencialidades, mas nem sempre foi assim. Há duas décadas atrás predominava a ausência de respostas para várias áreas como por exemplo do Pré-Escolar, da Deficiência, do Apoio às Famílias e Crianças, porque o financiamento destas vertentes pelo poder central era quase nulo. Foi ao nível local, com um enorme impulso das Autarquias, que foram surgindo respostas, primeiro muito pontuais, posteriormente mais assentes nos pressupostos do trabalho em Rede.

1.7.4. PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DE REFEIÇÕES DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO

O Despacho n.º22 251/2005, datado de 25 de outubro, aprovou o Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico (1º CEB), que visa garantir “a todas as crianças que frequentam o primeiro ciclo do ensino básico uma refeição equilibrada”. Este mesmo despacho estabelece ainda que o custo da

comparticipação dos alunos por refeição é definido anualmente, de acordo com Despacho Ministerial. Tal serviço destina-se a todos os alunos inscritos nas Escolas Básicas do 1º Ciclo da rede pública do Concelho de Penacova.

1.7.5. PROGRAMA REGIME DA FRUTA ESCOLAR

O Regime de Fruta Escolar aplica-se ao 1.º ciclo, de forma a contribuir para a promoção de hábitos de consumo de alimentos benéficos para a saúde das populações mais jovens e para a redução dos custos sociais e económicos associados a regimes alimentares menos saudáveis.

O Município de Penacova tem, desde fevereiro de 2010, distribuído a todos os alunos das Escolas do 1º CEB fruta, com a periodicidade de duas vezes por semana. Os produtos são adquiridos à Cooperativa Agrícola de Mangualde, de qualidade certificada e produção integrada, de modo biológico, de denominação de origem protegida, de indicação geográfica e de proteção integrada.

1.7.6. INICIATIVAS DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

Enquanto processo educativo, a educação para a cidadania visa contribuir para a formação de pessoas responsáveis, autónomas, solidárias, que conhecem e exercem os seus direitos e deveres em diálogo e no respeito pelos outros, com espírito democrático, pluralista, crítico e criativo.

A Câmara Municipal de Penacova desenvolve vários Projetos e Ações nesta área que têm pretendido sensibilizar a população para a importância da preservação da natureza, quer ao nível do equilíbrio ambiental e ecológico, como da própria qualidade de vida dos cidadãos. Outros dos objetivos visa promover os espaços de riqueza natural e histórica do Concelho. Pretende-se, ainda, proporcionar atividades lúdicas e de lazer num espaço exterior privilegiado e exterior ao espaço escolar. Os dinamismos empreendidos têm visado, ainda, promover comportamentos de respeito e correto tratamento dos animais de estimação. Oferecer visitas de estudo guiadas com animação às crianças do 1º ciclo do ensino básico e pré-escolar tem disso igualmente outros dos objetivos perseguidos, sendo o Projeto Penamina um dos exemplos deste intento.¹²⁷

A Câmara Municipal de Penacova, através da Divisão de Ação Social e Educação, continuou e continua a proporcionar aos alunos do Município de Penacova visitas animadas ao património natural e construído do Concelho, nomeadamente aos vários locais históricos e naturais do concelho como o Mosteiro de Lorvão, Fornos da Cal Parda, Moinhos de Gavinhos, Vimieiro e vila de Penacova. Numa perspetiva interativa pretende-se oferecer momentos educativos intencionais cujo objetivo é criar nos mais pequenos o gosto pela nossa história e sensibilizá-los para a valorização do nosso Património.

¹²⁷ Cfr., <http://www.cm-penacova.pt/pt/pages/programaseprojetos>, acessado a 21 de fevereiro de 2019.

As visitas animadas são gratuitas e estão sujeitas a inscrição prévia que deverá ser efetuada com o Serviço de Educação. O estabelecimento de educação e ensino fica a aguardar resposta do Serviço de Educação a indicar quais as datas e horários disponíveis.

Em 2018 estiveram envolvidas cerca de 100 crianças do pré-escolar e 1º ciclo de Penacova.

Estas visitas no total perfizeram o valor de 600 €, para além do transporte do Município das crianças aos locais.

1.7.7. ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO À FAMÍLIA DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

O funcionamento das atividades educativas regulares é complementado pelas Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF), que asseguram o acompanhamento das crianças antes e depois de atividades educativas e durante os períodos de interrupção dessas atividades.

As AAAF são de frequência facultativa, são comparticipadas pelas famílias e são promovidas pelo Município. À Câmara Municipal de Penacova compete proporcionar dinâmicas de carácter socioeducativo de animação e de apoio às famílias, mediante a colocação de pessoal não docente, que garanta a dinamização de atividades e as ações planificadas pelo educador, o fornecimento de refeições e a manutenção das instalações e equipamentos.

A Câmara Municipal de Penacova, tendo em consideração o conhecimento da realidade local e porque possui autonomia para o efeito, estabelece escalões de pagamento aferidos e publicitados em cada ano letivo.¹²⁸

O Município de Penacova assumiu a organização da componente de apoio à família na educação pré-escolar no que respeita aos serviços de refeição e complemento de horário, em setembro de 1998, ano em que celebrou um Acordo de Colaboração com a Direção Regional de Educação do Centro e Centro Regional de Segurança Social.

As Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF), surgiram da necessidade de alargamento do horário a partir das 15h00 e do fornecimento de refeições, a fim de dar resposta às famílias trabalhadoras e sem suporte familiar.

Pretende-se que nestas atividades seja proporcionado às crianças, que dela usufruem, um tempo de qualidade privilegiando espaços de brincar livres.

A componente letiva é gratuita, sendo apenas as atividades de animação e apoio à família comparticipadas pelas famílias e pelo Ministério da Educação.

¹²⁸ Cfr., <http://www.cm-penacova.pt/pt/pages/atividadesanimacao>, acedido a 21 de fevereiro de 2019.

Estabelecimento de Educação e Ensino	Nº de alunos	Nº de docentes/turmas	Nº de A O	Nº alunos Refeições	Horário do estabelecimento	Fornecimento de refeições	Complemento JI (AAAF)
JI Aveleira	11	1	2	11	8.00-18.30	CPSL	5
JI Figueira de Lorvão	41	2	5	40	7.30-19.00	CBSFFL	33
JI Miro	11	1	2	6	8.15-17.30	GRCDM	10
JI Penacova	54	3	7	54	7.30-19,00	Eurest	36
JI S. Mamede	12	1	2	10	8.15-18.30	CPSL	10
JI S. Pedro de Alva	39	2	4	39	7.45-18.30	FMCB	26
JI Lorvão	23	1	2	23	8,00-19,00	CPSL	22
JI Sazes	19	1	2	19	8.30-19.00	CBESFFL	14
JI Seixo	7	1	1	7	8.15-15.00	Eurest	—

Tabela 47 - Estabelecimento de Educação Pré-Escolar com AAAF

Conforme o Decreto-Lei nº147/97, de 11 de junho, as componentes não educativas da educação pré-escolar são comparticipadas pelas famílias de acordo com as respetivas condições socioeconómicas.

Como refere o Decreto-Lei nº 55/2009, de 2 de março, a condição socioeconómica dos alunos, ou dos seus agregados familiares, traduz-se pelo respetivo posicionamento num determinado escalão de rendimentos e no correspondente escalão de apoio. Esse escalão é determinado pelo posicionamento do agregado familiar nos escalões de rendimento para atribuição de abono de família.

1.7.8 AUXÍLIOS ECONÓMICOS AO PRIMEIRO CICLO - FICHAS DE TRABALHO/ATIVIDADES E MATERIAL ESCOLAR

O Município de Penacova, no desenvolvimento e continuidade da sua política de ação social escolar e, dado que, no ano letivo 2018/2019, o Ministério da Educação assumiu a distribuição gratuita dos manuais escolares do 1º ciclo do Ensino Básico, decidiu suportar os custos das fichas de trabalho/atividades dos 1º, 2º, 3º e 4º anos, de acordo com os manuais escolares adotados pelo Agrupamento de Escolas de Penacova e comparticipar o material escolar a todos os alunos do 1º Ciclo do ensino básico das escolas públicas do Concelho de Penacova. No ano letivo de 2018/2019, o valor máximo de comparticipação do Material Escolar foi de 16€.

O executivo camarário, preocupado em implementar novas medidas de apoio às famílias do concelho, tendo em consideração o tempo de evidentes dificuldades económicas que se atravessa, decidiu continuar a comparticipar os custos das fichas de atividades e do material escolar a todos os alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, tendo em consideração o financiamento pelo Ministério de Educação dos manuais escolares.

Assim, conforme o Edital tornado público em 22 de agosto de 2018, o município deliberou comparticipar este tipo de despesas dos alunos referidos de acordo com os valores estabelecidos por despacho anual do Ministério da Educação e Ciência para o escalão A, mediante a entrega

de faturas e o preenchimento de formulário próprio, sendo esta comparticipação prevista para o material escolar de 16€ para todos os alunos e para as referidas fichas de atividades de:

- 25.40€ para o 1º de escolaridade;
- 28.19€ para o 2º ano de escolaridade;
- 39.64€ para o 3º ano de escolaridade;
- 42.10€ para o 4º ano de escolaridade.

O Município definiu como critérios de atribuição deste apoio:

- Os alunos têm de frequentar as escolas de Penacova;
- Só são aceites faturas das fichas de atividades e do material escolar adquiridos em estabelecimentos sediados no concelho.

No início do ano letivo deram entrada na Câmara Municipal 224 processos de pedido de apoio de auxílios económicos.

1.7.9. ATIVIDADES COMPLEMENTARES CURRICULARES

Para além dos livros e material escolar, as crianças podem beneficiar de apoio para atividades complementares (nomeadamente, visitas de estudo), sendo as comparticipações definidas no início do ano letivo. Cabe à Câmara Municipal de Penacova definir as comparticipações financeiras de auxílio às famílias, respeitando o que anualmente for legislado pelo Ministério da Educação. Um conjunto de legislação de suporte e de documentação exigida é amplamente publicitada pelos meios comuns, nomeadamente no *website* do Município.¹²⁹

1.7.10. REFEIÇÕES ESCOLARES

A Câmara Municipal é responsável pelo fornecimento de almoços às crianças e alunos que frequentem os estabelecimentos de ensino do 1.º ciclo e do pré-escolar da rede pública do Concelho de Penacova. Esta refeição é equilibrada e adequada às necessidades da população escolar. A comparticipação do custo das refeições é feita de acordo com a situação socioeconómica dos agregados familiares.

As refeições são comparticipadas pelo Ministério da Educação, pelo Município de Penacova e pelas famílias de acordo com o escalão do abono de família: para o escalão 1 a refeição é gratuita, para o escalão 2 é 0,73€ e para os restantes escalões é 1,46€. A solicitação deste apoio é feita no estabelecimento de ensino do aluno. Em cada ano letivo são publicitadas as entidades que fornecem refeições, as respetivas ementas e os estabelecimentos de ensino do âmbito de cada instituição.¹³⁰

Deram entrada na Câmara Municipal 527 processos de pedidos de refeições escolares.

¹²⁹ <http://www.cm-penacova.pt/pt/pages/auxilioeconomicos>, acessido a 21 de fevereiro de 2019.

¹³⁰ <http://www.cm-penacova.pt/pt/pages/refeicoescolares>, acessido a 21 de fevereiro de 2019.

- Foi aplicada a isenção do pagamento de refeições a 51 crianças;
- Foi participado em 50% o pagamento de refeições a 118 crianças.

Os refeitórios escolares comportam uma vertente social para os seus utilizadores, uma vez que permitem o fornecimento de uma refeição equilibrada com qualidade e quantidade adequada para cada aluno, evitando as deslocações a casa para o almoço. Revelando-se cada vez mais um bem social, os almoços servidos aos alunos do 1º ciclo do ensino básico e da educação pré-escolar alcançaram as 85 379 refeições no ano de 2017/2018, de acordo com o mapa seguinte:

Estabelecimento	Nº de refeições em 2017/2018
JI Aveleira	1542
JI Figueira de Lorvão	6384
JI Lorvão	3459
JI Miro	1329
JI Penacova	10299
JI S. Mamede	2616
JI S. Pedro de Alva	6412
JI Sazes de Lorvão	2295
JI Seixo	702
EB1 Aveleira	2474
EB1 Figueira de Lorvão	9265
EB1 Lorvão	6202
EB1 Penacova	19307
EB1 S. Pedro de Alva	10910
EB1 Seixo	2183
TOTAL	85379

Tabela 48 - Nº de refeições por estabelecimento de educação e ensino

1.7.11. BOLSAS DE ESTUDO

A Câmara Municipal atribui anualmente Bolsas de estudo a alunos que ingressem ou frequentem os Ensinos Secundário e Superior, em função dos rendimentos do Agregado Familiar. O montante da Bolsa a atribuir por mês é de 50€ para o Ensino Secundário e 70€ para o Ensino Superior mensais, pagos de Outubro a Julho. Estes apoios destinam-se a residentes no concelho, economicamente carenciados, que ingressem ou frequentem o Ensino Secundário ou Superior. A título de exemplo, refira-se que, no ano letivo de 2018-2019, o Município atribuiu 24 bolsas.

Os espaços comuns de divulgação, nomeadamente o *website* do Município, publicitam os requerimentos necessários, os regulamentos de fundamentação e a legislação enquadradora de tal iniciativa.¹³¹

¹³¹ Cfr., <http://www.cm-penacova.pt/pt/pages/bolsasdeestudo>, acedido a 21 de fevereiro de 2019.

1.7.12. TRANSPORTES ESCOLARES

Os alunos que se encontrem matriculados no ensino básico e ensino secundário, ou equiparado, residentes na área do município de Penacova e moradores a mais de 4 Km do estabelecimento de ensino têm direito a usufruir do transporte escolar.

A comparticipação do Município, no caso dos alunos que frequentem o ensino básico até ao 3º ciclo e dos alunos com necessidades educativas especiais, é fixada em 100% do seu custo total. Para os alunos que frequentem o ensino secundário é fixada a comparticipação em 50% do seu custo total.

A comparticipação para os alunos do ensino secundário poderá atingir os 100%, quando a situação socioeconómica do agregado familiar assim o justificar, através de parecer técnico do Serviço de Ação Social da Divisão de Ação Social e Educativa (DASE).

A Câmara Municipal de Penacova comparticipa as despesas com o transporte escolar para o estabelecimento de ensino da área de residência do aluno, exceto se esse estabelecimento não lecionar as áreas ou cursos pretendidos, caso em que deverá efetuar a matrícula no estabelecimento mais próximo que leciona essa mesma área ou curso.

A Autarquia disponibiliza ainda o Transporte Acompanhado e Adaptado de alunos do ensino básico e secundário, sem mobilidade e/ ou com autonomia reduzida, possibilitando uma maior mobilidade e autonomia nas deslocações entre o local de residência e o estabelecimento escolar.

Os lugares comuns de divulgação, nomeadamente o *website* do Município disponibilizam os requerimentos correspondentes, os regulamentos de suporte e a legislação enquadradora de tal resposta municipal.¹³²

1.7.13. PRÉMIOS DE MÉRITO ESCOLAR

Os prémios de mérito escolar têm como objetivo incentivar o desempenho escolar em todos os seus níveis e premiar o mérito, numa assumida cultura de valorização da excelência, enquanto instrumento preponderante para o desenvolvimento económico, cultural, social dos jovens e da sociedade em geral. O Regulamento Interno mais recente foi aprovado pela Assembleia Municipal em 28-06-2014.

O Prémio Municipal de Mérito Escolar destina-se a premiar os alunos que no ano letivo anterior, tenham frequentado os estabelecimentos de ensino sediados na área geográfica do Município de Penacova e que tenham concluído:

- O 4.º ano do 1.º CEB com classificação final nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática igual ou superior a 4,50 V de média;
- Os 5º, 6º, 7º, 8º e 9º anos de escolaridade com média final de 5 V, arredondada;

¹³² Cfr., <http://www.cm-penacova.pt/pt/pages/transporteescolare>, acedido a 21 de fevereiro de 2019.

- Os 10º, 11º e 12º anos de escolaridade com média final igual ou superior a 17 V, arredondada;
- Este prémio destina-se também ao melhor aluno do nível 2 e 4 da Escola Beira Agueira.¹³³

1.7.14. APOIO A PROJETOS EDUCATIVOS OU AÇÕES

O Município de Penacova, como agente local de desenvolvimento, promove as iniciativas de índole educativa das Escolas, IPSS e Associação de Pais, financiando-as até 1500 euros por ano letivo, mediante um minucioso conjunto de critérios.

Podem candidatar-se as seguintes entidades do concelho de Penacova: Escolas e/ou Jardins de Infância da rede pública; associações de Pais; outras organizações sem fins lucrativos nomeadamente Instituições Particulares de Solidariedade Social. Podem, ainda, ser apresentados os Projetos Educativos dos estabelecimentos de educação e ensino, ou Projetos ou Ações com objetivos educativos dos estabelecimentos de educação e ensino ou outras organizações sem fins lucrativos, nomeadamente IPSS.

As candidaturas deverão ser efetuadas através de formulário próprio e devem dar entrada no Serviço de Educação da Divisão de Ação Social e Educativa da Câmara Municipal de Penacova até ao dia 31 de outubro de cada ano. Através da Direção do Agrupamento, após validação pelo Conselho Pedagógico respetivo, no caso dos estabelecimentos de educação e ensino da rede pública. A formalização dos apoios a conceder, será transmitido ao respetivo Agrupamento e Instituições até ao dia 15 de janeiro. As ações apresentadas anualmente a concurso, poderão ser desenvolvidas em continuidade em ano (s) subsequente (s), devendo fazer corresponder a cada candidatura uma fase diferenciada do projeto. Não serão apreciadas candidaturas que não explicitem os apoios pretendidos.

Os apoios poderão ser de natureza económico-Financeira, para diversos fins tipificados. Com várias possibilidades de concretização e dependente da disponibilidade de recursos da autarquia, o apoio pode igualmente ser logístico. Os projetos apresentados em candidatura podem ainda ser objeto de apoio técnico, beneficiando, mediante critérios, do acompanhamento dos recursos humanos do município.

Um conjunto de critérios de avaliação clara e amplamente divulgados, com as respetivas percentagens de ponderação, presidem à apreciação das candidaturas. A partir da análise realizada é elaborada uma proposta de atribuição de financiamento e/ou outros apoios, para aprovação pela Câmara Municipal. Findo este processo, a Câmara procederá à divulgação dos resultados, dos quais não haverá recurso.

¹³³ Cfr., <http://www.cm-penacova.pt/pt/pages/premiosmerito>, acedido a 21 de fevereiro de 2019.

Os Projetos Educativos/Ações ficam habilitados até a um subsídio anual num montante máximo de 1500€ e/ou a outro tipo de apoios como transporte, recursos humanos e cedência de material que a Câmara possa disponibilizar.

O Município de Penacova, de acordo com a disponibilidade dos horários do transporte escolar, apoia com transporte as visitas de estudo dos estabelecimentos de educação e ensino, podendo efetuar até 3 visitas por ano letivo e por turma, à exceção das visitas efetuadas no âmbito dos Projetos Educativos que a Autarquia apoia e financia.¹³⁴

No ano letivo 2017/208 deram entrada 20 candidaturas aos Projetos/Ações Educativas do Município de Penacova.

Nas normas de candidatura a natureza dos apoios foi previamente definida no que concerne à vertente económico-financeira, logística e técnica.

Foi realizada uma análise quantitativa e a proposta de atribuição de apoio financeiro, tendo em conta os critérios antecipadamente definidos com as respetivas percentagens de ponderação.

1.7.15. PLANO INOVADOR DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE COIMBRA

O Plano Integrado Inovador de Combate ao Insucesso Escolar da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC), candidatura ao Eixo Prioritário 3 - Desenvolver o Potencial Humano, tem como parceiros os vários Municípios que compõem esta CIM, entre os quais o de Penacova.

Este Plano pretende a criação de respostas abrangentes que envolvam os vários contextos em que a criança se insere – escola, família e comunidade - atuando a nível da prevenção, da adequação da resposta e da recuperação de jovens já em risco de situações de insucesso, preparando a sua inserção em percursos educativos bem-sucedidos com aquisição de todas as aprendizagens previstas para os ciclos que frequentam.

Fazem parte deste Plano os 12 seguintes Projetos:

1. Equipas Multidisciplinares de Multinível

Este Projeto financia, para o concelho de Penacova, 2 técnicas superiores na área da Psicologia e da Terapia da Fala, até 28 de fevereiro de 2020.

Competências da Equipa

- Análise dos casos que lhe são encaminhados;
- Intervenção, definindo e adotando um conjunto de estratégias e metodologias a implementar para cada caso;

¹³⁴ Cfr., <http://www.cm-penacova.pt/pt/pages/apoioprojetoseducativos>, acedido a 21 de fevereiro de 2019.

- Envolvimento da comunidade educativa, das famílias e dos agentes locais nas ações de superação dos problemas detetados;
- Mediação social, procurando, quando necessário, outros agentes do meio na implementação das medidas adequadas a cada caso.

2. Promoção da Educação Parental

Formação destinada aos pais, mães e encarregados/as de educação, que pretende ajudar a compreender: as suas necessidades e as dos seus filhos; a importância de assumir uma intervenção precoce nos comportamentos menos adequados; a importância de promover uma relação eficiente entre a escola e a família para potenciar o sucesso escolar da criança.

O Programa, com início a 5 de fevereiro de 2019 em Penacova, é desenvolvido ao longo de 14 sessões de 2 horas cada, com frequência semanal e dinamizado por uma equipa de técnicos com formação em educação parental. A metodologia baseia-se no processo colaborativo em que o/a dinamizador/a apoia recorrendo ao modelo experiencial, ao modelamento por vídeo, role play e dinâmicas de grupo.

3. Dispositivos de Prevenção do Abandono Escolar e de Promoção do Sucesso Educativo dos Alunos

Com base na informação atual e passada já recolhidas pelas Escolas, pretende-se criar dashboards para monitorizar a evolução do núcleo de KPI's (Key Performance Indicator - indicadores chave). É o objetivo da CIM-RC atividade proporcionar um sistema de notificação automática à equipa multidisciplinar para deteção precoce.

Esta atividade ainda não está implementada.

4. Ações de capacitação para pessoal não docente

Serão 4 ações de capacitação com a duração de 4 horas com frequência semestral. Em cada ano irão ser organizadas 2 ações de formação de 4 horas para pessoal não docente.

O Município, em conjunto com o Agrupamento, em abril de 2018 fez uma análise das necessidades de formação e estabeleceu um plano de capacitação para o pessoal não docente (escolas com 2º, 3º ciclo e secundário) que enviou para a CIM-RC.

5. Aprende com a tua região

É um Catálogo das ofertas programáticas distribuído pelos Agrupamentos de Escolas.

Financiam o transporte de uma visita de estudo por turma e por ano letivo (2017/2018 e 2018/2019).

Prevê também uma Exposição itinerante que permanecerá um mês em cada município. Associada a esta exposição estará uma programação de atividades dirigidas ao público escolar. Conceção em 2018 e disponível até 31/12/2019.

6. Aprendizagem Ativa e Experimental

1) Workshops

Sessões gratuitas conduzidas por investigadores do Ensino Superior, Institutos de Investigação e outras entidades.

As temáticas serão desenvolvidas em conjunto com os municípios tendo por base as características e necessidades do território.

Cada município irá dinamizar 2 workshops.

2) Laboratórios de Aprendizagem

As atividades letivas do dia-a-dia serão transformadas em espaços laboratoriais cenografados.

As experiências a serem desenvolvidas durante a sessão serão previamente definidas pela equipa prestadora de serviços e os professores de cada escola.

3) Conversas com investigadores

Nesta iniciativa jovens investigadores das mais diversas áreas científicas vão às escolas inspirar alunos do ensino secundário.

As temáticas serão negociadas com as escolas.

Duração até 28/06/2019

Início: 3º período 2017/2018

7 ações por turma.

7. Implementação de ambientes Inovadores de Educação

Este Projeto financia a aquisição de tablets, para as Escolas do 1º Ciclo, nomeadamente aos 315 alunos/as e respetivos professores do 1º ciclo das EB1 do Município de Penacova, trabalhando essencialmente a língua portuguesa.

8. Ações de Sensibilização e Mobilização de Competências Digitais

Realização de sessões de sensibilização/informação relacionadas com as competências digitais e os ambientes inovadores de educação.

São ações dirigidas a toda a comunidade.

9. Gestão e Avaliação do Projeto

Avaliação externa do Plano garantindo a transparência e eficácia de execução das atividades previstas.

10. Plano de Comunicação

Sensibilizar e informar a comunidade educativa relativamente às ações a serem desenvolvidas durante e após o término do Plano.

11. Um Projeto “Um Município Mind Serena”

O Projeto MindSerena, é o Projeto Piloto do Município de Penacova que se caracteriza por um programa de promoção de competências socio emocionais baseado em mindfulness e que está a ser desenvolvido em parceria com a Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, até setembro de 2019. É dirigido às 209 crianças que frequentam os 6º e 8º anos do ensino básico do Agrupamento de Escolas de Penacova, respetivos professores e pais.

Com este projeto pretende-se desenvolver uma maior capacidade de atenção nos/as alunos/as para que estejam mais tempo atentos e focados/as durante as aulas; reduzir a ansiedade e aumentar a capacidade da atenção plena; aumentar a consciência do corpo, pensamentos e emoções; melhorar as relações interpessoais; aumentar a compaixão, Auto compaixão, gentileza, paciência, controlo de impulsos reativos e redução do *bullying*; e aumentar a função executiva das crianças, que está associada ao desempenho cognitivo e sucesso escolar.

Deste modo, através da aplicação de um programa de intervenção estruturado em 15 sessões para alunos dos 6º e 8º anos, 50 horas de formação de docentes para o desenvolvimento das suas competências socio emocionais e de mindfulness e de sessões de sensibilização a encarregados/as da educação, serão trabalhadas competências que promovem a atenção/concentração, a redução da ansiedade, a regulação emocional, a memorização, a resolução de conflitos, entre outras.

A investigação realizada revela que esta metodologia promove a capacidade de compreensão, memória e reduz os níveis de stress e ansiedade facilitando, assim, a aprendizagem e consequentemente, um rendimento escolar mais satisfatório.

2. Segurança Social

O direito à Segurança Social, estabelecido no art.º 63.º da Constituição da República Portuguesa, é concretizado através do sistema de Segurança Social consubstanciado nas sucessivas leis de bases que o foram ajustando à evolução social e económica nacional e internacional e da estrutura orgânico-funcional responsável pela sua implementação.

As várias alterações e ajustamentos ao longo das décadas foram dando corpo ao atual sistema da Segurança Social, sendo este um sistema que pretende assegurar os direitos básicos dos cidadãos e a igualdade de oportunidades, bem como, promover o bem-estar e a coesão social para todos os cidadãos portugueses ou estrangeiros que exerçam atividade profissional ou residam no território.

A Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 83-A/2013, de 30 de dezembro, é a que aprova as bases gerais do sistema de Segurança Social atualmente em vigor. Este sistema tem como objetivos prioritários:

- Garantir a concretização do direito à Segurança Social
- Promover a melhoria sustentada das condições e dos níveis de proteção social e o reforço da respetiva equidade
- Promover a eficácia do sistema e a eficiência da sua gestão.

A Segurança Social rege-se por princípios gerais que se enunciam:

- Princípio da universalidade,
- Princípio da igualdade
- Princípio da solidariedade
- Princípio da equidade social
- Princípio da diferenciação positiva
- Princípio da subsidiariedade
- Princípio da inserção social
- Princípio da coesão intergeracional
- Princípio do primado da responsabilidade pública
- Princípio da complementaridade
- Princípio da unidade
- Princípio da descentralização
- Princípio da participação
- Princípio da eficácia
- Princípio da tutela dos direitos adquiridos e dos direitos em formação
- Princípio da garantia judiciária
- Princípio da informação

O Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSS) é o departamento governamental que tem por missão a definição, condução e execução das políticas de emprego, de formação profissional, de relações laborais e condições de trabalho, solidariedade e segurança social, bem como a coordenação das políticas sociais de apoio à família, crianças e jovens em risco, idosos e natalidade, de inclusão das pessoas com deficiência, de combate à pobreza e de promoção da inclusão social.

O Instituto da Segurança Social, I.P., prossegue atribuições do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social sob superintendência e tutela do respetivo Ministro; e, tem por missão garantir a proteção e inclusão social dos cidadãos, no âmbito do Sistema Público de Segurança Social, reconhecendo os direitos e assegurando o cumprimento das obrigações, e promovendo o exercício da ação social.

O Instituto da Segurança Social, I.P. desenvolve a sua atividade em todo o território nacional continental através dos Serviços Centrais, dos 18 Centros Distritais, do Centro Nacional de Pensões e conta com uma rede alargada de Serviços de Atendimento ao público.

Compete aos Centros Distritais a responsabilidade pela execução, ao nível de cada um dos distritos, das medidas determinadas pelo Conselho Diretivo do ISS necessárias ao desenvolvimento e gestão das prestações, das contribuições e da ação social. A atuação dos centros distritais pode desenvolver-se de forma deslocalizada mediante serviços locais de proximidade com os cidadãos, a operar na sua área de intervenção.

O Centro Distrital de Coimbra é o serviço responsável pela execução, ao nível do distrito de Coimbra, pelas medidas acima enunciadas, tem a sua sede na Rua Abel Dias Urbano, nº2, em Coimbra e um Serviço Local em cada uma das sedes dos 16 concelhos do distrito.

No concelho de Penacova, o Serviço Local situa-se na Rua de Santo António, nº2 em Penacova, dispondo dos serviços de Atendimento Geral, Tesouraria e Ação Social.



Figura 5 - Entrada da Segurança Social de Penacova

No âmbito da Ação Social, o Técnico responsável pela área geográfica do concelho de Penacova, pertence à Unidade de Desenvolvimento Social - Núcleo de Intervenção Social estando designado como representante da Segurança Social no Núcleo Local de Inserção de Penacova (NLI), na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Penacova (CPCJ - Modalidades Alargada e Restrita), Conselho Municipal de Educação (CME), Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC), Rede Social (CLAS e Núcleo Executivo).

Os indivíduos e/ou famílias apresentam sempre uma multiplicidade e/ou complexidade de problemáticas/vulnerabilidades que afetam a sua dinâmica pessoal/familiar e a organização da sua vida quotidiana, impelindo-as a recorrer aos serviços de ação social. Assim, o Técnico da Segurança Social trabalha em parceria com as demais entidades com responsabilidade social no concelho de Penacova, no sentido de desenvolverem uma ação social participativa e concertada, por forma a não duplicarem intervenções e a poderem, assim, rentabilizar os recursos existentes para uma intervenção ajustada às necessidades da população.

O Atendimento/Acompanhamento Social é uma resposta social que visa apoiar as pessoas e as famílias, residentes numa determinada área geográfica, na prevenção e/ou reparação de problemas geradores ou gerados por situações de exclusão social e, em certos casos, atuar em situações de emergência.

Tem como objetivos principais: informar, orientar e encaminhar; apoiar pessoas e famílias em situação de dificuldade e/ou emergência social; assegurar o acompanhamento social dos indivíduos e famílias no desenvolvimento das suas potencialidades, contribuindo para a sua autonomia, autoestima e gestão do seu projeto de vida; mobilizar recursos adequados à progressiva autonomia pessoal, social e profissional; prevenir situações de exclusão e, por último, dotar as pessoas e famílias dos meios e recursos que possibilitem planear a sua vida de forma organizada e autónoma.

Concelho de Residência	Nº Processos Familiares Ativos		
	2016	2017	2018
Penacova	662	394	441

Tabela 49 - Nº de processos familiares ativos do concelho de Penacova (por ano)

Durante os últimos 3 anos, o programa Rede Local de Intervenção Social (RLIS) foi executado no concelho de Penacova pela Santa Casa da Misericórdia de Penacova. Este projeto, no período em questão, acompanhou processos no âmbito do acompanhamento/ atendimento de ação social, atualmente todos os agregados em acompanhamento até ao término do projeto, transitaram novamente para o Técnico da Segurança Social responsável pela área geográfica do concelho, cujo atendimento decorre no Serviço Local da Segurança Social de Penacova.

Ao longo desses anos, a tipologia familiar que mais recorreu aos serviços de ação social foi a isolada, seguida da nuclear com filhos.

Tipologias	Ano		
	2016	2017	2018
Nuclear sem filhos	111	74	81
Nuclear com filhos	180	90	91
Monoparental	107	63	68
Isolado	263	160	208
Extensa	*	3	*
Composta	*	*	*
Avós c/ netos	4	*	*
Alargada	36	24	23

Tabela 50 - Nº de processos familiares ativos do concelho de Penacova (por tipo de família)

* Estes valores violam o segredo estatístico e não podem ser divulgados

Se o tipo de família se alterar ao longo do ano, a família pode ser contabilizada mais do que uma vez.

Ao longo dos anos identificados (2016, 2017 e 2018) os problemas económicos apresentam-se sempre como a problemática dominante que afeta com maior incidência a organização da vida quotidiana das famílias que recorreram aos serviços de ação social; no entanto podemos afirmar que o mesmo se cruza e é gerador de outras vulnerabilidades como o emprego e os problemas ao nível da saúde, que são as duas problemáticas que em termos numéricos se seguem.

Tipo de Problema/Vulnerabilidade Ativo	Nº Processos Familiares Ativos		
	2016	2017	2018
Ação Social / Segurança Social	7	0	*
Educação	*	0	0
Emprego	32	23	10
Formação Profissional	*	0	0
Habitação	6	6	*
Outros	10	4	7
Pessoais / Familiares	32	16	15
Problemas Económicos	117	99	45
Saúde	74	34	32
TOTAL	281	182	116

Tabela 51 - Nº de processos familiares ativos do concelho de Penacova (por tipo de problemática)

* Estes valores violam o segredo estatístico e não podem ser divulgados

O Rendimento Social de Inserção, enquanto medida de política social, foi criado com o objetivo de promover a efetiva inclusão dos indivíduos em situação de pobreza e/ou exclusão, sendo constituído por:

- Uma prestação pecuniária de caráter transitório e variável para assegurar a satisfação das suas necessidades mínimas, e;
- Por uma componente de inserção, traduzida na contratualização de um programa de inserção que integra um contrato de inserção que contempla ações de inserção definidas

de acordo com as características e condições dos beneficiários, apoios e medidas de inserção, direitos e deveres do titular e dos membros do seu agregado familiar que a ele devam ficar vinculados e as medidas de acompanhamento a realizar pelos serviços competentes.

É solicitado ao técnico gestor do processo, designado pelo Núcleo Local de Inserção (NLI), a preparação do contrato de inserção que deverá ser elaborado em conjunto com o titular da prestação e com os restantes membros do agregado familiar.

A aprovação dos programas de inserção, a organização dos meios inerentes à sua prossecução e ainda o acompanhamento e avaliação da respetiva execução compete aos Núcleos Locais de Inserção (NLI).

Nos Núcleos Locais de Inserção estão representados os serviços da Segurança Social (Entidade Coordenadora dos NLI), da Câmara Municipal, da Saúde, da Educação e do Emprego e as instituições locais que vão contribuir para encontrar as melhores soluções adaptadas à melhoria das condições de vida das famílias.

Escalaão etário do titular	2016			2017			2018		
	FEM	MAS	Total	FEM	MAS	Total	FEM	MAS	Total
20 a 39 anos	13	9	22	9	6	15	10	5	15
40 a 49 anos	4	7	11	4	7	11	7	5	12
50 a 59 anos	15	25	40	16	27	43	11	19	30
>= 60 anos	5	13	18	7	15	22	10	20	30
TOTAL	37	54	91	36	55	91	38	49	87

Tabela 52 - Nº de agregados familiares (com processamento) RSI, residentes no concelho de Penacova, por género e idade do titular

Verifica-se, nos anos em análise, que a faixa etária dos 50 a 59 anos é a que apresenta um maior número de titulares da prestação de RSI. Para além disso, observa-se que o número de titulares do género masculino (158) é superior ao número de titulares do género feminino (111).

As Prestações Familiares, são prestações em dinheiro atribuídas mensalmente, com o objetivo de compensar os encargos familiares.

O abono de família pré-natal constitui um apoio pago mensalmente às mulheres grávidas que tenham atingido a 13.ª semana de gravidez. Este abono é definido em função do escalão de rendimentos auferidos no agregado familiar.

Nos anos analisados, no concelho de Penacova, verificamos um decréscimo na atribuição deste abono no ano de 2017, no entanto no ano de 2018 já o valor apresenta uma tendência de subida em relação ao ano anterior.

Concelho de Residência	Nº titulares		
	2016	2017	2018
1º Escalão	8	11	12
2º Escalão	27	16	23
3º Escalão	26	23	21
4º Escalão	0	0	0
Total	61	50	56

Tabela 53 - Nº de titulares de abono de família pré-natal com processamento por ano

O abono de família constitui uma prestação financeira atribuída mensalmente, com o intuito de auxiliar nos encargos familiares respeitantes ao sustento e educação das crianças e jovens.

Este apoio financeiro é atribuído até aos 16 anos do jovem, pelo que a partir desta idade apenas é atribuído a jovens que frequentem níveis de ensino.

No concelho de Penacova verificamos um pequeno aumento no número de atribuições deste apoio ao longo dos três anos sujeitos a análise.

Concelho de Residência	Nº titulares		
	2016	2017	2018
1º Escalão	354	331	341
2º Escalão	599	568	523
3º Escalão	493	508	537
4º Escalão	0	52	64
Total	1446	1459	1465

Tabela 54 - Nº de titulares de abono de família para crianças e jovens com processamento por ano

Os jovens estudantes a receber abono de família para crianças e jovens poderão beneficiar ainda de uma prestação em dinheiro denominada Bolsa de Estudo, que é atribuída mensalmente, para combater o abandono escolar, melhorar a qualificação dos jovens em idade escolar e compensar os encargos acrescidos com a frequência obrigatória de nível secundário ou equivalente.

Tem direito à bolsa de estudo o aluno que ingresse no ensino secundário ou em nível de escolaridade equivalente e reúna cumulativamente as seguintes condições:

- Esteja inserido em agregado familiar com rendimentos de referência correspondentes ao 1.º ou 2.º escalão do abono de família para crianças e jovens
- Esteja matriculado e a frequentar o 10.º, 11.º ou 12.º ano de escolaridade ou nível equivalente
- Tenha idade inferior a 18 anos. Caso esta idade seja atingida no decurso do ano escolar, mantém-se o direito à bolsa de estudo até ao fim do ano escolar
- Tenha aproveitamento escolar durante a frequência do ensino secundário ou de nível de escolaridade equivalente.

A bonificação por deficiência, é um complemento ao abono de família para crianças e jovens. Esta bonificação é atribuída aquando da perda ou anomalia congénita ou adquirida, de estrutura ou função psicológica, intelectual, fisiológica ou anatómica, a crianças ou jovens que necessitem de apoio terapêutico ou pedagógico.

No concelho de Penacova, nos anos analisados, verifica-se um aumento de atribuição desta bonificação, embora não significativo.

Concelho de Residência	Nº titulares		
	2016	2017	2018
Penacova	71	73	72

Tabela 55 - Nº de titulares de bonificação por deficiência com processamento por ano

As prestações de Desemprego constituem uma prestação financeira atribuída aos beneficiários desempregados como suporte à falta de remuneração decorrente da perda involuntária de emprego.

Nos anos analisados verificamos uma diminuição significativa no concelho de Penacova, em todos os subsídios verificados: de desemprego, social de desemprego e de desemprego subsequente.

Subsídio	Nº beneficiários por ano de processamento		
	2016	2017	2018
Subsídio de Desemprego	403	344	298
Subsídio Social de Desemprego	18	15	11
Subsídio Social de Desemprego Subsequente	62	46	46

Tabela 56 - Nº de beneficiários com processamento de prestações de desemprego por tipo de subsídio e ano de processamento

O quadro que se apresenta, de seguida, permite visualizar o número de pensionistas por Regime, tipo de pensão e sexo. Nele estão expostos os dados referentes às Pensões de:

- Pensão de invalidez - valor pago mensalmente, destinado a proteger os beneficiários do regime geral de Segurança Social nas situações de incapacidade permanente para o trabalho. Considera-se invalidez toda a situação incapacitante, de causa não profissional, que determine incapacidade permanente para o trabalho.

- Pensão de velhice - apoio em dinheiro pago às pessoas com idade igual ou superior a 66 anos e 5 meses (2019) que tenham descontado durante pelo menos 15 anos para a Segurança Social.

- Pensão de Sobrevivência é uma prestação em dinheiro, atribuída mensalmente, que se destina a compensar os familiares do beneficiário falecido da perda de rendimentos de trabalho resultante da morte deste.

Regime		Regime Contributivo			Regime Não Contributivo		
Sexo		MAS	FEM	Total	MAS	FEM	Total
Invalidez	2016	178	130	308	50	36	86
	2017	166	119	285	47	34	81
	2018	162	114	276	a)	a)	a)
Velhice	2016	1.444	1.734	3.178	13	30	43
	2017	1.429	1.732	3.161	13	28	41
	2018	1.436	1.714	3.150	13	25	38
Sobrevivência	2016	193	992	1.185	0	3	3
	2017	188	977	1.165	0	3	3
	2018	174	963	1.137	0	4	4

Tabela 57 - Nº de pensionistas por regime, tipo de pensão e sexo

Notas: Dados a 31 de dezembro de cada ano.

O Regime contributivo agrega o regime geral e regime rural regulamentar.

O Regime não contributivo agrega o regime rural transitório e o regime da pensão social

a) A pensão de invalidez do regime não contributivo foi integrada na Prestação Social para a Inclusão (PSI).

O Complemento Solidário para Idosos (CSI) é um apoio em dinheiro pago mensalmente aos idosos de baixos recursos, com idade igual ou superior à idade normal de acesso à pensão de velhice do regime geral de Segurança Social e residentes em Portugal.

De acordo com o quadro abaixo, podemos verificar que durante os 3 anos analisados, o número de titulares do género feminino é bastante superior ao número de titulares do género masculino, a explicação poderá passar pelo facto de que tradicionalmente as mulheres permaneciam no domicílio a cuidar dos filhos e das lides da casa, não fazendo descontos para terem uma carreira contributiva que lhe permitisse aceder a uma pensão.

Sexo	Nº de beneficiários (com processamento)		
	2016	2017	2018
Feminino	322	321	316
Masculino	98	93	92
Total	420	414	408

Tabela 58 - Nº de beneficiários com processamento de CSI, residentes no concelho de Penacova

Outros direitos a que o beneficiário do CSI pode aceder:

1. Benefícios Adicionais de Saúde são apoios que reduzem as despesas de saúde no âmbito de dois programas específicos:

- Benefícios Adicionais de Saúde, permitem o reembolso das despesas de saúde na compra de: Medicamentos (parcela do preço não comparticipada pelo Estado) – participação financeira em 50%; Aquisição de óculos e lentes – participação financeira em 75% da despesa, até ao limite de € 100,00, por cada período de dois anos; Aquisição e reparação de próteses dentárias removíveis – participação financeira em 75% da despesa, até ao limite de € 250,00, por cada período de três anos.

- **Programa Nacional de Promoção da Saúde Oral, permite aceder de forma gratuita** às consultas de dentista/estomatologista, através de um **cheque-dentista** que lhe é passado pelo Médico de Família.

2. Apoio Social Extraordinário ao Consumidor de Energia

- Tarifa Social de Eletricidade
- Tarifa Social do Gás Natural

Os indivíduos e famílias, economicamente, mais vulneráveis, podem beneficiar de um desconto na fatura da eletricidade e do gás natural. A adesão aos apoios foi efetuada no

fornecedor de eletricidade ou gás natural, não sendo necessária, para o efeito, a apresentação de Declaração da Segurança Social.

A Prestação Social para a Inclusão (PSI) é uma prestação em dinheiro paga mensalmente a pessoas com deficiência, com grau de incapacidade igual ou superior a 60% e com idade igual ou superior a 18 anos, com vista a promover a sua autonomia e inclusão social. Esta prestação é constituída por três componentes: a Componente Base, o Complemento e a Majoração.

A Componente Base destina-se a compensar os encargos gerais acrescidos que resultam da situação de deficiência, tendo em vista promover a autonomia e inclusão social da pessoa com deficiência.

O Complemento da prestação, constitui um reforço do montante pago pela componente base, e tem como objetivo o combate à pobreza das pessoas com deficiência ou incapacidade que vivam sozinhos ou em agregados familiares com carência económica ou insuficiência de recursos.

A Majoração visa compensar encargos específicos resultantes da situação de deficiência (aguarda regulamentação em legislação específica).

Escalão de idade na data de referência	Nº de beneficiários (com processamento)	
	2017	2018
15 a 24 anos	0	6
25 a 39 anos	3	25
40 a 45 anos	6	49
55 a 79 anos	4	24
Total	13	104

Tabela 59 - Nº de titulares com processamento de PSPI, residentes no concelho de Penacova, por escalão de idade e ano

Tendo em consideração que a Prestação Social para a Inclusão (PSI) foi lançada em outubro de 2017 na sua Componente Base, podemos observar que nesse ano o número de beneficiários com processamento, no concelho de Penacova, foram unicamente 13; mas com o decorrer do ano de 2018 esse número aumentou consideravelmente para 104. Verificando-se, também, um significativo aumento ao nível dos processamentos dos beneficiários do género masculino.

Sexo	Nº de beneficiários (com processamento)	
	2017	2018
Feminino	8	47
Masculino	5	57
Total	13	104

Tabela 60 - Nº de titulares com processamento de PSI, residentes no concelho de Penacova, por escalão de sexo

A atribuição do Complemento da Prestação Social para a Inclusão (PSI), que se iniciou em outubro de 2018, constitui um reforço do montante pago aos titulares PSI que vivam em agregados familiares com carência económica ou insuficiência de recursos, potencializando-se desta forma a integração e harmonização da política pública de apoio às pessoas com deficiência ou incapacidade.

3. Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Penacova

A Comissão de Proteção de Menores de Penacova foi criada ao abrigo do Decreto-Lei nº189/91 de 17 de maio e, reorganizada através da portaria nº1226-AD, de 30 de dezembro de 2000, dando lugar à [Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Penacova](#). É uma instituição oficial, não judicial, com autonomia funcional que, tem como objetivo, promover os direitos da criança e do jovem, prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança e o seu desenvolvimento integral.

Os seus procedimentos são regulamentados através da aplicação da Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, Lei n.º 147/99, de 1 de setembro (alterada pela lei n.º31/2003 de 22 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º142/2015, de 8 de setembro).

- a) Promoção dos direitos das crianças e jovens de Penacova, bem como afastar o perigo em que estes se encontram;
- b) Proporcionar-lhes condições que permitam proteger e promover a sua segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral;
- c) Garantir a recuperação física e psicológica das crianças e jovens;
- d) Dinamizar ações de prevenção de situações de perigo.

A CPCJ de Penacova é constituída por uma equipa multidisciplinar, que integra profissionais de diversas áreas de intervenção social, especializados nas áreas da infância e juventude.

Entidade Representada	N.º
Município	1
Ministério da Saúde	1
Ministério da Educação	1
Segurança Social	1
Associação de Pais e EE de Penacova	1
IPSS	1
IEFP	1
Associações	1
Forças de Segurança	1
Associações de Jovens	1
Cidadãos eleitores designados pela Assembleia Municipal	4
Técnicos Cooptados	6

Tabela 61 - Entidades representadas na CPCJ de Penacova

A Comissão funciona no edifício das Piscinas Municipais de Penacova e é constituída por representantes de várias entidades, sendo o presidente eleito pelo plenário de entre todos os seus membros. Atualmente a presidência é da competência do representante da autarquia.

A CPCJ funciona em duas modalidades, em concreto:

Comissão Alargada - vocacionada para desenvolver ações de âmbito geral, de sensibilização da comunidade, de promoção dos direitos da criança ou do jovem e da prevenção das situações de perigo. É atualmente constituída por 20 elementos, funciona em plenário ou por grupos de trabalho para assuntos específicos e reúne com uma periodicidade mensal.

Comissão Restrita – a esta compete intervir nas situações concretas em que uma criança ou jovem está em perigo.

É atualmente constituída por 11 elementos, que reúnem quinzenalmente mas, funcionando em permanência.

Entidade Representada	N.º
Município	1
Ministério da Saúde	1
Ministério da Educação	1
Segurança Social	1
IPSS	1
Elementos Cooptado	1
Elementos Cooptados pela CMP	2
Elementos Cooptados através de protocolo com IPSS	3
Total	10

Tabela 62 - Elementos pertencentes à Comissão Restrita

Intervenção

A intervenção para a promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem em perigo, tem lugar quando os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto ponham em perigo a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento, ou quando esse perigo resulte de ação ou omissão de terceiros ou da própria criança ou jovem a que aqueles não se ponham de modo adequado a remove-lo (artigo 3.º, da LPCJP).

Considera-se que a criança ou jovem está em perigo quando (ponto 2 do artigo 3.º da LPCJP):

- a) Está abandonada ou vive entregue a si própria;
- b) Sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;
- c) Não recebe os cuidados ou afeição adequados à sua idade e situação pessoal;
- d) Está ao cuidado de terceiros, durante período de tempo em que se observou o estabelecimento com estes de forte relação de vinculação e em simultâneo com o não exercício pelos pais das suas funções parentais;
- e) É obrigada a executar atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudicial à sua formação ou desenvolvimento;
- f) Está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetam gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;
- g) Assume comportamentos ou entrega-se a atividades ou consumos que afetam gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento, sem que os pais, representante legal ou quem tenha a guarda de facto se oponha de modo adequado a remover essa situação.

Poderá ser acompanhada uma criança ou jovem, com idades compreendidas entre os 0 e os 18 anos, ou pessoa com menos de 21 que solicite a continuação da intervenção iniciada antes de atingir os 18 anos; ou até aos 25 anos sempre que existam e apenas enquanto durem processos educativos ou de formação profissional.

A CPCJ intervém quando tem conhecimento que uma criança ou jovem que esteja em situação de perigo. Em sede de comissão restrita é analisada a situação e deliberada a abertura do processo.

A família e a criança ou jovem são contactados e ouvidos, dependendo a intervenção da CPCJ do consentimento expresso dos pais e da não oposição da criança ou jovem, com idade igual ou superior a 12 anos. Posteriormente é efetuada uma avaliação diagnóstica da situação, com o apoio dos serviços e instituições existentes na comunidade. Após a avaliação diagnóstica, mantendo-se a situação de perigo é elaborado um Acordo de Promoção e Proteção, aplicando-se as medidas de promoção e proteção previstas no artigo 35º da LPCJP.

4. Instituições Apoio Social

Neste ponto, vamos deter-nos na identificação descritiva das 6 Instituições Particulares de Solidariedade Social que protagonizam a sua intervenção no espaço territorial do concelho de Penacova. Assumem uma incontornável preponderância, dado que, cobrindo todo o espaço concelhio, proporcionam às famílias todas as respostas de cuidado com as crianças [creche, jardim de infância, CATL] e com os idosos [CD, SAD e ERPI], sendo de salientar a prestimosa resposta diferenciadora da APPACDM. Desta forma, tais estruturas são agentes sociais de referência, dinamizadores económicos locais de excelência e cooperadores irrenunciáveis do poder público. Constituem-se ainda como laboratório analítico da realidade concreta, sinalizador de problemas, dada a sua presença privilegiada no terreno.

4.1. APPACDM de Vila Nova de Poiares – Centro de Figueira de Lorvão

**Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental – Vila Nova de Poiares (APPACDM)
Centro de Figueira de Lorvão**

**MORADA: Largo Pe. Manuel Vieira dos Santos
3360-053 Figueira de Lorvão
CONTACTOS TELEFÓNICOS: 239478113
FAX: 239474859
E-mail: appacdm-penacova@sapo.pt
WEB SITE: appacdm-poiares.org**



Figura 6 - APPACDM de Vila Nova de Poiares – Centro de Figueira de Lorvão



Figura 7 - APPACDM de Vila Nova de Poiares – Centro de Figueira de Lorvão

Tabela 63 - Caracterização da APPACDM de Vila Nova de Poiares – Centro de Figueira de Lorvão

Breve Descrição

A APPACDM Vila Nova de Poiares é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos. Tem como objetivo o apoio às pessoas com deficiência mental e incapacidades. O seu âmbito de atuação e intervenção é a área geográfica da Instituição (Distrito de Coimbra).

Visão

Ser instituição de referência de Qualidade pela diferenciação dos serviços que desenvolve para a Pessoa com Deficiência Mental e Incapacidades.

Missão

Promover a cidadania ativa e desenvolver projetos de vida com qualidade da Pessoa com Deficiência Mental e Incapacidades, envolvendo a Família e a Comunidade

Valores

Confidencialidade; Integridade; Privacidade; Rigor; Solidariedade

O **Centro de Atividades Ocupacionais (C.A.O.)** da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental Vila Nova de Poiares, em Figueira de Lorvão, iniciou a sua atividade em novembro de 1987, com o principal objetivo de promover a valorização pessoal e a inclusão social de pessoas com deficiência e/ incapacidade, estimulando o máximo desenvolvimento das suas capacidades e potenciais.

O Centro de Atividades Ocupacionais (C.A.O.) é uma resposta social de apoio a pessoas com deficiência mental e incapacidade, com vista ao desenvolvimento/manutenção da sua autonomia pessoal e social, proporcionando o seu equilíbrio emocional. Destina-se a pessoas com idade igual ou superior a 16 anos, visa promover o bem-estar e a qualidade de vida, a reabilitação funcional, a valorização familiar e comunitária e a ocupação socialmente útil.

Princípios de intervenção: orientada para o Cliente, a intervenção perspetiva o desenvolvimento do seu projeto de vida, tendo por base as suas necessidades potenciais e expetativas. Assenta no modelo de qualidade de vida, abrangendo domínios como as relações interpessoais, autodeterminação, bem-estar físico, emocional e material, cidadania e direitos.

Objetivos: desenvolver atividades que potenciem o crescimento psicossocial do cliente enquanto pessoa capaz de fazer escolhas e com direito a partilhar lugares comuns; desenvolver e manter competências que permitam a ocupação útil em contextos institucionais, familiares e comunitários; proporcionar atividades que visem manter o seu equilíbrio físico, emocional e social.

Serviços: alimentação; transporte; administração de medicação regular; cuidados de higiene e conforto pessoal; apoio psicossocial; terapias.

Atividades: As atividades desenvolvidas pelo C.A.O. da APPACDM em Figueira de Lorvão estão organizadas em atividades estritamente ocupacionais; desenvolvimento pessoal e

social; lúdico-recreativas e terapêuticas; estimulação sensorial; desportivas; socioculturais; socialmente úteis.

Projetos em desenvolvimento:

“Saberes & Sabores”

“Reciclar é Ganhar”

Projeto Rios

“Alimentação saudável”/ Agricultura biológica na Estufa

Desporto Adaptado (ANDDI)

“Sons & Ritmos”

CAOkistadores / Rancho Etnográfico

Projeto URANO

“Pintar.com - Comunicar...na pintura”

Oficina de papel e artesanato concelhio

Jornal “As notícias da APPACDM em Penacova”

O horário de funcionamento é das 8h00 às 18h00, de segunda a sexta.

Outras respostas sociais no Centro da APPACDM em Figueira de Lorvão:

Centro de Formação Profissional

A APPACDM Vila Nova de Poiares é uma entidade certificada para o desenvolvimento de ações de formação profissional, desde 1990.

Atualmente, no âmbito do Programa Operacional Integração Social e Emprego desenvolve cursos de formação de Auxiliar de Serviços Gerais, Costureiro/a Modista (estes dois no Centro de Figueira de Lorvão) e Operador/a de Jardinagem (Centro de Vila Nova de Poiares).

Os cursos estão integrados numa candidatura ao Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE), são financiados pelo Estado Português (EP) e pelo Fundo Social Europeu (FSE) da União Europeia (EU). Orientam-se para a Formação Profissional de Pessoas com Deficiência e Incapacidade, desempregados e com habilitações escolares até ao 9º ano. A frequência dos cursos atribui bolsa de formação, subsídio de refeição e de transporte.

Centro de Recursos para a Inclusão

O Centro de Recursos para a Inclusão (CRI) da APPACDM Vila Nova de Poiares é uma resposta integrada na rede nacional de C.R.I., acreditada desde 2009. Constitui objetivo geral do CRI apoiar a inclusão das crianças e jovens com deficiências e incapacidades, em parcerias com estruturas da comunidade, no que se prende com o acesso ao ensino, à formação, ao trabalho, ao lazer, à participação social e à vida autónoma, promovendo o máximo potencial de cada indivíduo.

O CRI da APPACDM de Vila Nova de Poiares tem parcerias estabelecidas com os Agrupamentos de Escolas de Penacova e de Vila Nova de Poiares disponibilizando uma Equipa Pluridisciplinar de técnicos especializados, para intervir junto das crianças e jovens com Necessidades Educativas Especiais de carácter permanente que frequentam o ensino regular nestes dois concelhos, dando resposta adequada e individualizada nas áreas de intervenção definidas em cada ano letivo pelos referidos Agrupamentos.

Grupos Alvo

Pessoas com deficiência mental e multideficiência, doença mental e/ou incapacidades.

Recursos Humanos por área:

O Centro de Atividades Ocupacionais (C.A.O.) da APPACDM., em Figueira de Lorvão, tem uma equipa técnica multidisciplinar, integrando

- 1 Diretor de Serviços/Psicóloga
- 1 Assistente Social
- 1 Técnica Superior de Reabilitação Psicomotora
- 1 Técnica Superior de Educação
- 1 Professor (regime de destacamento do Ministério da Educação)
- 1 Monitor de CAO
- 5 Auxiliares de Apoio a Pessoas com Deficiência
- 2 Trabalhadores Auxiliares de Serviços Gerais
- 1 Escriturária
- 1 Cozinheira
- 2 Motoristas
- 1 Contrato Emprego Inserção para pessoas com deficiência (CEI+)

O Centro de Formação Profissional, em Figueira de Lorvão, integra:

- 1 Formadora interna
- 2 Formadoras externas

O Centro de Recursos para a Inclusão integra:

- 1 Terapeuta da Fala
- 1 Psicóloga
- 1 Terapeuta Ocupacional

Dificuldades/Constrangimentos no processo de ajustamento das respostas sociais atuais às necessidades observadas

1. Centro de Atividades Ocupacionais, em espaço próprio, adequado e acessível (aumento da capacidade de resposta; mobilidade no interior e no exterior)
2. Lar Residencial para pessoas com deficiência e/ou incapacidades
3. Serviço de transportes públicos entre povoações e para o centro da Vila

Respostas Sociais	Capacidade (nº de lugares)			Acordo de Cooperação			Total Utentes/Utilizadores					
	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016		2017		2018	
							H	M	H	M	H	M
Centro atividades ocupacionais	31	31	31	31	31	31	21	10	19	12	19	12

Tabela 64 - APPACDM: Serviço de transportes públicos entre povoações e para o centro da Vila

Legenda: Género: **H** – Homens; **M**- Mulheres

4.2. Centro de Bem-Estar Social da Freguesia de Figueira de Lorvão

Nome da Entidade: Centro de Bem-estar Social da Freguesia de Figueira de Lorvão

Morada: Largo Cónego Manuel Vieira dos Santos

Contatos telefónicos: 239 472 741

E-mail: geral@cbes-figueiradelorvao.com

Web site: <http://www.cbes-figueiradelorvao.com>



Figura 8 - Centro de Bem-Estar Social da Freguesia de Figueira de Lorvão



Figura 9 - Centro de Bem-Estar Social da Freguesia de Figueira de Lorvão



Figura 10 - Centro de Bem-Estar Social da Freguesia de Figueira de Lorvão

Respostas Sociais	Capacidade [nº de lugares]			Acordo de Cooperação			Total de Utentes/Utilizadores					
	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016		2017		2018	
							H	M	H	M	H	M
Lar de Idosos de Figueira de Lorvão	26	26	26	26	26	26					7	19

Lar de Idosos de Sazes de Lorvão	15	15	15	10	10	12					7	18
Serviço de Apoio Domiciliário	25	25	25	23	23	23					12	11
Centro de Dia de Figueira de Lorvão	30	30	30	30	30	30					8	18
Centro de Dia de Sazes de Lorvão	20	20	20	16	16	16					15	10
Creche	30	30	30	28	28	28					15	10
Centro Atividades Tempos Livres	40	40	40	40	40	40					30	10

Tabela 65 - Centro de Bem-Estar Social da Freguesia de Figueira de Lorvão: Capacidade/Acordo de Cooperação/Total de Utentes e/ou Utilizadores

Legenda: Género: H – Homens; M- Mulheres

NOTA: Não nos é possível apresentar os dados referentes aos anos 2016/2017 das respostas, assim como o n.º médio de dias de espera.

Breve Descrição

O CBESFFL é uma IPSS sem fins lucrativos, cujas áreas de intervenção social são 1ª infância – Creche; infância – CATL; 3ª idade –, Serviço de Apoio Domiciliário e Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Centro de Dia, abrangendo maioritariamente as freguesias de Figueira e Sazes de Lorvão (freguesias onde estão instaladas as infraestruturas das respostas).

Para além da área social, o CBESFFL tem desenvolvido ao longo dos últimos anos atividades de carácter lúdico-desportivo para várias faixas etárias, tais como dinamização de grupos seniores facilitando o acesso à hidroginástica (piscinas municipais), grupo sénior de dança e cantares – Trigo maduro; grupo de adultos Bodydance; grupo de crianças e jovens de ginástica acrobática, danças urbanas e patinagem artística (modalidade federada).

Visão

Contribuir com uma resposta social certificada e mais abrangente ao nível dos serviços para a comunidade; Alargar a resposta social às necessidades sentidas pela comunidade envolvente; Constituir-se num pilar primordial de desenvolvimento social e humano da comunidade envolvente; Ser reconhecido como um centro de excelência na intervenção social.

Missão

Tem como Missão ter uma expressão organizada do dever da solidariedade e de justiça entre os indivíduos, tendo como objetivo principal o apoio a crianças e proteção dos cidadãos na velhice e na invalidez, com vista à integração social, através de uma intervenção personalizada.

Pretende ainda responder/satisfazer as necessidades e expectativas dos utentes, familiares, colaboradores e comunidade em geral.

Grupos Alvo	Horários
Creche: crianças dos 4 meses aos 3 anos	7:00 – 19:00
catl: crianças dos 6 aos 12 anos	7:30 – 19:30
SAD, cd, erpi: maiores dos 65 anos	8:00 – 20:00 (SAD e CD)

Tabela 66 - Horário de funcionamento do CBSFFL

Recursos humanos por área

Creche: cinco ajudantes de ação educativa; duas educadoras de infância

CATL: duas ajudantes de ocupação; uma animadora cultural; uma animadora socioeducativa [Diretora técnica a tempo parcial]

SAD: 4 ajudantes de ação direta

CD: um motorista; três ajudantes de ação direta

ERPI: dezasseis ajudantes de ação direta; duas enfermeiras; cinco auxiliares de serviços gerais

Comuns: um diretor de serviços; uma gestora da qualidade; uma assistente social; duas administrativas; quatro cozinheiras; duas ajudantes de cozinha; uma engomadeira, uma encarregada de setor.

4.3. Centro Social Paroquial de Lorvão

Caraterização da Instituição

Em 1986, por iniciativa da Cáritas Diocesana de Coimbra e com apoio de fundos Europeus, o Grupo Sócio - Caritativo pensa em criar temporariamente um Centro de Atividades de Tempos Livres (ATL).

O Sr. Pe. Joaquim Ribeiro Jorge, pároco da freguesia de Lorvão na altura, sugeriu que, uma vez que não estava a utilizar a casa paroquial para habitar e estando as instalações a sofrer com a falta de utilização, notando-se já alguma degradação, fosse usada a casa para instalar o ATL. A Comissão da Igreja concordou com a condição de as mesmas instalações continuarem a ser utilizadas para os encontros de catequese e outras reuniões relacionadas com a Igreja.

Em 1993 foi feita uma transferência das valências da Cáritas para o Centro Social Paroquial de Lorvão

Desde a sua fundação o Centro Social Paroquial de Lorvão pensou em construir uma nova sede, uma vez que as atuais sempre se apresentaram de carácter provisório. Devido a dificuldades financeiras este sonho foi sempre sendo adiado.

Ao abrigo do programa PARES foi construída a nova sede, no ano 2009, com as respostas sociais de Centro de Dia, Apoio Domiciliário e Creche.

Ao abrigo do programa PRODER foi construída a nossa Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI). Em 28 de Abril de 2013 inaugurou-se a esta Estrutura, com a presença de Dom Virgílio Antunes, Bispo de Coimbra.

Identificação da Instituição

Denominação Social: Centro Social Paroquial de Lorvão

Sede: Rua do Bairro S/N 3360-106 Lorvão

Contribuinte: 502545852

Constituição: Atividade Principal: Atividades Apoio Social Para Pessoas Idosas, com Alojamento (CAE: 87301)

Telefone: 239474430

Fax: 239472382

Email: csplorvao@gmail.com

Website: www.csplorvao.org

Corpos Gerentes

Direção

Presidente

Vice-Presidente

Tesoureiro

Primeiro Vogal

Segundo Vogal

Conselho Fiscal

Presidente

Primeiro Vogal

Segundo Vogal

Eixos Estratégicos

Muito embora possamos adotar uma linguagem com fortes preocupações de sustentabilidade financeira e orientada para a racionalização dos escassos recursos disponíveis, o CSPL assume como forte preocupação nos seus objetivos estatutários e regulamentares a primazia da pessoa na sua individualidade e na peculiaridade, suportando em mecanismos de solidariedade e subsidiariedade junto dos mais carenciados.

O CSPL assume um conjunto de orientações de gestão, que passam pela sua Visão, Missão e Valores, procurando um fio condutor na sua intervenção, junto da comunidade, com particular atenção aos mais carenciados, situação que assume cada vez mais uma importância crucial no contexto em que vivemos.

Na base das nossas inquietações, e como suporte fundamental para o cumprimento das nossas orientações estratégicas, surgem as preocupações com a sustentabilidade e com a obtenção de recursos materiais, humanos e financeiros garantindo o equilíbrio necessário para o cumprimento de objetivos maiores.

Candidaturas

A Direção vai continuar atenta e diligente a todos os programas de financiamento a que eventualmente se possa candidatar, muito em especial ao quadro comunitário “Portugal 2020”;

Promover candidaturas a diversos Programas do Instituto de Emprego e Formação Profissional, conforme as necessidades da Instituição (ex: Contratos de Apoio- Inserção, Estágios Profissionais e apoios à contratação, entre outros).

Elaborar uma política de investimento financeiro sólida e eficaz, com o objetivo principal da rentabilização dos fluxos aplicados.

Missão

O CSPL tem como missão a prestação de serviços à comunidade, disponibilizando respostas inovadoras que vão ao encontro das necessidades, contribuindo para o bem-estar dos nossos clientes, familiares e comunidade envolvente, através de um conjunto de serviços prestados com excelência e qualidade. Dá prioridade absoluta à pessoa humana, em todas as fases da sua vida, com relevância para a infância, juventude e terceira idade, pautando a sua conduta pela proteção dos cidadãos e pela sua integração social e comunitária.

Valores

No exercício das suas atividades, o Centro Social prossegue o bem público eclesial de acordo com as normas da Igreja Católica e tem como fins a promoção da caridade cristã, da cultura, da educação e da integração comunitária e social, especialmente dos mais pobres, na perspetiva dos valores do Evangelho e da Doutrina Social da Igreja.

Pessoa humana: O conceito unitário e global da pessoa humana e respeito pela sua dignidade e liberdade de consciência; buscando o seu aperfeiçoamento cultural, espiritual, social, inserido na comunidade, num espírito de solidariedade humana, cristã e social.

Solidariedade: desenvolver o espírito solidário, que de algum modo envolve a partilha de saberes, de conhecimentos e também de bens materiais. O espírito de convivência e de solidariedade social é um fator decisivo do trabalho comum, tendente a valorização integral dos indivíduos, das famílias e da comunidade.

Igualdade: reconhecimento prático da igual dignidade dos dois sexos, igualdade de oportunidades entre todas as pessoas. Todos devem ter acesso ao emprego e a uma vida digna e justa.

Cidadania: apelar para uma responsabilização e participação na vida ativa da comunidade. Formar e refletir para os valores morais, espirituais, estéticos e cívicos.

Educação: A educação está envolvida em tudo que diz respeito à nossa vida, desde as condições de nossa inserção no mundo material, no mundo social e cultural, até a inserção no mundo de nossos sentimentos e emoções.

Visão

O CSPL pretende tornar os diversos tipos de respostas sociais, mais adequados e próximas dos seus utilizadores, definindo como eixos prioritários intervenções nas áreas da solidariedade social criando e gerindo estruturas de apoio que permitam prestar serviços de excelência a todos os seus utentes/clientes, famílias e comunidade.

- Qualificar respostas sociais e departamentos segundo o Sistema de Gestão da Qualidade com o objetivo de obter o nível de excelência segundo os manuais da qualidade do Instituto de Segurança Social IP.

- Formar e qualificar técnicos e colaboradores, de forma a melhorar as respostas existentes e antecipar novas intervenções que respondam às necessidades do meio envolvente. Estratégia.

O CSPL aposta na excelência como forma de estar, investindo em todos os serviços que presta à comunidade, nas capacidades dos seus dirigentes e colaboradores na busca de

soluções que permitam uma integração mútua de objetivos, visando antecipar necessidades e exceder expectativas.

O Centro Social Paroquial de Lorvão foi criado por iniciativa da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Lorvão, ereto canonicamente por decreto do Bispo da Diocese de Coimbra. É uma Instituição Particular de Solidariedade Social sem fins lucrativos e, por isso, entidade de utilidade pública com sede na rua do Bairro s/n. O Centro tem por âmbito territorial de ação prioritária a paróquia de Lorvão, embora podendo servir a população das freguesias vizinhas, conquanto mantendo a qualidade do serviço em geral.

Esta Instituição propõe-se contribuir para o aperfeiçoamento cultural, espiritual, social e a promoção integral de todos os paroquianos, coadjuvando os serviços públicos competentes ou as instituições particulares num espírito de solidariedade humana, cristã e social. No exercício das suas atividades, o Centro Social prossegue o bem público eclesial de acordo com as normas da Igreja Católica e tem como fins a promoção da caridade cristã, da cultura, da educação e da integração comunitária e social, especialmente dos mais pobres, na perspetiva dos valores do Evangelho e da Doutrina Social da Igreja.

Os seus domínios de intervenção são:

- a) Apoio a população Idosa;
- b) Apoio à infância e juventude incluindo as crianças e jovens em risco;
- c) Proteção social dos cidadãos na eventualidade de doença, invalidez, velhice e morte bem como em todas as situações de carência económica, falta ou diminuição dos meios de subsistência ou capacidade para o trabalho, exclusão social e outros;
- d) Apoio às famílias e comunidade;
- e) Apoio às pessoas com deficiência e incapacidade;
- f) Prevenção, promoção e proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa, de cuidados continuados e de reabilitação e assistência medicamentosa;
- g) Educação e formação profissional dos cidadãos;
- h) Resolução dos problemas habitacionais das populações;
- i) Outras respostas sociais, não incluídas nas alíneas anteriores, desde que contribuam para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos;

O Centro poderá exercer de modo secundário, outras atividades de fins não lucrativos de carácter cultural, educativo, recreativo, de assistência e de saúde, designadamente:

- a) Atividades culturais e lúdicas, como teatro, idas à biblioteca, educação musical e alfabetização;
- b) Atividades desportivas;
- c) Ações de formação da comunidade;

O Centro pode ainda desenvolver atividades de natureza instrumental relativamente aos seus fins não lucrativos, ainda que desenvolvidas por outras entidades por ele criadas, mesmo que em parceria, e cujos resultados económicos contribuam exclusivamente para o financiamento da concretização daqueles fins.

No exercício das suas atividades, o Centro Social deverá ter sempre presente:

1. O Centro prossegue o bem público eclesial na sua área de intervenção de acordo com as normas da Igreja Católica e tem como fins a promoção da caridade cristã, da cultura, da educação e da integração comunitária e social, na perspetiva dos valores do Evangelho, de todos os habitantes da comunidade onde está situado, especialmente dos mais pobres.

2. O Centro, na prossecução dos seus fins, deverá orientar a sua ação sócio caritativa, à luz da doutrina social da Igreja tendo em conta, entre outros, os seguintes princípios inspiradores e objetivos:

- a) O conceito unitário e global da pessoa humana e respeito pela sua dignidade.
- b) O aperfeiçoamento cultural, espiritual, social e a promoção integral de todos os habitantes da Paróquia, num espírito de solidariedade humana, cristã e social.
- c) O espírito de convivência e de solidariedade social como fator decisivo do trabalho comum, tendente a valorização integral dos indivíduos, das famílias e demais agrupamentos e de mais comunidade paroquial.
- d) O desenvolvimento do sentido da solidariedade e da criação de estruturas de partilhas de bens.
- e) A realização de um serviço de iniciativa da comunidade cristã, devendo assim proporcionar, com respeito pela liberdade de consciência, formação cristã aos seus beneficiários e não permitir qualquer atividade que se oponha aos princípios cristãos;
- f) Um incentivo de espírito de convivência humana como fator decisivo do trabalho em comum tendente à valorização integral das pessoas e das famílias;
- g) A prioridade à proteção das pessoas mais pobres e desfavorecidas ou atingidas por calamidades, mobilizando para tal recursos humanos e materiais necessários à criação, manutenção de estruturas de apoio às famílias ou a determinados setores de população, como aos idosos, aos jovens e às crianças;
- h) A resposta possível a todas as formas de pobreza, exercendo a sua finalidade sócio caritativa;
- i) Os benefícios da cooperação com os grupos permanentes ou ocasionais que, no âmbito local ou regional, se ocupem da promoção, assistência e melhoria de vida das populações;
- j) A utilidade do recurso a grupos de trabalho tecnicamente preparados ou devidamente qualificados;
- k) O seguimento, na sua atividade, dos princípios católicos e não aceitar compromissos que de alguma forma condicionem a observância dos seus princípios;
- l) O contributo para a solução dos problemas sociais à luz da Doutrina Social da Igreja;

- m) A participação na ação social de toda a comunidade paroquial, em estreita cooperação com outras instituições e grupos de ação social que não contradigam nos fins e nos meios a moral católica e com a entreatjada cristã de proximidade;
- n) A escolha dos seus próprios agentes (funcionários, colaboradores, colaboradores, auxiliares) de entre as pessoas que partilhem ou pelo menos respeitem a identidade católica das obras de caridade;
- o) A procura em evitar financiamentos ou contribuições por entidades e instituições que prossigam fins em contraste com a doutrina da Igreja;
- p) A aceitação da coordenação do Bispo Diocesano em compatibilidade com a sua autonomia jurídica de acordo com os Estatutos.

Para poder responder às necessidades da população esta instituição dispõe das seguintes respostas sociais: Berçário e Creche, CAF (Componente de Apoio à Família), Centro de Dia e Apoio Domiciliário, Gabinete do utente e ERPI (Estrutura Residencial para Idosos).

As respostas sociais Creche e Centro de Dia funcionam de segunda a sexta, a CAF funciona somente durante as férias escolares, o Apoio Domiciliário e a ERPI funcionam todos os dias.

Esta Instituição Particular de Solidariedade Social está inscrita na Direção Regional da Segurança Social sob a inscrição nº 38/92, rege-se pelos seus Estatutos e Regulamento Interno.

Caracterização das áreas de intervenção

O Centro Social Paroquial de Lorvão desenvolve, desde 1993, serviços e atividades que visam melhorar a qualidade de vida da população, com vista à promoção e integração social dos seus clientes. Na prossecução deste objetivo, o CSPL, através das respostas sociais em funcionamento e das dinâmicas implementadas, proporciona oportunidades de apoio, aprendizagem, convívio e participação, envolvendo, sempre que possível, os agentes da comunidade.

O CSPL integra quatro respostas sociais, com Acordo de Cooperação com o ISS, IP – Centro Distrital de Coimbra, as quais preveem dar continuidade à implementação do Modelo de Avaliação da Qualidade das Respostas Sociais, de modo a assegurar um serviço de qualidade dirigido aos interesses e necessidades dos clientes (crianças, pessoas idosas e suas famílias).

Respostas sociais e suas capacidades

Respostas Sociais/Acordos de Cooperação	Centro de Dia	Apoio Domiciliário	ERPI	Creche
Acordo de Cooperação	40	30	21	19
Sem acordo de Cooperação	10	10	6	0
Capacidade	50	40	27	50

Tabela 67 - Centro Social e Paroquial de Lorvão: Caracterização das Áreas de Intervenção

Centro de Dia

Em 2019 dar-se-á continuidade à prestação de um conjunto de serviços dirigidos à população idosa que contribuirão para a sua manutenção no meio sociofamiliar e para a satisfação das suas necessidades básicas, entre eles:

- Acolhimento e informação;
- Refeições (pequeno-almoço, almoço, lanche e jantar quando necessário);
- Cuidados de higiene pessoal e tratamento de roupa;
- Acompanhamento social e afetivo;
- Atividades de animação socioculturais;
- Convívio / ocupação e favorecimento das relações interpessoais, a fim de evitar o isolamento;
- Acompanhamento aos serviços de saúde, na ausência da retaguarda familiar.
- Os clientes integrar-se-ão nas atividades do Plano de Atividades Sociopedagógicas previstas e terão semanalmente propostas de atividades diversas, tais como:
 - Expressão corporal: aulas de movimento e ginástica.
 - Trabalhos manuais: desenho, pintura, tecelagem, tricot, etc.;
 - Atividades ao ar livre: jogos tradicionais;
 - Exploração do meio: visitas culturais, piqueniques, participação em atividades desenvolvidas para a população idosa, organizadas por outros equipamentos da Instituição ou Entidades externas;
 - Comemoração de datas festivas;
 - Momentos destinados ao coro;
 - Jogos: cartas, damas, dominó e outros;
 - Participação em sessões de informação e sensibilização sobre diferentes temáticas de interesse.

Assume relevância o incentivo às atividades realizadas em conjunto entre os clientes integrados nos diferentes equipamentos da Instituição, assim como em determinadas datas festivas o desenvolvimento de dinâmicas em articulação com as crianças da Creche.

O espírito da Instituição é continuar a descobrir caminhos novos para exercitar, motivar e encher a vida dos mais novos e mais velhos, para que a vontade de realizar e ser útil se mantenha por muito tempo.

Serviço de Apoio Domiciliário

O Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), o Acordo de Cooperação com o ISS, I.P. – Centro Distrital de Coimbra, integrando 30 clientes.

O SAD é a resposta social que consiste na prestação de cuidados e serviços a famílias e/ou pessoas que se encontrem no seu domicílio, em situação de dependência física ou psíquica e que não possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas

necessidades básicas e ou a realização das atividades instrumentais da vida diária, nem disponham de apoio familiar para o efeito.

O SAD tem como objetivos fundamentais:

- a) Concorrer para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e famílias;
- b) Contribuir para a conciliação da vida familiar e profissional do agregado familiar;
- c) Contribuir para a permanência dos clientes no seu meio habitual de vida, retardando ou evitando o recurso a estruturas residenciais;
- d) Promover estratégias de desenvolvimento da autonomia;
- e) Prestar os cuidados e serviços adequados às necessidades dos clientes, sendo estes objeto de contratualização;
- f) Facilitar o acesso a serviços da comunidade;
- g) Reforçar as competências e capacidades das famílias e de outros cuidadores.

Para a concretização efetiva dos seus objetivos, o SAD dispõe de um conjunto diversificado de serviços em função das necessidades dos seus clientes, nomeadamente:

Cuidados de Higiene e Conforto Pessoal – prestação de cuidados de higiene e de conforto pessoal de acordo com as necessidades do cliente.

Higiene habitacional – arrumação e pequenas limpezas no domicílio, estritamente necessárias à natureza dos cuidados prestados.

Fornecimento e apoio nas refeições – confeção, transporte e /ou distribuição de refeições. A alimentação é equilibrada e variada, tendo sempre em conta as necessidades dietéticas dos clientes.

Tratamento de roupa - Consiste na prestação de um serviço de lavandaria que inclui a recolha de roupa suja de uso pessoal do cliente no domicílio, para posteriormente passar pela lavagem e engomadoria (nas instalações da Instituição) e distribuição / entregue novamente no domicílio.

Atividades de Animação e Socialização – Este serviço inclui a animação, lazer, cultura, aquisição de bens e géneros alimentícios, pagamento de serviços, deslocação a entidades da comunidade;

Serviço de Teleassistência - O CSPL prevê a continuidade do serviço de Teleassistência para os clientes do desta resposta social em parceria com a Câmara Municipal de Penacova. Este serviço contempla, através da colocação de uma pulseira ao cliente, bem como de um aparelho sincronizado com um telefone fixo, o atendimento telefónico 24 horas por dia, 365 dias por ano no que concerne ao:

- Atendimento e acompanhamento de situações de emergência;
- Serviço de alerta (toma de medicamentos, despertar, aviso de consultas,...);
- Combate à solidão.

Podem ainda ser considerados Serviços de Apoio Domiciliário, quando requisitados:

Formação/Sensibilização – Consiste na formação dos familiares e cuidadores informais para a prestação de cuidados dos clientes.

Apoio social - visa acompanhar o cliente e respetivas famílias na dificuldade de prevenção/resolução de problemas, assim como informar e encaminhar na área dos direitos e deveres sociais.

Cuidados de imagem – Corte de cabelo, arranjo das unhas, massagens, entre outros.

Realização de pequenas modificações ou reparações no domicílio – Colocação de lâmpadas, apertar parafusos, entre outros.

Realização de atividades ocupacionais – atividades de estimulação cognitiva, nomeadamente, palavras cruzadas, jogos de memória, jogos de cartas e dominó, música, leitura, entre outros.

Estrutura Residencial para Idosos

A Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) é uma resposta social desenvolvida em alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, para pessoas em situação de solidão, isolamento social ou de perda de autonomia. Este edificado tem capacidade para 27 utentes. Os principais objetivos da ERPI/Lar de Idosos: são proporcionar serviços permanentes e adequados à problemática biopsicossocial das pessoas idosas; contribuir para a estimulação de um processo de envelhecimento ativo; criar condições que permitam preservar e incentivar a relação intrafamiliar; potenciar a integração social.

Esta resposta funciona todos os dias, 24h por dia prestando os seguintes serviços:

- Nutrição e alimentação;
- Cuidados de higiene e conforto pessoal;
- Cuidados de imagem;
- Apoio nas Atividades de Vida Diária;
- Lavagem e tratamento de roupa;
- Higienização e conforto dos espaços;
- Apoio clínico;
- Cuidados de enfermagem;
- Acompanhamento aos cuidados de saúde;
- Apoio social;
- Atividades de animação e socialização;
- Aquisição de bens/acompanhamento ao exterior.
- Assistência Religiosa

Ao caracterizarmos os residentes da Estrutura Residencial para Idosos (ERPI), por sexo e grupo etário, verifica-se que na sua maioria são mulheres. É de referir também a existência de

utentes com idades abaixo dos 65 anos, tal deve-se ao acolhimento de pessoas portadoras de deficiência.

Ao fator idade, associamos outros motivos que determinam o acolhimento institucional, onde se destacam os problemas de saúde e, paralelamente, o das dependências.

Por tudo o que foi referido anteriormente, podemos concluir que os utentes necessitam cada vez mais de cuidados diferenciados e especializados. Para que isto ocorra, foi necessário aumentar o grau de qualificação e de competências dos colaboradores, tendo iniciado já o segundo grupo de 15 colaboradoras na ação de formação com vista à certificação na área da Geriatria.

Paralelamente, continuamos a investir na melhoria da qualidade de vida dos utentes, através da humanização de alguns espaços interiores e exteriores e na aquisição de mais ajudas técnicas. Também a vertente da higienização foi melhorada, com a aquisição de carros para distinguir o circuito dos limpos e dos sujados, melhorando assim o controlo de infeção.

Para responder às necessidades e expectativas dos utentes e respetivos familiares, de forma personalizada, esta resposta social conta com uma equipa multidisciplinar, composta por enfermeiro, osteopata, animador(a) sociocultural, ajudantes de lar e centro de dia, auxiliares de serviços gerais e assistente social, que acumula a direção técnica. Contudo, existe ainda um conjunto de recursos humanos comuns a todas as respostas sociais, onde se incluem cozinheiras, ajudantes de cozinha, motoristas, administrativo, Fiel de Armazém etc.

Creche

O objetivo geral da resposta social pretende proporcionar o bem-estar físico, emocional e afetivo das crianças, bem como o seu desenvolvimento integral, num clima de segurança física e afetiva, durante a ausência parcial dos seus familiares, através de um atendimento individualizado em todo o processo evolutivo das crianças.

Para cada um dos grupos de crianças, e independentemente do tema do Projeto Pedagógico, foi definida uma intenção pedagógica geral que orienta toda a prática pedagógica desta resposta social.

Na Creche a Instituição pretende:

- Prestar apoio a crianças com diminuída retaguarda familiar, bem como em situação de maior vulnerabilidade;
- Criar e desenvolver equipamentos socioeducativos, com a finalidade de proporcionar às crianças condições adequadas ao seu desenvolvimento, garantindo o bem-estar e o desenvolvimento integral das crianças num clima de segurança afetiva e física, durante o afastamento parcial do seu meio familiar, através de um atendimento
- Individualizado;

- Colaborar estreitamente com a família numa partilha de cuidados e responsabilidades em todo o processo evolutivo das crianças;
- Colaborar de forma eficaz no despiste precoce de qualquer inadaptação ou deficiência, favorecendo o seu encaminhamento adequado;
- Favorecer as relações sociais e evitar o isolamento;
- Criar estruturas que facilitem a conciliação da vida familiar com a vida profissional.

Tendo em vista a promoção de um serviço de qualidade dirigido aos interesses e necessidades dos clientes (crianças e suas famílias), a Creche encontra-se a implementar o 'Modelo de Gestão da Qualidade – Creche', utilizando, para esse efeito, a versão revista e editada pelo Instituto da Segurança Social.

A resposta social 'Creche' prevê também a utilização dos diversos recursos e potencialidades a nível cultural, desportivo e paisagístico, além de infraestruturas de apoio social e comunitário, que permitem o desenvolvimento de atividades e projetos compatíveis com a resposta a desenvolver, o que será uma mais-valia para o desenvolvimento ativo e integrado da mesma.

Pessoal ao serviço da Instituição

Trabalhadores Gerais, isto é, cujas funções os afetam a todas as valências:

- 1 – Técnica S. S. Social (Diretora Técnica)
- 1 – Chefe de Serviços Administrativos
- 3 – Cozinheiras
- 1 – Ajudante de Cozinha
- 1 – Fiel de Armazém
- 3 – Motoristas

Trabalhadores afetos às valências Centro de Dia e Apoio Domiciliário, já que os serviços são prestados rotativamente às duas valências:

- 5 – Ajudantes de Ação Direta
- 3 – Trabalhadores Serviços Gerais
- 2 – Animadora Cultural

Trabalhadores afetos às valências Creche

- 1 – Educadoras de Infância
- 2 – Ajudantes de ação educativa
- 1 – Animadora Cultural

Trabalhadores afetos á valência ERPI

- 8 – Ajudantes Ação Direta
- 1 – Enfermeira
- 2 – Trabalhadores Serviços Gerais
- 1 – Animadora Cultural

4.4. Fundação Mário da Cunha Brito

 <p>Figura 11 - Logótipo da Fundação Mário da Cunha Brito</p> <p><u>HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO</u></p> <p>Lar de idosos- 24:00h</p> <p>Centro de dia- 09:00h- 17:30h</p> <p>Serviço de apoio domiciliário- 08:00h- 20:00h</p> <p>Creche- 07:00h- 19:00h</p>	 <p>Figura 12 - Fundação Mário da Cunha Brito</p> <p>MORADA: Largo Engº Maurício Vieira de Brito nº1, 3360-259 S. Pedro de Alva TEL.: +351 239 450 140 FAX: +351 239 450 149 E-MAIL: geral@fmcb.pt WEB SITE: www.fmcb.pt</p>
---	---

Tabela 68 - Caracterização da Fundação Mário da Cunha Brito

Breve Caracterização da Fundação Mário da Cunha Brito

Enquadramento Geográfico

A Fundação Mário da Cunha Brito é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, sediada na União de freguesias de S. Pedro de Alva e S. Paio do Mondego e tem como âmbito de intervenção a União de freguesias de S. Pedro de Alva e S. Paio do Mondego, a União de freguesias de Oliveira do Mondego e Travanca do Mondego e em Paradelas da Cortiça, abrangendo um total de 4.554 pessoas (dados dos censos de 2011).

Missão

A Fundação tem como Missão promover a melhoria da qualidade de vida da população no território da sua área de intervenção, de modo a promover o desenvolvimento integral da comunidade, especialmente dos idosos em situação socialmente desfavorecida, facilitar o acesso às famílias jovens com filhos ao emprego e formação profissional assim como, os indivíduos com necessidade de apoio na reabilitação física, através de um acompanhamento personalizado e contínuo, tendo como pilar o espírito da solidariedade social.

Visão

Pretendemos ser uma Instituição de referência no exercício de um trabalho de desenvolvimento social que privilegie a implementação de políticas e práticas de solidariedade a nível concelhio, como distrital, assente numa perspetiva de reconhecimento nos serviços prestados e desenvolvendo novos projetos que permita dar respostas às necessidades sociais, conseguindo ser uma referência na inovação social.

Valores:

Sustentabilidade;
Responsabilidade
Humanização;
Solidariedade;
Justiça Social;
Valorização e envolvimento dos recursos humanos;
Compromisso;
Igualdade
Respeito pela dignidade e bem-estar da pessoa

Objetivos:

Tem como objetivos (cfr. Art.º 2º dos estatutos), contribuir para a promoção das populações, em especial de S. Pedro de Alva, Travanca do Mondego, Paradela da Cortiça, São Paio do Mondego e Oliveira do Mondego e intervir nas áreas de apoio às crianças e jovens, apoio à família, integração social e comunitária, combate à pobreza, bem como à educação e formação de cidadãos.

(cfr. Art.º 3º Estatutos)

De forma principal

- Proteção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho;
- Proteção e apoio às crianças e jovens;
- Proteção e apoio à família;

Bem como

- Assistência de pessoas com deficiência;
- Combate e atenuação da pobreza;
- Promoção da integração social e comunitária em ordem à salvaguarda da dignidade e bem-estar físico e mental;
- A resolução dos problemas habitacionais das populações;

E ainda subsidiariamente

- Promoção e proteção da saúde e a prevenção, controlo e combate da doença;
- Educação e formação profissional dos cidadãos;
- Cooperação com outras IPSS ou associações de cariz social, cultural ou humanitário.

Grupo Alvo

A Fundação, ocupa hoje uma posição de referência a nível local e regional, com respostas direcionadas para a problemática da 3ª idade, nomeadamente prestação de serviços de proximidade à população idosa dependente e socialmente desfavorecida através das respostas sociais Lar de Idosos, Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário.

Dirige também a sua ação na área da 1ª Infância através da resposta social Creche para responder às necessidades das famílias jovens, facilitando o acesso dos pais das crianças ao emprego, à formação e/ou ocupação laboral.

Apoia cerca de 250 utentes distribuídos pelas respostas sociais com acordo de cooperação com o CDSS Coimbra e outras respostas de prestação de cuidados à população.

Presta serviços de fisioterapia à comunidade através de um Centro de Medicina Física e Reabilitação, com o objetivo de tratar as sequelas de patologias nas áreas da neurologia; ortopedia; traumatologia; reumatologia e alterações resultantes do processo de envelhecimento entre outras.

Dispõe de um gabinete de apoio social, com o objetivo de informar, orientar e apoiar famílias e indivíduos promovendo o desenvolvimento das competências necessárias à resolução dos seus próprios problemas de forma abrangente e integrada, partilhando responsabilidades com entidades e instituições parceiras em todo o processo de inserção social, através do planeamento integrado e concertado, garantem uma maior eficácia das respostas aos problemas identificados destacando-se o programa rendimento social de inserção (RSI), através da participação no núcleo local de inserção (NLI) e da parceria com a Rede Social do concelho de Penacova, constituído por outras tantas instituições do concelho. Desenvolve também atividades socioculturais dirigidas à população idosa da comunidade envolvente, com o objetivo de promover iniciativas facilitadoras da convivencialidade desta faixa etária, por escassez de oportunidades de convívio e lazer devido à interioridade do concelho e fracos recursos económicos.

Recursos Humanos

Dispõe de recursos humanos qualificados para dar resposta às problemáticas abrangidas, tendo ao serviço da Instituição:

- 6 na área da saúde (medicina, enfermagem e fisioterapia);
- 1 na área da higiene alimentar (HACCP);
- 3 na área social (serviço social e psicologia);
- 3 na área da animação sociocultural;

- 2 na área da educação de infância;
- 3 com qualificação profissional na área da ação educativa;
- 17 com qualificação profissional na área da geriatria.

2016		2017		2018	
No Quadro de Pessoal Permanente: 50		No Quadro de Pessoal Permanente: 51		No Quadro de Pessoal Permanente: 53	
Trabalhadores/as Independentes: 10		Trabalhadores/as Independentes: 10		Trabalhadores/as Independentes: 9	
Estagiários/as: 1		Estagiários/as: 1		Estagiários/as: 0	
CEI: 1		CEI: 2		CEI: 0	
Total: 62		Total: 64		Total: 62	
Distribuição por Sexos		Distribuição por Sexos		Distribuição por Sexos	
N.º de Homens: 8	N.º de Mulheres: 54	N.º de Homens: 8	N.º de Mulheres: 56	N.º de Homens: 8	N.º de Mulheres: 54
Distribuição por Grau de Escolaridade		Distribuição por Grau de Escolaridade		Distribuição por Grau de Escolaridade	
4ª Ano	8	4ª Ano	8	4ª Ano	8
6º Ano	9	6º Ano	5	6º Ano	5
9º Ano	14	9º Ano	17	9º Ano	16
12º Ano	16	12º Ano	17	12º Ano	17
Bacharelato	2	Bacharelato	2	Bacharelato	1
Licenciatura	12	Licenciatura	14	Licenciatura	14
Mestrado	1	Mestrado	1	Mestrado	1

Tabela 69 - Recursos Humanos da Fundação Mário da Cunha Brito (2016-2018)

Respostas Sociais	Capacidade (nº de lugares)			Acordo de Cooperação			Total Utentes/Utilizadores						Nº médio de dias em espera		
	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016		2017		2018		2016	2017	2018
							H	M	H	M	H	M			
Lar de Idosos	60	60	60	60	60	60	15	45	15	45	15	45	45	60	30
Serviço de Apoio domiciliário	40	40	40	40	40	40	20	17	19	21	18	22	0	0	8
Centro de Dia	20	20	20	10	10	10	3	6	3	5	5	11	0	0	0
Creche	26	26	26	19	19	19	5	8	5	12	17	7	0	0	0

Tabela 70 - Fundação Mário da Cunha Brito: Capacidade/Acordo de Cooperação/Total de Utentes/Nº médio de dias de espera

Dificuldades/Constrangimentos no processo de ajustamento das respostas sociais atuais às necessidades observadas

O acentuado envelhecimento da população portuguesa, aliado ao aumento da esperança de vida, evidencia o crescimento do número de pessoas com patologia crónica, doença incurável e/ou com dependência funcional. Tem-se verificado, nos últimos anos, um acréscimo de solicitações de acolhimento de pessoas com estas características, destacando-se as doenças de foro neurológico e mental.

Os equipamentos existentes, assim como os seus recursos humanos, estão inabilitados para fazer frente às novas necessidades de saúde e apoio social.

Verificando o encerramento de equipamentos de saúde mental, notou-se um aumento da procura dos nossos serviços por parte dos indivíduos portadores de doença do foro psíquico, limitando o acolhimento de idosos para os quais estamos habilitados.

Há, por isso, necessidade de diversificar respostas sociais e agilizar processos para estabelecer acordos menos tipificados, que respondam às problemáticas sociais reais, assim como dotar as Instituições que se apresentam como melhor resposta na Comunidade de pessoal devidamente credenciado para atenderem, em tempo útil, aos problemas emergentes.

4.5. Grupo Solidariedade Social Desportivo Cultural e Recreativo de Miro

Morada: Sede social - Rua Nossa Sr^a da Conceição, 57, Miro

Complexo Social - Rua DA Portela N^o40, Miro

Contatos telefónicos: 239 476 763

Fax: 239 476 764

E-mail: geral@gssdcmiro.pt

Web site: <http://www.gssdcmiro.pt/>



Figura 13 - Grupo de Solidariedade Social Desportivo Cultural e Recreativo de Miro

Caraterização

O Grupo de Solidariedade Social, Desportivo, Cultural e Recreativo de Miro foi fundado setembro de 1978, mas só em 20 de agosto de 1980, fez a Escritura Notarial, com a primeira designação de Grupo Desportivo, Cultural e Recreativo de Miro.

Desde a fundação, sempre trabalhou em parceria com o Instituto Português da Juventude, em programas mais dirigidos para os jovens, Férias em Movimento, Campos de Trabalho, Férias Desportivas, Ocupação de Tempos Livres, Voluntariado, Intercâmbios, etc.

Hoje podemos afirmar que somos uma das maiores instituições do concelho de Penacova, que movimenta mais de 1 milhão de euros, que conta mais de 800 associados, que dá emprego a mais de meia centena de pessoas, que garante a prática desportiva a mais de uma centena de atletas, que oferece cultura, recreio, e a solidariedade social a dezenas de crianças, jovens, adultos e idosos.

Na área social, temos cinco respostas sociais em funcionamento (ERPI, Centro Dia, SAD, Creche e CATL),

O GSSDCR Miro está em perfeitas condições de responder a todos os desafios que se lhe deparam, vai continuar a apresentar e a desenvolver projetos e propostas para todas as áreas

de intervenção, nunca descorando parcerias com entidades públicas e privadas, diversificando assim, a sua intervenção e a resposta que quer dar aos cidadãos de todo o concelho.

O Grupo de Solidariedade Social, Desportivo, Cultural e Recreativo de Miro (G.S.S.D.C.R. de Miro) é uma I.P.S.S. que desenvolve Atividades de Apoio Social à população do Concelho de Penacova e das zonas limítrofes, quer na área da infância, quer na área da 3ª Idade, através das Respostas Sociais de: Creche, ERPI, Centro de Dia, Apoio Domiciliário e CATL.

O G.S.S.D.C.R. de Miro visa a parceria com as famílias para tornar felizes e harmoniosas as vivências dos Idosos e Crianças, que frequentam este equipamento Social.

Temos como objetivo principal a prestação de um Serviço de qualidade a todos os níveis, na assunção de cada utente ser único e na convicção da excelência como compromisso.

Além de respostas sociais para a Comunidade temos outras áreas de intervenção:

Área projetos e Desenvolvimento:

Desenvolvimento Rural (espaço saberes e sabores Tradicionais)

Portugal Tradicional

Área do Desporto:

Futsal

Atletismo/Trail/Caminhadas

Área da Juventude:

Campos Férias

OTL

Área dos Transportes:

Transporte de sócios aos Centros e Saúde/Hospitais/consultas privadas

Organizações autónomas:

Rancho Típico Miro

Caça e Pesca

Cooperativa Agrícola

Desportos Radicais

Miro Viagens

Visão

Ser uma Instituição reconhecida como uma estrutura de referência nos cuidados a proporcionar à população Infantil e Sénior; providenciando ao nosso público-alvo o melhor nível

de qualidade de vida possível. Cuidaremos de cada um com o respeito e dignidade que merecem, de forma individualizada.

Missão

Promover a Prestação de Serviços pautados pela inovação, personalização e qualidade, com o objetivo de obter a satisfação dos nossos utentes e de mais envolvidos.

Valores

O G.S.S.D.C.R. de Miro assenta em vários valores tais como, inovação, responsabilidade social, humanismo, justiça, comprometimento com a comunidade, honestidade, solidariedade, qualidade e prioridade aos mais vulneráveis. No entanto, existem dois valores considerados fundamentais:

- Cada utente é único: privilegiamos relações personalizadas, baseadas no conhecimento profundo das necessidades de cada utente, que nos permita oferecer um serviço adequado, com respeito e humanização.
- Excelência como compromisso: superar as expectativas dos nossos utentes e respeitar os compromissos que assumimos, oferecendo um serviço de excelência, sendo este um desafio diário dos nossos colaboradores

Público-alvo

A Instituição presta serviços e desenvolve atividades dirigidas a Crianças, na primeira Infância, a jovens dos 6 aos 18 e a Idosos com idade igual ou superior a 65 anos, salvo casos excepcionais a considerar pela Direção, tendo por base os pareceres que entender por conveniente solicitar, de harmonia com as orientações técnicas existentes.

Recursos humanos por área:

18 Auxiliares de Ação Direta Lar
1 Auxiliar Serviços Gerais
3 Auxiliares Ação Direta SAD
1 Cozinheira
4 Ajudantes Cozinha
1 Encarregada Serviços Gerais
3 Administrativas
5 Motoristas
1 Diretora Técnica/Assistente Social
2 Animadoras Socio Educativas
3 Enfermeiras
1 Educadora Infância

5 Ajudantes Ação Educativa

Prestadores Serviços: 1 médica e 1 fisioterapeuta

Horário de Funcionamento da secretaria: 9h às 13h e das 14h às 18h

Dado que temos ERPI funcionamos 24h/dia

Respostas Sociais	Capacidade [nº de lugares]			Acordo de Cooperação			Total de Utentes/Utilizadores						Nº médio dias de espera		
	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016		2017		2018		2016	2017	2018
							H	M	H	M	H	M			
Lar de Idosos	44	44	45	44	44	44	13	31	93	35	93	36	300	250	225
Serviço de Apoio Domiciliário	40	40	40	30	30	30	12	16	13	22	17	20	0	0	0
Centro de Dia	30	30	30	24	28	28	92	12	73	13	93	13	0	0	0
Creche	33	33	33		17	20	96	11	15	77	66	0	0	0	
Centro de Atividades de Tempos Livres	88	88	88	40	40	40	36	14	42	14	35	20	0	0	0

Tabela 71 – Grupo de Solidariedade Social Desportivo, Cultural e Recreativo de Miro: Capacidade/Acordo de Cooperação/Total de Utentes e/ou Utilizadores/ Nº médio de espera

Legenda: Género: **H** – Homens; **M**- Mulheres

Dificuldades/Constrangimentos no processo de ajustamento das respostas sociais atuais às necessidades observadas

As necessidades que mais sentimos são a falta de vagas para ERPI. A nossa lista de espera é imensa. Verifica-se ainda a necessidade de construção de um pavilhão desportivo para a dar suporte à prática das várias atividades desportivas da IPSS para a comunidade.

4.6. Santa Casa da Misericórdia de Penacova

Nome da Entidade: Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Penacova

Morada: Rua de Santo António n.º 4 3360-337 Penacova

Contatos telefónicos: 239 470 070 (sede) | 239 476 309 (Carvalho)

E-mail: geral@scmpenacova.pt

Web site: www.scmpenacova.pt



Figura 14 - Santa Casa da Misericórdia de Penacova



Figura 15 - Santa Casa da Misericórdia de Penacova



Figura 16 - Santa Casa da Misericórdia de Penacova

Breve Descrição

A entidade **Santa Casa da Misericórdia de Penacova (SCMP)** tem reconhecida a sua personalidade jurídica civil com o estatuto de Instituição Privada de Solidariedade Social e exerce a sua atividade no âmbito da economia social no concelho de Penacova. Teve o seu primeiro alvará em 1902, mas foi em 1928 com a fundação do Hospital de Penacova que foi criada a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Penacova.

Para a concretização do seu fim, a Santa Casa da Misericórdia de Penacova desenvolve a sua atividade tendo por base os seguintes objetivos:

- Apoio à infância e juventude, designadamente a crianças e jovens em perigo;
- Apoio às pessoas idosas, às pessoas com deficiência e incapacidade, às pessoas em situação de necessidade ou de dependência, sem-abrigo e a vítimas de violência doméstica;
- Apoio à família e comunidade em geral;
- Apoio à integração social e comunitária;
- Promoção da saúde e prevenção da doença e prestação de cuidados na perspetiva curativa, de reabilitação e reintegração, designadamente através da criação, exploração e manutenção de hospitais, unidades de cuidados continuados e paliativos, serviços de diagnóstico e terapêutica, cuidados primários de saúde e tratamentos de doenças do foro mental e psiquiátrico e de demências, bem como aquisição e fornecimento de medicamentos e assistência medicamentosa;
- Salvaguarda e defesa do património cultural e artístico, material e imaterial, religioso ou não;

- Promoção da educação, da formação profissional e da igualdade de homens e mulheres;
- Habitação e turismo social;
- Empreendedorismo e outras respostas e serviços não incluídos nas alíneas precedentes, desde que enquadráveis no âmbito da economia social, isto é, desde que contribuam para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos e para a sustentabilidade da instituição;
- Atividade agrícola.

A criação desta entidade teve inicialmente o objetivo principal de dar resposta às necessidades de pobreza que se faziam sentir no concelho, nomeadamente para apoiar os idosos nas suas necessidades quotidianas.

Contudo, ao longo do tempo veio a desenvolver a sua atividade em prol das necessidades da comunidade concelhia, alargando a sua intervenção para outras respostas que visam colmatar as dificuldades acrescidas da população tornando-se assim numa instituição de referência na economia social concelhia.

Neste sentido, desde a sua criação até ao presente a atividade social da Instituição, insere-se nas respostas sociais de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Serviço de Apoio Domiciliário e Centro de Dia nas freguesias de Penacova e Carvalho, resposta destinadas à população idosa. Para apoio à população infantil tem disponível a resposta de Creche.

Quanto à população em situação de vulnerabilidade social e económica tem desenvolvido projetos de intervenção comunitária designadamente: entidade mediadora do Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados (PCAAC), Cantinas Sociais, resposta desenvolvida ao abrigo do Programa de Emergência Alimentar, e a Rede Local de Intervenção Social, com o Serviço de Atendimento/Acompanhamento Social. É, ainda, entidade recetora de bens do Banco Alimentar, polo de Coimbra, para distribuição pela população carenciada e entidade mediadora no Programa Operacional de Apoio à Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC), cuja finalidade é a distribuição de um cabaz de alimentos mensal.

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Penacova assenta a sua intervenção na seguinte visão, missão e valores:

-
- **Visão**

Ser uma instituição de excelência pela qualidade dos serviços prestados, uma vez que a nossa experiência garante-nos o conhecimento necessário à aplicação de boas práticas nos serviços disponibilizados.

- **Missão**

Desenvolver ações em prol da população em geral, tendo em vista o bem-estar do cliente e da família através de um trabalho humanizado das repostas sociais existentes.

- **Valores**

- Solidariedade

- Asseguramos a resolução e/ou encaminhamento adequado de cada situação, promovendo o desenvolvimento de competências dos nossos clientes/famílias e estabelecemos um trabalho de parceria com as mais variadas entidades.

- Sigilo Profissional

- Consideramos que deve ser respeitada a privacidade dos nossos clientes e colaboradores. Tratamos cuidadosamente toda a informação recebida, salvaguardando a confidencialidade.

- Respeito

- Acreditamos que deve ser garantida e respeitada a autonomia, individualidade e a especificidade de cada um, independentemente de questões como género, raça, religião, entre outros. Só assim, conseguimos prestar serviços de elevada qualidade.

- Espirito de Equipa

- Valorizamos um trabalho baseado na cooperação, confiança, tolerância e numa comunicação eficaz. Orientamos as nossas práticas para um bem comum, assegurando, desta forma, a sustentabilidade da Instituição.

- Inovação

- Estamos desportos para a importância da formação contínua e utilização de novas tecnologias. Aceitamos e procuramos novos desafios, tendo em vista a atualização e melhoria dos processos de trabalho.

- Profissionalismo

- Salientamos a importância da responsabilidade dos nossos atos, cumprindo todas as normas estipuladas e respeitando as tarefas inerentes a cada profissional.

Respostas Sociais e Serviços Prestados:

a) Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas:

Foi em 1987 que a Irmandade criou a Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas (ERPI) em Penacova. Esta resposta social consiste no alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, em que sejam desenvolvidas atividades de apoio social e prestados cuidados de enfermagem. É uma «casa de família» para os utentes, que, necessitam de assistência e apoio, contribuindo assim para a estabilização, autonomia ou estimulação do envelhecimento ativo e integração social.

Nessa altura abriu as suas instalações com 30 vagas, com acordo de cooperação com a Segurança Social, para dar resposta às necessidades das famílias e pessoas idosas que se encontravam, muitas vezes, sem uma rede de suporte informal.

Como crescer e bem servir a população tem sido uma ambição desta Instituição, a SCMP foi aumentando a sua capacidade ao longo dos anos. A sua recente ampliação foi em 2018, através de uma obra de requalificação. A sua capacidade de instalação passou para 50 idosos, dos quais 40 são utentes abrangidos pelo acordo de cooperação com a Segurança Social.

Este desenvolvimento permitiu reduzir o número de pessoas inscritas em lista de espera nesta resposta social.

Funciona ininterruptamente 24h*7 dias com horário para visitas das 14:30 às 18:30, incluindo fins-de-semana e feriados.

b) Centro de Dia:

Também foi em 1987 que a Irmandade iniciou resposta social de Centro de Dia (CD) em Penacova. Esta resposta social, desenvolvida em equipamento, destina-se a pessoas idosas de ambos os sexos que proporciona, em horário diurno, um conjunto diversificado de serviços e atividades de desenvolvimento pessoal tendentes ao bem-estar do utentes e ao seu equilíbrio emocional e físico e de apoio à respetiva família.

Os serviços prestados pela SCMP prendem-se com:

- Nutrição e alimentação nomeadamente, pequeno-almoço, almoço, lanche e jantar;
- Cuidados de higiene, pessoal e cuidados de imagem;
- Tratamento de roupa individual;
- Transporte habitação/Centro de Dia/habitação;
- Atividades socioculturais, lúdico-recreativas, motricidade e de estimulação cognitiva;
- Acompanhamento e Transporte a Consultas;
- Preparação e administração de medicação, quando prescritas pelo médico;
- Cuidados de enfermagem;
- Serviços de apoio aos utentes na habitação, nomeadamente pequenas reparações e adaptações ao bem-estar dos mesmos;
- Apoio psicossocial;
- Disponibilização de produtos de apoio à funcionalidade e à autonomia.

O CD funciona todos os dias da semana, incluindo fim-de-semana e feriados, entre a 8h00 e as 19h00, sendo o horário da frequência dos utentes definido dentro deste horário, de acordo com as necessidades destes e com a disponibilidade do serviço.

O horário para visitas é no período da tarde: das 14h30 às 18h30.

c) Serviço de Apoio Domiciliário:

As necessidades de apoio à população idosa foram cada vez mais sentidas e apeladas aos Mesários da SCMP e assim foi implementado, em 1992, o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD). O SAD é uma Resposta Social, que consiste na prestação de cuidados e serviços

individualizados e personalizados no domicílio das pessoas quando, por motivo de doença, deficiência, idade, ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente a satisfação das suas necessidades básicas e/ou atividades da vida diária.

Os serviços prestados pela SCMP prendem-se com os seguintes serviços:

- Fornecimento e apoio nas refeições nomeadamente pequeno-almoço, almoço, lanche e jantar, respeitando as dietas com prescrição médica;
- Cuidados de higiene, conforto pessoal e cuidados de imagem;
- Higiene habitacional, estritamente necessária à natureza dos cuidados prestados;
- Tratamento da roupa do uso pessoal do utente;
- Atividades de animação e socialização, designadamente, animação, lazer, cultura, aquisição de bens e géneros alimentícios, pagamento de serviços, deslocação a entidades da comunidade;
- Administração de medicação, quando prescrita pelo médico;
- Transporte e acompanhamento do utente ao exterior para consultas médicas e meios complementares de diagnóstico e outros;
- Formação e sensibilização dos familiares e cuidadores informais para a prestação de cuidados aos Utentes;
- Apoio psicossocial;
- Agilizar/facilitar o acesso a ajudas técnicas; Realização de atividades ocupacionais.

O SAD funciona todos os dias da semana, incluindo fim-de semana e feriados, entre a 8h00 e as 19h00, sendo o horário da frequência dos Utentes definido dentro deste horário, de acordo com as necessidades destes e com a disponibilidade do serviço.

d) Creche:

Em 2003, a SCMP alargou o seu âmbito de ação, passando a dar resposta também a crianças e jovens, com a criação de creche, jardim-de-infância e CATL.

Em 2006, a SCMP viu-se na obrigação de encerrar o jardim-de-infância assim como o CATL, devido à reorganização e a reformas no sistema educativo na educação pré-escolar e no 1.º ciclo de ensino básico.

Em 2011, a Creche abriu novas instalações aumentando o número de acordos de cooperação. Esta Resposta Social é um equipamento de natureza socioeducativa vocacionado para o apoio à família e à criança, destinado a acolher crianças até aos 3 anos de idade, durante o período correspondente ao impedimento dos pais ou de quem exerça as responsabilidades parentais.

Atualmente, a referida resposta social tem acordo de cooperação com a Segurança Social para 30 crianças.

A creche presta um conjunto de atividades e serviços designadamente:

- Cuidados adequados à satisfação das necessidades da criança;
- Nutrição e alimentação adequada, qualitativa e quantitativamente, à idade da criança, sem prejuízo de dietas especiais em caso de prescrição médica;
- Cuidados de higiene pessoal;
- Atendimento individualizado, de acordo com as capacidades e competências das crianças;
- Atividades pedagógicas, lúdicas e de motricidade, em função da idade e necessidades específicas das crianças;
- Disponibilização de informação à família, sobre o funcionamento da creche e desenvolvimento da criança.

Atualmente a Creche disponibiliza ateliers nos quais são promovidas atividades de âmbito extracurricular, nomeadamente, expressão musical, piscina, visando o desenvolvimento harmonioso da criança.

Este estabelecimento funciona de segunda a sexta-feira das 7h30 às 19h30.

e) Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário em Carvalho:

Também em 2011, foram criadas as infraestruturas para acolher um Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário em Carvalho. Estas duas respostas sociais iniciaram a sua atividade em setembro de 2014, estando atualmente em plena atividade.

Ambas as respostas Sociais têm os mesmos objetivos e serviços que o CD e SAD de Penacova.

O CD e o SAD funciona todos os dias da semana, incluindo fim-de-semana e feriados, entre a 8h00 e as 19h00, sendo o horário da frequência dos utentes definido dentro deste horário, de acordo com as necessidades destes e com a disponibilidade do serviço.

O horário do CD para visitas é no período da tarde: das 14h30 às 18h30.

f) Cantina Social:

Em 2012, face ao contexto de crise económica e social do país, a SCMP assinou um protocolo com a Segurança Social que lhe possibilitou a criação de mais uma resposta social - Cantina Social.

O protocolo de colaboração no âmbito da convenção de rede solidária de cantinas sociais para o programa de emergência alimentar assinado nessa altura tinha capacidade para 65 refeições diárias, no entanto, desde 2016 o número de refeições tem vindo a ser gradualmente reduzido.

A Cantina Social insere-se na Rede Solidária das Cantinas Sociais e constitui-se como uma resposta de intervenção no âmbito do Programa de Emergência Social, que tem como objetivo suprir as necessidades alimentares dos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade socioeconómica, através da disponibilização de refeições.

Atualmente, esta resposta abrange a globalidade do concelho de Penacova, situação conseguida ao abrigo de protocolos celebrados com as diversas IPSS do concelho.

São considerados beneficiários da Cantina Social as pessoas que se enquadrem numa das seguintes condições:

- Idosos com baixos rendimentos;
- Famílias expostas ao fenómeno do desemprego;
- Famílias com filhos a cargo;
- Pessoas com deficiência;
- Pessoas com dificuldade em ingressar no mercado de trabalho;
- Outras devidamente fundamentadas.

g) Rede Local de Intervenção Social

Em 2015, foi aprovada através de candidatura efetuada ao Portugal 2020-Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE), a resposta Rede Local de Intervenção Social (RLIS). Cofinanciada pelo Fundo Social Europeu.

Este serviço esteve em funcionamento de janeiro 2016 a janeiro de 2019. A RLIS teve como objetivo:

- Desenvolver um Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, designado por SAAS, através do qual se pretendeu assegurar o atendimento e o acompanhamento de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, bem como de emergência social, em todas as Freguesias do Concelho de Penacova;
- Informar, aconselhar e encaminhar para respostas;
- Contribuir para a aquisição e/ou fortalecimento das competências das pessoas ou famílias;
- Promover a autonomia e o fortalecimento das redes de suporte familiar;
- Assegurar o acompanhamento social do percurso de inserção;
- Mobilizar recursos para a progressiva autonomia pessoal, social e profissional;
- Elaborar proposta para atribuição de apoios económicos.

Com a colaboração das Juntas de Freguesias e IPSS conseguiu-se uma maior aproximação junto da população através de um atendimento descentralizado e individualizado.

Ainda, no âmbito desta candidatura a Santa Casa da Misericórdia elaborou uma Plataforma de Ação Social de Penacova denominada- PASP. Esta é uma ferramenta a nível social que tem como intuito permitir a ligação direta e segura de comunicação de dados e informações, num sistema informático, de forma simplificada e transparente. Foi pensada e concebida para facilitar o acesso da população aos serviços, através de um pedido de atendimento via web, bem como o registo e a partilha de informação de uma forma segura entre todos/as os/as agentes sociais

que trabalham ação social no Concelho de Penacova. Está previsto a disponibilização desta ferramenta informática pelas entidades ligadas à Intervenção Social concelhia no decorrer do ano 2019.

h) Banco Alimentar Contra a Fome:

Em 8 de novembro de 2016, a SCMP assinou o acordo de ajuda alimentar com o Banco Alimentar Contra a Fome. Esta colaboração com a referida entidade permite apoiar a nível alimentar famílias em situação de vulnerabilidade social e económica, no concelho de Penacova.

i) Programa Operacional de apoio às pessoas mais carenciadas:

Em Março de 2017 foi efetuada uma candidatura ao Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC), Medida 1, Tipologia 1.2.1- Eixo Prioritário 01 – Aquisição e Distribuição de Géneros Alimentares e ou Bens de Primeira Necessidade, em parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Arganil e a Irmandade de Nossa Senhora das Necessidades da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Poiares. Esta operação é cofinanciada pelo Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas Mais Carenciadas.

A Santa Casa da Misericórdia de Penacova, enquanto entidade mediadora desta operação no Concelho de Penacova tem como objetivo assegurar mensalmente a distribuição de géneros alimentares a indivíduos/famílias que se encontrem em situação de carência económica.

Este Programa permitiu levar um cabaz de alimentos a 32 famílias, distribuídas pelo concelho de Penacova, em situação de carência alimentar.

Este cabaz é composto por: leite, queijo, arroz, massa, cereais de pequeno-almoço, feijão em lata, grão-de-bico em lata, frango congelado, pescada congelada, atum em lata, sardinha em lata, tomate pelado em lata, mistura de vegetais ultracongelados, brócolos ultracongelados, espinafres ultracongelados, azeite, creme vegetal e marmelada.

Com vista à sensibilização/informação das pessoas beneficiárias, a Instituição desenvolve medidas de acompanhamento através de sessões de esclarecimento/sensibilização/informação, que permitam capacitar as famílias e/ou pessoas na seleção dos géneros alimentares, na prevenção do desperdício e na otimização da gestão do orçamento familiar. Até dezembro de 2018, já foram realizadas 6 ações de acompanhamento que abrangeu uma totalidade de 42 indivíduos.

É importante salientar que estas ações têm acompanhamento de 1 Técnica de Nutrição e 1 Técnica de Serviço Social.

j) Fornecimento de refeições escolares:

Desde setembro de 2018 a SCMP fornece as refeições na EB1 e Jardim de Infância de Penacova e Seixo.

Ações a desenvolver:

Em suma, esta Instituição ao longo dos anos desenvolveu serviços novos e houve um aumento das Respostas Sociais, sempre a pensar em prol do bem-estar da comunidade do Concelho de Penacova.

A SCMP quer ir mais além, desta forma prevê em 2019 remodelar as infraestruturas do Polo de Carvalho, com intuito de abrir mais uma ERPI.

Mas como remodelar infraestruturas não chega queremos também reforçar, alimentar contatos e diálogo entre pessoas. Desta forma, elaboramos este ano 2019, um Plano de Atividades de Desenvolvimento Pessoal que se intitula “Entrelaçar Gerações”. Este tema transporta-nos para a questão da intergeracionalidade, que por sua vez se traduz nas interações sociais entre indivíduos de idades distintas, idosos e crianças. É uma oportunidade de aproximar as várias gerações, de modo a criar laços de afetividade e convivência.

Grupos Alvo:

- Pessoas idosas
- Crianças
- Pessoas em vulnerabilidade social e económica

Recursos Humanos por área:

	2016	2017	2018
Coordenadora	1	1	1
Técnica Superior de Serviço Social	2	2	2
Psicóloga	1	1	1
Nutricionista	0	0	1
Educadoras de Infância	2	3	3
Enfermeiras	2	2	2
Animadora Cultural	1	1	2
Administrativa	2	2	2
Motorista	1	1	1
Cozinheira	2	2	3
Encarregada Setor	2	2	2
Ajudante de cozinha	1	1	2
Ajudante de Lar e Centro de Dia	15	15	16
Auxiliar de Serviços Gerais	9	9	11
Auxiliar de Ação Educativa	4	4	4

Tabela 72 - Santa Casa da Misericórdia de Penacova: Recursos Humanos por área

Necessidades Sociais mais sentidas:

Pela leitura da realidade que nos circunda e pela nossa experiência profissional identificamos as seguintes necessidades:

- a) População idosa em situação de isolamento social e geográfico;
- b) Inexistência de acessibilidades/transporte para deslocação pelas várias freguesias e das freguesias para o centro da vila;

- c) Falta de resposta para acompanhamento e transporte de pessoas idosas e com deficiência para consultas e exames médicos;
- d) Inexistência de resposta ao nível do emprego para pessoas com deficiência ou incapacidade;
- e) Escassos recursos materiais/físicos adaptados às características do utente em alguns serviços públicos existente no concelho;
- f) Mau acesso rodoviário para a freguesia de Carvalho.

Respostas Sociais	Capacidade (nº de lugares)			Acordos de Cooperação			Total de Utentes/Utilizadores					
	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016		2017		2018	
							H	M	H	M	H	M
Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	40	40	50	40	40	40	10	30	10	30	16	34
Serviço de Apoio domiciliário -Penacova	12	12	12	12	12	12	2	4	2	6	2	4
Centro de Dia-Penacova	30	30	20	10	10	10	1	3	3	4	2	2
Creche	30	30	30	30	30	30	9	14	7	18	8	13
Serviço de Apoio domiciliário -Carvalho	15	15	15	15	15	15	1	2	1	4	3	5
Centro de Dia-Carvalho	30	30	30	12	12	12	1	3	1	5	0	8
Centro Atividades Tempos Livres	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Centro atividades ocupacionais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cantinas Sociais	32	-De Jan a jun: 32/ -De jul a set: 29 -out: 26 -nov: 21 -dez: 17	-De Jan a abril: 17 - mai: 16 -jun a set: 15 -out: 14 -nov: 13 -dez: 11	32	-De Jan a jun: 32 -De jul a set: 29 -out: 26 -nov: 21 -dez: 17	De Jan a abril: 17 - mai: 16 -jun a set: 15 -out: 14 -nov: 13 -dez: 11	18	13	7	3	8	3
RLIS	-	-	-	-	-	-	91	120	108	129	57	66
Banco Alimentar Contra a Fome	-	-	-	-	-	-	27	37	23	26	27	27
POAPC	-	55	55	-	-	-	0	0	26	25	36	40
Refeições Escolares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	93	97

Tabela 73 - Santa Casa da Misericórdia de Penacova: Capacidade/Acordo de Cooperação/total de Utentes e/ou Utilizadores

4.7. ERPI privada

Lar de Idosos O Cantinho dos Meus Velhos

Morada: Rua Da estrada nova, nº17 3360-184 Cheira

Contatos telefónicos: 239 477 942 / 962 037 648

E-mail: lardeidosocantinhodosmeusvelhos@gmail.com



Figura 17 – Lar de Idosos “O Cantinho dos meus Velhos”

Respostas Sociais	Capacidade [nº de lugares]			Total Utentes/Utilizadores						Nº médio de dias em espera		
	2016	2017	2018	2016		2017		2018		2016	2017	2018
ERPI	25	25	25	5	20	7	18	7	18	30	15	10

Tabela 74 - Lar de Idosos "O Cantinho dos meus velhos": Capacidade/Total de Utentes e/ou Utilizadores/Nº médio de dias de espera

Legenda: Género: **H** – Homens; **M**- Mulheres

Breve Descrição

A ERPI O Cantinho Dos Meus Velhos nasceu a 15 de Fevereiro de 1998. O crescente envelhecimento da população portuguesa, aliado às transformações que a nossa sociedade está a ser sujeita, provoca uma necessidade de infraestruturas onde os idosos possam viver com a máxima qualidade de vida.

TEM OS SEGUINTEs OBJETIVOS: Acolher pessoas idosas, ou outras, cuja situação social, familiar, económica e /ou de saúde, não lhes permite permanecer no seu meio habitual de vida; Assegurar a prestação dos cuidados adequados à satisfação das suas necessidades, tendo em vista a manutenção da autonomia e independência; Proporcionar alojamento temporário ou permanente, como forma de apoio à família; Criar condições que permitam preservar e incentivar a relação intrafamiliar; Encaminhar e acompanhar as pessoas idosas para soluções adequadas à sua situação.

A nossa visão: Ser uma Instituição modelo de reconhecimento Nacional prestadora de serviços e cuidados humanizados, na promoção da qualidade de vida dos seus clientes.

Valores

1. **Valorização**- tudo o que fazemos, tem um pressuposto- Valorizar incrementando mais-valias para o cliente.

2. **Qualidade** – procura constante de ofertas, mais-valias e diferenciação dos serviços aos nossos clientes.

3. **Profissionalismo** – assumimos uma postura de responsabilidade e rigor com uma atenção personalizada aos nossos clientes.

4. **Humanismo**- Capacidades de nos colocarmos no lugar do cliente, antecipando e atendendo as suas necessidades.

5. **Flexibilidade** – capacidade de nos adaptarmos a situações inesperadas.

6. **Transparência** – partilha de informação, promovendo uma relação franca e um clima positivo com os nossos clientes.

7. **Inovação** – procuramos integrar no nosso trabalho procedimentos, instrumentos e técnicas que são diferenciadores pelas suas características ou aplicação.

O nosso horário de funcionamento é de 24 horas por dia 7 dias por semana.

Missão

Participar ativamente na melhoria da qualidade humana em todos os serviços prestados, desenvolvendo a nossa atividade focada no cliente e nas suas necessidades.

Grupos Alvo

Acolher pessoas idosas, ou outras, cuja situação social, familiar, económica e /ou de saúde, não lhes permite permanecer no seu meio habitual de vida
idade igual ou superior a 65 anos, salvo casos excecionais a considerar individualmente, e mediante deliberação do Conselho de Administração, admitem-se candidatos com idade inferior.

Recursos humanos

Ajudantes de lar, diretora técnica, enfermeira, médico, enfermeiro de reabilitação, cozinheira, ajudante de cozinha, auxiliar de serviços gerais, Gerontóloga, Animadora.

Maior dificuldade sentida

Deveriam existir mais vagas em ERPI que sejam comparticipadas pois muitas das vezes procuram nos por não haver alternativa mas sendo que somos uma instituição privada algumas pessoas não tem capacidade financeira para poderem frequentar a nossa resposta.

5. Serviços de Saúde

1 - Caracterização Geográfica e Institucional

O Distrito de Coimbra integra a Região Centro e a Sub-Região do Baixo Mondego. Possui uma área total de 3 947 Km² e subdivide-se em 17 municípios: Arganil, Cantanhede, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Góis, Lousã, Mira, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, **Penacova**, Penela, Soure, Tábua e Vila Nova de Poiares.

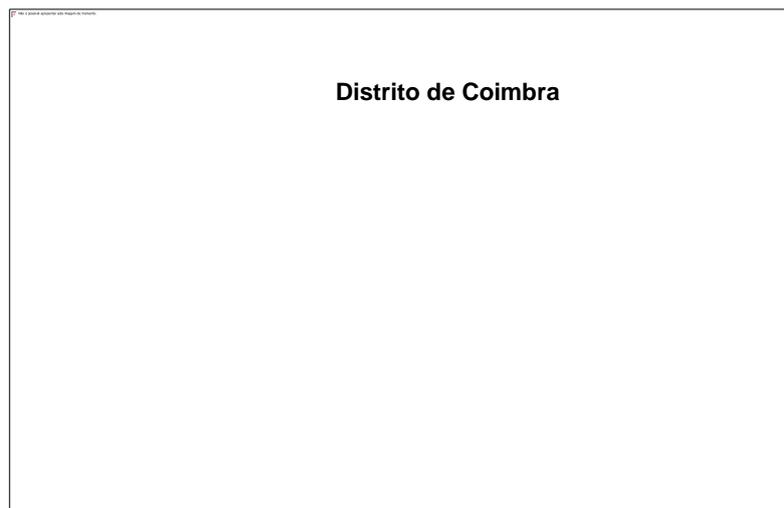


Figura 18 - Mapa de localização do Concelho de Penacova no Distrito de Coimbra

1.1. ARS Centro, I. P.

A **Administração Regional de Saúde do Centro, I. P. (ARS Centro, I. P.)**, tem por missão garantir à população da respetiva área geográfica de intervenção o acesso à prestação de cuidados de saúde de qualidade, adequando os recursos disponíveis às necessidades em saúde e fazer cumprir o Plano Nacional de Saúde na sua área de intervenção.



Figura 19 - Conselho Directivo da ARS, I.P



Figura 20 - Agrupamentos de Centros de Saúde da ARSC (Portaria nº 394-A/2012 de 29 de novembro)

1.2. ACES Baixo Mondego

O **Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Mondego (ACES BM)** engloba os Centros de Saúde de Cantanhede, Celas, Condeixa a Nova, Eiras, Fernão de Magalhães, Figueira da Foz, Mealhada, Mira, Montemor-o-Velho, Mortágua, Norton de Matos, **Penacova**, Santa Clara, S. Martinho do Bispo e Soure.



Figura 21 - Mapa de localização do Concelho de Penacova no Distrito de Coimbra

A estrutura orgânica dos ACES é constituída da seguinte forma:

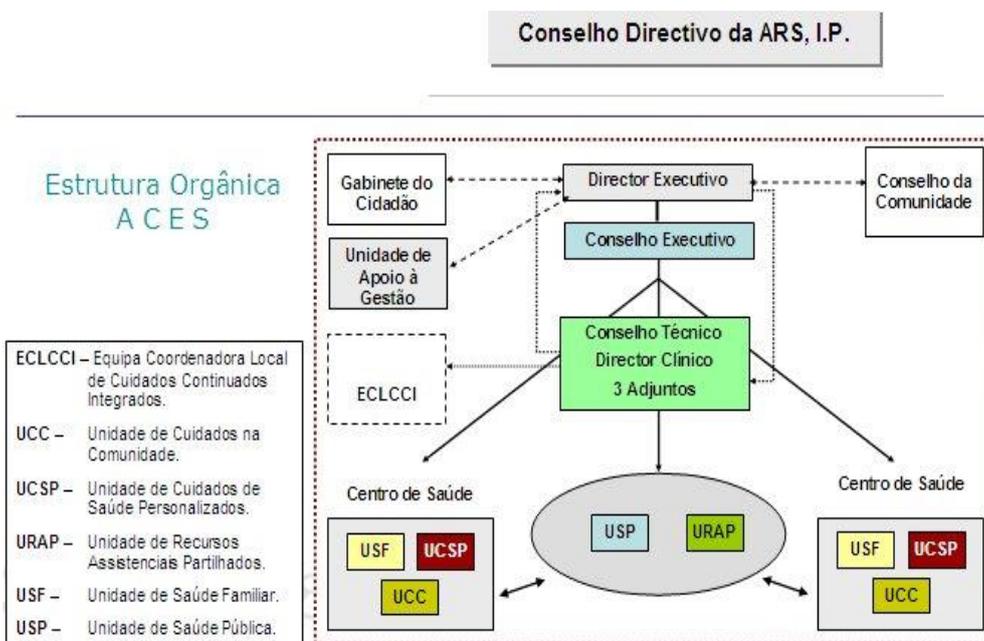


Figura 22 - Estrutura Orgânica ACES

Tendo por base a legislação em vigor, o ACES Baixo Mondego tem a sua sede no Concelho de Coimbra e integra a área geográfica abrangida por 10 Concelhos onde existem 10 Centros de Saúde que proporcionam respostas de saúde à população com utentes inscritos residentes e esporádicos, nomeadamente:

Sede	Área geográfica	Centros de Saúde	N.º Utentes inscritos
Coimbra	Cantanhede	Cantanhede	43 320
	Coimbra	Celas	41 819
		Eiras	17 854
		Fernão de Magalhães	28 122
		Norton de Matos	34 387
		Santa Clara	24 071
		São Martinho do Bispo	23 620
	Condeixa-a-Nova	Condeixa-a-Nova	17 452
	Figueira da Foz	Figueira da Foz	69 549
	Mealhada	Mealhada	20 889
	Mira	Mira	14 890
	Montemor-o-Velho	Montemor-o-Velho	25 874
	Mortágua	Mortágua	11 310
	Penacova	Penacova	14 256
	Soure	Soure	20 477

Tabela 75 - Composição dos Serviços de Saúde do ACES Baixo Mondego¹³⁵

2. Cuidados de Saúde Primários

O **Centro de Saúde de Penacova** está constituído numa Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) que integra a sede com três unidades funcionais: Figueira de Lorvão, Lorvão, Penacova e S. Pedro de Alva. A sede em Penacova tem como recursos humanos, 3 Médicos, 4 Enfermeiros, 5 Assistentes Técnicas e 6 Assistentes Operacionais que também prestam apoio nas Extensões sempre que necessário. Na Extensão de Figueira de Lorvão desempenham funções 2 Médicos, 1 Enfermeira e 1 Assistente Técnica; em Lorvão tem 2 Médicos, 2 Enfermeiros, 1 Assistente Técnica e 1 Assistente Operacional e em São Pedro de Alva tem 2 Médicos, 2 Enfermeiros e 1 Assistente Técnica.

Existem ainda outras unidades funcionais que têm outros profissionais que exercem funções no Centro de Saúde de Penacova, nomeadamente a Assistente Social que pertence à

¹³⁵ Portaria n.º 394-A/2012 de 29 de novembro - ACES da ARSC, IP

Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados (URAP), o Delegado de Saúde e a Técnica de Saúde Ambiental que pertencem à Unidade de Saúde Pública.

Grupo Etário	Masculino			Feminino			Total		
	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018
< 1 ano	30	29	43	44	26	34	74	55	77
1 – 9 anos	352	384	394	310	341	360	662	725	754
10 – 19 anos	541	553	567	547	555	571	1088	1108	1138
20 – 29 anos	620	643	657	620	636	657	1240	1279	1314
30 – 39 anos	686	690	699	705	714	718	1391	1404	1417
40 – 49 anos	966	973	978	971	974	980	1937	1947	1958
50 – 59 anos	946	947	948	964	966	971	1910	1913	1919
60 – 69 anos	931	937	949	1017	1022	1031	1948	1959	1980
70 a 79 anos	782	787	795	985	991	997	1767	1778	1792
≥ 80 anos	437	437	439	863	868	869	1300	1305	1308
Total	6291	6380	6469	7026	7093	7188	13317	13473	13657

Tabela 76 - Utentes inscritos na UCSP Penacova¹³⁶

A UCSP Penacova prestou atendimento, em 2016 a 13317 utentes inscritos, em 2017 estavam 13473 utentes inscritos e em 2018 tinha 13657 utentes inscritos. Salienta-se que em todos os anos se verifica haver mais inscrição de utentes do sexo feminino.

2.1. Cuidados Assistenciais

Na UCSP Penacova são efetuados vários cuidados assistenciais aos utentes, nomeadamente na realização de consultas e tratamentos.

Ano	Planeamento Familiar	Saúde Materna			
		1ª Consultas	Consulta seguimento	Total	Revisão puerpério
2016	2726	74	438	512	52
2017	1615	66	318	384	37
2018	1237	81	424	505	28

Tabela 77 - Consultas de Planeamento Familiar e Saúde Materna da UCSP Penacova

Ano	Saúde Infantil					
	1ª Consulta Vida			VIGILÂNCIA		Doença
	≤ 28 Dias	> 28 dias a < 3 meses	≥ 3 meses a < 12 meses	< 12 a 23 meses	2 a 13 anos	< 12 a 23 meses 2 a 13 anos

¹³⁶ Fonte: SINUS

2016	75	3	1	776	1203	157	507			
2017	53	2	1	710	1151	127	446			
2018	72	3	3	695	1176	156	501			
Ano	Saúde Juvenil					Exames Globais				
	Vigilância			DOENÇA						
	14 a 18 anos			14 a 18 anos		5 e 6 anos	11 e 13 anos	15 anos		
2016	660			158		104	90	78		
2017	504			138		67	70	55		
2018	419			142		63	82	43		

Tabela 78 - Consultas Saúde Infantil e Saúde Juvenil na UCSP Penacova

Analisando os dados deste quadro, verifica-se que o número de consultas de saúde infantil e juvenil tem vindo a diminuir ao longo dos anos, provavelmente relacionado com a diminuição de nascimentos.

Ano	1ª Consultas do ano		Consultas seguintes		Total	Domicílios
	H	M	H	M		
2016	3821	5139	12177	17155	38292	78
2017	3778	5032	12281	17217	38308	101
2018	3881	5044	12104	16957	37986	91

Tabela 79 - Consultas de Saúde do Adulto e Domicílios na UCSP Penacova

No entanto, salienta-se que se verifica a existência de uma maior cobertura assistencial, proporcionando uma melhor resposta às famílias do Concelho de Penacova.

N	Problemas de Saúde	2016	2017	2018
		Utentes		
1	Alterações dos lípidos	4821	5010	5214
2	Hipertensão sem complicações	2636	2749	2877
3	Perturbação depressiva	2091	2233	2352
4	Síndrome da coluna com irradiação de dor	1775	1894	2009
5	Hipertensão com complicações	1343	1379	1429
6	Obesidade	1300	1421	1715
7	Distúrbio ansioso/Estado de ansiedade	1129	1174	1212
8	Osteoartrose do joelho	1119	1198	1261
9	Contraceção oral	1031	1156	1259
10	Diabetes não insulínica	958	1010	1074
11	Excesso de peso	957	1213	2174
12	Síndrome da coluna sem irradiação de dor	824	872	925
13	Veias varicosas da perna	799	849	883
14	Abuso do tabaco	736	839	932

15	Bursite/Tendinite/Sinovite NE	734	833	922
16	Hipertrofia prostática benigna	665	691	722
17	Cálculo urinário	659	722	768
18	Osteoartrose Outra	656	695	721
19	Rinite alérgica	637	680	707
20	Bócio	617	674	732
21	Osteoporose	609	618	632
22	Síndrome do ombro doloroso	578	638	726
23	Hemorroidas	558	601	650
24	Doença de fígado NE	539	564	594
25	Doença dos dentes/Gengiva	519	560	608
26	Doença do esófago	518	540	574
27	Erro de refração	503	529	558
28	Catarata	493	557	628
29	Síndrome do pescoço	441	469	509
30	Neoplasia do sistema digestivo benigna NE	440	493	544
31	Deformação adquirida da coluna	434	446	473
32	Perturbação do sono	422	473	518
33	Doença endócrina/Metabólica/Nutricional Outra	418	470	503
34	Abuso crónico do álcool	415	443	473
35	Sinusite aguda/Crónica	411	436	464
36	Dermatomicose	404	432	470
37	Asma	400	421	445
38	Gota	394	414	442
39	Fibromioma do útero	394	414	435
40	Arritmia cardíaca NE	380	421	449
41	Fibrilação/Flutter auricular	378	434	509
42	Osteoartrose da anca	377	403	431
43	Sintoma/Queixa da menopausa	375	392	411
44	Doença valvular cardíaca NE	370	400	433
45	Alteração funcional do estômago	369	412	455
46	Síndrome vertiginosa	354	390	415
47	Neoplasia benigna da mama feminina	336	367	391
48	Doença urinária outra	322	356	384
49	Hérnia do hiato	313	320	330
50	Colecistite/Colelitíase	307	343	365

Relativamente aos problemas de saúde diagnosticados, durante os anos em análise, verifica-se que houve um maior número de utentes com diagnóstico de Excesso de peso e Obesidade, seguindo-se os utentes com problemas de Alteração dos lípidos e Abuso do tabaco. Por outro lado, também se verifica um número significativo de utentes (mas com menos expressividade) com problemas associados a Hipertensão sem complicações, Perturbação depressiva, Síndrome da coluna com irradiação da dor e Contraceção oral.

2.2. Programas e Projetos de Educação para a Saúde

O **Centro de Saúde de Penacova** tem vindo ao longo dos anos a realizar diversas atividades de promoção para a saúde, seguindo as orientações do Plano Nacional de Saúde, nomeadamente na área da infância e juventude:

- **Projeto Com Mais Segurança** - no âmbito do Programa Nacional de Prevenção de Acidentes, este projeto teve início em janeiro 2016 com o objetivo de sensibilizar e prevenir para a ocorrência de acidentes domésticos com crianças, visando o desenvolvimento de atitudes preventivas e minimizando os riscos de acidentes.

- **Projeto Bebés, Crianças e Jovens em Segurança** - no âmbito do Programa Nacional de Prevenção de Acidentes, este projeto teve início em abril 2016 com o objetivo de sensibilizar e prevenir para a ocorrência de acidentes de viação com crianças, visando o desenvolvimento de atitudes preventivas e minimizando os riscos de acidentes. Com vista à obtenção de ganhos em saúde, pretende-se diminuir o número de acidentes e suas consequências e mostrar às famílias/educadores a importância da prevenção de acidentes com a difusão de atitudes quotidianas que evitem ou minimizem os danos em acidentes de viação, procurando melhorar o bem-estar de toda a comunidade.

- **Curso de preparação aquática para o parto normal e pós parto** – em parceria com a Câmara Municipal Penacova e dinamizado por um Enfermeiro da Maternidade Bissaya Barreto – iniciou em março 2017 e funciona no Edifício das Piscinas Municipais de Penacova todas as 2ª feiras das 19h às 21h30m.

- **Campanha de Solidariedade Social "Tampinha só com garrafinha"** - campanha de recolha de garrafas com tampinhas para aquisição de material de Ajudas Técnicas (cadeiras rodas, camas articuladas entre outros).

- **Programa da moção de Estilos de Vida Saudáveis** – divulgação de informação sobre alimentação saudável, saúde oral, comportamentos de risco e consumo de substâncias.

Programa da Qualidade e Vigilância Alimentar desenvolvido pelo Departamento de Saúde Pública e Planeamento (DSPP) da Administração Regional de Saúde do Centro assenta em cinco projetos que sistematizam um conjunto de intervenções estratégicas nesta área da maior importância em Saúde Pública. No Concelho de Penacova, a Unidade de Saúde Pública tem implementado diversos projetos, nomeadamente:

- Projeto MINORSAL.SAÚDE - Pão. Come
- Sopa. Come

- Projeto Oleovitae
- Ações de sensibilização no Agrupamento de Escolas de Penacova e na Escola Profissional Beira Agueira
- Ações ao nível da saúde ambiental, destacando-se o Programa de Vigilância da Qualidade das Águas, nomeadamente: balneares, consumo humano e piscinas

- **Projeto de Cidadania em Saúde** – tem como objetivo o desenvolvimento da cidadania em saúde, através da adoção de princípios que sustentam a cidadania em geral: participação, direitos e deveres, informação, literacia, equidade, responsabilidade, ação coletiva, respeito.

- **Programa de Intervenção em Rede do Grupo Violência** - diagnosticar e encaminhar precocemente as situações que representam risco de Violência Doméstica e intervir em rede nas situações de Violência Doméstica.

3. Núcleo de Apoio a Crianças e Jovens em Risco

A “Ação de Saúde para Crianças e Jovens em Risco” (ASCJR) foi criada pelo Despacho n.º 31292 de 5 de Dezembro de 2006, tendo como principal objetivo a criação de uma resposta estruturada do Serviço Nacional de Saúde ao fenómeno dos Maus Tratos, através do desenvolvimento da “Rede Nacional de Núcleos de Apoio às Crianças e Jovens em Risco”, quer ao nível dos Cuidados de Saúde Primários, quer ao nível dos Hospitais com atendimento Pediátrico. No Centro de Saúde de Penacova existe o **Núcleo de Apoio a Crianças e Jovens em Risco (NACJR Penacova)** que está constituído desde 2010 com equipa multidisciplinar formada por Assistente Social, Enfermeiro e Médico.

Número de Casos	2016			2017			2018		
	M	F	TOTAL	M	F	TOTAL	M	F	TOTAL
Sinalizações	3	0	3	3	4	7	6	4	10
- Acompanhamento	0	0	0	3	4	7	6	4	10
- Encaminhamento CPCJ	1	0	1	0	0	0	0	0	0
Tipo de Mau Trato	2016			2017			2018		
	M	F	TOTAL	M	F	Total	M	F	Total
Negligência (inclui abandono)	2	0	2	3	4	7	3	5	8
Mau trato físico	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Abuso sexual (suspeita)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mau trato psicológico (abuso Emocional)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Violência Doméstica	1	0	1	0	0	0	1	1	2

Tabela 80 - Crianças e Jovens abrangidas no NACJR de Penacova¹³⁷

¹³⁷ Fonte: NACJR

4. Equipa de Prevenção da Violência em Adultos

O Despacho 6378/2013 de 16 de maio, vem criar, no âmbito do Ministério da Saúde, um modelo de intervenção integrada sobre a violência interpessoal ao longo do ciclo de vida, com a designação de Ação de Saúde sobre Género, Violência e Ciclo de Vida (ASGVCV) com uma comissão de acompanhamento.

No Centro de Saúde de Penacova existe uma **Equipa de Prevenção da Violência em Adultos (EPVA Penacova)** que está constituído desde 2014 com equipa multidisciplinar formada por Assistente Social, Enfermeiro e Médico, onde se iniciou a organização desta equipa e só em 2016 é que se registou 1 situação de agressão física e psicológica.

Número de Casos	2016			2017			2018		
	M	F	TOTAL	M	F	TOTAL	M	F	TOTAL
Sinalizações	0	1	1	0	1	0	0	6	6
Natureza da Violência	2016			2017			2018		
	M	F	TOTAL	M	F	Total	M	F	Total
Física	0	1	1	0	1	1	0	3	3
Psicológica	0	1	1	0	1	1	0	4	4
Sexual	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Negligência/Privação	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Situações Específicas	2016			2017			2018		
	M	F	TOTAL	M	F	Total	M	F	Total
Violência Doméstica	0	1	1	0	1	1	0	6	6
Violência de género	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tráfico de seres humanos	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Tabela 81 - Crianças e Jovens abrangidas na EPVA de Penacova¹³⁸

¹³⁸ Fonte EPCA

5. Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância

5.1. Equipa Local de Intervenção de Penacova

O Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI) foi criado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 281/2009 de 6 de outubro, tendo como missão garantir a intervenção precoce na infância, adotando um conjunto de medidas de apoio integrado centrado na criança e na família, incluindo ações de natureza preventiva e reabilitativa, no âmbito da educação, da saúde e da ação social.

O SNIPI tem como objetivo a intervenção precoce junto de crianças até aos 6 anos de idade, com alterações ou em risco de apresentar alterações nas estruturas ou funções do corpo, tendo em linha de conta o seu normal desenvolvimento. Para a concretização deste objetivo, foi constituída a Equipa Local de Intervenção (ELI) Coimbra/Penacova que está sediada no Centro de Saúde de Penacova.

Ano	Total crianças apoiadas
2016	34
2017	49
2018	36
Total	119

Tabela 82 - Crianças acompanhadas pela ELI Penacova¹³⁹

Nos anos civis de 2016, 2017 e 2018 a ELI Penacova apoiou/acompanhou respetivamente, 119 crianças.

6. Recursos de Saúde da Comunidade

No Concelho de Penacova existem outros recursos de saúde disponíveis para poderem ser usufruídos pela comunidade em geral, nomeadamente:

Freguesia	Figueira de Lorvão	Lorvão	Penacova	São Pedro de Alva
Farmácias	1	1	2	1
Laboratórios	1	1	3	2

Tabela 83 - Recursos de saúde da comunidade - Farmácias e Laboratórios¹⁴⁰

¹³⁹ Fonte: ELI Penacova

¹⁴⁰ Fonte: Centro de Saúde

Freguesia	Entidades	Especialidade
Figueira de Lorvão	Solar Billadonnes, Casa de Repouso e Saúde, Lda.	Cuidados Continuados
	Centro Osteopático Ricardo Santos, Unipessoal Lda.	Naturopatia Osteopatia
Lorvão	SPI Clinica Unipessoal, Lda.	Estomatologia Hematologia Clínica Medicina Dentária Pediatria
Penacova	PENAMEDICA – Centro Médico e Cirúrgico de Penacova, Lda.	Estomatologia Ginecologia-Obstetrícia Medicina Dentária Medicina do Trabalho Oftalmologia Ortopedia Otorrinolaringologia
	João Paulo Campos Vicente das Neves - Consultório Médico	Gastroenterologia
	DIGESTUDOS - Endoscopia Digestiva, Lda.	Gastroenterologia
	ARTUR COIMBRA – Clínica Médica Lda.	Ginecologia-Obstetrícia Medicina Geral e Familiar Pediatria
	Mariana Simões Moura da Silva - Casa do Povo de Penacova	Nutrição
	Nutricion Center 1985 - Portugal Unipessoal, Lda. - Farmácia Alves Coimbra	Nutrição
	Daniela Carvalho Nunes - Ervanária Santo António	Nutrição
São Pedro de Alva	Carla Coimbra, Unipessoal, Lda.	Estomatologia Medicina Dentária

Tabela 84 - Recursos de saúde da comunidade - Clínicas¹⁴¹

7. Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados

A Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), criada em 2006, resultou de uma parceria entre os Ministérios do Trabalho Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) e da Saúde (MS). O objetivo destes cuidados é ajudar a pessoa a recuperar ou manter a sua autonomia e maximizar a sua qualidade de vida.

A RNCCI é constituída por unidades que disponibilizam camas de internamento - Unidade de Convalescença; Unidade de Média Duração e Reabilitação; Unidade de Longa Duração e Manutenção; Unidades de Saúde Mental e Unidades de Cuidados Integrados Pediátricos de internamento e ambulatório e por lugares de cuidados domiciliários, através das Equipas de Cuidados Continuados Integrados.

No contexto de envelhecimento, os cuidados continuados constituem um relevo particular porque representam a resposta de curto prazo à incapacidade funcional que atinge uma forte proporção dos idosos. Este tema também não pode ser desligado da secção anterior: os hospitais, já sobrecarregados e endividados, têm vindo a ter que tratar muitas pessoas já em fase não aguda da doença, sem possibilidade de regressar a casa, mas sem outra solução para assegurar a sua reabilitação.

¹⁴¹ Fonte: ERS

7.1. Referenciação dos Cuidados de Saúde Primários

Sobre a referenciação para a RNCCI, salienta-se a complexidade da mesma, que envolve diferentes etapas imprescindíveis, mas que por vezes geram demoras na admissão dos utentes.

A maior referenciação de utentes para a RNCCI é feita pelos hospitais. No entanto, durante os anos de 2016 a 2018, o Centro de Saúde de Penacova referenciou 139 utentes. Outro dado que importa destacar é que os utentes foram referenciados para unidades de internamento, tendo em conta que neste Concelho não existe Equipa de Cuidados Continuados Integrados.

Unidade	2016		Tipologia					Tempo médio de espera para internamento
	M	F	UCP	UC	UMDR	ULDM	ULDM-DC	
41 – 50	0	0	0	0	0	0	0	UCP – 7
51 – 60	1	1	0	0	1	1	0	UC – 8
61 – 70	1	0	0	0	0	1	0	UMDR – 46
71 – 80	3	8	1	0	6	1	3	ULDM – 52
≥ 81	10	1	0	2	16	4	7	ULDM-DC - 66
Total	15	2	1	2	23	7	10	43 utentes
9								
Unidade	2017		Tipologia					Tempo médio de espera para internamento
	M	F	UCP	UC	UMDR	ULDM	ULDM-DC	
41 – 50		2	1	1	0	0	0	UCP – 10
51 – 60	1	0	0	0	0	1	0	UC – 26
61 – 70	2	2	0	2	2	0	0	UMDR – 47
71 – 80	3	1	0	1	6	1	5	ULDM – 28
≥ 81	9	2	2	0	12	2	13	ULDM-DC - 56
Total	15	3	3	4	20	4	18	49 utentes
4								
Unidade	2018		Tipologia					Tempo médio de espera para internamento
	M	F	UCP	UC	UMDR	ULDM	ULDM-DC	
41 – 50	1	0	0	1	0	0	0	UCP – 0
51 – 60	1	0	0	0	1	0	0	UC – 20
61 – 70	2	1	0	1	2	0	0	UMDR – 44
71 – 80	5	9	0	1	6	0	7	ULDM – 65
≥ 81	9	1	0	0	15	3	10	ULDM-DC - 55
Total	18	2	0	3	24	3	17	47 utentes
9								

Tabela 85 - Utentes referenciados para a RNCCI¹⁴²

7.2. Unidade de Cuidados Continuados – Solar Billadonnes [adiante, em espaço próprio, esta entidade será pormenorizadamente descrita].

8. Cuidados de Saúde Diferenciados

8.1. DICAD

A ARS Centro, IP é responsável pelo DICAD que é constituído por várias Unidades, nomeadamente:

- Centro de Respostas Integradas (CRI)

Estruturas locais de cariz operativo, referenciadas aos territórios de Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria e Viseu, constituídas por equipas técnicas multidisciplinares que executam programas de intervenção local no que respeita à prevenção dos comportamentos aditivos e dependências, bem como prestam cuidados integrados e globais a pessoas com comportamentos aditivos e dependências, em regime ambulatorio, seguindo intervenções terapêuticas baseadas em evidência científica, com vista ao tratamento, redução de riscos e minimização de danos e reinserção destes doentes. Com base nestes pressupostos o CRI contempla:

- **Equipas de intervenção comunitária** - As intervenções comunitárias procuram dar respostas no âmbito da prevenção, de modo a possibilitar a diminuição de fatores de riscos na área dos comportamentos aditivos e dependências, quer através de ações na comunidade, nas escolas e /ou com famílias, quer de acompanhamento de projetos ou ainda de supervisão/parcerias no âmbito dos comportamentos aditivos e dependências.
- **Equipas técnicas especializadas** – São equipas multidisciplinares com intervenções do médico, enfermeiro, psicólogo e assistente social com vista ao processo de reabilitação do utente e envolventes nomeadamente a família. Esta intervenção psicoterapêutica (tratamento) e psicoeducativa (prevenção indicada) dá resposta de acordo com as necessidades individuais, psicológicas e sociais de cada utente, procurando a melhoria da sua qualidade de vida.

- Unidade de Desabilitação (UD)

Realiza tratamentos de desabilitação de substâncias psicoativas em regime de internamento, sob responsabilidade médica. A desabilitação de substâncias pressupõe apenas a estabilização do utente ao longo de uma diversificada cadeia terapêutica, que deve continuar após a alta do internamento. Para além dos tratamentos de desabilitação de substâncias em doentes com dependência de substâncias psicoativas e estabilização de programas com agonistas opióides, realiza também internamentos para estabilização de doentes com

¹⁴² Fonte: RNCCI

comorbilidades psiquiátricas. Para a realização destas atividades a unidade de desabilitação possui uma equipa técnica multidisciplinar.

- Comunidade Terapêutica Arco-Íris (CTAI)

Unidade de internamento para indivíduos com um elevado grau de desestruturação psicológica, familiar e/ou social, que tenham necessidade de um internamento prolongado. Dispõe de uma equipa técnica multidisciplinar, sendo objetivo do tratamento o apoio psicoterapêutico e socio terapêutico e a reabilitação do utente.

- Unidade de Alcoologia (UA)

Unidade especializada de referência na prestação de cuidados integrados a doentes com problemas de abuso e dependência de álcool. Tem uma equipa técnica multidisciplinar e realiza tratamentos integrados em regime de ambulatório ou de internamento, sob responsabilidade médica, de acordo com o tipo de programa terapêutico que o doente necessita. O tratamento tem vários componentes e um período de acompanhamento, com vista à manutenção da abstinência, à prevenção das recaídas e à reabilitação social e familiar.

Unidade	CRI							UA						
	2016		2017		2018		Total	2016		2017		2018		Total
Grupo Etário	M	F	M	F	M	F		M	F	M	F	M	F	
0 – 10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
11 – 20	1	0	0	0	1	0	2	0	0	0	0	0	0	
21 - 30	4	1	0	0	1	2	8	0	0	0	0	0	0	
31 – 40	4	2	4	0	3	0	13	6	0	4	0	3	13	
41 – 50	1	0	2	0	2	0	5	8	4	6	0	4	22	
51 - 60	1	0	1	0	0	0	2	5	3	9	0	11	30	
61 - 70	0	0	0	0	0	0	0	2	0	4	0	4	10	
71 - 80	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	2	5	
Total	11	3	7	0	7	2	30	22	8	24	0	24	80	

Tabela 86 - Acompanhamento de utentes no CRI e na UA¹⁴³

Durante os anos 2016 a 2018, o CRI teve em acompanhamento utentes residentes no Concelho de Penacova, nomeadamente um total de 30 utentes com maior expressividade para o sexo masculino e nas faixas etárias entre os 21 e 40 anos. Salienta-se ainda que na Unidade de Desabilitação houve um internamento de uma utente do sexo feminino com idade compreendida entre os 21 e 30 anos. Durante os anos 2016 a 2018, a UA teve em acompanhamento utentes residentes no Concelho de Penacova, nomeadamente um total de 80

¹⁴³ Fonte: DICAD

utentes com maior expressividade para o sexo masculino e nas faixas etárias entre os 31 e 70 anos.

9. Cuidados de Saúde Hospitalares

O Hospital de referência é o **Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE (CHUC)** que é constituído por várias Unidades Hospitalares, nomeadamente:

- Centro Hospitalar de Coimbra (CHC) – Unidade dos Covões;
- Hospital Sobral Cid;
- Hospital da Universidade de Coimbra (HUC);
- Hospital Pediátrico de Coimbra;
- Maternidade Bissaya Barreto;
- Maternidade Daniel de Matos.

Verifica-se que o aumento das listas de espera no acesso aos cuidados de saúde se manifesta em diversos impactos negativos para os utentes.

As listas de espera, constituem um problema muito relevante da política de saúde, exigindo políticas novas para o combater, sendo que uma das formas de implementar tais medidas de redução e controlo dos tempos de espera para ser atendido é criar tempos máximos de resposta garantidos (TMRG).

De qualquer modo, para lidar com o problema das longas listas de espera devemos basearmo-nos no percurso dos utentes ao longo dos diversos níveis de cuidados.

O aumento das listas de espera cirúrgicas e para consulta é consequência de vários fatores dos quais se destacam o aumento da esperança de vida da população, do número de cidadãos com doença crónica e do aparecimento de novos medicamentos e tecnologias em saúde. Na medida em que este contexto se encontra sujeito a recursos físicos, humanos e financeiros necessariamente escassos, os decisores em saúde necessitam de planear estratégias efetivas dirigidas ao aumento sustentado que se prevê na procura de consultas e cirurgias e, conseqüentemente, nos tempos de espera ao acesso a cuidados de saúde.

5.2. Unidade de Cuidados Continuados

Nome da Entidade: Unidade de Cuidados Continuados Solar Billadonnes

Morada: travessa de Billadonnes, nº6- Telhado_3360-062 Penacova

Contatos telefónicos: 239 470 020

Fax: 239 240 906

E-mail: uccibilladonnes@tavfer.com



Figura 23 - Logótipo Unidade de Cuidados Continuados Solar Billadonnes

Respostas Sociais	Capacidade [nº de lugares]			Total de Utentes/Utilizadores					
	2016	2017	2018	2016		2017		2018	
				H	M	H	M	H	M
UCCI	44	44	44	39	54	32	37	25	53

Tabela 87 - Unidade de Cuidados Continuados de Solar Billadonnes: Capacidade/Total de Utentes e/ou Utilizadores

Legenda: Género: **H** – Homens; **M**- Mulheres

Breve Descrição

O Solar BillaDonnes, Lda. é uma instituição privada com fins lucrativos, sendo a Administração exercida pela gerência da sociedade.

Consideram-se Cuidados Continuados Integrados o conjunto de intervenções sequenciais de saúde e ou de apoio social, decorrente de avaliação conjunta, centrado na recuperação global entendida como o processo terapêutico e de apoio social, ativo e contínuo, que visa promover a autonomia melhorando a funcionalidade da pessoa em situação de dependência, através da sua reabilitação, readaptação e reinserção familiar e social.

Os Cuidados Continuados Integrados incluem-se no Serviço Nacional de Saúde e no sistema de Segurança Social, assentam nos paradigmas da recuperação global e da manutenção, entendidos como o processo ativo e contínuo, por período que se prolonga para além do necessário para tratamento da fase aguda da doença ou da intervenção preventiva, e compreendem:

- a) A reabilitação, a readaptação e a reintegração social;
- b) A provisão e manutenção de conforto e qualidade de vida, mesmo em situações irrecuperáveis.

Constitui objetivo geral da Unidade de Cuidados Continuados Integrados Solar BillaDonnes, Lda., a prestação de cuidados continuados integrados a pessoas que, independentemente da idade, se encontrem em situação de dependência. Tal objetivo deve incidir na melhoria das condições de vida e de bem-estar das pessoas em situação de dependência, através da prestação de cuidados continuados de saúde e ou de apoio social; na manutenção das pessoas com perda de funcionalidade ou em risco de a perder, no domicílio, sempre que mediante o apoio domiciliário possam ser garantidos os cuidados terapêuticos e o apoio social necessários à provisão e manutenção de conforto e qualidade de vida; no apoio, no acompanhamento e no internamento tecnicamente adequados à respetiva situação; na melhoria contínua da qualidade na prestação de cuidados continuados de saúde e de apoio Social; no apoio aos familiares ou prestadores informais, na respetiva qualificação e na prestação dos cuidados; na articulação e coordenação em rede dos cuidados em diferentes serviços, sectores e níveis de diferenciação; na prevenção de lacunas em serviços e equipamentos, pela progressiva cobertura a nível nacional, das necessidades das pessoas em situação de dependência em matéria de cuidados continuados integrados e de cuidados paliativos.

A UCCI tem como visão, ser na área da saúde uma referência de elevada capacidade e qualidade, nomeadamente, de distinta competência, saber e experiência, na prestação de cuidados integrados de saúde aos clientes e família. Constituem valores fundamentais e de observação indeclinável na atividade desenvolvida pela UCCI: respeito pela dignidade humana, pela diversidade cultural e pelos direitos dos doentes: universalidade do acesso a cuidados de saúde e equidade no tratamento; honestidade, sinceridade e franqueza no relacionamento com os doentes e com os seus familiares e entre os seus profissionais; elevados padrões de humanização, de qualidade e de competência técnica e científica dos serviços prestados-excelência; espírito de equipa, integridade, confidencialidade, privacidade e cordialidade; a mudança como motor do desenvolvimento, centrada nos profissionais; respeito pela cultura e pelas tradições; responsabilidade social; respeito pelo ambiente; eficácia e eficiência na utilização dos recursos que a comunidade coloca ao seu dispor; ética assistencial- condensar na prática os valores éticos e deontológicos que pautam o exercício dos diferentes grupos e profissionais; envolvimento da família e principal cuidador- facilitar e incentivar a participação da família, cuidador principal e cliente na dinamização e desenvolvimento do plano individual integrado de cuidados; rigor e transparência- atuar sempre com rigor e transparência de forma a viabilizar os objetivos da UCCI.

A UCCI Solar BillaDonnes tem um funcionamento de 24 horas por dia, todos os dias do ano.

Missão

A UCCI Solar BillaDonnes tem como missão contribuir, numa perspetiva integrada, para o processo ativo e contínuo de recuperação e manutenção global dos seus clientes, prestando

cuidados de saúde, de elevada competência técnica e científica, em tempo útil, com humanidade e numa perspetiva de solidariedade social e de harmonia.

Grupos Alvo

Pessoas, que independentemente da idade, se encontrem em situação de dependência.

Recursos humanos por área:

Psicóloga/Diretora Técnica- 1
Técnico Superior de Serviço Social – 1
Terapeuta da fala- 1
Animadora Sociocultural- 1
Nutricionista- 1
Médicos- 3
Enfermeiros – 19
Fisioterapeutas- 2
Técnica Administrativa- 1
Responsável de Cozinha- 1
Ajudantes de Cozinha- 4
Auxiliar de Lavandaria- 1
Auxiliar Limpeza Geral e Manutenção- 1
Auxiliares- 17

Principal debilidade identificada

Muitos idosos, internados nesta UCCI, não conseguem ou têm muita dificuldade em realizar atividades como comer, andar ou cuidar da sua higiene, sendo a resposta social ERPI vista como a "única opção" para muitos deles e para as suas famílias. São muitas as famílias que são ainda profissionalmente ativas, e não têm disponibilidade de tomar conta dos familiares, como também não existem respostas que sejam adequadas às necessidades e limitações de muitos dos utentes. Desta forma, as necessidades mais sentidas ou diagnosticadas nesta UCCI é realmente a falta de vagas em resposta social ERPI.

6. Estruturas Educativas

A Educação situa-se no âmbito das necessidades mais basilares da construção de um ser humano integral. Alicerça o futuro, assumindo o cuidado competente da formação daqueles que serão os protagonistas da história, as crianças e jovens. Sem perder este foco prioritário, na contemporaneidade importa começar a refletir e a operacionalizar a prática educativa como uma realidade transversal a todas as fases etárias.

Falar de educação implica ter em conta um conjunto múltiplo de agentes. Sendo a família uma alavanca prioritária, é, ainda assim, a Escola, pública no caso do concelho de Penacova, a estrutura que assume a missão específica de educar as gerações futuras. Neste ponto, vamos sinalizar descritivamente a identidade e a atuação do Agrupamento de Escolas de Penacova, na sua amplitude de espaços e de respostas. Importa que esta Instituição Educativa não se sinta isolada neste desígnio educativo, nem se configura como lugar onde a comunidade delega descomprometidamente os mais jovens. Poder político local e nacional, sociedade civil e famílias não-de ser cooperantes pró-ativos dos objetivos do Agrupamento, numa enriquecedora partilha bilateral de sinergias.

Por outro lado, num tempo de especialização, importa valorizar a multiplicar os esforços de formação profissional, vocacionados de um modo mais direto para o mercado de trabalho. Neste sentido, a Escola Profissional Beira Agueira, que descreveremos com detalhe, assume centralidade concelhia, com extensão supraconcelhia de ação e com peculiaridades muito próprias. Também o Agrupamento de Escolas de Penacova e a APPACDM incorporam nos seus objetivos relevantes projetos de formação profissional.

A descrição sinótica destas entidades, convirá ao objetivo de superação da educação com uma realidade estanque, situando-a privilegiada e prioritária e sistemicamente no todo da intervenção social. Esse é o nosso ensejo ideário, que pretendemos transformar em prática.

6.1. Agrupamento de Escolas de Penacova



Figura 24 - Agrupamento de Escolas de Penacova



AGROPAMENTO DE ESCOLAS DE
Figura 25 - Logótipo Agrupamento de Escolas de Penacova

Morada: Rua Dr. Homero Pimentel, nº 1 3360-344 Penacova

Contatos telefónicos: 239 470 190

Fax: 239 470 199

E-mail: direcao.aepenacova@gmail.com

Web site: <https://www.aepenacova.pt/agrupamento>

O Agrupamento de Escolas de Penacova (AEP) tem a sua sede na Escola Básica do 2º e 3º Ciclos/Secundaria de Penacova. Para além da escola sede é composto, por 7 Jardins-de-Infância, 3 estabelecimentos de ensino do 1º Ciclo, dois Centro Escolares com 1º CEB e Jardim de Infância, uma escola básica integrada (do 1º ciclo ao 9º ano). No total são 14 estabelecimentos de ensino, que mantém a sua identidade e denominação próprias e se encontram espalhados pela área geográfica do concelho de Penacova.

No AEP foram severamente sentidos os efeitos da crise económico-financeira que afetou o País a partir de 2009, por acolher alunos oriundos de famílias de todos os segmentos sociais.

Apesar de meio socioeconómico muito diversificado, a escola enfrenta problemas sérios ao ser obrigada a dar resposta a um importante número de alunos carenciados.

No seu projeto educativo, o Agrupamento define linhas orientadoras com vista a oferecer uma escola de qualidade para todos/as e tem como referência os valores de universalidade e humanistas proclamados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, visando uma prática plena de democracia e de cidadania.

O Agrupamento pretende construir uma escola do presente e para o futuro e para tal pretende envolver todos os agentes educativos para a construção de uma escola com uma nova filosofia, que de forma articulada, entre os vários níveis e ciclos de ensino, vise uma maior e melhor aquisição de conhecimentos, atitudes e valores.

Para além das atividades escolares e extra escolares, o Agrupamento tem implementado vários projetos Erasmus+ que têm possibilitado várias mobilidades para alunos/as e professores/as, contribuindo assim para consolidação de uma cidadania europeia.

Anos de Ensino/Cursos	Ano Letivo 2016/2017			Ano Letivo 2017/2018			Ano Letivo 2018/2019		
	Nº de Alunos			Nº de Alunos			Nº de Alunos		
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
Ensino Pré-Escolar	117	103	220	107	106	213	111	110	221
1º CEB	192	155	347	183	151	334	172	148	320
2º CEB	106	100	206	110	91	201	117	90	207
3º CEB	138	139	277	151	159	310	139	147	286
Ensino Secundário	65	116	181	79	96	175	76	91	167
Ensino Profissional	45	20	65	43	29	72	54	21	75
Totais	663	633	1296	673	632	1305	669	607	1276

Tabela 88 - Agrupamento de Escolas de Penacova: Anos de Ensino/Cursos (2016-2019)

Da análise da tabela facilmente damos conta da diminuição de alunos/as a frequentar o agrupamento. O ligeiro aumento verificado no ano 2017/18 poderá dever-se ao facto de o Ministério da Educação ter terminado com os contratos de associação e por consequência, ter deixado de os subsidiar, razão pela qual, na iminência de passarem a pagar mensalidade, alguns encarregados de educação optaram por colocar os filhos a estudar na escola pública.

O número de crianças a frequentar o pré-escolar poderá indicar que a tendência de diminuição de alunos tenderá a estabilizar, contudo o número de crianças a frequentar o 1º CEB indica-nos que durante alguns anos assistiremos a uma diminuição significativa no número de alunos/as a estudar no agrupamento, o que preocupa toda a comunidade escolar.

Anos Letivos	Triénio 2015/2018		
	2015/16	2016/17	2017/18
Alunos	1	1	0

Tabela 89 - Agrupamento de Escolas de Penacova: triénio (2015-2018)

A percentagem de alunos em absentismo escolar manifesta-se residual nos anos 2015/16 e 2016/17 e nula no ano 2017/2018, o que demonstra que a aplicação das estratégias adotadas pelo agrupamento estão a dar resultados.

Parâmetros em avaliação	ANO LETIVO 2015/2016		ANO LETIVO 2016/2017		ANO LETIVO 2017/2018		ANO LETIVO 2018/2019	
	Percentagem de anulações de matrícula no ensino básico	0,23%	0,36%	0%	0,08%	0%	0,18%	
Percentagem de anulações de matrícula no ensino secundário	0,93%		0,41%		0,86%			
Percentagem de alunos retidos/excluídos por faltas no básico	0,11%	0,09%	0%	0,08%	0%	0%		
Percentagem de alunos retidos/excluídos por faltas no secundário	0%		0,41%		0%			

Tabela 90 - Agrupamento de Escolas de Penacova: Alunos em abandono ou risco de abandono escolar (2015-2019)

Como se pode constatar pela análise da tabela, a percentagem de alunos em abandono ou risco de abandono escolar é, atualmente, residual. Os dados referentes ao Agrupamento são claramente positivos, cumprindo-se assim uma das metas preconizadas no PEA.

Objetivo	Ciclo e Ano		Anos Letivos									
			2015/2016		2016/2017		2017/2018		2018/2019			
Melhorar os resultados escolares	Ensino Básico	Pré-escolar										
		1.º Ciclo	1.º Ano	100%	100%	100%						
			2.º Ano	91,9%	97,7%	97,37%						
			3.º Ano	95,1%	100%	100%						
			4.º Ano	98,9%	100%	97,47%						
		2.º Ciclo	5.º Ano	86,6%	82,35%	99,05%						
			6.º Ano	91,6%	98,04%	95,56%						
			5.º PCA 6.º PCA									
		3.º Ciclo	7.º Ano	88,7%	85,39%	95,61%						
			8.º Ano	94,7%	94,12%	95%						
			9.º Ano	97,2%	94,12%	96,43%						
			8.º PCA									
		Ensino Secundário	Ensino Regular	10.º Ano	79,1%	89,19%	90,2%					
	11.º Ano			92,7%	96,49%	92,65%						
	12.º Ano			75,7%	55,32%	74%						
	Ensino Profissional	CEF T2			100%	100%						
		CVAPI		100% (nem todos os alunos concluíram com 100% dos módulos)								
		12.ºTIG		91,7%		75%						
		12.ºTCA										
		12.ºPAS										
12.ºTAR			100%	70%								
12.ºTGP SI			100%									
12.ºTD												
TAXA DE SUCESSO			UO	Nacional	UO	Nacional	UO	Nacional	UO	Nacional		

(Fonte: MISI)	ENSINO BÁSICO	93,6 9%	92,56 %	92,7 3%	93,69 %	97,46 %	94,11 %		
	ENS. SECUNDÁRIO	85,8 6%	83,09 %	86,9 7%	83,81 %	87,66 %	84,72 %		

Tabela 91 - Agrupamento de Escolas de Penacova: Taxa de progressão/retenção

As taxas de sucesso por nível de ensino da Unidade Orgânica, dos anos letivos analisados, apontam para uma taxa ligeiramente superior à taxa nacional, com exceção do ano letivo 2016/2017 no ensino básico, a qual é ligeiramente inferior ao valor a nível nacional (0,9%).

Efetuada uma análise mais detalhada, verifica-se que as taxas de sucesso por ano de escolaridade se situam num valor bastante satisfatório, dado que a maioria assume valores acima dos 80%, com exceção do 12.º ano (55,32%), no qual a aplicação das exames finais assume um papel determinante. Nos 5.º, 7.º e 9.ºanos regista-se uma diminuição na taxa de sucesso global face ao ano letivo anterior, no entanto esta diminuição situa-se abaixo dos cinco pontos percentuais.

Nos cursos profissionais, as taxas de conclusão (3.º ano) foram bastante satisfatórias, sendo claramente superiores às dos restantes anos letivos. As taxas de sucesso mais baixas justificam-se pela frequente integração de alunos com baixas expectativas no que se refere a prosseguimento de estudos, com algumas dificuldades de aprendizagem e que concluíram o ensino básico em turmas de percursos curriculares alternativos e cursos de educação e formação.

Anos letivos	2015/16		2016/17		2017/18		
	Escalão A	Escalão B	Escalão A	Escalão B	Escalão A	Escalão B	Escalão C
2ºCEB	25	50	40	60	35	47	10
3ºCEB	43	55	43	57	34	79	18
Secundário	32	36	40	46	33	42	12
Totais	100	141	123	163	102	168	40

Tabela 92 - Agrupamento de Escolas de Penacova: Nº de alunos que beneficiam de ação social escolar

Os alunos a frequentar o 1ºCEB e o ensino pré-escolar não fazem parte desta tabela pelo facto de não ser o agrupamento o responsável pela atribuição deste subsídio, mas ser o município.

O número de alunos/as a beneficiar de ação social escolar, tem vindo a aumentar, contrariando o número de alunos a frequentar o agrupamento, que tem vindo a diminuir. Assim, a percentagem de alunos subsidiados tem vindo a crescer todos os anos, o que certamente será provocado pelo abaixamento do rendimento das famílias.

Anos letivos	2015/16	2016/17	2017/18
Número de pequenos-almoços/lanches	1548	529	522

Tabela 93 - Agrupamento de Escolas de Penacova: Número de alunos que recebem reforço alimentar

Ao contrário da tabela dos alunos subsidiados, o número de reforços alimentares efetivamente consumidos baixou cerca de 65% no ano 2016/2017 e praticamente, manteve-se no ano 2017/18.

Alunos com Necessidades Educativas Especiais e Apoios			
Anos letivos	2015/2016	2016/2017	2017/2018
Alunos	100	104	124
Professores	7	8	8
Técnicos	1,5	2	3

Tabela 94 - Agrupamento de Escolas de Penacova: Alunos com necessidades educativas especiais e apoios

Nos anos estudados as Necessidades Educativas Especiais foram regulamentadas pelo Decreto- lei nº3/2008 de 1 de julho, que foi revogado pelo Decreto-Lei 54/2018, de 6 de julho.

Da análise da tabela, facilmente se constata o aumento de alunos/as com necessidades educativas especiais, que no ano 2017/2018 representavam 9,71% do total de alunos/as do agrupamento, o valor mais alto alguma vez registado. Este aumento de alunos não foi acompanhado do aumento de professores especializados, o que em muito dificulta o apoio a prestar a estes alunos/as. Os técnicos referidos na tabela são, terapeuta da fala, psicóloga, e terapeuta ocupacional que, não pertencendo aos quadros do AEP, aí prestam serviço, pelo Centro de Recursos para a Inclusão.

No ano letivo 2015/16 a Associação de Pais assinou um protocolo de parceria com o município, no âmbito do apoio à educação especial, que se traduziu na contratação do terapeuta da fala. Esta intervenção surgiu da constatação, junto da direção do AEP, da existência de um número significativo de alunos com necessidades educativas especiais a quem não era prestado o apoio necessário, por escassez de técnicos para o fazer. A direção do AEP participa na componente operacional com a identificação das necessidades, a planificação das intervenções e a avaliação.

Anos letivos	Pré-escolar	1º CEB				2ºCEB		3ºCEB			Secundário			Totais parciais
		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	11º	12º	
2015/2016	2	2	11	6	15	9	8	6	20	3	7	4	4	97
2016/2017	3	3	12	10	7	18	10	8	7	11	8	4	3	104
2017/2018	6	2	8	10	15	15	20	12	8	9	8	7	4	124

Tabela 95 - Agrupamento de Escolas de Penacova: Número de alunos com NEE de caráter permanente

Tipologias	Anos letivos		2015/2016	2016/2017	2017/2018
	Cognitivo	Pré-escolar		0	2
1ºCEB			23	22	19
2ºCEB			23	15	23
3ºCEB			14	19	19
Dislexia	Secundário			15	19
	Pré-escolar		0	0	0
	1ºCEB		0	0	0
	2ºCEB		0	0	0
Emocional	3ºCEB		0	0	0
	Secundário		0	0	0
	Pré-escolar		0	0	0
	1ºCEB		1	0	1
Linguagem	2ºCEB		0	2	1
	3ºCEB		0	1	2
	Secundário		0	0	0
	Pré-escolar		0	0	2
Multideficiência	1ºCEB		11	8	13
	2ºCEB		2	8	8
	3ºCEB		2	5	7
	Secundário		1	0	0
Neuromuscular	Pré-escolar		0	0	0
	1ºCEB		0	0	1
	2ºCEB		0	0	1
	3ºCEB		0	0	0
Visão	Secundário		0	0	0
	Pré-escolar		0	0	1
	1ºCEB		1	1	1
	2ºCEB		0	1	1
Audição	3ºCEB		0	0	0
	Secundário		0	0	0
	1ºCEB		0	1	1
	2ºCEB		0	1	1
Motor	3ºCEB		0	1	1
	Pré-escolar		0	0	1
Totais			88	101	124

Tabela 96 - Agrupamento de Escolas de Penacova: Tipologia das necessidades educativas especiais de caráter permanente

Doenças pouco comuns	Anos letivos	2015/2016	2016/2017	2017/2018
Autismo	Pré-escolar	2	1	0
Síndrome de microdelegação	Pré-escolar	0	0	0
	2ºCEB	0	0	0
	3ºCEB	1	0	0
Síndrome de Sickler	1ºCEB	0	0	0
	2ºCEB	1	0	0
Trissomia 21	1ºCEB	1	1	0
	2ºCEB	1	1	1
	3ºCEB		0	1
X Frágil	Secundário	1	0	0
Totais		7	3	2

Tabela 97 - Agrupamento de Escolas de Penacova: Doenças pouco comuns e número de alunos

Analisadas as tabelas anteriores, a tipologia mais frequente é a do domínio cognitivo.

As respostas que existiram para estes alunos foi o acompanhamento por parte da Equipa de Educação Especial, professores/as, assistentes operacionais, terapeutas e psicólogos, alguns deles, do Centro de Recursos para a Inclusão (CRI) como APPACDM de Vila Nova de Poiares e o terapeuta resultante do protocolo estabelecido entre a Associação de Pais e Autarquia.

Com esta equipa foi possível a criação de currículos adaptados às necessidades dos alunos/as, criação de oficinas.

Ocorrência de Situações de Indisciplina na Escola	ANO LETIVO 2015/2016	ANO LETIVO 2016/2017	ANO LETIVO 2017/2018
N.º de procedimentos disciplinares	9	9	11

Tabela 98 - Agrupamento de Escolas de Penacova: Ocorrência de situação de indisciplina na escola

Uma das preocupações centrais de qualquer Agrupamento deve consistir na tentativa de diminuir a indisciplina dos alunos e este não é exceção. No início do primeiro mandato (2009/2010), os níveis de indisciplina eram elevados e figuravam no seio das relações sociais no meio escolar.

Numa perspetiva de adequar/alterar os comportamentos dos discentes, procurou-se o envolvimento social local e, em 2010, estabeleceram-se protocolos com várias instituições concelhias através do “Programa de Generalização de Comportamentos Assertivos nos Espaços Escolares/Comunidade Educativa”, onde a escola e os parceiros sociais buscam uma educação pluridimensional.

As parcerias foram estabelecidas com a Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de Penacova, o Município de Penacova, os Bombeiros Voluntários de Penacova, a Junta de Freguesia de São Pedro de Alva e o Grupo de Solidariedade Social Desportivo Recreativo e Cultural de Miro. Esta estratégia de intervenção é fundamental em situações de aplicação de medidas disciplinares de suspensão.

Os casos de indisciplina e gravidade dos mesmos tem vindo, de um modo geral, a diminuir. Acrescenta-se que, em alguns dos procedimentos disciplinares, as medidas aplicadas são de natureza corretiva, prosseguindo finalidades pedagógicas, dissuasoras e de integração.

6.2. Escola Profissional Beira Agueira

Morada: Rua Costa do Sol, nº 2- 3360-327 Penacova

Contatos telefónicos: 239470270

e-mail: geral@beira-agueira.pt

web site: www.beira-agueira.pt

Caraterização breve

A Escola Profissional Beira Agueira, propriedade da EBA – Formação Profissional, Lda., é uma sociedade por quotas, privada, constituída por contrato em 24 de agosto de 1990, nos termos do disposto no decreto-lei 4/98 de 8 de janeiro.

Localizada em Penacova, o objetivo central da EBA recai na implementação de ações inovadoras, as quais pretendem reforçar a qualidade do Projeto Educativo e imprimir uma dinâmica renovada à Instituição.

Missão

A Escola Profissional Beira Agueira (EBA) dentro do seu enquadramento formativo tem como Missão dar respostas, com qualidade, às necessidades de formação dos jovens e adultos permitindo, mediante a preparação, centrada nos vários domínios do desenvolvimento, a construção de um Projeto de Vida conducente à realização pessoal, social e profissional de cada um, de forma a construir uma sociedade futura mais harmoniosa, justa e democrática. Em simultâneo, procura satisfazer as necessidades empresariais da região, correspondendo às suas reais expectativas e contribuindo para a qualificação, valorização e evolução da região ao nível setorial, tecnológico e económico.

Caraterização da Escola Profissional Beira Agueira (EBA)

A Escola Profissional Beira Agueira (EBA) dentro do seu enquadramento formativo tem como missão dar respostas, com qualidade, às necessidades de formação dos jovens e adultos permitindo, mediante a preparação, centrada nos vários domínios do desenvolvimento, a construção de um Projeto de Vida conducente à realização pessoal, social e profissional de cada um. Em simultâneo, e não só, mas também porque a EBA surgiu num quadro de parceria com diversas entidades envolvidas. Procura-se, em todos os momentos, satisfazer as necessidades empresariais da região, correspondendo às suas expectativas e contribuindo para a qualificação, valorização e evolução da região ao nível setorial, tecnológico e económico.

Dois dos objetivos principais que norteiam a Escola recaem na formação de quadros intermédios altamente qualificados de Nível IV e de Cursos de Educação e Formação. Os cursos lecionados na EBA abarcam diversas áreas de formação, a saber: Técnico de Turismo, Técnico de Gestão do Ambiente, Técnico Cozinha/Pastelaria, Técnico de Restaurante, Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos e Técnico Auxiliar de Saúde. Todos os anos

são repensados novos cursos dentro destas áreas de formação ou de outras que se revelem pertinentes num quadro de evolução educativa, económica e social. Cabe reforçar a ideia de que o contato com empresas e instituições assume um papel crucial, quer no processo do diagnóstico das necessidades e características do tecido produtivo da região, quer no processo da colocação dos formandos em locais de estágio, para que a sua formação seja concretizada e sustentada com qualidade. No intuito de responder aos desafios e exigências do mundo atual a EBA diversificou as modalidades de formação dirigindo também a sua intervenção para a população adulta, permitindo-lhe potenciar a sua qualificação profissional e elevar a sua certificação escolar, conduzindo a uma melhor integração social e profissional, com o respetivo impacto ao nível da sua realização pessoal. Neste contexto sublinhamos as Formações Modulares, que incidem em áreas diversificadas tais como: Cozinha, Restaurante, Informática, Contabilidade e Línguas. Paralelamente, a EBA tem vindo a implementar projetos no âmbito do Programa de Mobilidade Europeia Leonardo da Vinci/Erasmus +. Através de projetos transnacionais a Escola está em contato com escolas e empresas da Europa, como por exemplo, Bélgica, Espanha, Itália e Inglaterra, locais onde os nossos formandos e o Staff têm a oportunidade de realizar mobilidades com conteúdos de formação específicos. Estes projetos adquirem uma importância fundamental ao permitirem aos jovens a oportunidade singular de estagiarem num país estrangeiro, o que irá contribuir para consolidar qualificações em domínios da sua formação base, para a aquisição de novas competências e para a promoção e desenvolvimento do seu espírito empreendedor.

De referir que é prática corrente da EBA estabelecer protocolos de cooperação com as embaixadas de São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e mais recentemente Guiné, acolhendo todos os anos letivos novos formandos oriundos desses países. Os formandos dos países referidos são uma presença cada vez mais frequente na EBA. Todos os esforços são empreendidos no sentido de facilitar a integração de todos os jovens, quer na escola, quer na comunidade, investindo-se no estabelecimento de parcerias com entidades da comunidade local e com o Município. A multiplicidade de culturas e as particularidades que as vivências de cada um produzem revelam-se mais valias para a dinamização da região e crescimento de todos os envolvidos.

Horários

Horário de funcionamento da secretaria ao público: das 9h30/12h30 e 14h00/15h00

Horário Letivo: das 8h50 às 17h30

Horário da Escola: das 8h50 às 18h00

Horário da Formação Noturna (quando aplicável): das 19h às 23h.

Cada tempo letivo tem a duração de sessenta minutos, sendo que cada turma não tem mais de sete tempos letivos diários, existindo sempre uma hora de intervalo destinada ao almoço.

Oferta educativa

Embora a EBA promova, essencialmente, Cursos Profissionais, pretende, cada vez mais, ampliar a sua oferta formativa, procurando construir uma formação sustentada e diversificada, capaz de responder às necessidades de formação sentidas pelo tecido empresarial local.

Com um Projeto Educativo sólido e um Plano de Atividades dinâmico a EBA está convicta de que pode contribuir para o desenvolvimento da economia local, e para a formação de jovens que cada vez mais fazem do ensino profissional uma escolha fundamentada.

Os cursos têm uma componente técnica significativa, visando, de forma privilegiada, a inserção na vida ativa. Durante todo o ciclo de formação existe contacto direto com o mundo do trabalho durante o qual frequentemente, os jovens são convidados a integrar os quadros das empresas, facto que reflete a qualidade da formação administrada pela EBA.

O sucesso dos alunos que frequentam Cursos Profissionais deve-se a vários fatores, dos quais se destacam a motivação dos alunos, o ensino personalizado, a avaliação modular e o carácter eminentemente prático deste tipo de ensino.

As áreas de formação são selecionadas, tendo como requisito a adaptabilidade de cada curso aos interesses dos jovens e a realidade empresarial da região. Enquanto sistema em contínua evolução, a escola participa em iniciativas que promovem o enriquecimento da prática educativa/formativa, através do envolvimento ativo com o meio, facilitando o contacto dos jovens com as realidades ao nível do mercado de trabalho e das relações interativas, contribuindo deste modo para o desenvolvimento social/económico da região.

Oferta formativa

Na vertente do Ensino Profissional de nível IV passa, atualmente pelas seguintes áreas de formação:

- Ambiente
- Saúde
- Ciências Informáticas
- Turismo
- Hotelaria e Restauração – Cozinha/Pastelaria e Restaurante/Bar.

Na modalidade Cursos de Educação Formação de nível II (CEF) apresenta:

- Empregado de Restaurante-Bar.
 - Cozinheiro.

Grupos Alvo

Na vertente do Ensino Profissional de nível IV os alunos podem ingressar nesta modalidade de formação com a habilitação equivalente ao nono ano de escolaridade e até ao limite de idade de vinte anos.

Na modalidade Cursos de Educação Formação de nível II (CEF) os alunos podem ingressar nesta modalidade de formação com 15 ou mais anos de idade e com habilitação inferior ao 8º ano de escolaridade.

Recursos humanos por área

Neste momento a Escola profissional Beira Agueira conta com a colaboração de 30 formadores/professores de diferentes áreas correspondentes aos diferentes cursos ministrados.

Fazem também parte dos quadros da nossa escola uma diretora geral, um diretor financeiro, uma diretora pedagógica, um diretor dos serviços administrativos, uma psicóloga, duas administrativas, um vigilante, duas senhoras responsáveis pela limpeza, uma ajudante de cozinha, um responsável pelas residências.

Cursos	Ano Letivo 2016/2017				Ano Letivo 2017/2018				Ano Letivo 2018/2019			
	Nº de Alunos				Nº de Alunos				Nº de Alunos			
	Portugueses		Estrangeiros		Portugueses		Estrangeiros		Portugueses		Estrangeiros	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Técnico de Cozinha/Pastelaria	8	15	4	12								
Técnico de Restaurante/Bar												
Técnico Auxiliar de Saúde												
Técnico de Turismo	1	1										
Técnico de Gestão do Ambiente			3	3			6	7			6	7
						1	15	3			15	3
							15	2	14	2		
									5	4	1	

Tabela 99 - Escola Profissional Beira Agueira: Recursos humanos por área

Tipo de Estágio (em território nacional ou internacional)	Ano Letivo 2016/2017	Ano Letivo 2017/2018	Ano Letivo 2018/2019
Estágio Curricular	Todos os alunos frequentam estágios curriculares durante os três anos de formação. Estes estágios decorrem em Portugal ou/e no estrangeiro (Espanha, Itália, Malta, Inglaterra)	Todos os alunos frequentam estágios curriculares durante os três anos de formação. Estes estágios decorrem em Portugal ou/e no estrangeiro (Espanha, Itália, Malta, Inglaterra)	Todos os alunos frequentam estágios curriculares durante os três anos de formação. Estes estágios decorrem em Portugal ou/e no estrangeiro (Espanha, Itália, Malta, Inglaterra)

Tabela 100 - Escola Profissional Beira Agueira: Tipo de estágio

7. Associações

7.1. Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Penacova

MORADA: Praça Sá Carneiro, nº 4 Penacova

TELF: 239 477 469

E-MAIL: secretaria.bvpenacova@sapo.pt / comando.bvpenacova@saopo.pt

Breve Caraterização

História: Fundada em 24 de fevereiro de 1930, a AHBVP tem como principal função a manutenção de um Corpo de Bombeiros. No caso de Penacova também uma Fanfarra.

Objetivos: Capacidade e Operacionalidade permanente para cumprir a Missão.

Âmbito Geográfico: Município de Penacova, ou qualquer parte de Portugal e do Mundo desde que solicitados pelas autoridades competentes.

Visão: Ser modelo de excelência. Humanismo, Proximidade e Confiança.

Missão

1 — Constitui missão dos corpos de bombeiros:

- a) A prevenção e o combate a incêndios;
- b) O socorro às populações, em caso de incêndios, inundações, desabamentos e, de um modo geral, em todos os acidentes;
- c) O socorro a náufragos e buscas subaquáticas;
- d) O socorro e transporte de acidentados e doentes, incluindo a urgência pré -hospitalar, no âmbito do sistema integrado de emergência médica;
- e) A emissão, nos termos da lei, de pareceres técnicos em matéria de prevenção e segurança contra riscos de incêndio e outros sinistros;
- f) A participação em outras atividades de proteção civil, no âmbito do exercício das funções específicas que lhes forem cometidas;
- g) O exercício de atividades de formação e sensibilização, com especial incidência para a prevenção do risco de incêndio e acidentes junto das populações;
- h) A participação em outras ações e o exercício de outras atividades, para as quais estejam tecnicamente preparados e se enquadrem nos seus fins específicos e nos fins das respetivas entidades detentoras;
- i) A prestação de outros serviços previstos nos regulamentos internos e demais legislação aplicável.

Valores

Disponibilidade permanente para a Missão
Trabalho em equipa multidisciplinar
Cultura da exigência
Qualidade e eficácia da intervenção
Rigor, disciplina e profissionalismo
Dedicação, competência, produtividade e responsabilização dos seus bombeiros
Ética profissional
Bom relacionamento interpessoal

Atividades

Todas as atividades que constituem a missão dos bombeiros

Áreas de intervenção

Proteção Civil
Proteção Ambiental
Proteção Social
Atividades Culturais
Informação e Sensibilização Pública

Recursos Humanos

19 Profissionais, incluindo bombeiros, operadores de telecomunicações, contabilidade, secretaria, serviços gerais.

133 Bombeiros Voluntários

Maiores dificuldades experimentadas

Dificuldades sociais da população mais envelhecida a necessitar de cuidados de saúde traduzindo uma maior atividade do Corpo de Bombeiros.

A ausência de unidades de fisioterapia no âmbito geográfico do concelho, obrigando os doentes a deslocações.

7.2. Associações de Desenvolvimento Local

As Associações de Desenvolvimento Local têm vindo a ganhar uma importância crescente na promoção de ações que visam não só o desenvolvimento local como também o fortalecimento da identidade regional, fazendo valorizar e realçar os recursos endógenos de cada concelho e da região a que estes pertencem.

O concelho de Penacova está servido com duas Associações de Desenvolvimento Local, tendo uma terceira, a Pensar, suspenso recentemente a sua atividade.

7. 2.1. ADELO - Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego

A DELO – Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego - é uma associação privada sem fins lucrativos surgida em 1944, que se traduz numa entidade aberta e sujeita a disposições e normas de funcionamento flexíveis, para ir ao encontro das especificidades da área de intervenção. A sua sede é em Cantanhede.

A AD ELO atualmente promove e participa em projetos com níveis diversos:

Realizações sob iniciativa própria, com procura de parceiros e financiamentos;

Nível 1. Intervenções com vista a gerar realizações por parte de parceiros e/ou terceiros;

Nível 2. Resposta a pedidos específicos.

A estes níveis é possível vislumbrar o propósito, bem definido, de contribuir para o desenvolvimento do Centro Litoral, sem querer, contudo, tutelar todas as intervenções ou ainda sem querer ter uma visão única sobre a região e as suas prioridades.

A atividade da AD ELO tem sido marcada pela implementação de programas nacionais e comunitários na região. A obtenção de apoios e a implementação de projetos, que beneficiem a região, constituem os aspetos principais que têm norteado a ação.

A AD ELO tem por missão a realização de atividades que contribuam para o Desenvolvimento Local/Regional, promovendo a articulação rural/urbana e reforçando os fatores de competitividade nas diversas vertentes-económica, cultural e social-gerando os mais elevados níveis de satisfação para todas as partes interessadas, através da inovação e melhoria contínuas, enquanto organização socialmente responsável, orientada por uma ética de rigor e dever.

A AD ELO tem sede em Cantanhede e a sua área de atuação preferencial é o Centro Litoral com realce para a NUT III Região de Coimbra.

As intervenções a realizar podem exceder estes contornos, sempre que se justifique uma maior abrangência por razões de economia de escala, de lógica estratégica, ou ainda de cooperação interentidades.

A AD ELO tem uma forte componente de projetos desenvolvidos e a desenvolver na área da Intervenção Social, tais como: Contratos Locais de Desenvolvimento Social, Projetos de Luta Contra a Pobreza, Projeto “IDENTIDADES”, Projeto “PARTILHAR”, Projeto “Construindo Igualdades, Formação Profissional no âmbito do INTEGRAR, POEFDS, POPH, PEPS, entre outros.

A AD ELO dispõe de um quadro de pessoal e colaboradoras/es experientes que asseguram a execução das atividades em estreita colaboração com outras/os técnicas/os locais e regionais que partilham a mesma estratégia de desenvolvimento.

A equipa de trabalho apresenta-se estruturada por projetos e áreas de intervenção de modo a proporcionar respostas eficazes.

A formação contínua é uma das apostas da AD ELO sendo perspetivada como um investimento em Recursos Humanos. Salienta-se a participação da equipa em realizações diversas nas áreas da Formação Profissional/Emprego, da Exclusão Social/Pobreza, do Desenvolvimento Local/Apoio ao Investimento e do Desenvolvimento Comunitário, entre outras.

As funções dos elementos da equipa da AD ELO situam-se em torno dos seguintes pontos:

- Gestão de serviços e estruturas criadas;
- Implementação de projetos de desenvolvimento;
- Elaboração de estudos setoriais;
- Gestão e coordenação da Associação;
- Diagnóstico e caracterização socioeconómica de municípios;
- Realização de ações de recolha e divulgação de informação;
- Participação em seminários e colóquios de trabalho;
- Realização de candidaturas a programas comunitários e nacionais;
- Elaboração de planos estratégicos de intervenção.

O trabalho de equipa é complementado por colaboradoras/es externos que contribuem para o resultado global.

7.2.2. ADESA – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ADESA – Associação de Desenvolvimento Regional da Serra do Açor - é uma associação de direito privado, constituída por seis municípios da região da Serra do Açor – Alto Distrito de Coimbra – e por mais algumas instituições regionais e locais representativas dos órgãos da administração e da sociedade civil.

São seus constituintes os municípios de Arganil, Góis, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Penacova e Tábua e foi constituída em 22 de março de 1995. Destacam-se entre todas as atividades já desenvolvidas, a criação do Parque de Máquinas para prevenção e combate a incêndios florestais, através do qual foi possível apoiar as autarquias com equipamento pesado destinado à realização de trabalhos de prevenção da floresta e combate direto a incêndios, designadamente abertura e beneficiação de aceiros, caminhos florestais e linhas corta-fogo, limpeza de matos em bermas, taludes e perímetros dos aglomerados urbanos integrados em espaços florestais e ainda no apoio a operações de combate a incêndios e de rescaldo pós extinção.

A ADESA colabora com os municípios nas várias ações ligadas à floresta, e é parceira em várias atividades desenvolvidas pelos municípios associados, através de ações protocoladas no âmbito do desenvolvimento económico, social e ambiental em cada delegação concelhia. A ADESA assume-se hoje como um centro de recursos técnicos ao serviço dos Municípios associados, constituindo-se como um importante instrumento de promoção e dinamização de

projetos à escala intermunicipal, através das suas delegações nos vários Municípios associados, dotadas de pessoal afeto a iniciativas de promoção do desenvolvimento local.

7.2.3. Pensar – Associação de Desenvolvimento Integrado de Penacova

A Pensar é uma Associação Privada, sem fins lucrativos, criada em julho de 1997, que cessou funções recentemente, com sede no concelho de Penacova. A sua criação resulta da união de vontades de um conjunto de personalidades ligadas à vida do concelho, que decidiram potenciar as suas energias no sentido de, em conjunto, criarem uma entidade que promova de forma integrada o desenvolvimento do concelho de Penacova.

A entidade é, atualmente, uma associação florestal. Foca-se primordialmente na formação de recursos humanos, e na valorização dos recursos endógenos, potenciáveis a nível do turismo, indústria e exploração florestal.

7.2.4. BE YOU – Centro de Iniciativas Desportivas

A Associação BE YOU visa o desenvolvimento na sua área de intervenção, nomeadamente através de apoio técnico, formação e promoção das atividades económicas, culturais e sociais, em especial nas áreas da saúde, exercício físico, desporto, turismo, lazer e outras conexas.

BE YOU - CENTRO DE INICIATIVAS DESPORTIVAS, Associação, criada em 2014, é um spin-off da associação IEBA - Centro de Iniciativas Empresariais e Sociais. Dessa forma a experiência dos técnicos da BE YOU nesta área temática é anterior à sua criação, precisamente a partir de 2010 quando são candidatados e aprovados novos projetos desportivos e se inicia em escola a formação homologada.

Tem por missão promover o empreendedorismo social e empresarial na área do desporto, lazer e exercício físico, facilitando e apoiando a dinamização de iniciativas. Já em 2018 as atividades alargam-se para setor do turismo e saúde.

Tem por objetivos estratégicos apoiar empreendedores/as no processo de desenvolvimento de ideias inovadoras de negócio e na área social que se apoiam no desporto, lazer e exercício físico, com grande potencial de crescimento, tendo em vista a sua implementação no mercado. Outro dos seus objetivos estratégicos é a prestação de serviços especializados nas áreas citadas, nomeadamente de formação, consultoria, bem como a captação de recursos financeiros através da elaboração e apresentação de candidatura de projetos que possam ser financiados por apoios disponíveis, a nível nacional e Europeu.

Em Portugal, na promoção de atividades desportivas e de exercício físico predominam clubes, coletividades e associações desportivas, sem fins lucrativos de carácter voluntarista e não profissional (não tem funcionários/as especialistas), de proximidade territorial e que, nos últimos anos, se têm confrontado com cada vez mais exigências legais, fiscais e técnicas.

Por outro lado, existem cada vez mais jovens recém-licenciados/as com ideias e projetos inovadores, mais preparados/as que a maioria dos atuais dirigentes destas entidades, mas com dificuldade de assumir posições de liderança devido às ameaças e limitações à sustentabilidade destas organizações e porque a substituição dos membros dos órgãos sociais não é fácil de promover.

Por outro lado, estes mesmos/as jovens não dispõem de capital e têm dificuldade em arriscar em iniciativas de carácter empresarial, onde o mercado poderá ser fortemente concorrencial. É aqui que a BE YOU pode ajudar, internalizando o projeto e dando o máximo de autonomia de gestão administrativa, financeira e patrimonial aos/às promotores/as, através da celebração de um protocolo entre estes/as e a Direção da BE YOU.

Em complemento à sua natureza central de promoção do empreendedorismo desportivo e para garantir a sua sustentabilidade, a BE YOU presta serviços de consultoria, promove formação e candidata-se com projetos a apoios nacionais e Europeus. Tem ainda intervenções no lançamento de novas modalidades desportivas federadas orientadas para a formação desportiva de jovens e sua participação em competições, tendo sido Rugby uma das modalidades mais emblemáticas, que dinamiza em alguns concelhos da Comunidade Intermunicipal de Coimbra: Penacova, Mortágua, Coimbra, Tábua, etc.

7.2.5. Listagem de outras Associações

O concelho de Penacova é caracterizado por um grande número de associações de cariz desportivo, social, recreativo e cultural, que se distribuem pelas oito freguesias existentes e que enriquecem com a sua dinâmica a comunidade em geral e em particular as crianças e jovens.

No sentido de conhecer a realidade do associativismo do concelho foi aplicado um inquérito às associações existentes, cujos resultados se apresentam de seguida:

Freguesias	Nº Associações (Nº Inquéritos enviados)	Nº Associações com atividades crianças/jovens	Nº Associações que responderam ao inquérito
Carvalho	6	0	0
Figueira de Lorvão	11	7	5
Lorvão	15	12	7
Penacova	31	16	12
Sazes do Lorvão	5	0	0
União das Freguesias de Friúmes e Paradela	11	2	0
União das Freguesias de Oliveira do Mondego e Travanca do Mondego	5	1	2
União das Freguesias de São Pedro de Alva e São Paio do Mondego	8	6	1
Total de Associações	92	44	27

Tabela 101 - Total de associações do concelho de Penacova (número de associações com atividades para crianças/jovens/número de inquéritos respondidos)

Verificou-se que das 92 associações existentes no concelho de Penacova, existem 44 com atividades para crianças e jovens. Responderam ao inquérito aplicado 27 associações e destas apenas 23 associações desenvolvem atividades destinadas a crianças/jovens.

Freguesia	Associação com atividade para crianças/jovens	Sede
Figueira de Lorvão	Associação Cultural e Recreativa “Rosinhas de Agrêlo”	Agrêlo
	Agrupamento de Escuteiros de Figueira de Lorvão	Figueira de Lorvão
	C.D.P. - Clube Desportivo de Penacova	Figueira de Lorvão
	Grupo de Jovens Mensageiros da Alegria	Figueira de Lorvão
	União Futebol Clube	Figueira de Lorvão
	Juventude Desportiva de Monte Redondo	Monte Redondo
	Grupo Desportivo, Cultural e Recreativo de Telhado	Telhado
Lorvão	Associação Chelo Jovem	Chelo
	União Popular e Cultural de Chelo	Chelo
	Grupo Desportivo Foz do Caneiro	Caneiro
	Filarmónica Boa Vontade Lorvanense	Lorvão
	União Desportiva Lorvanense	Lorvão
	União Popular da Rebordosa	Rebordosa
	Associação Desportiva de São Mamede	São Mamede
	Associação de Apoio a Jovens e Idosos de S. Mamede	São Mamede
	Grupo de Jovens da Aveleira	Aveleira
	Associação Pró-defesa do Mosteiro de Lorvão	Lorvão
	Futebol Clube de Paradela	Paradela
	Centro Cultural e Recreativo do Roxo	Roxo

Penacova	Mocidade Futebol Clube	Cheira
	Rancho Folclórico os Unidos da Cheira	Cheira
	Escola de Artes de Penacova (com extensão em São Pedro de Alva)	Penacova
	Agrupamento de Escuteiros de Penacova CNE – Agrupamento 1079	Casal de Santo Amaro
	Associação dos Bombeiros Voluntários de Penacova	Penacova
	Associação de Pais e Encarregados de Educação	Penacova
	Grupo de Jovens de Penacova	Penacova
	Associação Terra e Água – Desporto e Aventura de Penacova	Penacova
	Casa do Povo de Penacova	Penacova
	Associação Cultural Divo Canto	Penacova
	Clube Karaté Penacova	Penacova
	Coro “Vox et Communio”	Ronqueira
	Clube de Pesca de Penacova	Penacova
	Clube Desportivo e Cultural de Penacova (ex-Caça e Pesca)	Penacova
	Associação Desportiva, Cultural e Recreativa da Riba de Baixo e Soito	Riba de Baixo
Associação Recreativa e Cultural de Vila Nova	Vila Nova	
União das Freguesias de Friúmes e Paradelas da Cortiça	Associação para Atividades de Lazer e Desportos Radicais	Miro
	Rancho Típico de Miro “Os Barqueiros do Mondego”	Miro
União das Freguesias de Oliveira do Mondego e Travanca do Mondego	Associação Recreativa e Cultural de Travanca do Mondego	Travanca do Mondego
	Associação Recreativa e Cultural do Coiço	Coiço
União das Freguesias de São	Associação Desportiva e Recreativa de Laborins	Laborins

	Associação Recreativa e Cultural de Parada e Vale do Barco	Parada
	Associação Desportiva e Cultural de São Pedro de Alva	São Pedro de Alva
	Casa do Povo de São Pedro de Alva	São Pedro de Alva
	Grupo Onda Jovem do Alva	São Pedro de Alva
	Associação de Melhoramentos, Cultura, Turismo e Progresso de Hombres	Hombres

Tabela 102 - Associações com atividades para crianças/jovens e que responderam ao inquérito

Respostas recreativas culturais e desportivas (Inquérito realizado pela CPCJ)
 Questionaram-se as direções das associações quanto ao número total de crianças e jovens que as frequentam, por faixa etária e género no período compreendido entre 2014-2016.

Género Faixa etária	Ano de 2014			Ano de 2015			Ano de 2016		
	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total
0-6 anos	36	33	69	43	50	93	68	65	133
7-12 anos	114	107	221	176	181	357	201	165	366
12-18 anos	119	196	315	117	223	340	141	247	388

Tabela 103 - Número de crianças/jovens inscritos nas associações entre 2014 e 2016¹⁴⁴

Pela análise da tabela verifica-se um considerável aumento da participação das crianças e jovens, independentemente da idade e género, em modalidades/atividades promovidas pelas várias associações, desde 2014 até 2016.

Nas várias associações existentes no concelho há uma grande oferta de modalidades e atividades destinadas a crianças e jovens, que tem como principal intuito estimular o desenvolvimento da criança e do jovem, promovendo a sua criatividade, autoestima, robustez física e intelectual e a capacidade social, estando representadas nas figuras seguintes.

Nesta análise foi possível verificar que a participação de crianças/jovens do sexo feminino rondou os 44,4% em 2014, 42,5% no ano de 2015, aumentando para 46,2% no ano de 2016.

¹⁴⁴ Fonte: inquérito realizado a associações

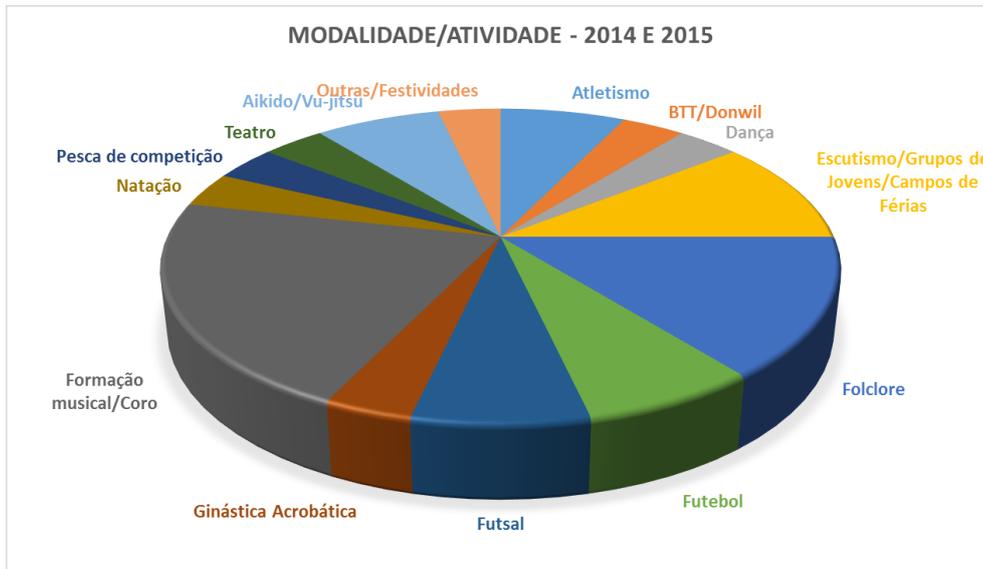


Gráfico 8 - Outras associações: modalidade/atividade 2014 e 2015

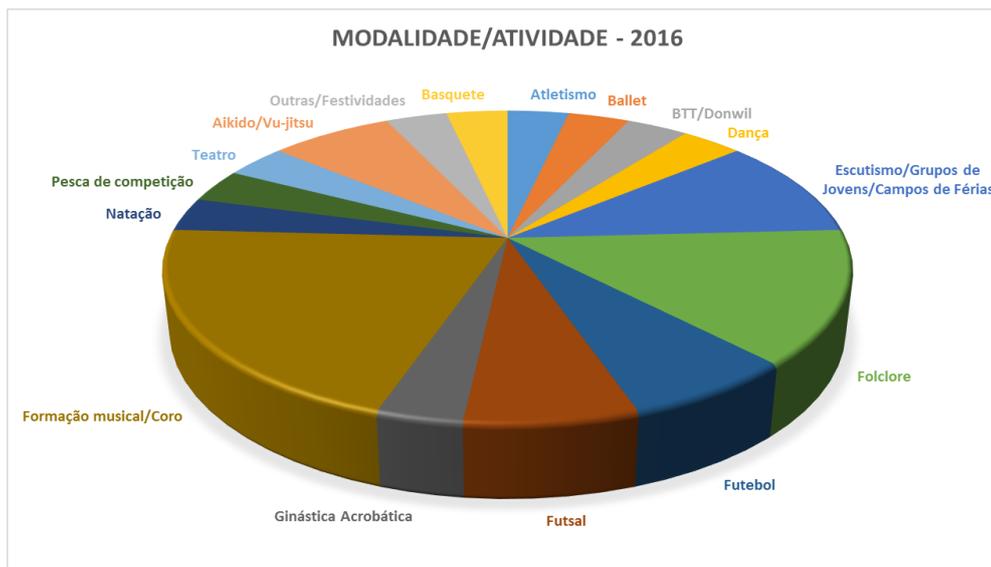


Gráfico 9 - Outras associações: modalidade/atividade 2016

8. Outras Entidades

8.1. Guarda Nacional Republicana de Penacova



Figura 26 - Logótipo da Guarda Nacional Republicana de Penacova



Figura 27 - Guarda Nacional Republicana de Penacova

Morada: Rua da Eirinha, 27, 3360-191 Penacova

Contatos Telefónicos: 239 470 160

Fax: 239 470 168

Email: ct.cbr.dabr.ppnc@gnr.pt

Web site: www.gnr.pt

Caraterização breve

Visão

Esta força de segurança pauta a sua atuação pelos mais nobres valores humanistas e assume a plenamente a divisa '*Pela Lei e pela Grei, uma força próxima e de confiança*'.

Missão

A Guarda Nacional Republicana é um corpo especial de tropas, parte integrante das forças militares, e está especialmente votado à causa da segurança e manutenção da ordem pública, bem como à proteção e defesa das populações e da propriedade. Tem por missão:

- a) Manter e restabelecer a segurança dos cidadãos e da propriedade pública, privada e cooperativa, prevenindo ou reprimindo os atos ilícitos contra eles cometidos;
- b) Garantir, no âmbito da sua responsabilidade, a manutenção da ordem pública, assegurando o exercício dos direitos, liberdades e garantias;
- c) Velar pelo cumprimento das leis e disposições gerais, nomeadamente as que respeitem à viação terrestre e transportes rodoviários;
- d) Auxiliar e proteger os cidadãos e defender e preservar os bens que se encontrem em situações de perigo por causas provenientes da ação humana ou da natureza;
- e) Colaborar na prestação de honras de Estado;
- f) Colaborar na execução da política de defesa nacional nos termos que forem estabelecidos por lei.

Atividades

Crimes participados no quadro da **violência doméstica**:

2016 – 35

2017 – 42

2018 – 22

Área geográfica de intervenção: Todo o concelho de Penacova.

Recursos humanos

20 Militares: 1 comandante de porto; 1 adjunto de comandante de posto/secretaria; 2 inquéritos; 16 patrulheiros

Maiores necessidades/dificuldades sentidas

O Concelho de Penacova não possui zonas problemáticas de criminalidade, havendo alguma regularidade de furtos e burlas junto ao IP3, devido à fácil acessibilidade que lhes permite a fuga. Existe também um maior índice de furtos no período dos finados. Ocasionalmente, no verão, existe também um aumento de furtos nas praias Fluviais.

Parte IV

Análise Crítica Global do Concelho

O conhecimento da realidade local, baseado observação empírica participante, na interpretação dos documentos estratégicos de intervenção social anteriores, dos dados estatísticos e dos vários documentos partilhados por diversos agentes de intervenção social, permite sistematizar matrizes de pontos fortes e áreas de melhoria, oportunidades e ameaças, com especial ênfase nas questões relacionadas com o desenvolvimento regional e local.

Neste sentido, e para perceber de que forma o Município de Penacova e as entidades parceiras podem atuar, apresenta-se, de modo esquemático, a análise conhecida por SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats*), que em português se traduz por Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças é uma técnica muito utilizada para conhecer o ambiente em que se vai planear. As forças e as fraquezas correspondem aos pontos positivos e negativos e dizem respeito à situação presente e à realidade interna do concelho; as oportunidades e ameaças são normalmente tendências e são geralmente exteriores à realidade do concelho.

A análise que apresentamos, em forma de tabela para melhor e mais célere visualização, respeita aos cinco eixos sinalizados como prioridade estratégica para a ação social concelhia no próximo triénio.

Eixo 1: Família, Comunidades e respostas sociais

<p style="text-align: center;">POTENCIALIDADES</p> <ul style="list-style-type: none"> - Implementação das medidas de política social de âmbito nacional. - Existência de uma cultura de parceria interinstitucional local e intermunicipal. - Bibliomóvel - Hidroginástica Sénior - Atividades lúdicas dinamizadas pela CMP, IPSS's, juntas de freguesia. - Associativismo e equipamentos com resposta ao nível da ocupação dos tempos livres dos jovens, para prevenção de comportamentos de risco (Escola de Artes/Escolinha dos Bombeiros, futebol, karaté, kempo, judo, ballet, dança, teatro, ginástica, zumba, etc.). -Articulação interinstitucional na programação de atividades/respostas conjuntas para a comunidade. - Estrutura de apoio na prestação de cuidados de saúde continuados. - Medidas municipais de apoio às famílias em situação de carência (FES e apoio à natalidade) -Implementação do projeto tecer a prevenção – CPCJ de Penacova. 	<p style="text-align: center;">FRAGILIDADES</p> <ul style="list-style-type: none"> - Isolamento geográfico e social de algumas famílias/idosos/deficiência - Instituições a funcionar em instalações provisórias e em condições precárias e/ou inadequadas (área da deficiência) - Instalações insuficientes para alargar/innovar serviços e/ou outras respostas complementares de apoio (área da deficiência). - Ausência de resposta de acolhimento de crianças e jovens em perigo. - Falta de respostas para acompanhamento especializado de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconómica e terapia familiar. - Violência doméstica, familiar e no namoro - Falta de dinamização das comissões sociais de freguesia
<p style="text-align: center;">OPORTUNIDADES</p> <ul style="list-style-type: none"> - Programas Nacionais e Comunitários de apoio ao desenvolvimento social - Medidas de Prevenção e combate à violência doméstica aprovada em Conselho de Ministros a 7 de março de 2019 	<p style="text-align: center;">AMEAÇAS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Deficitário sistema de informação interno e externo no que diz respeito a candidaturas a Programas de Desenvolvimento Social. - Impossibilidade de contratação de mais recursos humanos (técnicos). - Insuficientes recursos financeiros das IPSS's para a concretização de novos projetos. - Conjuntura socioeconómica do País. - Baixa taxa de natalidade e envelhecimento generalizado da população.

Tabela 104 - Análise Swot do Eixo 1: "Família, Comunidades e respostas sociais"

Eixo 2: Educação, Formação Profissional e Emprego

POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES
<ul style="list-style-type: none"> - Diminuição da taxa de abandono escolar. - Boa cobertura de equipamentos escolares e de componentes de âmbito social. - Existência de todos os níveis de ensino no concelho, à exceção do ensino superior. - Cobertura no âmbito Componente de Apoio à Família nos Jardins de Infância. - Maior intervenção na área da infância e juventude pelas IPSS's, (creche, prolongamento de horário, CATL, férias escolares) - Atividades extracurriculares promovidas pelo Agrupamento e por várias outras entidades. - Cobertura da ação social escolar e reforço alimentar - Realização de ações de formação a pessoal auxiliar das Escolas. - Contratação de técnicos especializados para apoio às Escolas por parte da Autarquia. - Implementação de um plano inovador da CIM de combate ao insucesso escolar - Ensino articulado através da Escola de Artes de Penacova. - Rede de transportes de apoio às escolas - Funcionamento integral da componente de apoio à família da Educação Pré-Escolar (refeição e atividades extraescolares). 100% dos Jardins de Infância do Concelho estão abrangidos por este programa. - Ligação de todas as Escolas do 1º Ciclo à INTERNET. - Curso de Alfabetização, implementação do Letras para a Vida. <ul style="list-style-type: none"> - Existência de uma escola profissional. - Criação de incentivos à fixação de empresas no Concelho (terrenos a baixos custos). - Explorações agrícolas de pequena dimensão. - Exploração florestal com grande importância no Concelho (sobretudo na plantação de eucalipto). - Dinamização/criação de parques industriais em alguns locais do Concelho. - Proximidade e facilidade no acesso aos grandes centros urbanos. - Potencial ao nível dos recursos paisagísticos e cinegéticos para o desenvolvimento do turismo, e que pode levar à criação de novos postos de trabalho. - Apoio ao investimento e comercialização de produtos locais. - Cursos da Extensão Educativa. - Formação Profissional na área da restauração (Escola Beira Aguireira). - Boas acessibilidades (Ex: IP3) - Existência de um Gabinete de Inserção Profissional que presta apoio a jovens à procura de primeiro emprego, assim como a população desempregada. - Existência de um Gabinete de Desenvolvimento Económico e Social que presta apoio empresas, assim como os potenciais empresários. 	<ul style="list-style-type: none"> - Recursos humanos insuficientes de apoio às Escolas. - Baixo nível económico de algumas famílias do concelho com crianças a frequentar o ensino obrigatório. - Aumento do n.º de alunos de educação especial e diminuição de professores especializados - Baixo nível de instrução de uma grande percentagem da população (escalões etários mais elevados (> = de 40 anos). - Analfabetismo (14,40%) ao nível dos escalões etários mais elevados (população idosa). - Rede de transportes escolares desadequada dos horários escolares - Agricultura de carácter tradicional e de subsistência praticada por uma população envelhecida. - Baixas qualificações profissionais e escolares. - Envelhecimento da população. - “Fuga” de jovens para concelhos mais urbanos. - Rede de transportes públicos insuficiente/inadequada que dificulta o acesso ao trabalho/formação profissional. - Fraco tecido empresarial no Concelho. - Falta de postos de trabalho para integração dos formandos. - Fraca adesão na contratação de profissionais com formação específica na área da restauração no seio das estruturas locais. - Falta de postos de trabalho para quadros médios e superiores. - Insuficiência de respostas em termos de emprego protegido.

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> - Boas instalações escolares na generalidade dos estabelecimentos. - Ampla cobertura da educação pré-escolar -Envolvimento do Município na concretização de projetos educativos - Envolvimento das escolas do Agrupamento com a comunidade - Corpo docente estável e qualificado - Projetos educativos ao nível Nacional - Capacidade das escolas para desenvolver projetos europeus - Surgimento de novas oportunidades no sector terciário que permitem a absorção de mão-de-obra. - Candidaturas a Cursos de Formação Profissional adaptados às necessidades locais. - Devido à grande área florestal do concelho podem ser desenvolvidos vários projetos com apoio de fundos comunitários. - Por termos sido um concelho afetado pelos incêndios o IEFP tem um conjunto de medidas majoradas economicamente (ex: estágios, formação). - Criação de incentivos à fixação de empresas no Concelho (terrenos a baixos custos). - Existência de algumas empresas com franca expansão económica que projetam o nome de Penacova a nível nacional e internacional. 	<ul style="list-style-type: none"> - Baixa Natalidade e conseqüente diminuição de alunos - Emigração - Transferência de competências para a autarquia - Corpo docente envelhecido - Conjuntura económica atual frágil. - Falta de iniciativa da população para a criação do próprio emprego. - Insuficiente informação sobre os programas do Centro de Emprego. - Fraco investimento da população no concelho. - Deficitária rede de transportes em algumas Freguesias do Concelho que dificulta o acesso ao emprego. - Fraca aposta dos empresários da área da restauração na qualificação profissional. - Baixo nível de competitividade da maioria das empresas no Concelho.

Tabela 105 - Análise Swot do Eixo 2: " Educação, Formação Profissional e Emprego"

Eixo 3: Saúde e qualidade de vida

POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES
<ul style="list-style-type: none"> - Área geográfica do Concelho com recursos de saúde relativamente próximos da população (Centro de Saúde, Clínicas, Farmácias, Laboratórios); - Proximidade geográfica ao Hospital Central com várias especialidades; - Existência de serviços de transporte de doentes assegurado pela Associação dos Bombeiros Voluntários de Penacova e pela Cruz Vermelha Portuguesa – Centro Humanitário do Baixo Mondego; - Serviços de saúde ao nível dos Cuidados de Saúde Primários - Centro de Saúde de Penacova com Equipa Multidisciplinar (Médico: MGF e Saúde Pública, Enfermeiro, Assistente Social e Técnica de Saúde Ambiental); - Centro de Saúde de Penacova com cobertura assistencial para toda a população do Concelho com atribuição de Médico de Família; - Existência de Equipas Multidisciplinares no Centro de Saúde de Penacova com intervenção especializada na área da infância e juventude, nomeadamente o Núcleo de Apoio a Crianças e Jovens em Risco (NACJR) e a Intervenção Precoce, através do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância com uma Equipa Local de Intervenção (ELI Penacova) multidisciplinar (Assistente Social, Professor/Educador, Terapeutas, Psicólogo); - Existência de estrutura da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) com unidade de cuidados continuados com resposta de Unidade de Média Duração e Reabilitação e Unidade de Longa Duração e Manutenção; - Gabinete Municipal de Aconselhamento Psicológico na Câmara Municipal de Penacova; - Gabinete Rumos Cruzados da Cruz Vermelha Portuguesa com intervenção em matéria de violência doméstica (Assistente Social, Psicólogo, Jurista); - Agrupamento de Escolas de Penacova com intervenção em Projetos de Educação para a Saúde e com Serviço de Orientação Profissional (Psicólogos); 	<ul style="list-style-type: none"> - Baixa literacia em saúde da população do Concelho; - Resposta insuficiente e em tempo útil dos serviços de saúde especializados; - Acesso aos cuidados de saúde com tempos de espera prolongados para consultas e cirurgias, principalmente nos serviços hospitalares; - Dificuldades económicas da população para aquisição de medicamentos e realização de tratamentos; - Falhas na articulação entre serviços hospitalares e Cuidados de Saúde Primários; - Falta de mais recursos humanos no Centro de Saúde de Penacova em diversas áreas (Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Nutrição, Psicologia, Medicina Dentária); - Falta de resposta no âmbito da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) no Centro de Saúde de Penacova, com Equipa de Cuidados Continuados Integrados para a prestação de cuidados de saúde especializados no domicílio; - Falta de hábitos de estilos de vida saudáveis que promovem comportamentos de risco na população ao nível alimentar, exercício físico, sexual e consumo de substâncias: álcool, tabaco e drogas; - Consumo de substâncias entre os jovens (álcool, tabaco e drogas); - Falta de resposta na área da doença mental com acompanhamento de Equipa especializada; - Ausência de unidades de internamento na área da Saúde Mental; - Dificuldade na articulação entre serviços especializados na área da Saúde Mental ao nível hospitalar e entidades de apoio às famílias; - Aumento de situações em acompanhamento pela área da psicologia e psiquiatria na sequência do incêndio de 15 outubro e explosão de pirotecnia; - Aumento considerável de pedidos para acompanhamento psicológico no Gabinete Municipal de Acompanhamento Psicológico (GMAP).
<p style="text-align: center;">OPORTUNIDADES</p> <ul style="list-style-type: none"> - Promoção de estilos de vida saudáveis, através de campanhas de sensibilização com dinamização de atividades divulgadas por diversas entidades locais; - Articulação entre as entidades locais e o Centro de Saúde de Penacova para a concretização de prestação de cuidados de saúde (sinalização, acompanhamento e tratamento); - Entidades locais dotadas de recursos humanos com capacitação na área da saúde (Enfermeiros, Psicólogos, Assistentes Sociais, Fisioterapeutas, entre outros) 	<p style="text-align: center;">AMEAÇAS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dificuldade na acessibilidade aos cuidados de saúde, devido a situações de dependência e insuficiência económica; - Insuficiente capacidade de resposta na prestação dos cuidados de saúde em situações de recusa de acompanhamento e tratamento; - Dificuldade de sensibilização de entidades, serviços e comunidade local para a importância da integração pessoal, social e profissional de doentes com problemas de saúde mental ou com comportamentos de risco (consumo de substâncias: álcool, tabaco e drogas);

Tabela 106 - Análise Swot do Eixo 3: "Saúde e qualidade de vida"

Eixo 4: Envelhecimento

POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES
<ul style="list-style-type: none"> - Recursos humanos qualificados existentes nas Instituições e serviços públicos do concelho. - Instituições com espírito de iniciativa e abertas à inovação. - Cobertura das IPSS's em todas as freguesias do concelho. - Disponibilidade das IPSS's locais para a criação e alargamento de outras respostas. - Edifícios escolares devolutos cedidos pela Autarquia às IPSS's e associações locais. - Adesão dos munícipes às valências criadas pelas IPSS's do concelho. Realização de ações de sensibilização/formação para a população e técnicos no âmbito da intervenção social. - Projeto Teleassistência - Informática sénior - Realização de ações dinamização comunitária para pessoas com + de 65 anos. - Gerontomotricidade. - Estrutura de apoio na prestação de cuidados de saúde continuados. - Aumento da esperança média de vida. - Aumento generalizado das condições de acesso aos cuidados de saúde. 	<ul style="list-style-type: none"> - Isolamento geográfico e social de alguns idosos. - Falta de rede de suporte familiar e isolamento geográfico de alguns idosos. - Envelhecimento generalizado da população. - Circunscrição da intervenção social na área do envelhecimento às respostas sociais clássicas. - Insuficiente sentido inter-geracional nas respostas sociais. - Permanência de paradigmas culturais avessos à novidade de intervenção. - Falta de sentido sistémico e orgânico, numa intervenção frequentemente estanque. - Insuficiente hábito capacidade crítica, capaz de acrescentar valor à reflexão, à projeção e à operacionalização de projetos.
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> - Gerações jovens de cuidadores, técnicos e dirigentes mais preparadas e com outra exigência crítica, capazes de alavancar outro tipo de respostas mais adequadas à realidade. - Exploração de novos paradigmas de intervenção, aproveitando, nomeadamente a investigação científica realizada no quadro das instituições de ensino superior próximas. - Aproveitamento das tecnologias, passíveis de serem aplicadas à comunicação e ao cuidado. - Aproveitamento das tecnologias de informação para o estabelecimento de pontes e protocolos com experiências na área do envelhecimento geograficamente distantes. 	<ul style="list-style-type: none"> - Conjuntura nacional e internacional instável e passível de inibir projetos e concretizações, sobretudo ao nível das insuficiências de financiamento. - Insuficiente renovação dos quadros locais, tendencialmente mais atreitos à manutenção e menos disponíveis para inovar. - Possibilidade do registo de trabalho em rede ser inibido pelo acicatar de regionalismos diversos. - Perigo de 'ideologização' da solidariedade ao nível das diferentes instituições e insuficiente capacidade de cooperação e consensos.

Tabela 107 - Análise Swot do Eixo 4: "Envelhecimento"

Eixo 5: Intervenção emergencial em situações de calamidade natural e promoção do desenvolvimento das comunidades locais

POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES
<ul style="list-style-type: none"> - Amplo sentido de solidariedade concelhio na resposta imediata e urgente à circunstância dos incêndios de 2017. - Capacidade de organização urgente das diversas instituições, coordenando uma resposta emergencial pronta e adequada. - Acompanhamento no tempo e de modo amplo das diversas instituições das circunstâncias pessoais de maior vulnerabilidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de formação específica em situação de calamidade. - Aumento do n.º de famílias com perdas de bens com os incêndios de 15 de outubro. - Perda de postos de trabalho e empresas na sequência do incêndio de 15 de outubro de 2017. - Insuficiência de medidas estruturais preventivas da repetição de um episódio como o dos incêndios. - Limitada incorporação e promoção do conhecimento científico nesta área. - Incapacidade de promoção da organização da sociedade civil em dinâmicas associativas passíveis de atuar neste âmbito. Incapacidade de auto-organização da mesma sociedade civil.
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> - Existência no território concelhio de pessoal altamente qualificado nesta área, que deve ser convocado a dar um contributo que acrescente valor. - Valorização do território concelhio pela vertente paisagística e ambiental, favorecedora de um incremento da consciência ecológica e da humanização dos espaços florestais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Alterações climáticas globais potenciadoras da geração de condições meteorológicas propícias à ocorrência de incêndios. - Pouca consciência ecológica culturalmente generalizada.

Tabela 108 - Análise Swot do Eixo 5: "Intervenção emergencial em situações de calamidade natural e promoção do desenvolvimento das comunidades locais"

Parte V

Do Diagnóstico ao Plano de Desenvolvimento Social: PRIORIDADES DE AÇÃO

A quinta parte deste documento pretende ser uma ponte comunicativa, que nos conduza do Diagnóstico ao Plano de Desenvolvimento Social. Qualquer análise digna do nome, jamais poderá ficar refém do ‘excesso de diagnóstico’, considerando-se um fim em si mesma. Carece, ao invés, de ser sempre considerada como meio, revisível e avaliável, a fim de ser um instrumento adequado à realidade sobre a qual se debruça.

Nesta linha, em sede de Equipa Técnica da Rede Social Concelhia, decidiu-se isolar um elenco de 5 eixos, assumidos como prioridades de ação. Apresenta-se, como capítulo final, a enumeração dos mesmos, com uma palavra de fundamentação de cada respetiva opção, ao jeito de resposta telegráfica às perguntas: *‘Porquê, Quem, Como e Para quem’*.

Eixo 1: Família, Comunidades e respostas sociais

‘Família, Comunidades e respostas sociais’, porque a família é o núcleo alicerçante da sociedade, porque o indivíduo apenas existe sempre em relação com a sua circunstância e porque a evidência da análise reclama sempre uma intervenção responsável.

Os atores privilegiados das respostas sociais, já em ato ou a concretizar, não se ser o poder local e as diversas instituições de ação social. As suas iniciativas não-de ser também, além das respostas necessárias, imediatas e evidentes, capazes de gerar criatividade dinâmica em outras associações e espírito de iniciativa e autonomia dos cuidadores informais, que devem ser cada vez mais valorizados.

A diferentes respostas sociais já no terreno prosseguirão o seu trabalho meritório e irrenunciável. Paralelamente deverá ser encontrado espaço para outros agentes e novos paradigmas.

Os destinatários dos projetos e programas serão os cidadãos do concelho de Penacova, com opção preferencial pelos socialmente mais vulneráveis.

Eixo 2: Educação, Formação Profissional e Emprego

‘Educação, Formação Profissional e Emprego’, porque educar garante e capacita o futuro, porque é uma realidade que deve ser permanente na construção da personalidade e porque o emprego é critério de inserção social e de dignidade pessoal.

As instituições escolares, com o apoio do poder local serão os responsáveis primeiros dos projetos desta índole, sem de demitirem de convocar a responsabilidade corporativa de outras entidades, de cada indivíduo em particular e da sociedade civil em geral.

O plano nacional de escolaridade obrigatório, a oferta de cursos de formação profissional e o incremento de políticas concretas favorecedoras do emprego por parte do poder local serão os projetos mínimos e irrenunciáveis. Na contemporaneidade, tudo o que se revestir de um

caráter diferenciador e acrescentador de valor deve ser acolhido, valorizado e mobilizador de amplo consenso social.

Os destinatários dos projetos desta natureza são preferencialmente as gerações mais jovens do Concelho. Deve ainda ter-se em conta os quadros de trabalhadores, por forma a incrementar a sua competência, valorizado a fixação de empresas no território.

Eixo 3: Saúde e qualidade de vida

‘Saúde e qualidade de vida’, porque falamos de uma necessidade básica do ser humano, constitucionalmente consagrada como de acesso universal, e porque as virtudes e as debilidades contemporâneas reclamam criticamente um paradigma de dignidade, que supere a simples perspetiva de manutenção e sobrevivência.

O Centro de Saúde é o agente primeiramente responsável pela prossecução dos objetivos relacionados com os generalizados cuidados de saúde. É incontornável que esta ação agregue as colaborações do poder local e de outras instituições, estabelecendo, além disso, as necessárias pontes com os serviços centrais de saúde.

Os cuidados de saúde não-de ser garantidos pela manutenção dos serviços, de modo adequado, nos horários e na geografia, às necessidades da população. Além disso, deverá existir um trabalho de mobilização amplos de pessoas e instituições, sobretudo no que toca a iniciativas ligadas à prevenção.

Os destinatários deste eixo são todos os habitantes do concelho de Penacova, sendo dever dos proponentes desta intervenção que ninguém fica excluído por nenhuma razão do acesso aos cuidados mais básicos e urgentes.

Eixo 4: Envelhecimento

‘Envelhecimento’, porque envelhecer é uma conquista civilizacional, resultante, sobretudo, do incremento científico e técnico na área da saúde, mas que se torna uma problemática social, dado que a exigência veloz da sociedade atual não liberta tempo aos cuidadores familiares. Além disso, a prevalência de um conjunto de doenças obriga, muitas vezes, a uma resposta mais especializada e, por fim, noutras circunstâncias mais negativas, a cultura da produção eficaz descarta quem aparentemente não produz e renega a memória.

As diferentes instituições de cuidado social implantadas de modo amplo no terreno do Concelho estão na linha da frente neste cuidado. Ainda assim, delegar nelas a exclusividade do trabalho com a comunidade envelhecida não será a opção do concelho de Penacova, dado que pretende acolher projetos que dinamizem, com e na comunidade, respostas diferenciadoras de valor acrescentada, capazes de instaurar novos paradigmas culturais neste domínio.

Além das atividades que constituem o mínimo irrenunciável já operacionalizado, e sem prejuízo destas deverem ser reforçadas, pretende-se a valorização dos cuidadores informais

familiares e de vizinhança, descentrando serviços e inovando na proposta, através de novos projetos de cooperação que o concelho de Penacova pretende operacionalizar.

A comunidade mais envelhecida do concelho são os destinatários das iniciativas desta natureza, mantendo a atividade institucionalizada, mas provocando o encontro e o cuidado de todos aqueles que ainda não são destinatários de nenhuma resposta social, no âmbito de projetos diferenciadores.

5. Intervenção emergencial em situações de calamidade natural e promoção do desenvolvimento das comunidades locais

'Intervenção emergencial em situações de calamidade natural e promoção do desenvolvimento das comunidades locais', porque, num horizonte temporal próximo [outubro, de 2017], o concelho de Penacova foi vitimado com um incêndio de inusitadas proporções, caracterizado por fazer colapsar os meios de socorro e por ser gerador de impactos pessoais, económicos, naturais e sociais profundos e duradouros. Além disso, o território concelhio é atreito à possibilidade de derrocadas, de cheias e de extremas e impactantes vagas de frio e calor, dadas as suas características geomorfológicas. Este eixo justifica-se ainda pela necessidade de capacitar a sociedade civil de dinamismos de auto-organização, geradores de dinâmicas de desenvolvimento e superação dos efeitos de eventuais calamidades.

O poder local, como responsável cimeiro pela proteção civil, em estreita e incrementada relação com o Corpo de Bombeiros, serão os agentes de resposta emergencial. Para além desta eventualidade, deve ter-se em conta a necessidade de fazer os lutos vários [não somente da morte de pessoas] das circunstâncias ocorridas, preparando e concretizando paralelamente medidas estruturantes e preventivas. Neste particular, o concelho de Penacova espera acolher novos projetos capazes de serem capacitadores da dinamização das comunidades locais.

As medidas mais prementes serão a manutenção reforçada dos dispositivos emergenciais, bem como as medidas preventivas, que passarão pelos meios, pela [in]formação das comunidades, pelo [re]ordenamento do território agroflorestal e pela incorporação do conhecimento científico mais de vanguarda.

O destinatário dos programas desta índole será o todo do território do concelho de Penacova, na amplitude que vai das pessoas à geografia, passando pela dimensão institucional diversa.

Considerações Finais

O Diagnóstico Social assume particular importância enquanto ponto de partida para a concretização do Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Penacova. O presente documento irá determinar eixos, estratégias e objetivos de intervenção, baseado nas prioridades definidas neste Diagnóstico, devendo consolidar parcerias num trabalho de coresponsabilização nas tomadas de decisão com vista à aplicação de medidas de desenvolvimento social para o concelho de Penacova. Tendo noção de que os problemas identificados neste documento não são só do concelho de Penacova, importa desenvolver esforços com vista à sua resolução, tentando sempre privilegiar o envolvimento de todos os parceiros sociais locais, de forma a rentabilizar os recursos existentes, bem como equipamentos e serviços.

Este documento irá proporcionar maior informação ao nível das áreas determinantes para o bem-estar de toda a comunidade do concelho de Penacova. Sendo, um documento estratégico que contribuirá também para melhorar, significativamente, a atuação de técnicos e de toda a comunidade.

Penacova será um concelho mais habilitado para atuar ao nível do apoio social a cada pessoa, numa dinâmica de articulação com todos os parceiros do CLAS, contribuindo para a coesão social e fortalecimento socioterritorial. Potenciando a congregação de esforços, privilegiando a promoção e execução de projetos através da mobilização de atores locais com diferentes proveniências.

Bibliografia Geral

- Acedido a 9 de maio de 2018 em:
- American Psychiatric Association. (2014). *Manual de Diagnóstico Estatístico das Perturbações Mentais* (5ª ed.,) – DSM-5. Washington, DC: Climepsi Editores.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima <https://apav.pt/vd/index.php/features2>. Consultado a 12 de março de 2018.
- Base de Dados de Portugal Contemporâneo Pordata acedido em março de 2018 em: <https://www.pordata.pt/>.
- Canavarro, M. C. (1999). *Relações afetivas ao longo do ciclo de vida e saúde mental*. Coimbra: Quarteto.
- Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género: <https://www.cig.gov.pt/servicos/centro-de-informacao-e-documentacao/>), acedido em abril de 2018.
- Conselho Nacional de Educação, acedido através de: www.cnedu.pt/content/edicoes/outras_publicacoes/af_lei_de_bases_vol-i.pdf.
- Costa, José Martins Barra da (2003). *Sexo, Nexo e Crime*. Lisboa: Edições Colibri.
- Declaração de Salamanca acedido através de: <https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/EEspecial/declaracao-salamanca.pdf>.
- Decreto-Lei 54/2018 de 6 de julho – Educação inclusiva
- Decreto-Lei 55/2009, 2009-03-02 - DRE, acedido através de:
- Decreto-Lei nº3/2008 de 7 de janeiro – Apoios especializados
- Direcção-Geral da Saúde (2013). Programa Nacional de Saúde Escolar. Lisboa: DGS. Acedido a 5 de maio de 2018 em: <https://www.dgs.pt/documentos-em-discussao-publica/programa-nacional-de-saude-escolar-2014-em-discussao-publica-pdf.aspx>.
- Direcção-Geral da Saúde (2015). Programa Nacional de Saúde Escolar. Lisboa: DGS. Acedido a 5 de maio de 2018 em: <https://observatorio-lisboa.eapn.pt/ficheiro/Programa-Nacional-de-Sa%C3%BAdede-Escolar-2015.pdf>.
- Fialho, J., Siva, C., Saragoça, J. (2017). *Diagnóstico Social – Teoria, Metodologia e Casos Práticos*. Edições Sílabo – 2ª Edição
- Gabinete de Investigação e Avaliação do Sistema Educativo, http://w3.dgeec.mec.pt/dse/eef/indicadores/Indicador_3_6.asp.
- Glaser, D. (2002). Emotional abuse and neglect (psychological maltreatment): a conceptual framework. *Child Abuse and Neglect*, 26, 697-714.
- Guarda Nacional Republicana acedido a 1 de fevereiro de 2018 em: <http://www.gnr.pt/missao.aspx>.
- III Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género (2007-2010).
- Instituto de Gestão financeira e Equipamentos da Justiça <http://www.dgsi.pt>: acedido abril de 2018.

- Iwaniec, D. (2006). *The emotionally abused and neglected child. Identification, assessment and intervention. A practice handbook.*(pp. 23-49). West Sussex, England: John Wiley and Sons.
 - Krug, E. G., Dahlberg, L. L, Mercy, J. A., Zwi, A. B., & Lozano, R. (Eds.). (2002). *Relatório Mundial sobre Violência e Saúde.* Geneva: World Health Organization.
 - Lei de Bases do Sistema Educativo - Diário da República n.º 237/1986, Série I de 1986-10-14
 - Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Aprovada pela Lei nº 147/99, de 1 de setembro e atualizada pela Lei nº 142/2015 de 8 de setembro.
 - Lei n.º 85/2009 Diário da República n.º 166/2009, Série I de 2009-08-27.
 - Magalhães, T. (2005). *Maus-tratos em crianças e jovens.* Coimbra: Quarteto.
 - Martinho, Edmundo (2010). *Revista do Instituto da Segurança Social, I.P. – Pretextos.*
 - Manita, C., Ribeiro, C.; Peixoto, C. (2012). *Violência Doméstica: Compreender para Intervir – Guia de boas práticas para profissionais de instituições de apoio à vítima.* Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
 - Município de Penacova em: <http://www.cm-penacova.pt/pt/pages/atividadeeconomica> acedido em fevereiro de 2018.
 - Organização Mundial de Saúde. (2000). *World Health Report.* Genebra: World Health Organization. Acedido a 9 de maio de 2018 em: http://www.who.int/whr/2000/en/whr00_en.pdf?ua=1.
 - Organização Mundial de Saúde. (2014). *World Health Statistics.* Genebra: World Health Organization.
 - Plano Nacional de Saúde Mental 2007-2016 – Acedido a 5 de maio de 2018 em: <https://www.adeb.pt/files/upload/paginas/Plano%20Nacional%20de%20Saude%20Mental.pdf>.
 - Pordata - <https://www.pordata.pt/>.
 - Regulamento (UE) 606/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 12 de Junho de 2013.
 - Relatório interno concelhio do Gabinete de Desenvolvimento Económico e Social do Município de Penacova.
 - Relatórios anuais da CPCJ de Penacova relativos aos anos de 2014, 2015 e 2016.
 - Relatórios Anuais de Atividades da Câmara Municipal de Penacova relativos aos anos de 2014, 2015 e 2016.
- Tecer a Prevenção: Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens do Concelho de Penacova (2018) – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Penacova, Editora: Ragraf, Penacova.